



**museu**  
DA DIVERSIDADE SEXUAL  
CENTRO DE CULTURA, MEMÓRIA E ESTUDOS DA DIVERSIDADE SEXUAL

# PÁGINAS DE TRANSGRESSÃO

---

## A IMPRENSA GAY NO BRASIL



**PAULO SOUTO MAIOR**  
**FÁBIO RONALDO DA SILVA**  
ORGANIZAÇÃO

O *Museu da Diversidade Sexual* é o primeiro espaço museológico voltado para a população LGBTQ+ da América Latina. Criado em 2012, é vinculado à *Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo* e gerenciado pela *Organização Social de Cultura Amigxs da Arte*. O *MDS* é hoje um equipamento público de relevância para a preservação da memória da comunidade e para a difusão de sua história e produção cultural.

É com este espírito de desvelar as memórias que a nossa sociedade cisma em tentar apagar que o *MDS* lança sua primeira publicação de uma série. Buscamos incentivar a multiplicação de estudos e pesquisas sobre a temática da Diversidade Sexual e de Gênero no Brasil, potencializando a divulgação de informação e conhecimento, e assim, colaborando com a diminuição da violência contra a população LGBTQ+.

Historicamente, a imprensa tanto funcionou como instrumento para a propagação de estereótipos em relação à população LGBTQ+, corroborando preconceitos, como também se tornou uma fonte fundamental para a comunicação de nosso universo, nossas linguagens, experiências e acontecimentos, contribuindo para o reconhecimento da comunidade.

Com muita honra, o *Museu da Diversidade Sexual* e a *Amigxs da Arte* apresentam ***Páginas de Transgressão***, uma obra fundamental sobre a história da imprensa das sexualidades dissidentes no Brasil. Organizado pelos professores Paulo Souto Maior e Fábio Ronaldo da Silva, ***Páginas de Transgressão*** compila importantes trabalhos de pesquisadores LGBTQ+ de diversas regiões do Brasil, trazendo um panorama amplo sobre diferentes épocas da produção midiática brasileira.

Nossos agradecimentos também à editora *O Sexo da Palavra*, ao professor Renan Quinalha pelo prefácio e, principalmente, a todos que se dedicaram a pesquisar e escrever os artigos deste livro tão necessário para a compreensão de nossa caminhada.

Fiquem com essas páginas que já foram de transgressão e hoje fazem parte da história do movimento LGBTQ+ do Brasil.

Uma ótima leitura.

Franco Reinaudo  
*Diretor do Museu da  
Diversidade Sexual*



# **PÁGINAS DE TRANSGRESSÃO**

---

## **A IMPRENSA GAY NO BRASIL**

**PAULO SOUTO MAIOR  
FÁBIO RONALDO DA SILVA**  
ORGANIZAÇÃO

gestão e produção

**amigxs da arte**

realização

  
**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO

| Secretaria de Cultura e Economia Criativa

Edição © O Sexo da Palavra - Projetos Editoriais. 2021  
Consultor editora: Fábio Figueiredo Camargo  
Revisora: Luana Fidêncio  
Projeto gráfico: Antonio K. valo  
Ilustração capa: Alexander Arqueolo  
Tratamento de imagem: Vinícius Campos

**Catologação na Publicação - CIP**

P136	Páginas de transgressão: a imprensa gay no Brasil / organização Paulo Souto Maior, Fábio Ronaldo da Silva. – 1. ed. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2021. 357 p.
	ISBN 978-65-88010-06-8
	1. Jornalismo – Aspectos sociais. 2. Imprensa gay. 3. Cultura homossexual. I. Maior, Paulo Souto, org. II. Silva, Fábio Ronaldo da, org. III Título.
	CDD- 079.81 CDU 070.316

Elaborada por Gizele Cristine Nunes do Couto – CRB6-2091

produção

gestão e produção

realização



**amigxs da arte**



| Secretaria de Cultura e Economia Criativa

**CONSELHO EDITORIAL**

Alex Fabiano Jardim  
Ana Maria Colling  
André Luis Mitidieri  
Andréa Sirihal Werkema  
Antonio Fernandes Jr.  
Cíntia Camargo Vianna  
Cláudia Maia  
Cleudemar Fernandes  
Davi Pinho  
Djalma Thurler  
Eliane Robert de Moraes  
Eneida Maria de Souza  
Emerson Inácio  
Flávia Teixeira  
Flávio Pereira Camargo  
Joana Muylaert  
Larissa Pelúcio  
Leandro Colling

Leonardo Mendes  
Luciana Borges  
Luiz Morando  
Maria Elisa Moreira  
Mário César Lugarinho  
Nádia Batella Gotlib  
Patrícia Goulart Tondinelli  
Paulo César Garcia  
Renata Pimentel  
Telma Borges  
Vinícius Lopes Passos

**CURADORIA**

Fábio Figueiredo Camargo  
Leonardo Francisco Soares  
Ivan Marcos Ribeiro

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa anuência da editora.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 1º de janeiro de 2009.

Para todas/es/os que ousaram escrever páginas da imprensa e da mídia LGBTQIA+ no Brasil.  
Com Gratidão.  
Para Marielle Franco e Anderson Gomes (*in memoriam*)

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

08

## PREFÁCIO

09

## LUGARES DA IMPRENSA GAY

16

**PÁGINAS DE TRANSGRESSÃO, DE DOR E DE LUTA: A IMPRENSA PERIÓDICA COMO FONTE PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL E CULTURAL DAS HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS NO BRASIL**

17

**Benito Schmidt  
Mariana Bastos  
Tiago Medeiros**

**LÉSBICAS NA MÍDIA: PRESENÇAS E AUSÊNCIAS EM TRABALHOS DE EVENTOS ACADÊMICOS**

43

**Cláudia Regina Lahni  
Daniela Auad**

**E A IMPRENSA (RE)INVENTA OS ÍNDIOS “GAYS”: SENSACIONALISMO, PÂNICOS MORAIS E A ANTROPOLOGIA**

69

**Martinho Tota**

**USOS DA IMPRENSA POR HISTORIADORES: APONTAMENTOS PARA HISTÓRIAS QUEER DO HOMOEROTISMO NO BRASIL**

92

**Cássio Bruno de Araujo Rocha**

**APONTAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DA IMPRENSA LÉSBICA NO BRASIL**

133

**Carolina Maia**

<b>TRANSGRESSÕES</b>	166
----------------------	-----

<b>CHANACOMCHANA: A RADICALIDADE DA IMPRENSA LÉSBICA-FEMINISTA</b> Júlia Glaciela da Silva Oliveira	167
--	-----

<b>MILITÂNCIA HOMOSSEXUAL NA IMPRENSA DO RECIFE DURANTE A DÉCADA DE 1970: O CASO DA SEÇÃO MUNDO GUEI DO JORNAL DIÁRIO DA NOITE</b> Sandro Silva	193
--	-----

<b>“CONTRA A MORAL E OS BONS COSTUMES”: O JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, OS HOMOSSEXUAIS E A DIREITA POLÍTICA</b> Fabricio Trevisan	213
--	-----

<b>O CÂNCER NA LÍNGUA DELES: A MEMÓRIA PORNOGRÁFICA LGBT DA EPIDEMIA DE HIV/AIDS</b> Remom Matheus Bortolozzi	241
--	-----

<b>NORMATIZAÇÕES</b>	268
----------------------	-----

<b>OLHARES EX-CÊNTRICOS: IMPRENSA BRASILEIRA E TRANSGENERIDADE (1930-1939)</b> Luiz Morando	269
--	-----

<b>VELHICE EM REVISTA: REFLEXÕES EM PRIMEIRA PESSOA</b> Fábio Ronaldo da Silva	293
---	-----

<b>“HÁ POSSIBILIDADE DE EU ME TRANSFORMAR EM HOMOSSEXUAL?”: A ESFERA PRIVADA DA INTERPELAÇÃO HOMOSSEXUAL NO BRASIL (1979-1981)</b> Paulo Souto Maior Joana Maria Pedro	320
--	-----

# APRESENTAÇÃO

**A prática jornalística,** muito antes da invenção da prensa de Gutenberg, buscou noticiar o mundo através da escolha dos acontecimentos tidos como os “mais importantes” para o público saber o que estava ocorrendo ao seu redor. Ao longo da história e, independentemente da plataforma utilizada, isso ainda vem sendo feito de forma pedagógica e interessada atendendo à dinâmica mercadológica e das empresas jornalísticas.

As notícias que lemos em um jornal, o conteúdo disponibilizado no tele-documentário ou as imagens que visualizamos na reportagem de uma revista, por exemplo, não estão ali apenas para compor um espaço ou ilustrar o texto. Todo esse material disponibilizado pela mídia, seja eletrônica, radiofônica ou impressa, não deve ser visto como um “espelho da realidade” que apresenta um reflexo claro dos acontecimentos do cotidiano. Pelo contrário, a mídia vai contribuir para a construção social da realidade, na qual as matérias e imagens trazidas carregam interesses da linha editorial da empresa e dos próprios jornalistas, constituindo-se uma fonte de pesquisa para se interrogar sobre o político, social, econômico e cultural de um determinado período, percebendo os agentes sociais participantes desses processos. Foi com essa perspectiva que as escritoras e escritores presentes neste livro perceberam e analisaram algumas produções midiáticas, que circularam no Brasil do século XX, do e para o público LGBTQIA+.

O conteúdo divulgado pela mídia que aqui analisamos traz igualmente as tentativas de grupos lutarem por um lugar no discurso, de criarem uma narrativa como protagonistas, escrevendo e inscrevendo-se na primeira pessoa do singular ou do plural. Com isso, trava-se uma ruptura com uma maneira historicamente comum de representar sujeitos LGBTQIA+ que passam não só a ser falados, mas, sobretudo, falam de si. Os sonhos, temores, lutas, conquistas, desavenças do ato de falar de si são minuciosamente detalhados por artigos desta coletânea.

Boa leitura!

# PREFÁCIO

**Renan Quinalha<sup>01</sup>**

**Na modernidade,** a imprensa é alçada à condição de uma verdadeira instituição de interesse público, sobretudo nas democracias liberais. É por meio das páginas de jornais, revistas e outros periódicos de alcance mais ou menos amplo que o conhecimento é compartilhado, que a sociedade civil se organiza, que a opinião pública vai se constituindo e que se estabelece uma vigilância sobre os governos e seus atos.

A imprensa, assim, encontra na produção e circulação de informações sua fonte de poder e sua principal função social e ética. Ela vai sendo progressivamente investida do dever de informar, essencial ao funcionamento dos regimes democráticos e correlato ao direito fundamental à informação dos cidadãos. Junto com os direitos individuais e as liberdades públicas, pode-se dizer que os direitos de informar e ser informado são pilares incontornáveis para que haja efetivação da participação política e de mediação democrática dos conflitos e do dissenso.

Por outro lado, é também verdade que, no capitalismo, a atividade jornalística é frequentemente sequestrada pelos interesses econômicos. Organizada sob a forma da empresa e na lógica do mercado, a mídia hegemônica, no mais das vezes, subordina o dever de informar e de qualificar o debate público aos ganhos econômicos dos proprietários dos meios de comunicação. Informação torna-se elemento central e suporte privilegiado de relações de poder, ideologias, atribuição de sentidos, disputa de valores, manipulação de vontades e otimização do lucro em

---

01 Professor de Direito da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), advogado e ativista no campo dos direitos humanos. Professor Especialista Visitante na Unicamp (2018). Foi assessor jurídico da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e consultor da Comissão Nacional da Verdade para assuntos de gênero e sexualidade. Foi Visiting Research Fellow no Watson Institute da Universidade de Brown (2016). Publicou o livro *Justiça de Transição: contornos do conceito* (Expressão Popular, 2013) e co-organizou as obras *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade* (EdUFSCar, 2014) e *História do Movimento LGBT no Brasil* (Alameda, 2018).

nossa sociedade. A ilusão de uma imprensa técnica, desinteressada e imparcial esvai-se, portanto, sob uma mirada crítica que busca evidenciar como os processos de construção de verdades envolvem muito mais do que um mero e suposto compromisso neutro com os fatos.

Mas qual seria a especificidade do papel da imprensa do ponto de vista da organização do sistema sexo-gênero nas sociedades liberais ocidentais? Quais as relações das linguagens e aparatos da mídia com os regimes de saber, poder e prazer? De que modos os veículos de informação funcionam como uma plataforma de irradiação de discursos e normas para o governo dos indivíduos e de suas subjetividades? Seria a imprensa um vetor de reforço dos processos de normalização dos desejos e identidades ou poderia ela também servir de plataforma para subversão e reinvenção dos códigos morais?

É a partir dessas questões mais estruturais sobre o papel da imprensa na política dos corpos que o presente livro se estrutura. Mas a contribuição da obra não se esgota nas importantes discussões teóricas aí implicadas apesar de elas atravessarem todas as linhas e entrelinhas que seguem. Trata-se também de um panorama rico e extremamente diverso das histórias das muitas páginas de transgressão que foram até hoje escritas nos campos do gênero e da sexualidade.

Desse modo, emergem outras questões fundamentais da leitura dos textos. Afinal, há ou houve mesmo uma imprensa gay ou LGBT no Brasil? Qual seria seu traço distintivo e singular? Seria ela definida pela presença exclusiva ou majoritária de profissionais e jornalistas LGBTs na sua confecção? Ou deveria ela ser caracterizada a partir da identidade sexual e de gênero de seu público-alvo? Ou, ainda, o que conferiria singularidade à imprensa seria seu conteúdo LGBT específico?

*Páginas de transgressão* nasce como um livro fundamental porque consegue compilar esforços que avançam em todas essas diferentes frentes. Ele joga luz na relação profunda e complexa entre a imprensa e seus efeitos de poder e a sexualidade, bem como nas possibilidades da

escrita de uma história queer. Nesse sentido, merece destaque o artigo “Usos da imprensa por historiadores: apontamentos para histórias *queer* do homoerotismo no Brasil”, em que o pesquisador Cássio Bruno de Araujo Rocha analisa os modos de uso das fontes da imprensa pela historiografia brasileira, discutindo os caminhos de uma saída queer para a oposição entre essencialismo e construcionismo, entre identidade e prática, na compreensão do homoerotismo.

Mas, a despeito da importância dessa mirada conceitual, como já dito, o livro não estaciona apenas na contribuição teórica. Alguns dos textos privilegiam perspectivas empíricas, dedicando-se ao estudo de casos e examinando publicações específicas que foram concebidas e produzidas por pessoas LGBTs para seus pares ou então conteúdos publicados na grande imprensa retratando as existências LGBTs. Outros artigos, ainda, analisam as particularidades de seções e publicações marcadas pelo conteúdo LGBT, ressaltando também a importância que esses instrumentos de comunicação e trocas tiveram para a construção de uma identidade comunitária e para a organização política do movimento LGBT brasileiro.

A compilação de todo esse material rico e diverso já seria uma contribuição inestimável tanto ao campo da história da imprensa como ao dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil. No entanto, a obra organizada por Paulo Souto Maior e Fábio Ronaldo Silva vai além. Apesar da existência de alguns trabalhos importantes e até pioneiros, dedicados à imprensa LGBT no país, a verdade é que ainda havia até este livro uma lacuna marcada pela falta de um trabalho de fôlego e abrangência capaz de reunir uma diversidade maior de olhares, identidades e territórios geográficos na análise do tema.

Nessa linha, um dos grandes méritos do livro que a leitora e o leitor agora têm em mãos é o de combater apagamentos e estigmatizações tão comuns nas escritas sobre LGBTs na imprensa e mesmo na bibliografia dedicada a essa questão.

Exemplo de uma interpelação aos silenciamentos impostos, inclusive dentro da comunidade LGBT, é o artigo “Lésbicas na Mídia: presenças e ausências em trabalhos de eventos acadêmicos” de Cláudia Regina Lahni e Daniela Auad. No mesmo sentido, merece destaque o texto de Carolina Maia, “Apontamentos para a construção de uma história da imprensa lésbica no Brasil”. Nele, a autora aponta como a emergência do movimento de lésbicas no Brasil se dá entremeada com a escrita, a despeito das publicações periódicas feitas por e para lésbicas no país ainda serem pouco discutidas e conhecidas. Maia faz, inclusive, um levantamento das publicações, suas histórias, âmbitos de circulação e conteúdos. Por sua vez, Júlia Glaciela da Silva Oliveira, em “Chanacomchana: a radicalidade da imprensa lésbica-feminista”, dedica-se à publicação pioneira das lésbicas do grupo Somos, que vão organizar internamente o Grupo Lésbico Feminista (LF) e, posteriormente, o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF).

Além de desafiar apagamentos identitários dentro da própria comunidade LGBT, o livro também avança ao incluir olhares de outras regiões que não exclusivamente do eixo Rio-São Paulo. Em se tratando de um país de dimensão continental como o Brasil, e marcado por relações internas tão complexas e hierárquicas, a amplitude e a diversidade regionais são indispensáveis para desenhar um panorama nacional com consistência e legitimidade.

Sob essa perspectiva, vale mencionar o trabalho coletivo de Benito Schmidt, Mariana Bastos e Tiago Medeiros que, em “Páginas de transgressão, de dor e de luta: a imprensa periódica como fonte para uma história social e cultural das homossexualidades masculinas no Brasil”, analisam diferentes retratos construídos pelos jornais da grande imprensa de Porto Alegre, especialmente *Última Hora* (posteriormente *Zero Hora*) e o *Correio do Povo*, bem como o jornal *Em Tempo*, criado pela organização trotskista Democracia Socialista (DS) no final da década de 1970. Em sentido similar, destaca-se o artigo de Sandro Silva, “Militância homossexual na imprensa

do Recife durante a década de 1970: O caso da seção Mundo Guei do jornal Diário da Noite”, que analisa essa coluna direcionada ao emergente público homossexual do jornal pernambucano que circulou entre setembro de 1979 e março de 1980.

Por sua vez, em “Olhares ex-cêntricos: imprensa brasileira e transgeneridade (1930-1939)” do mineiro Luiz Morando – pesquisador que tem feito um trabalho destacado de memória LGBT a partir de fontes jornalísticas, além de um levantamento bastante interessante sobre transgeneridades na imprensa brasileira na década de 1930, período ainda pouco aprofundado pela literatura – encontra-se um resgate da história de dois homens trans brasileiros: o niteroiense Jorge Kleber Claudocy e o belo-horizontino Mário Marques da Silva.

O livro também contribui para ampliar o rol de temas tradicionalmente tratados quando o assunto é a imprensa LGBT. O texto de Martinho Tota, “E a imprensa (re)inventa os índios ‘gays’: sensacionalismo, pânico morais e a antropologia”, é um exemplo desse desbravamento de territórios profícuos. O autor examina as reações e debates em torno de matérias jornalísticas que traziam a discussão sobre a homossexualidade em comunidades indígenas.

Outro filtro utilizado para a leitura das páginas LGBTs da imprensa é o da velhice, no texto de Fábio Ronaldo da Silva. Em “Velhice em revista: reflexões em primeira pessoa” ele analisa como esse tema ainda tão sensível na comunidade LGBT apareceu recorrentemente e de diferentes maneiras nas páginas da revista *Bananaloca*, posteriormente transformada na famosa *G Magazine*, desde a sua fundação em 1997 até o fim da publicação em junho de 2013.

Já o pesquisador Remom Matheus Bortolozzi, em “O câncer na língua deles: a memória pornográfica LGBT da epidemia de HIV/AIDS”, tece uma historiografia LGBT da epidemia por meio de uma análise detida e cuidadosa da imprensa homoerótica brasileira entre 1982 e 1994. O objetivo é, sobretudo, analisar como se deu a memorialização das respostas

construídas por meio das publicações de pornografia homossexual nos primeiros anos dessa doença que teve um impacto enorme na comunidade e nas lutas do movimento LGBT.

Em diálogo direto com esse argumento, Fabricio Trevisan, em “Contra a moral e os bons costumes’: o jornal Lampião da Esquina, os homossexuais e a direita política”, ressalta a importância do Lampião para a contestação dos valores morais conservadores e da própria ditadura. Mesmo com o autor reconhecendo que não se tratou do primeiro periódico homossexual criado durante a ditadura militar, para ele, o Lampião produziu uma ressignificação da imprensa homossexual no país.

Encerrando o volume, encontra-se o artigo “Há possibilidade de eu me transformar em homossexual?': A esfera privada da interpelação homossexual no Brasil (1979-1981)” de Paulo R. Souto Maior Júnior e Joana Maria Pedro. Diferentemente dos demais textos da coletânea que privilegiam ou textos jornalísticos da grande imprensa sobre LGBTs ou os escritos da imprensa militante LGBT, os autores se dedicam a uma seção específica de cartas, chamada *Confidências*, da revista *Rose*, uma publicação de circulação nacional entre 1978 e 1981. A partir desse rico material interativo entre o jornal e os leitores, com uma sexóloga fictícia chamada Nina Fock respondendo as cartas, torna-se possível desvelar os processos complexos de reconhecer-se homossexual com a emergência de referências normativas e identitárias cada vez mais claras que eram amplificadas pelas páginas dessa e de outras publicações do período.

Esse breve apanhado dos diversos artigos do livro demonstra a riqueza conceitual e empírica dos estudos aqui compilados. Nessas escritas de transgressão, é possível entender como o discurso jornalístico, estampado nas manchetes e páginas dos principais veículos da imprensa do país, tomou parte na “fermentação discursiva” da “polícia do sexo”, para usar termos caros ao filósofo Michel Foucault, com o objetivo de regular corpos e administrar desejos.

Mas não é só. A resistência, em palavras e em atos, também é examinada em diversos dos textos. A imprensa gay, como se chamava à época da distensão política, vai dando lugar a um mosaico colorido e diverso de identidades, estilos e engajamentos.

Desse modo, o presente livro já nasce como uma contribuição de primeira grandeza não apenas para a compreensão dessas páginas escritas da imprensa, mas também para, a contrapelo, fazer emergir as vidas e subjetividades das pessoas LGBTs ao primeiro plano. Essa tarefa, que sempre foi necessária, tornou-se também urgente no Brasil atual.

---

# LUGARES

---

## DA IMPRENSA GAY

---



[Placeholder for text block]

[Placeholder for text block]

[Placeholder for text block]

[Placeholder for text block]



[Placeholder for text block]



# PÁGINAS DE TRANSGRESSÃO, DE DOR E DE LUTA: A IMPRENSA PERIÓDICA COMO FONTE PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL E CULTURAL DAS HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS NO BRASIL

**Benito Schmidt<sup>01</sup>**  
**Mariana Bastos<sup>02</sup>**  
**Tiago Medeiros<sup>03</sup>**

**Neste texto** trataremos de períodos, lugares, veículos e temáticas diferenciadas: dos espaços de sociabilidade de homossexuais e travestis no carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1960 e 1970 por meio da grande imprensa da cidade, principalmente *Correio do Povo* e *Última Hora/Zero Hora*; da presença de textos sobre o movimento homossexual no jornal alternativo *Em Tempo*, no período entre 1978 e 1981, e dos discursos sobre a aids na grande imprensa do centro do país, em especial *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*, de 1980 a 1989. Não obstante sua diversidade, estas análises convergem para um objetivo comum: demonstrar as potencialidades da imprensa periódica para a construção de uma história social (voltada às experiências dos sujeitos) e cultural (focada na constituição dos sujeitos por meio de práticas discursivas e não discursivas) das homossexualidades masculinas no Brasil<sup>04</sup>. Optamos por centrar a análise nas homossexualidades masculinas por duas razões:

01 Professor do Departamento e do PPG em História da UFRGS, e do Mestrado Profissional em Ensino de História – PROF.

02 Graduanda no Curso de História da UFRGS.

03 Mestrando no PPG em História da UFRGS.

04 Estamos cientes do caráter esquemático da diferenciação que estabelecemos, para fins didáticos, entre história social e história cultural. Afinal, são muitas as definições possíveis para estes campos de pesquisa.

primeiro, por ser esse o âmbito do projeto mais amplo no qual o presente texto está inserido<sup>05</sup>; segundo, por reconhecermos a especificidade de uma história das homossexualidades femininas, as quais, pelo próprio caráter das opressões e hierarquias de gênero nas sociedades ocidentais modernas, revestem-se de singularidades que não podem e não devem ser diluídas em uma análise indiferenciada das homossexualidades<sup>06</sup>.

Também partimos da ideia de que o sujeito homossexual e o sujeito heterossexual são invenções da modernidade, mais especificamente produtos do que Michel Foucault chamou de “dispositivo da sexualidade”, e não figuras trans históricas cujos desejos e práticas derivariam de essências imutáveis e naturais<sup>07</sup>. Assim, para os fins deste trabalho, é importante ressaltar que o discurso jornalístico, ao lado, entre outros, do discurso médico, jurídico e religioso, é parte fundamental de tal dispositivo de constituição e regulação de corpos e subjetividades<sup>08</sup>.

Nas seções que seguem, trataremos, por meio de alguns exemplos, da ordem deste discurso no Brasil nas últimas décadas do século XX, da maneira como palavras e imagens estampadas nas páginas de diversos

05 Trata-se do projeto “O ‘pederasta passivo’, a ‘havaiana’ e o ‘veado maconheiro’: três possibilidades de dizer e viver o ‘sujeito homossexual’ (Porto Alegre, Século XX)”, apoiado pelo CNPq (com bolsa de produtividade), pela FAPERGS e pela PROPESQ-UFRGS (com bolsas de iniciação científica).

06 Ver, por exemplo: FADERMAN, Lillian. *Odd Girls and Twilight Lovers: A history of lesbian life in the 20th Century*. 1. ed. New York, NY: Columbia University Press, 1991.

07 FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988; e KATZ, Jonathan Ned. *The invention of heterosexuality*. 1. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

08 Ver, entre outros estudos produzidos no Brasil: VERAS, Elias Ferreira. *Travestis: carne, tinta e papel*. 1. ed. Curitiba: Prismas, 2017; QUEIROZ, Igor Henrique Lopes de. *As sexualidades desviantes nas páginas do jornal Diário Catarinense (1986-2006)*. 2014. 261 f. (Dissertação de Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123252>>. Acesso em: 02 abril 2020; LOPES, Charles Roberto Ross. *Seja gay... mas não esqueça de ser discreto: produção de masculinidades homossexuais na Revista Rose (Brasil, 1979-1983)*. 2011. 101 f. (Dissertação de Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32309/000785435.pdf>>. Acesso em: 02 abril 2020; SOUTO MAIOR JR, Paulo Roberto. Escrever para inscrever-se: epistolografia homossexual nas páginas do Lampião da Esquina (1978-1981). *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 254 - 282. set./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180308192016254/6359>>. Acesso em: 02 abril 2020.

periódicos publicados no país buscaram construir e reconstruir o sujeito homossexual masculino, de modo a classificá-lo e discipliná-lo. Em tais textos, será possível verificar regularidades discursivas, mas também transformações que expressam os embates travados em diversas arenas da vida social. Além disso, sem deixar de considerar o objetivo disciplinador de tais discursos, buscaremos apontar, na medida do possível, as formas de resistência empreendidas pelos “homossexuais” aos discursos hegemônicos, as quais lhes possibilitaram estabelecer fissuras na ordem vigente e construir espaços de (relativa) autonomia e expressão. Neste sentido, consideramos o discurso da imprensa periódica tanto como *descritivo*, capaz de expressar práticas vigentes na sociedade, quanto como *performativo*, ou seja, construtor dessas mesmas práticas e de seus praticantes.

Insistimos: o nosso objetivo é sobretudo metodológico. Oferecemos ao leitor exemplos de pesquisas que podem ser empreendidas a partir de diferentes tipos de periódicos (nacionais e locais, da grande imprensa e da imprensa alternativa) e de leituras (intensiva ou extensiva) desses jornais. Não temos a pretensão de aprofundar qualquer um dos temas tratados, queremos, sobretudo, incentivar novas investigações sobre esses e outros assuntos relacionados ao universo das homossexualidades<sup>09</sup>. Tal procedimento, com certeza, abrirá novas páginas de transgressão, de dor e de luta.

---

<sup>09</sup> Seguindo Patricio Simonetto, “[...] nos referimos a los homosexuales y lesbianas en plural como categorías operativas que definen la multiplicidad de sentidos, prácticas y experiencias de sujetos que desearon o mantuvieron vínculos con personas del mismo sexo. Lo que no implica que no existieran otras identidades disidentes a la heterosexualidad en simultáneo”. SIMONETTO, Patricio. Intimidades disidentes. Intersecciones en las experiencias de homosexuales y lesbianas en Buenos Aires durante los sesenta y setenta. *Trashumante: Revista Americana de Historia Social*. Medellín, Colômbia e Ciudad de México, México, n. 11, p. 28-50. jan./jun. 2018. Disponível em: <[http://revistatrashumante.com/pb/avada\\_portfolio/numero-11/](http://revistatrashumante.com/pb/avada_portfolio/numero-11/)>. Acesso em: 02 abril 2020.

## **“Muito travesti, pouca mulher”: espaços de sociabilidade homossexual e travesti nos carnavais de Porto Alegre por meio da imprensa da cidade (1960-1970)**

Analisando jornais da grande imprensa de Porto Alegre do período indicado, mais especificamente a *Última Hora* (posteriormente *Zero Hora*)<sup>10</sup> e o *Correio do Povo*<sup>11</sup>, deparamo-nos com uma série de notícias que se repetiram por quase toda a década de 1960 sobre bailes carnavalescos com grande presença de travestis e homossexuais. Geralmente invisibilizados e estigmatizados nas demais épocas do ano, esses sujeitos, bem como os seus espaços de sociabilidade, tornaram-se objetos de discursos por parte dos jornais locais durante as folias de carnaval. A denominação específica dessas festas pela imprensa como “bailes de travesti” e o lugar que tais notícias ocupavam levantam diversas questões que merecem análise. Buscaremos abordar brevemente dois pontos suscitados pela leitura dessas fontes. Primeiramente, nos preocuparemos em saber que espaços eram esses, onde se localizavam no traçado urbano porto-alegrense e que formas de sociabilidade eram engendradas pelos sujeitos que neles

---

10 O jornal *Última Hora*, que fazia parte da rede criada pelo jornalista Samuel Weiner no Rio de Janeiro em 1951, circulou no Rio Grande do Sul entre 1960 e 1964. Tinha publicação vespertina, em formato tabloide, com poucas páginas, trazendo muitas fotografias, títulos espetaculares e textos com frases curtas. Em 1964, a falência de *Última Hora*, por força do golpe civil-militar, deu origem ao jornal *Zero Hora* que, a despeito de seu apoio ao novo regime, manteve a identidade visual e o tom da abordagem da editoria policial muito semelhantes aos de *Última Hora*. Para mais, ver: ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com o *Última Hora*: o jornal e a pesquisa histórica. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 67-90, dez. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/31063/25773>>. Acesso em: 02 abril 2020.

11 O *Correio do Povo* foi fundado em 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, sendo o primeiro jornal do Rio Grande do Sul a se organizar como empresa. Tinha uma postura editorial que se pretendia “neutra” e não manifestadamente comprometida com algum partido político, inaugurando no estado um jornalismo marcado pela ênfase na informação. Para mais, ver: RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

conviviam, buscando reconstruir parte de suas experiências, levando em conta o que chamamos de dimensão descritiva do discurso jornalístico, ou seja, sua capacidade de indicar práticas existentes na vida social. Em um segundo momento, considerando o caráter performativo de tais textos, abordaremos os discursos da imprensa como constituidores de sujeitos travestis e homossexuais no carnaval, geralmente tomado como um período de maior permissividade para as práticas homoeróticas.

Inicialmente, é possível traçar algumas diferenças entre as abordagens dos dois jornais selecionados para a análise em relação às/aos travestis e homossexuais. Raramente são encontradas no *Correio do Povo* notícias sobre os bailes de travestis, seus locais e modos de funcionamento. A menção a esses espaços e sujeitos é sempre feita em pequenas notas condenatórias. É em *Última Hora/Zero Hora* que se encontra a maioria das notícias sobre tais bailes. Muitas vezes essas notícias ganham o espaço de uma página inteira, seguidamente até a página central da edição, e são sempre repletas de fotografias. A produção de matérias sobre sujeitos geralmente invisibilizados e estigmatizados como travestis e homossexuais parece se inserir no projeto editorial dos jornais que privilegiou narrativas sobre práticas sociais transgressoras e “crimes contra os costumes” tratados em uma chave sensacionalista<sup>12</sup>.

Na sua edição de 15 de fevereiro de 1961, por exemplo, a *Última Hora* trazia uma notícia ocupando uma página inteira cuja manchete anunciava: “10 mil pessoas foram ver travestidos: Turquinho”. O exagerado número, real ou fictício, dá a dimensão deste fenômeno que invadia o carnaval porto-alegrense e que tinha lugar na Cabana do Turquinho. Entre 1960 e 1965, todas as notícias do jornal *Última Hora* e posteriormente de *Zero Hora* que faziam referência aos “bailes de travesti” mencionavam a Cabana do Turquinho. Nessas notícias, o lugar é descrito como um espaço de grandes espetáculos levados a cabo pela presença das travestis com suas

---

12 ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com o *Última Hora*: o jornal e a pesquisa histórica. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 67-90, dez. 2012, p. 72.

fantasias espetaculares. Tal espaço era considerado uma “tentativa de reeditar aqui o célebre João Caetano”<sup>13</sup>, em referência ao Teatro João Caetano, localizado na cidade do Rio de Janeiro, e que foi um tradicional espaço de sociabilidade travesti nos carnavais cariocas desde a década de 1950<sup>14</sup>.

Entretanto, a partir de 1967, os jornais passaram a noticiar um esvaziamento nos bailes do Turquinho, que, nessa época, se localizava na avenida Voluntários da Pátria, no centro da cidade. Mas os bailes travestis continuaram a ser objeto das notícias que parecem indicar uma migração da maioria das travestis para o Baile dos Artistas, cuja localização era itinerante, mas que, geralmente, se mantinha entre o bairro Bom Fim e o Centro. Porém, se os espaços são diferentes, as fontes não apontam uma grande mudança nas práticas das frequentadoras. Em ambos os bailes, as atividades mais comuns mencionadas incluíam a valorização das fantasias “exuberantes” e “de causar inveja a qualquer mulher”<sup>15</sup> materializadas em variados concursos de fantasias, nos quais as travestis desfilavam numa passarela, sendo avaliadas por um júri.

Também eram comuns concursos para eleger uma “Rainha” e uma “Princesa” dos bailes, mantendo a tradição da corte carnavalesca, mas exigindo que as candidatas fossem todas travestis. Essas divisões, entretanto, não se limitavam aos critérios de participação nos concursos; o discurso jornalístico aponta também para a presença de hierarquias sociais entre as próprias travestis. O repórter de *Zero Hora* apontou, em 1969, a existência de uma “grande diferença de casta entre os ‘travestis’”<sup>16</sup> separando aquelas que tinham fantasias mais caras das mais pobres, chamadas de “sujos”. Em uma das poucas vezes em que esses sujeitos supostamente ganham voz nas notícias, tendo suas falas colocadas entre aspas, o jornal ressalta:

---

13 ÚLTIMA HORA. Porto Alegre: 15 fev. 1961, p. 6.

14 GREEN, James. *Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp: 2000, p. 344.

15 ÚLTIMA HORA. Porto Alegre: 25 fev. 1963, p. 3.

16 ZERO HORA, 17 fev. 1969, p. 22.

O senhor vê, não adianta vestir smooking em lixeiro. Deve-se ter finesse suficiente para portar-se como uma verdadeira dama. Minha fantasia custou cinco milhões, disse outro, veja se uma “dessas” poderia usá-la com classe – disse, apontando para os sujeitos<sup>17</sup>.

Se os bailes de travesti eram espaços de experimentação, sociabilidade e permissividade para as práticas homoeróticas, não eram neutros, nem necessariamente de inversão de papéis sociais rígidos e hierárquicos, como postulou Roberto DaMatta em seus estudos sobre o carnaval<sup>18</sup>. Os bailes aparecem aqui também como espaços de clivagens sociais e de reprodução de desigualdades.

No que tange à sexualidade destes sujeitos, é interessante notar como ela é produzida em tais discursos. O travestimento entre os foliões no período do carnaval já era uma tradição no Brasil pelo menos desde a década de 1930, como aponta Green<sup>19</sup>. A prática que levava à formação de blocos e grupos humorísticos era recorrente entre homens heterossexuais que se fantasiavam unicamente para o carnaval, inclusive rechaçando a presença de homossexuais nos mesmos espaços. Entretanto, a partir da década de 1940, há uma intensificação da chamada “apropriação homossexual do carnaval”<sup>20</sup> percebida pela mídia que passa a se preocupar com a participação cada vez mais frequente de homens afeminados nas festas. Em Porto Alegre, já em 1954, um texto veiculado no *Correio do Povo* informava a insatisfação de algumas pessoas com o carnaval da cidade em função do “crescimento espantoso dos travestidos, dos homens de duvidosa personalidade e das atitudes cada vez mais livres e primitivas”.<sup>21</sup>

Assim, parece haver, na década de 1960, uma mudança na forma de designar tais sujeitos, que se expressa também na linguagem utilizada pelos

17 ZERO HORA, 17 fev. 1969, p. 22.

18 DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

19 GREEN, James. *Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp: 2000, p. 329.

20 GREEN, James. *Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp: 2000, p. 321.

21 CORREIO DO POVO, 02 março 1954, p. 8.

jornais para denominá-los. Em 1961, uma notícia da *Última Hora* chamava os frequentadores da Cabana do Turquinho de “travestidos”, mas, nos anos seguintes, o sufixo desapareceu totalmente das notícias dando lugar ao termo “travesti”, que passou também a denominar as festas onde eles/as se faziam presentes, popularizadas como “bailes de travestis”. A mudança nos termos parece dar conta de uma nova forma de se referir à prática do travestismo, agora vinculada com a “apropriação homossexual do carnaval”, produzindo uma relação direta entre homossexuais e travestis. Assim, na década de 1960, a imprensa porto-alegrense identificava as travestis como “indecisos”, “bicharocas” e “integrantes do terceiro sexo”, termos pejorativos para se referir a homossexuais. Por exemplo: na edição de *Zero Hora* do dia 06 de fevereiro de 1967, a página central trazia uma reportagem cheia de fotografias dos bailes afirmando que “todos aqueles que se **fantasiam com travestis**, no Brasil, são bicharocas” e que “certas **bicharocas usavam ontem travestis** tão perfeitos, tão perfeitos, que conseguiram entrar nas toaletes femininas e não se ouvia nem um grito de mulher lá dentro” (grifos nossos).

As expressões “usar travesti”, “se fantasiar com travesti” ou “ir de travesti” dão a dimensão deste movimento que associa travesti e homossexualidade. Assim, concordamos com Veras quando esse afirma que, entre as décadas de 1960 e 1970, o discurso da imprensa no Brasil produzia um sujeito travesti que era um “tipo” de homossexual que se vestia de mulher em determinados espaços e épocas do ano. Tal construção discursiva que associava travesti a uma prática clandestina e provisória iria mudar na virada dos 1970 para os 1980, quando travesti passou a designar uma nova identidade sexual e um novo sujeito sexual<sup>22</sup>.

Se, em alguns momentos, a imprensa, sobretudo a *Última Hora*/*Zero Hora*, destacava as grandiosas fantasias utilizadas pelas travestis e jogava com a jocosidade de suas práticas, como os desfiles e os concursos de Rainha e Princesa, em outros textos, o discurso se deslocava para a esfera

---

22 VERAS, Elias Ferreira. *Travestis: carne, tinta e papel*. 1. ed. Curitiba: Prismas: 2017, p. 44.

da reprovação, tratando de enfatizar a devassidão moral dos bailes, das travestis e dos homossexuais. Na mesma página central da edição de *Zero Hora* que confirmava a perfeição “dos” travestis, o jornal trazia os dizeres: “O diabo, ontem, não compareceu a nenhum baile popular de carnaval em Porto Alegre, com medo de se desmoralizar”. Logo abaixo se encontrava a foto de uma travesti vestida de noiva, ao lado de seu suposto noivo vestido a caráter, com a legenda que afirmava: “Na Inglaterra, bicharoça já pode casar. No Brasil, por enquanto, só no carnaval. Ah, meu chapa, depois que a gente vê um negócio desses, só pode chegar a uma conclusão: o homem é um animal que não deu certo”.<sup>23</sup>

Da mesma forma oscilavam as relações entre polícia e censura e os sujeitos travestis. Em 1961, a *Última Hora* afirmava que um policiamento ostensivo e numeroso havia sido realizado nos bailes da Cabana do Turquinho e que tudo havia corrido bem, sem nenhum incidente. O mesmo aconteceu em 1964, em que se destacou a atuação da polícia na Cabana, sem o registro de ocorrências pelo jornal. Em fevereiro de 1965, contudo, uma pequena nota no *Diário de Notícias*, outro jornal que circulava na cidade no mesmo período, indicava uma possível mudança nesta relação: “E teve um que achava horrível esse negócio da polícia perseguir os travestis”<sup>24</sup>, afirmava Guillermo Ares em sua coluna de opinião. Apesar da condenação das práticas travestis estar presente nos demais jornais, há uma ausência de narrativas sobre a repressão neste período.

Em 1969, porém, no dia 1º de fevereiro, uma nota curta no *Correio do Povo* informava que o “Serviço de Censura da Polícia Federal [...] resolveu proibir em todo o território nacional os bailes conhecidos como de ‘travesti’”<sup>25</sup>. Alguns dias depois, o mesmo jornal trazia o comunicado

---

23 ZERO HORA, 06 fev. 1967, p. Central.

24 DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 28 fev. 1965, p. 5. O *Diário de Notícias* foi lançado em 1925 por Francisco de Leonardo Truda, Raul Pilla e outros. Junto ao *Correio do Povo* fundou um novo regime jornalístico no estado baseado em uma organização empresarial. Em 1930, foi comprado por Assis Chateaubriand e passou a integrar a rede dos Diários Associados. O periódico encerrou suas atividades no ano de 1979. Para mais, ver: RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

25 CORREIO DO POVO, 01 fev. 1969, p. 12.

do Departamento de Censura do Estado sobre as proibições no carnaval daquele ano com um artigo específico determinando que “Ficam proibidos os bailes ‘Travesti’”<sup>26</sup>.

A novidade da proibição dos bailes suscita o questionamento sobre uma possível vinculação desse fato com o momento político-social que o país vivia no início de 1969, isto é, logo após a promulgação do AI-5 pela ditadura civil-militar, medida que marcou o aumento da repressão aos considerados inimigos do regime e o estreitamento dos códigos morais<sup>27</sup>. No dia 13 de fevereiro do mesmo ano, o mesmo *Correio do Povo* afirmava novamente em nota que os bailes travestis haviam sido “terminantemente proibidos”, mas que as travestis poderiam continuar participando dos festejos nos salões, porém sem poder realizar seus concursos. Entretanto, notícia de *Zero Hora* de alguns dias depois, a mesma que relata as desigualdades sociais entre as travestis no Baile dos Artistas, oferece um contraponto à proibição dos bailes, evidenciando a existência de uma complexa dinâmica na relação entre polícia, homossexuais e travestis. Deste modo, podemos apreender que, através de algumas táticas, ainda que o discurso jornalístico não as detalhe, esses sujeitos resistiam às ordens de interdição dos bailes e dos concursos de fantasias. Criavam, portanto, no período do carnaval, rupturas na ordem social, construindo espaços de relativa liberdade e autonomia.

A complexidade destas relações, tanto da polícia, quanto da imprensa, com esses sujeitos revela a produção de práticas discursivas e não-discursivas que, como mostram as fontes, oscilam entre o fascínio e a condenação acerca das práticas homoeróticas no período do carnaval. Fascínio, pois esses sujeitos ganham visibilidade nas notícias dos jornais, algumas com muitas fotos deles/as, outras inclusive ocupando as páginas centrais, que destacam suas fantasias e “personalidades”. Por sua vez, a condenação fica a cargo das menções à devassidão moral dos bailes, do

---

26 CORRERIO DO POVO, 06 fev. 1969, p. 5.

27 GREEN, James. *Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp: 2000, p. 368.

medo de uma crescente participação de travestis e homossexuais nos carnavais e da proibição de certos festejos. Esta variação entre fascínio e condenação talvez possa ser atribuída ao próprio carnaval, espaço no qual a ruptura com certas convenções sociais é permitida. Se a interpretação de Roberto DaMatta sobre as inversões dos papéis e normas sociais pode mascarar algumas realidades, ela precisa ser matizada para explicar a relação entre travestis e homossexuais, imprensa e polícia. Assim, para os dissidentes sexuais o carnaval surge como um espaço privilegiado de experimentação, sociabilidade e visibilidade de suas práticas, instaurando algumas rupturas sociais não permitidas nos demais dias do ano.

Esta breve análise aqui efetuada buscou mostrar como o *Correio do Povo* e a *Última Hora/Zero Hora* descreviam e produziam os espaços dos festejos de carnaval, bem como os sujeitos homossexuais e travestis de Porto Alegre numa chave discursiva que variava entre a condenação e a celebração. Os jornais apontavam os locais onde essas festas ocorriam e também as práticas engendradas pelos seus participantes, evidenciando experiências marcadas pela permissividade e ruptura com a ordem moral dominante no período, mas também pela reprodução de certas hierarquias sociais entre os próprios “desviantes sexuais”. Igualmente, a análise do discurso jornalístico permitiu perceber que as travestis eram constituídas como uma “espécie” de homossexual que performava o feminino no contexto carnavalesco. Desse modo, os periódicos da imprensa local se mostram fontes potentes para se construir tanto uma história social dos dissidentes sexuais que busque visibilizar suas experiências – de opressão e de resistência –, quanto uma história cultural preocupada com a constituição destes sujeitos.

## **“O que você acha, homossexual é gente?”: as lutas do movimento homossexual no Brasil entre 1978 – 1981 a partir do periódico alternativo *Em Tempo***

Passaremos agora a analisar um tipo bem diferente de publicação, o jornal *Em Tempo*, criado pela organização trotskista Democracia Socialista (DS) no final da década de 1970, o qual integrava um conjunto mais amplo de periódicos denominado de imprensa alternativa ou “nanica”<sup>28</sup>. De início, caracterizaremos de modo muito breve essa organização e o referido periódico. A seguir, atentando para o caráter descritivo e performativo do discurso jornalístico, examinaremos a maneira como o *Em Tempo*, simultaneamente, noticiava e construía o movimento homossexual organizado, bem como os seus militantes, que davam seus primeiros passos no Brasil. Tal enfoque parece-nos importante para compreender o lugar que a luta pelos direitos dos homossexuais ocupava na nova esquerda que se constituía no contexto da redemocratização política, lugar esse marcado por muitas tensões e ambiguidades.

A DS foi criada nos anos de 1970 por agrupamentos regionais, especialmente de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, atuantes no movimento estudantil que se reorganizava durante a segunda metade daquela década. No início dos anos 1980, a organização passou a compor o Partido dos Trabalhadores (PT) enquanto tendência interna. Em 1977,

---

<sup>28</sup> Tipo de imprensa que se difundiu durante os anos da ditadura civil-militar – principalmente na década de 1970 –, caracterizada pela oposição que fazia ao regime. Os jornais da imprensa alternativa geralmente tinham formato tabloide ou minitabloide. Tal tipologia abarca periódicos de esquerda vinculados a partidos ou organizações políticas clandestinas, revistas de contracultura e publicações dos novos movimentos sociais, como o feminista, o homossexual e o negro. Para mais, ver: ARAÚJO, Maria Paula. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000; KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 1. ed. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

a Democracia Socialista fundou o jornal *Em Tempo* – uma publicação de imprensa alternativa que, além de tratar de questões do movimento dos trabalhadores, sindicatos e outros assuntos político-partidários, passou a abrir espaço para temáticas que eram vistas como tabus pela sociedade brasileira – tais como a homossexualidade e a sexualidade feminina. Esses, entre outros, foram alguns dos assuntos que começaram a ser tratados pelas publicações da chamada imprensa alternativa, as quais tiveram grande relevância no sentido de politizar “questões até então compreendidas pela sociedade e pelas próprias esquerdas como sendo de interesse privado”<sup>29</sup> e contribuir para legitimá-las na esfera pública, bem como para tecer redes de sociabilidade entre militantes de tais pautas. Nessa perspectiva, cabe aqui investigarmos, brevemente, de que maneira a publicação da DS apresentava a luta do movimento homossexual, evidenciando seus pontos de contato com o conjunto mais amplo que compunha a esquerda brasileira naquele momento, mas também levando em conta suas demandas e problemáticas específicas.

Antes, porém, no que tange à orientação ideológica da organização, é preciso ressaltar que:

As razões que permitiram ao trotskismo brasileiro maior permeabilidade ao debate homossexual estão relacionadas, principalmente, aos vínculos transnacionais que essas organizações mantinham com redes mundiais de partidos socialistas conhecidas como ‘TV Internacional’, herdeiras da tradição internacionalista defendida pelo revolucionário russo Leon Trotsky. Uma das características centrais do movimento trotskista desde a década de 1930 é a forte oposição ao estalinismo e às políticas repressivas que se desdobraram na União Soviética a partir da ‘contrarrevolução burocrática’ (BENSAÏD, 2010:15) promovida por Stálin.<sup>30</sup>

---

29 DA CRUZ, Rodrigo. *Do protesto às urnas: O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982)*. 2015. 188 f. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 55. Disponível em: <<http://www.repositorio.unifesp.br/handle/11600/47827>>. Acesso em: 03 abril 2020.

30 DA CRUZ, Rodrigo. *Do protesto às urnas: O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982)*. 2015. 188 f. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 86.

Em relação à análise das notícias veiculadas no recorte temporal aqui apresentado, é importante chamar a atenção para o fato de que, entre 1980 e 1981, o jornal passou a apresentar uma seção específica voltada às questões do movimento homossexual, intitulada “homossexuais”. Nesse intervalo de tempo, pode-se verificar um aumento da quantidade de notícias sobre a temática em comparação com os períodos anteriores e posteriores. A seção ficava localizada nas páginas finais do jornal, dividindo espaço com outras dedicadas ao movimento negro e feminista, ocupando, em geral, uma ou duas páginas. Tal fato pode suscitar duas interpretações: por um lado, evidencia o fortalecimento das pautas do movimento homossexual, que se afirmava ao ponto de reivindicar – e de ter tal demanda atendida – um segmento específico do periódico para expor suas pautas; por outro, contudo, o fato de estar no final do periódico, e normalmente contando com um número reduzido de páginas, pode denotar o caráter secundário da questão dentro das pautas da esquerda brasileira, conforme já apontavam militantes do movimento naquela época. Como exemplo, citamos trecho de uma entrevista com integrantes do grupo *Somos*<sup>31</sup>, publicada no *Em Tempo* em maio de 1980, na qual o repórter questiona de que maneira o grupo estabelecia uma relação com a “grande” política no Brasil. Um dos entrevistados, “Jimmy”, rebateu o próprio tom da pergunta e, dessa maneira, mostrou sua resistência à ordem discursiva dominante, ao afirmar:

[...] esse debate sobre a questão da luta menor com a luta maior é um debate falso. Eu não acho que a luta pela nossa libertação é menor do que a luta dos metalúrgicos. A questão que se coloca [...] é ver [...] qual é o nosso papel na transformação dessa sociedade.<sup>32</sup>

Ainda em relação ao tema, Jimmy ressaltou:

---

31 O Somos – Grupo de Afirmação Homossexual (anteriormente Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais) foi a primeira organização, fundada em 1979, pelos direitos dos homossexuais no Brasil. Esteve envolvida em variadas ações em São Paulo, promovendo, dentre diversos outros eventos, atos culturais e atividades de conscientização. O grupo se dissolveu em 1983.

32 EM TEMPO, 1-14 maio 1980, p. 18.

O que eu acho é que muitas pessoas olharam para a esquerda esperando uma abertura sobre a questão da sexualidade. [...] A gente olha pra esquerda pensando que ela vai ser progressista, mas não é. Se a esquerda fosse menos preconceituosa, hoje ela estaria mais esclarecida. Eu acho que o mais importante agora é a gente fortalecer o nosso movimento. Ele tem que ser muito forte para ser ouvido e respeitado. E para isso precisamos pensar quais serão os nossos aliados e como vai ser o diálogo com eles.<sup>33</sup>

Refletindo sobre as estratégias de luta dos homossexuais, outro militante, Caca, ressaltou na entrevista que não havia ainda, naquele momento, tendências definidas dentro do movimento. Existiria, segundo ele, “ameaças de tendências”, como teria ficado evidente no Primeiro Encontro de Homossexuais, aonde emergiram duas perspectivas: “uma que pensa a possibilidade de fazer alianças com outros grupos e outra que se questiona se realmente é nosso objetivo a tomada do poder”<sup>34</sup>.

Antes disso, ainda em 1978, o *Em Tempo* publicou matéria com um título bastante provocativo, “O que você acha, homossexual é gente?”<sup>35</sup>, cujo subtítulo aponta para práticas discursivas e não discursivas que, em diversos momentos da história, buscaram disciplinar sujeitos potencialmente ameaçadores da ordem vigente: “Ou deve ir para o asilo, como os velhos? Ou deve ir para o hospício, como os loucos? Ou deve ir

---

33 EM TEMPO, 1-14 maio 1980, p. 18.

34 Estas divergências iniciais evoluíram posteriormente para um “racha” no próprio Somos. De acordo com James Green, tal dissonância se colocou de modo mais significativo quando parte dos integrantes do grupo decidiu participar das manifestações do Dia do Trabalho em 1980. De um lado, o próprio Green integrava o grupo que defendia uma aproximação do movimento homossexual com setores trotskistas, em especial, da Convergência Socialista – organização da qual fazia parte. Já no outro polo, João Silvério Trevisan estava entre os participantes que se mostravam contrários a essa aproximação. Seus argumentos eram baseados na ainda predominante homofobia da esquerda, afirmando que os trotskistas tentavam tirar proveito dos militantes homossexuais num contexto de efervescência política e que era necessário construir um movimento “autêntico” que rejeitasse a noção tradicional de liderança. Para mais, ver: GREEN, James. “Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão”: uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 53-82, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/460/459>>. Acesso em: 03 abril 2020; TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade*. 4. ed. São Paulo: Record, 2002.

35 EM TEMPO, 6 – 12 nov. 1978.

para a cozinha, como as mulheres? Ou ficar quatro séculos na canga, como os negros?”. O texto menciona iniciativas como o movimento *BlackRio* e o jornal *Lampião da Esquina* como vetores que estariam colocando em evidência novas visibilidades e dizibilidades sobre sujeitos tradicionalmente excluídos. Apresenta igualmente um debate realizado entre diversos porta-vozes dessas novas enunciações (um crítico de cinema, um escritor, um diretor teatral, militantes feministas, uma jornalista e um professor de teoria política), com o objetivo de “colocar em discussão o problema das ‘minorias’”. O ponto de contato entre esses diferentes sujeitos, segundo Trevisan, um dos entrevistados, se daria na medida em que “somos todos igualmente definidos como minoria porque nossos problemas, de um ponto de vista dogmático, são considerados como politicamente irrelevantes”<sup>36</sup>, justificando, então, sua crítica de que a esquerda tradicional encarava a ação política puramente na chave da tomada do poder, fosse ou não pela via eleitoral. Os entrevistados e entrevistadas convergiam no sentido de que os atravessamentos produzidos por outros tipos de opressão, para além da de classe, deveriam ser tomados enquanto pautas prioritárias, no mesmo patamar das lutas dos trabalhadores. Dessa maneira, afirmavam, tornava-se relevante pensar, para além da tomada de poder, em temáticas como os privilégios na sociedade patriarcal, a sexualidade e até mesmo o próprio prazer – revolucionário por possibilitar não mais encarar o corpo, conforme apontou o debatedor César Augusto, como mero instrumento de trabalho<sup>37</sup>.

A partir de tais ponderações, retornamos à análise do movimento homossexual a partir de sua visibilidade no *Em Tempo*, levando em conta a tensão apontada anteriormente. Assim, em certo sentido, é pertinente pensar que o surgimento de uma seção específica dedicada ao movimento no interior do jornal indica o fortalecimento de sua pauta no jogo político da época, especialmente junto à esquerda. Afinal, o tema ganhava, literalmente,

---

36 EM TEMPO, 6 – 12 nov. 1978.

37 EM TEMPO, 6 – 12 nov. 1978.

um espaço próprio, não diluído no conjunto de bandeiras mais amplas defendidas pela DS. Por outro lado, esse “território” específico poderia significar, também, isolamento ou, mais propriamente, descolamento de outras lutas travadas pela corrente, como aquelas empreendidas contra a ditadura e pelo socialismo, como se as questões da esfera da sexualidade possuísem menor grau de relevância, ou fossem pequenas ou secundárias dentro do âmbito da “grande” política, o que é perceptível no lugar e no tratamento gráfico concedido à questão: ao final do periódico, com páginas reduzidas, quase como um apêndice da publicação, em contrapartida à luta dos trabalhadores e às questões partidárias que compõem o grosso do jornal e não contêm, em geral, páginas específicas com seções delimitadas para a sua abordagem. Isso, em termos metodológicos, mostra a importância de atentarmos não só para o que é dito em um jornal, mas também para como é dito, incluindo a análise da materialidade do impresso (distribuição gráfica, imagens, diagramação, etc.)<sup>38</sup>. Ainda assim, conforme aponta Rodrigo da Cruz: “A abertura para o tema [do movimento homossexual] evidencia o esforço de renovação por parte das esquerdas, em especial dos grupos trotskistas como a DS e a Convergência [Socialista]”.<sup>39</sup> De forma geral, pode-se dizer que a publicação em tela, nas suas páginas específicas voltadas à “questão homossexual”, centrou-se na articulação do movimento, na luta contra o preconceito, na reivindicação de participação política desses agentes e nos debates internos às organizações, encontros e grupos.

A partir de 1982, observa-se tanto o desaparecimento de uma seção específica no jornal para o movimento homossexual, quanto uma drástica redução de veiculação de notícias sobre a temática. Regina Facchini aponta uma das possíveis causas desse fato:

---

38 Sobre este assunto, ver, por exemplo: LUCA, Tania de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto: 2005, p. 111-154.

39 DA CRUZ, Rodrigo. *Do protesto às urnas: O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982)*. 2015. 188 f. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 57.

[o] surgimento da epidemia da Aids, então chamada 'peste gay', e seu poder de desmobilização das propostas de liberação sexual e, ainda, pelo fato de muitas lideranças terem se voltado para a luta contra a Aids, criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia.<sup>40</sup>

De modo geral, a breve análise aqui realizada permite verificar como o *Em Tempo* buscou construir o movimento homossexual, ao lado do movimento feminista e do movimento negro, e seus militantes como uma espécie de núcleo ao mesmo tempo inserido em e apartado de um movimento mais amplo: a luta da classe trabalhadora contra a ditadura e pelo socialismo. Por vezes, suas páginas deram espaço para questionamentos a essa dicotomia, como o realizado por Jimmy, e também atestaram as ações e debates de seus integrantes que buscavam conquistar o espaço público. Assim, esse periódico da imprensa alternativa, que abria espaço para temas seguidamente obscurecidos pela grande imprensa, mostra-se uma fonte importante para a pesquisa tanto das ações do movimento homossexual no período quanto da forma como a nova esquerda que se agrupava no PT construía, com muitas tensões e ambiguidades, os sujeitos que levavam avante essa bandeira.

---

40 FACHINNI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond: 2005, p. 102.

## **A grande mídia e o “câncer gay”: os discursos sobre a aids e as homossexualidades no *Jornal do Brasil* e n’*O Estado de São Paulo* na década de 1980**

Nesta última parte do texto, abordaremos, a partir de pesquisa realizada na plataforma Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional<sup>41</sup>, discursos sobre a aids e as homossexualidades presentes em periódicos de grande circulação do Rio de Janeiro e de São Paulo – majoritariamente *Jornal do Brasil*, mas também *O Estado de São Paulo* –, publicados nos anos de 1980. Neste contexto, a epidemia se tornou conhecida em todo o mundo e tais periódicos permitem acompanhar, simultaneamente, atores (individuais e coletivos), debates e ações envolvidos em tal processo de difusão, bem como a constituição de um sujeito, o “aidético”, que passou a ser alvo de múltiplas práticas discursivas e não discursivas, as quais buscavam formatá-lo e, por consequência, discipliná-lo. Metodologicamente, é importante dizer que a pesquisa não se deu a partir de uma leitura intensiva de coleções de jornais preservadas em hemerotecas, mas da busca por palavras-chave (tais como “gay”, “bicha” e “travesti”) em uma ampla base de periódicos digitalizados, editados em diversos locais e períodos. Se, por um lado, tal procedimento possibilita uma pesquisa muito rápida e vasta, por outro, também implica precauções metodológicas.

Em primeiro lugar, é preciso estar atento para a quantidade de informações coletadas que ultrapassam, no caso de uma palavra-chave como “aids”, a casa dos milhares. Assim, organizar e priorizar dados é tarefa árdua e que pode ser perturbada pela ferramenta de busca. Outro ponto

---

41 Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

que pode causar problemas é a falsa sensação de onipresença do tema no período em questão, já que não levamos em conta, o que de resto seria impossível, a totalidade das notícias publicadas pela imprensa no recorte temporal examinado. Assim, não temos condições de avaliar o peso dos textos sobre a epidemia no conjunto dos periódicos em relação a outros assuntos. Finalmente, o uso desse tipo de ferramenta não possibilita uma pesquisa “completa”, ou seja, inúmeras outras entradas para o tema ficam de fora de tal rastreamento eletrônico por não conterem as palavras-chave utilizadas na busca. Como assinala Pedro Krause Ribeiro, ao tratar de sua própria pesquisa na Hemeroteca Digital, “é bom saber que a máquina não consegue ser tão competente quanto o trabalho do historiador, de buscar minúcias e dados fragmentados, de continuar mergulhando nas fontes, buscando os rastros que constituam os fios que constroem esse passado”.<sup>42</sup>

De qualquer modo, acompanhando os textos pesquisados, podemos concordar com as seguintes considerações divulgadas pela FIOCRUZ em reportagem especial publicada no ano de 2007:

Quando os primeiros casos de Aids foram identificados no Brasil, no início da década de 1980, a mídia logo se interessou pela misteriosa síndrome que alarmava a população e desafiava pesquisadores. O pouco ou quase nenhum conhecimento sobre a doença gerava especulações e estigmas que associavam a infecção a determinados grupos ou comportamentos de risco. Sem a devida orientação, os meios de comunicação não hesitaram em difundir manchetes alarmistas e estigmatizantes.<sup>43</sup>

Tal afirmação é verificável a partir do teor das primeiras notícias veiculadas pela grande mídia, aonde a desconhecida doença aparece frequentemente referida como “câncer gay” ou “praga gay” - denominação que, por si só, cria uma íntima vinculação entre a patologia e “sexualidades

42 RIBEIRO, Pedro Krause. *Um figurão da República das Letras: Raul Pederneiras – sua (auto)biografia, sua singularidade, sua metacaricatura*. 2017. 447 f. (Tese de Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. As considerações sobre as possibilidades e limites do uso da Hemeroteca Digital para a pesquisa histórica foram baseadas neste trabalho.

43 FIOCRUZ. *O vírus da Aids, 20 anos depois* – reportagem especial. Disponível em: <<http://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/index.html>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

desviantes”. De acordo com Susan Sontag, uma das principais intelectuais que se propôs a pensar as metáforas da aids, entre as quais a sua associação com a homossexualidade masculina,

O comportamento perigoso que produz a aids é encarado como algo mais do que fraqueza. É irresponsabilidade, delinquência — o doente é viciado em substâncias ilegais, ou sua sexualidade é considerada divergente. A transmissão sexual da doença, encarada pela maioria das pessoas como uma calamidade da qual a própria vítima é culpada, é mais censurada do que a de outras — particularmente porque a aids é vista como uma doença causada não apenas pelos excessos sexuais, mas também pela perversão sexual.<sup>44</sup>

Mesmo no discurso médico-científico, que buscava, de certa forma, controlar o pânico da doença, é possível constatar marcas que reforçam estigmas relacionados a determinados grupos. Um exemplo é a matéria significativamente intitulada “Brasil já registra 2 casos de ‘câncer-gay’”, publicada no *Jornal do Brasil* em junho de 1983, na qual consta a fala da médica Valéria Petri, responsável pelo tratamento das duas pessoas afetadas pela doença mencionadas na manchete. Apesar de declarar: “Lembro que não são apenas os homossexuais que podem contrair esse vírus, mas qualquer pessoa que tenha uma resistência de imunologia diminuída, independente da opção sexual”, bem como discordar de que a doença fosse uma “praga gay”, afirmou: “recebi um **homossexual** com uma lesão no pé. Feitos os exames, constatei que se tratava de um sarcoma de Kaposi, um tipo de **câncer-gay**” (grifos nossos). Ela ainda ressaltou: “é lógico que os que tenham uma atividade sexual promíscua estão mais sujeitos a contrai-la”. Tal declaração, aliada à informação do periódico de que “os homossexuais representam 40% da sua clientela, a maioria com doenças venéreas”, acabou construindo, não obstante todas as ressalvas feitas por Petri, um elo discursivo bastante poderoso entre a síndrome e as homossexualidades. Nesse sentido, conforme aponta Squire:

---

44 SONTAG, Susan. *Aids e suas metáforas*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras: 1988, p. 57.

É particularmente claro no caso de tal ciência da Aids que o discurso é material, e o material, discursivo. Vocabulários científicos em torno da condição moldaram diagnósticos, tratamentos e práticas de prevenção. Ao mesmo tempo, a ciência da Aids é, ela mesma, pesadamente infletida pelas presunções patriarcais, heterossexuais e racistas da linguagem que a escreve; presunções que levam a parcialidades ou omissões, alarmes apocalípticos, afirmações exageradas ou subestimadas.<sup>45</sup>

A utilização de termos que definem os homossexuais como vetores de transmissão da doença por conta de seus supostos comportamentos lascivos e irresponsáveis são bastante frequentes nos periódicos pesquisados, ainda que os próprios discursos jornalísticos caíam, não raramente, em contradição com os próprios sujeitos que buscam moldar, como é o caso da notícia que afirmava que o primeiro caso de aids em Porto Alegre afetou um homem de 40 anos descrito como “homossexual e pai de família”.<sup>46</sup>

Para melhor exemplificarmos a maneira como os estigmas sociais operavam transversalmente aos discursos médico-científicos, e tinham impacto direto nos discursos produzidos e veiculados pela mídia, referenciamos a notícia de novembro de 1987 do *Jornal do Brasil*, intitulada “‘Gay’ branco e jovem sobrevive mais à aids do que negra e drogada”. Nela, afirmava-se que, de acordo com pesquisa do Departamento de Saúde do estado de Nova Iorque, “a raça, o sexo e a idade parecem desempenhar um papel importante na sobrevivência dos aidéticos”, sendo afirmado ainda que “os mais afetados pela aids são as mulheres negras e hispânicas”, e que “as mulheres negras que são dependentes de drogas intravenosas são as que estão em piores condições”.<sup>47</sup>

Ainda assim, as construções do sujeito homossexual como o principal responsável pela transmissão da aids são bastante presentes na

45 SQUIRE, Corinne. Aids panic. In: M. USSHER, Jane (Org.). *Body Talk: The Material and Discursive Regulation of Sexuality, Madness and Reproduction*. 1. ed. Nova Iorque: Routledge: 1997, cap. 4, p. 50-69 (Tradução livre dos autores), p. 52.

46 JORNAL DO BRASIL, 03 jan. 1984, p. 7.

47 JORNAL DO BRASIL, 21 nov. 1987, p. 6.

retórica midiática. Por exemplo: em matéria de 1987 do *Jornal do Brasil* intitulada “‘Paciente Zero’ da Aids contaminou mais de 40 nos EUA”, assinada pelo jornalista da Agência Reuters, Paul Ben-Itzak, com base em livro do jornalista Randy Shilts<sup>48</sup>, a descrição do “homossexual canadense” Gaetan Dugas afirma que o comissário de bordo teria contraído a doença a partir de “contato sexual com africanos” e que, mesmo depois de saber estar infectado, teria mantido relações sexuais com “uns 250 homens por ano [...] espalhando a doença ao longo das cidades onde sua empresa aérea atuava”. Diz ainda o texto que, após as relações, fazia “terrorismo” com seus parceiros nas termas de São Francisco, mostrando as marcas do sarcoma de Kaposi no peito e dizendo: “Está vendo? É câncer-gay, você ainda vai ter um”. Segundo o autor, “o desembarço de Dugas e de muitos outros homossexuais, indiferentes ao perigo da doença, é culpa de uma omissão oficial sobre a aids, facilitando a disseminação do mal”.<sup>49</sup> Esse tipo de narrativa se adequa muito bem ao que Squire chamou de “pânico da aids”:

Esse pânico revolve em torno de noções de vulnerabilidade corporal, debilitação e morte; sexualidade, e homossexualidade em especial; alteridade racial e contaminação estrangeira; prazer; e incertezas científicas e de outras epistemologias. O pânico da Aids pode ser paralisante ou hostil, até mesmo assassino.<sup>50</sup>

É importante ressaltar que, em oposição à “indiferença ao perigo” por parte de muitos governos, notadamente o de Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981-1989), pode-se verificar um número crescente de reportagens que apontam para a mobilização, tanto em âmbito internacional, quanto nacional, de organizações do movimento homossexual visando prevenir a propagação da doença e demandar a implementação de políticas de assistência aos infectados. Com isso queremos dizer que a imprensa pode ser uma fonte preciosa para a

---

48 SHILTS, Randy. *And the band played on: politics, people and the AIDS epidemic*. 1. ed. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1987.

49 JORNAL DO BRASIL, 08 out. 1987, p. 15.

50 SQUIRE, Corinne. Aids panic. In: M. USSHER, Jane (Org.). *Body Talk: The Material and Discursive Regulation of Sexuality, Madness and Reproduction*. 1. ed. Nova Iorque: Routledge, 1997, p. 51.

construção de uma história social da aids, com ênfase na experiência dos diversos atores envolvidos com a epidemia: pessoas infectadas, militantes dos movimentos homossexuais, profissionais da saúde, governantes, entre outros.

“Alertar sem alarmar”<sup>51</sup>, como afirmava matéria d’O *Estado de São Paulo*, através de medidas que visassem a educação sexual de todos os setores da sociedade, era um dos caminhos adotados pelos grupos homossexuais, como forma de se contrapor às práticas discursivas e não-discursivas estigmatizadoras. Manchetes como “Gays’ baianos distribuem preservativos contra Aids”<sup>52</sup> – sobre ação promovida pelo Grupo Gay da Bahia<sup>53</sup> – e notícias que relatavam a promoção de encontros entre homossexuais para debater, entre outras temáticas, a questão da aids, conforme anunciava reportagem sobre o 1º Congresso Nacional dos Gays<sup>54</sup>, passaram a ganhar cada vez mais espaço nos periódicos.

É possível observar, também, como os discursos hegemônicos sobre a atribuída relação aids/homossexualidade impactaram de diferentes formas os sujeitos homossexuais. Como exemplo, citamos entrevista realizada pelo *Jornal do Brasil* em 1987 com o escritor Aguinaldo Silva (que havia sido editor do importante jornal homossexual *Lampião*), descrito na notícia como não fazendo parte do “ativismo gay”. Na matéria, intitulada “Homossexuais consideram preconceito pior do que aids”, Silva afirmava que a epidemia havia humanizado o movimento homossexual, uma vez que, antes de sua irrupção, esse era visto como “uma coisa de gueto, de posição arrogante contra os heterossexuais”. Ressaltou ainda que o

---

51 O ESTADO DE SÃO PAULO, 07 nov. 1987, p. 11.

52 JORNAL DO BRASIL, 17 dez. 1986, p. 7.

53 Associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil fundada em 1980 e ainda em atividade. Esteve, desde a sua criação, engajada na promoção de diversas atividades de conscientização e campanhas informativas. Liderou o movimento que levou o Conselho Nacional de Saúde a abolir a classificação da homossexualidade como desvio sexual passível de tratamento. Assumiu, também, protagonismo na mobilização para o enfrentamento da aids. Ver: GREEN, James et al. MESA-REDONDA Somos – Grupo de Afirmação Homossexual: 24 anos depois. Reflexões sobre os primeiros momentos do movimento homossexual no Brasil. Publicação do *Arquivo Edgard Leuenroth* – Centro de Pesquisa e Documentação Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), vol. 10, n. 18/19, 2003, p. 49-75.

54 JORNAL DO BRASIL, 27 maio 1985, p. 5.

“lado bom [sic]” da aids foi o fato de que ela “mudou o comportamento do homossexual”, pois, segundo ele, as pessoas passaram a saber que “a promiscuidade traz consequências”<sup>55</sup>. Ou seja, sujeitos homossexuais, subjetivados por práticas discursivas e não discursivas estigmatizadoras, também reproduziam discursos que associavam aids, promiscuidade e “homossexualismo”, conferindo autoridade aos discursos hegemônicos que tratavam de construir o sujeito “aidético”.

Impondo fissuras a essa ordem discursiva dominante, estavam os diversos grupos homossexuais que assumiam destaque na promoção de políticas públicas de prevenção e assistência, bem como no combate a estigmatizações sociais disseminadas pela grande mídia. Pode-se concluir, portanto, que os discursos veiculados nos jornais da grande imprensa sobre a aids, mesmo quando se propunham a apresentar avaliações “neutras”, assentadas em uma perspectiva médico-científica acerca da questão, estavam eivados de julgamentos morais que corroboravam os preconceitos dos discursos heteronormativos hegemônicos. Carregavam, assim, marcas discriminatórias que associavam patologia a sexualidades desviantes. De outro lado, pode-se perceber o protagonismo da parte de sujeitos e organizações homossexuais – mesmo com suas diferenças internas – no sentido de demandar medidas de prevenção e assistência à saúde, bem como uma disputa por espaço de fala nos periódicos da grande imprensa. Como hoje se sabe, uma das consequências de tal processo de disputas pela enunciação da aids se deu na medida em que falar sobre a epidemia também abriu espaço para discussões mais amplas – conforme apontam Fernando Seffner e Richard Parker<sup>56</sup> – não somente a respeito da própria homossexualidade, mas também sobre luta contra o preconceito e a discriminação, direitos humanos, críticas à medicalização, entre tantas outras questões vinculadas à epidemia. Portanto, mais uma vez constatamos que a imprensa possibilita analisarmos historicamente

---

55 JORNAL DO BRASIL, 6 dez. 1987, p. 26.

56 SEFFNER, Fernando; PARKER, Richard. Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids. *Revista Interface*. Botucatu, vol. 20, n. 57, p. 293-304, abr.-jun., 2016, p. 295.

tanto a construção de sujeitos (no caso, o sujeito “aidético”), quanto examinarmos as formas de resistência desses sujeitos à ordem dominante.

## Considerações Finais

O objetivo principal deste texto, como apontamos na Introdução, é sobretudo metodológico, ou seja, discutir as possibilidades, e também os limites, da imprensa como fonte para a construção de uma história social e cultural das homossexualidades no Brasil. Isso porque os periódicos tanto oferecem indícios das experiências desses sujeitos (nos casos aqui examinados, espaços de sociabilidade, práticas lúdicas, confrontos com a polícia, estratégias organizativas, militância, lutas por reconhecimento e aceitação), quanto enunciam discursos que buscam construir sujeitos estáveis (o “travesti homossexual”, o “homossexual de esquerda” e o “homossexual aidético”), a fim de moldá-los e discipliná-los. Procuramos atentar também para as formas de resistência empreendidas pelos homossexuais contra essas práticas discursivas e não-discursivas opressoras e disciplinadoras, que instauraram fissuras na ordem heteronormativa hegemônica, as quais igualmente podem ser apreendidas nos jornais.

As temáticas e os veículos aqui abordados, não obstante a sua heterogeneidade, evidenciam o que chamamos de caráter descritivo e, ao mesmo tempo, performativo do discurso jornalístico; a força desse último como instituidor de sujeitos, mas também, pelo próprio pacto que estabelece com os leitores, ao menos nas sociedades contemporâneas, de informar sobre a “realidade”, a sua potencialidade para registrar práticas de dominação e resistência presentes na vida social.

Que novas páginas de transgressão, dor e luta sejam abertas pelos(as) historiadores(as) de modo a contribuir no combate pela desestabilização da heteronormatividade compulsória e por uma sociedade em que a pergunta lançada pelo *Em Tempo* em 1978, “homossexual é gente?”, possa ser respondida de modo plenamente afirmativo.

# LÉSBICAS NA MÍDIA:

## PRESENCAS E AUSÊNCIAS EM TRABALHOS DE EVENTOS ACADÊMICOS

**Cláudia Regina Lahni<sup>01</sup>**

**Daniela Auad<sup>02</sup>**

### Introdução

**O Dia do Orgulho** Lésbico Brasileiro, comemorado em 19 de agosto, assim foi definido em razão de dois aspectos. Trata-se de data que presta homenagem à ativista lésbica Rosely Roth (21/08/59-28/08/1990) e, também, se fixa como data para lembrar o dia da manifestação no Ferro's Bar, chamada por ativistas da época “de nosso pequeno *Stonewall Inn*”, como conta Míriam Martinho<sup>03</sup>. Em artigo publicado pela revista *Um outro olhar*, cuja circulação se deu de 1989 a 2003<sup>04</sup> com periodicidade trimestral, se conhece parte dessa história. Além da revista *Um outro olhar*, publicada pela Rede de Informação Um Outro Olhar, composta por mulheres lésbicas, havia o boletim *ChanacomChana*. Tanto a revista quanto o boletim eram publicações do GALF, Grupo de

01 Fundadora e Coordenadora do Flores Raras (Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Feminismos – FACED-UFJF-CNPQ); Doutora em Ciências da Comunicação pela USP, Pós-Doutora em Comunicação pela UERJ, professora da Facom-UFJF (Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora).

02 Fundadora e Coordenadora do Flores Raras (Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Feminismos – FACED-UFJF-CNPQ); Doutora em Educação pela USP, Pós-Doutora em Sociologia pela UNICAMP, professora da Faculdade de Educação da UFJF.

03 MARTINHO, Míriam. Rosely Roth (21/08/59-28/08/1990). *Um Outro Olhar*. São Paulo, Rede de Informação Um Outro Olhar, ano 14: n. 33, out. 2000, p.8..

04 Informações disponíveis em: <[http://www.umoutroolhar.com.br/p/sobre-o-site\\_29.html](http://www.umoutroolhar.com.br/p/sobre-o-site_29.html)>. Acesso em: 16 fev. 2018.

Ação Lésbica-Feminista, operante de 1981 a 1990, fundado por Míriam Martinho Rodrigues e Rosely Roth.

Ao lado de outras militantes do GALF, Roth organizou uma manifestação de protesto em 19 de agosto de 1983, junto aos proprietários do mais antigo e tradicional bar lésbico do Brasil, o Ferro's Bar. Naquele estabelecimento, sustentado fundamentalmente por lésbicas<sup>05</sup>, não permitiam a venda do boletim *ChanacomChana* e as mulheres fizeram manifestações no interior do bar para que a publicação pudesse circular e, assim, mais um passo rumo à visibilidade das lésbicas fosse dado.

Em sua tese de doutorado com foco nas organizações lésbicas da Bahia, Eide Paiva<sup>06</sup> apresenta a importância do *ChanacomChana* para grupos de lésbicas que recebiam o jornal como uma preciosidade, pois feito por mulheres, para mulheres e rico em matérias que aproximavam as leitoras do feminismo como luta política.

Em seu estudo sobre a imprensa feminista, Elisabeth Cardoso<sup>07</sup> afirma que, após 1974, esta pode ser dividida em duas fases distintas, a primeira e a segunda geração. A primeira geração da imprensa feminista brasileira era voltada para as questões de classe e diferenças sociais; já a segunda geração era especialmente pautada pela questão de gênero. Com busca e classificação de jornais no estudo, Cardoso considera que o *ChanacomChana* apresentava as principais características da segunda geração da imprensa feminista brasileira pós-1974.

Cardoso ressalta que o *ChanacomChana*, cuja existência se deu de 1981 a 1989, apresenta a especificidade conquistada pelos veículos de comunicação voltados para o feminismo e revela a necessidade das mulheres proclamarem a diferença e a independência em relação aos homens e ao que é percebido como tipicamente masculino. Com 200 exemplares em média de tiragem,

---

05 MARTINHO, Míriam. Rosely Roth (21/08/59-28/08/1990). *Um Outro Olhar*. São Paulo, Rede de Informação Um Outro Olhar, ano 14: n. 33, out. 2000, p.8.

06 SILVA, Zuleide Paiva. *Pensamento e movimento de lésbicas na Bahia: fios e tramas de um conhecimento situado*. 2016. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento – Multi-Institucional e Multidisciplinar), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

07 CARDOSO, Elisabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, UFSC, v. 12, p. 37-55, setembro-dezembro/2004.

o boletim tinha periodicidade instável, entre trimestral e quadrimestral. “O *ChanacomChana* poderia ser classificado como um ícone da reivindicação das especificidades do movimento feminista”<sup>08</sup>.

No que concerne à realidade brasileira e com destaque ainda maior que o 19 de agosto, comemora-se o Dia da Visibilidade Lésbica, em 29 de agosto. A data foi definida na realização do 1º Seminário Nacional de Lésbicas, o Senale, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1996. A partir da 9ª edição, realizada no Piauí, em 2016 – com o tema “20 anos de luta e desconstrução: desafios e perspectivas” –, o evento passou a se chamar Senalesbi (Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais). Em 2018, ocorre em agosto, em Salvador, na Bahia, o 10º Senalesbi, que conta com a Pró-reitoria de Ações Afirmativas da Uneb (Universidade do Estado da Bahia) – que tem como pró-reitora Amélia Maraux – e o Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NUGSEX) DIADORIM UNEB – com a professora Eide Paiva à frente –, entre outras entidades organizadoras<sup>09</sup>. A citação dos nomes de Eide Paiva e Amélia Maraux no presente capítulo não é por acaso. Citamos essas duas docentes da Universidade Estadual da Bahia pois, além do fato de serem um visível casal de lésbicas, são expressões singulares da interface entre os feminismos interseccional, negro e lésbico, tanto na constituição de suas identidades como mulheres lésbicas e professoras quanto nas suas ações de docência, pesquisa e extensão.

Assim como Paiva e Maraux, nós – autoras do presente capítulo, docentes, pesquisadoras lésbicas-feministas e casadas uma com a outra – herdamos o legado de luta por visibilidade e respeito cuja narrativa lembramos inicialmente, ao recuperar um pouco da história da organização das lésbicas, e ao citar duas publicações alternativas, uma da década de 1980 e outra, especialmente, da década de 1990. A primeira publicação teve seu início em plena Ditadura Militar; a segunda publicação circulou

---

08 CARDOSO, Elisabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, UFSC, v. 12, p. 37-55, setembro-dezembro/2004.

09 PROAF participa de reunião para construção do 10º SENALESBI 2018 que acontecerá em Salvador. Publicado em 10 de fevereiro. Disponível em: <<https://business.facebook.com/proafuneb/>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

no momento dos primeiros governos civis, com eleição direta para a Presidência da República, no país.

*ChanacomChana* e *Um Outro Olhar* são publicações tão fundantes do que hoje se pode conhecer sobre a temática Feminismos, Lesbianidades e Comunicação que foram foco parcial de dois trabalhos acadêmicos, um deles com a imprensa feminista como objeto (2004) e o outro sobre a organização de lésbicas na Bahia (2016). Diante disso, logo em uma primeira mirada, é possível também questionar: Como publicações tão constituintes da imprensa feminista e tão fundantes do debate sobre lesbianidade aparecem em apenas dois trabalhos acadêmicos em um amplo universo pesquisado? São as publicações sobre lésbicas, para lésbicas e escritas por lésbicas tão invisibilizadas no campo acadêmico quanto são as mulheres lésbicas nas variadas searas da sociedade?

Norteadas por questões como essas e com a certeza da comunicação ser central na sociedade contemporânea, as autoras deste capítulo apresentam doravante uma reflexão sobre a presença/ausência de mulheres lésbicas na comunicação<sup>10</sup>. O foco do estudo centra-se em trabalhos acadêmicos que foram apresentados em eventos científicos da área da comunicação, em 2015. Este ano tem especial relevância histórica, como será destacado no item a seguir. De todo modo, já cabe salientar que em 2015 foram comemorados os 40 anos do Ano Internacional da Mulher, significativo marco para o movimento feminista. E há de se sublinhar que consideramos a importância do feminismo para todos os outros movimentos sociais, uma vez que é certa a presença e firme atuação das mulheres em todas as searas da vida em sociedade, assim como a imprescindível atuação das lésbicas para os movimentos sociais e, fora deles, no todo social.

Ao lado disso, cumpre salientar que acreditamos – e não estamos sós nessa crença – que as pesquisas apresentadas em congressos têm

---

10 Uma outra versão deste texto foi publicada na Revista *Anos 90*: LAHNI, Cláudia Regina; AUAD, Daniela. Não é mole não, ser feminista, professora e sapatão: Apontamentos de uma história a partir do espaço das lésbicas e da lesbianidade na produção de conhecimento sobre mídia. *Anos 90*, Porto Alegre, UFRGS, v. 26, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/90001/54616>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

grande valor formativo para jornalistas, no processo educacional inicial ou em serviço. Essa formação de jornalistas pode se dar com a participação desses profissionais nos eventos em questão e também muito do que é divulgado nos eventos influencia o que é ensinado nas salas de aula de cursos de graduação e pós-graduação da área. Essa incontestável contribuição para a atuação profissional, na grande imprensa e na imprensa alternativa, esta mais voltada à defesa das minorias, poderá se dar, então, em favor da democratização da sociedade, do respeito a todas as pessoas e a partir da visibilidade e valorização das mulheres lésbicas.

## **40 anos de tensionamentos: conquistas e retiradas de direitos**

Em 1º de janeiro de 2015, Dilma Rousseff foi empossada presidenta do Brasil, iniciando o exercício de seu segundo mandato no cargo. Dilma, candidata pelo Partido dos Trabalhadores, foi a primeira mulher presidenta da República, eleita no ano anterior, com mais de 54 milhões de votos, para o seu segundo mandato. Já em março de 2015, houve protesto nas ruas, que pedia a renúncia ou o afastamento da presidenta. Em 17 de abril de 2016, com a acusação de crime de responsabilidade por “pedaladas fiscais”, a Câmara dos Deputados autorizou o processo de impeachment, sendo que em 12 de maio assumiu o presidente interino Michel Temer (PMDB). Em 8 de julho de 2016, foi noticiado que, conforme a Procuradoria da República, a “pedalada” não era crime<sup>11</sup>, tendo

11 Conforme reportagens publicadas nos sites da EBC e Estadão, mencionadas a seguir, e outros (2016): PORTAL EBC. Editorias. Política. *Plenário da Câmara começa a discutir processo de impeachment*; acompanhe ao vivo, 16 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/04/plenario-da-camara-comeca-discutir-processo-de-impeachment-acompanhe-ao>>. Acesso em: 12 jul. 2016; PORTAL EBC. Editorias. Política. *Plenário da Câmara discute processo de impeachment*; acompanhe ao vivo, 17 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/04/plenario-da-camara-discute-processo-de-impeachment-acompanhe-ao-vivo>>. Acesso em: 12 jul. 2016; NETO, Henrique Schneider. Uma só virtude. Política. *Estadão*, 08 jul. 2016.

Disponível em: <[https://busca.estadao.com.br/?tipo\\_contenido=Todos&quando=08%2F07%2F2016-08%2F07%2F2016&q=2016%20pol%C3%ADtica](https://busca.estadao.com.br/?tipo_contenido=Todos&quando=08%2F07%2F2016-08%2F07%2F2016&q=2016%20pol%C3%ADtica)>. Acesso em: 12 jul. 2016.

sido essa a acusação que tinha dado origem ao processo de impeachment. Esse foi concluído em 31 de agosto de 2016, resultando na cassação do mandato da primeira presidenta eleita na história do Brasil e, assim, de forma lamentável, consumando um golpe parlamentar-midiático que se mostrou machista, misógino e lesbofóbico.

Ainda no governo legítimo por eleição, em outubro de 2015, entre outras ações, com uma reforma administrativa, o então Governo Dilma criou o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Não obstante houvesse críticas a essa reunião das antigas secretarias em um ministério, no dia 18 de fevereiro de 2016, para oficializar tal reforma, a Câmara dos Deputados aprovou emendas à Medida Provisória (MP) 696/2015<sup>12</sup>, com trechos contrários à população LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros) e ao aborto.

Em 2015, o tema da redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) foi “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”. Quase oito milhões de pessoas fizeram a prova, realizada nos dias 24 e 25 de outubro. As mesmas pessoas que para realizar o exame tiveram que escrever sobre violência contra a mulher, também precisaram responder perguntas sobre as teorias da teórica fundamental para o feminismo, a filósofa feminista Simone de Beauvoir. As perguntas e, principalmente, o tema da redação foram amplamente noticiados e comentados nas redes sociais, o que, sem dúvida, contribuiu para aumentar a reflexão sobre a desigualdade de gênero, no país.

É importante recordar que, no ano escolhido para a seleção de trabalhos nos eventos acadêmicos, o ano de 2015, somavam-se 40 anos do Ano Internacional da Mulher, instituído pela ONU (Organização das Nações Unidas), considerado um marco na luta pelos direitos das mulheres.

---

12 BRASIL. Medida Provisória nº 696, de 2015. Extingue e transforma cargos públicos e altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, Congresso Nacional, 2015. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/123467>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

Nesse mesmo ano, também foi comemorado o 20º aniversário da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres e a adoção da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, documento final da Conferência. Neste documento foram listados 12 pontos prioritários de trabalho, com o objetivo de alcançar a igualdade de gênero e eliminar a discriminação contra mulheres e meninas em todo o mundo<sup>13</sup>. Entre as 12 áreas temáticas do documento, destacamos as seguintes: Educação e Capacitação de Mulheres; Mulheres e Mídia; Direitos das Meninas.

Diferente desse movimento de priorizar a igualdade de gênero e eliminar as discriminações, assumido no documento final da Conferência de Pequim, no Brasil, em 2015, houve destaque no noticiário e nas redes sociais para a discussão dos planos municipais e estaduais de educação. Esses deveriam ser aprovados em todo o país naquele momento e setores conservadores da sociedade – liderados por bancadas evangélicas – apresentaram vetos a iniciativas que tratavam de igualdade, identidade de gênero, orientação sexual e sexualidade nas escolas. Por sua vez, educadoras, pesquisadoras, movimentos feministas, LGBTs e grupos pró-diversidade se colocaram contrários ao veto e realizaram potentes protestos nas ruas, Câmaras e na Internet. No Facebook, comunidades e páginas – como “É Pra Falar de Gênero, Sim!” – motivaram o debate e as manifestações. A discussão começou com a retirada de gênero do Plano Nacional de Educação e continuou, especialmente em 2016, com o debate do Programa Escola Sem Partido, Projeto de Lei n. 867/2015, que tenta retirar a liberdade de expressão de professoras e professores, nos moldes de lei já aprovada no estado de Alagoas<sup>14</sup>, apesar de sua inconstitucionalidade.

Foi no dia 26 de junho de 2015 que a Suprema Corte dos Estados Unidos aprovou o casamento entre pessoas do mesmo sexo para todo o país. Segundo reportagem do *site Igay*, com a decisão, nenhum dos

---

13 ONU MULHERES. *Declaração e Plataforma de Ação de Pequim*. Pequim, 1995. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

14 Sobre isso, ver: A Escola Sem Partido e as lições marxistas da CNI. *Carta Maior*, 11 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Escola-Sem-Partido-e-as-liceos-marxistas-da-CNI/4/36422>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

51 estados poderá proibir o casamento entre pessoas do mesmo sexo. O casamento entre homossexuais já era aprovado em 36 estados norte-americanos e também no Distrito de Columbia. A decisão para todo o país ocorreu quase dois anos após o Juiz Associado da Suprema Corte, Anthony Kennedy, revogar a lei federal de proibição do casamento gay, conhecida como DOMA<sup>15</sup>. A aprovação do casamento para pessoas do mesmo sexo, nos Estados Unidos, foi uma importante vitória para o movimento dos direitos de homossexuais. Tal aprovação teve grande repercussão em vários países, com destaque no Facebook, rede social em que seu criador Mark Zuckerberg assim como inúmeros políticos, militantes LGBTs, artistas, instituições e população em geral usaram um arco-íris (símbolo do movimento LGBT) em seus avatares, em comemoração ao fato. *O Amor Vence* e *Igualdade Para Casamentos* foram hashtags comemorativas à aprovação. A data da aprovação do casamento para pessoas do mesmo sexo, nos Estados Unidos, foi próxima ao 28 de junho, Dia do Orgulho LGBT, marco do movimento de direitos dos homossexuais, celebrado em muitos países do mundo. O 28 de junho é celebrado pois nessa data, em 1969, gays, lésbicas, travestis, drag queens e transexuais de Nova York se revoltaram contra a repressão e perseguição que sofriam, enfrentando policiais pela primeira vez. A manifestação ficou conhecida como *Revolta de Stonewall* e foi importante para a origem e fortalecimento do movimento LGBT. A proximidade entre a aprovação do casamento e o dia do Orgulho LGBT, em 2015, garantiu uma celebração ainda maior para a conquista de direitos de homossexuais, nos EUA, e sua repercussão pelo mundo.

A aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, nos Estados Unidos, ocorre em um contexto de avanços na garantia de direitos de pessoas LGBT, naquele país, conforme apontam Mauro Vieira e Rafael Porto, em artigo publicado na revista *Mundo Afora* – Políticas de combate à violência e à discriminação contra pessoas LGBT (feita pelo Ministério

---

15 IGAY. *Suprema Corte aprova casamento gay em todo os EUA*, 26 jun. 2015.

Disponível em: <<https://igay.ig.com.br/2015-06-26/suprema-corte-aprova-casamento-gay-em-todos-eua.html>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

das Relações Exteriores do Governo Federal do Brasil, em 2015<sup>16</sup>). Vieira e Porto<sup>17</sup> mencionam que, em maio de 2012, em sua campanha à reeleição, o então presidente Barack Obama tornou-se o primeiro presidente dos Estados Unidos em exercício a se posicionar favorável ao casamento civil homoafetivo.

Os progressos relacionados à promoção dos direitos de pessoas LGBT nos Estados Unidos são, sem dúvida, relevantes. As pesquisas indicam inclinação positiva da opinião pública norte-americana com relação às pessoas LGBT. Ainda há, contudo, espaço para ação, pois os tensionamentos para deter a igualdade de direitos são muito atuantes, advindos de grupos conservadores, como acontece em toda parte, incluindo Brasil, França e outros países. O site da Human Rights Campaign na internet lista diversos projetos de lei introduzidos no 113º Congresso norte-americano que defensores dos direitos LGBT gostariam de ver aprovados. Tais projetos refletem lacunas na proteção federal dos direitos de pessoas LGBT nos Estados Unidos. Entre os temas sobre os quais versam estão adoção, saúde, acesso ao crédito e discriminação nas escolas. Diante do que ainda há a se fazer, ativistas seguramente continuarão a envidar esforços e realizar gestões junto ao poder público para que seja fortalecida e expandida a proteção aos direitos da comunidade LGBT nos Estados Unidos.

No Brasil, em 7 de junho de 2015, foi realizada a 19ª Parada do Orgulho LGBT em São Paulo (considerada uma das maiores manifestações do mundo pelos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Cerca de dois milhões de pessoas participaram da passeata, conforme estimativa de organizadores. Durante a manifestação, o primeiro trio elétrico circulava com uma faixa com a mensagem “Fora Cunha”, em

---

16 VIEIRA, Mauro; PORTO, Rafael. Avanços na promoção, no âmbito federal, dos direitos de pessoas LGBT nos Estados Unidos. In: PICCHETTI, Vanessa Catarino (Org.). *Políticas de combate à violência e à discriminação contra pessoas LGBT*, n. 12. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2015, p. 170-184. (Coleção Mundo afora).

17 VIEIRA, Mauro; PORTO, Rafael. Avanços na promoção, no âmbito federal, dos direitos de pessoas LGBT nos Estados Unidos. In: PICCHETTI, Vanessa Catarino (Org.). *Políticas de combate à violência e à discriminação contra pessoas LGBT*, n. 12. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2015, p. 170-184. (Coleção Mundo afora).

menção ao então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha<sup>18</sup> (PMDB-RJ), que defende pautas conservadoras e contra minorias, como a criação do Dia do Orgulho Heterossexual. Na véspera, em 6 de junho de 2015, foi realizada, em São Paulo, a 13ª Caminhada das Lésbicas e Bissexuais, que protestaram contra a discriminação contra as mulheres e os femininos. Vale notar que a Caminhada das Lésbicas e Bissexuais, que ocorre tradicionalmente em um sábado anterior à Parada, existe de modo reagente à recorrente misoginia e machismo identificados no interior do Movimento LGBT. A situação das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais em suas vivências no Movimento LGBT também é perpassada por discriminações que partem de homens, muitas vezes brancos e cis, rendendo assim ao Movimento LGBT o codinome de Movimento GGGG, como uma crítica às práticas de setores desse movimento social.

Além de grandes manifestações como as paradas e caminhadas – não apenas em São Paulo, mas em várias capitais e outras cidades –, no Brasil, tivemos a realização do 8º Senale (Seminário Nacional de Lésbicas)<sup>19</sup> – ocorrido de 29 de maio a 1º de junho de 2014, em Porto Alegre. Em 2014, contamos com o 1º Encontro Nacional de Arte e Cultura LGBT – realizado em Niterói, de 5 a 8 de junho. Em Brasília, foram realizadas as 1ª e 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – respectivamente, em 2008 e 2011. Também foi realizada em 2016, pelo Governo Federal, em Brasília, a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, como evento conjunto às Conferências Conjuntas de Direitos Humanos. Essa foi uma das últimas ações do governo Dilma Rousseff antes do golpe que a destituiu da Presidência<sup>20</sup>.

---

18 Eduardo Cunha teve seu mandato de deputado federal cassado em setembro de 2016, após investigações da Polícia Federal que apuraram corrupção, evasão de divisas e falso testemunho do então deputado na CPI da Petrobrás. Em 19 de outubro de 2016 ele foi preso preventivamente.

19 O 9º Senalesbi (Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais) ocorreu em 2016, em Teresina, no Piauí, e o 10º Senalesbi em Salvador, na Bahia, em 2018, como já mencionado.

20 BRASIL. LGBT – *Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília, 2016. Disponível em: <relatorio-final-3a-conferencia-nacional-lgbt-5.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.

Todas essas ações, entretanto, pouco se traduziram em políticas públicas de Estado ou em leis. Não vimos, em nosso país, aprovadas as leis contra a homofobia ou pelo casamento civil igualitário. Essas leis têm estado em discussão no Congresso Nacional e, em 2013, o país passou a ter uma decisão do Supremo Tribunal Federal que garante o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o que concretamente significa dizer que todos os cartórios passaram a ser obrigados a tramitar a documentação dos e das nubentes do mesmo sexo, não podendo negar tal direito ao casamento civil, tal como ocorre com casais formados por pessoas de sexos considerados opostos. O que faz algo que é aparentemente tão simples ser uma grande conquista em termos de Direitos é a existência e persistência no não reconhecimento das diferenças de gênero e de orientação sexual, de modo a reforçar as desigualdades ao tornar a heterossexualidade como a única maneira amplamente aceita e motivada de se portar e de se mostrar socialmente. Em semelhante linha de decisão, no dia 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passe a ser considerada crime. Os ministros do STF reconheceram haver uma demora inconstitucional do Legislativo em tratar do tema.

Assim, como é possível perceber, há um conjunto de atitudes e comportamentos que vão dos silenciamentos e invisibilidade, passam pela repulsa e pelo medo e chegam até formas variadas de violência física e assassinato. A esse conjunto de fenômenos dá-se o nome homofobia ou, para sermos mais expressivas acerca das especificidades de cada grupo, LGBTfobia, como cunharam em consenso recentemente os Movimentos Sociais, quando da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2016.

Em nosso artigo intitulado “Diversidade, direito à comunicação e alquimia das categorias sociais: da anorexia do slogan ao apetite da democracia”<sup>21</sup>, analisamos os fenômenos da heterossexualidade compulsória

---

21 AUAD, Daniela; LAHNI, Cláudia Regina. Diversidade, direito à comunicação e alquimia das categorias sociais: da anorexia do slogan ao apetite da democracia. *Revista Eptic Online*. Sergipe, UFS, v. 15, n. 3, p. 117-130, set.-dez. 2013.

e da LGBTfobia de variadas maneiras e, dentre nossas considerações, vale ressaltar o seguinte:

A heterossexualidade como norma produz a homossexualidade como desvio. Não há norma sem desvio. A norma só se sustenta pela existência do desvio; a virtude pelo vício; a manutenção da saúde pela fuga de tudo quanto é socialmente percebido como doença. Esses pares, essas oposições binárias – tão constituintes também do que se conhece e se aceita como masculino e feminino – expressam a maneira como historicamente foi sendo produzida a heterossexualidade compulsória. Esta é a matriz de um conjunto de fenômenos, da homofobia à invisibilidade lésbica, do ardente culto aos privilégios heterossexuais à negação da bissexualidade como orientação sexual possível e praticada<sup>22</sup>.

Ser(Sermos) percebida(s) como o desvio, o vício e a doença pode resultar em violência psicológica, violência física e morte para lésbicas e para gays, bissexuais e transgêneros. Sobre isso, no Brasil, foram 486 mortes contabilizadas de 2008 a 2013, quatro vezes a mais que no México, segundo país com mais casos registrados de assassinatos de travestis e transexuais. Em 2013, foram 121 mortes de travestis e transexuais em todo o Brasil. Berenice Bento aponta que “o Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e transexuais em todo o mundo”<sup>23</sup>. “Esses dados estão subestimados. Todos os dias nos chegamos notícias de jovens transexuais e travestis que são barbaramente torturadas e assassinadas”, informa a pesquisadora. Bento avalia que “as mortes das mulheres trans são uma expressão hiperbólica do lugar do feminino em nossa sociedade. A identidade de gênero, pela qual a pessoa lutou e perdeu a vida, lhe é retirada no momento de se notificar ou contabilizar a morte”<sup>24</sup>.

Rogério Diniz Junqueira<sup>25</sup> comenta como a escola, enquanto

---

22 AUAD, Daniela; LAHNI, Cláudia Regina. Diversidade, direito à comunicação e alquimia das categorias sociais: da anorexia do slogan ao apetite da democracia. *Revista Eptic Online*. Sergipe, UFS, v. 15, n. 3, p. 117-130, set.-dez. 2013.

23 BENTO, Berenice. Verônica Bolina e o transfeminicídio no Brasil. *Cult*. São Paulo, Bregantini, ano 18, n. 202, p. 30-33, jun. 2015.

24 BENTO, Berenice. Verônica Bolina e o transfeminicídio no Brasil. *Cult*. São Paulo, Bregantini, ano 18, n. 202, p. 31, jun. 2015.

25 JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário. *Cult*. São Paulo, Bregantini, ano 18, n. 202, p. 38-41, jun. 2015.

instituição normativa, tem implantado o que ele denomina como uma *pedagogia do armário*, que instaura um regime de controle e vigilância da conduta sexual, do gênero e das identidades raciais. O pesquisador e militante aponta:

Mesmo com todas as dificuldades, a escola é um espaço onde podem ser construídos e experimentados novos padrões de aprendizado, convivência, produção e transmissão de conhecimento. Mas ela não pode ser convocada a fazer isso sozinha. O Estado e a sociedade precisam envolver-se nisso para que, em vez de fracassos educacionais, dor e violência, passemos a vislumbrar cenários de dignificação da vida<sup>26</sup>.

Entendemos que, assim como a escola e a Educação, a mídia e a Comunicação são centrais na sociedade contemporânea e necessárias para a existência de cidadania democrática e ativa. A cidadania comunicativa – conceito desenvolvido pela pesquisadora argentina Maria Cristina Matta – é apontada, em obra do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom, como importante base para o exercício da cidadania na atualidade<sup>27</sup>.

Quanto a outros trabalhos acadêmicos sobre comunicação e LGBTs, encontramos a pesquisa de Bruno Souza Leal e Carlos Alberto Carvalho<sup>28</sup>. Os pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais – ao fazerem uma revisão bibliográfica sobre comunicação, jornalismo e identidades LGBTs – refletem sobre a percepção da maneira como as mídias produzem realidade. Eles consideram, então, que tais mídias: “não podem ser mais concebidas como simples espelhos de um real socialmente instituído”. Afinal, “as mídias possuem regras e modos de funcionamento próprios, que ‘traduzem’ os acontecimentos sociais em midiáticos”<sup>29</sup>. Por

---

26 JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Pedagogia do armário*. *Cult*. São Paulo, Bregantini, ano 18, n. 202, p. 41, jun. 2015.

27 LAHNI, Cláudia R; LACERDA, Juciano de Sousa (Org.). *Comunicação para a Cidadania: objetos, conceitos e perspectivas*. São Paulo: Intercom, 2013.

28 LEAL, Bruno S.; CARVALHO, Carlos A. A grande mídia brasileira e as identidades LGBT: um retrato em 2008. *Diálogos de la Comunicación* (En línea), v. 84, p. 1-24, 2012.

29 LEAL, Bruno S.; CARVALHO, Carlos A. A grande mídia brasileira e as identidades LGBT: um retrato em 2008. *Diálogos de la Comunicación* (En línea), v. 84, p. 1-24, 2012.

outro lado, isso não é dizer de uma ruptura entre as realidades midiáticas e sociais. Ao contrário, a produção midiática da realidade se daria em consonância e a partir das tensões, linhas de força e fuga que conformam a vida social, segundo apontam os autores.

Tais tensionamentos são percebidos também por nós, quando analisamos as relações de gênero, direito à comunicação, diversidade a partir de estudos sobre a série de televisão *The L Word*<sup>30</sup>. Salientamos que “a série se tornou uma potente fonte de visibilidade das lésbicas e do que pode ser denominado um movimento cultural, político e social das mulheres lésbicas, assim como de suas diversas identidades”<sup>31</sup>. Lembramos que se expressa a demanda tanto de mais pesquisas quanto de mais produções representativas sobre o fato de que um número incontável de mulheres no mundo todo, por ter acesso à série, conseguiu lidar com sua homossexualidade e se assumir, pois se via refletir nas situações ali mostradas.

De modo a tematizar as transexualidades e os não binarismos de gênero e, a partir de análises de entrevistas e páginas do Facebook, Hadriel Theodoro e Denise Cogo<sup>32</sup> debatem a importância da comunicação para a identidade e exercício da cidadania. A pesquisadora e seu orientando apontam que “Laerte demonstra que ser diferente é possível, mas não sem embates ideológicos e políticos contra sistemas sociais que buscam normalizar a todos em um ideal de sociedade homogênea”<sup>33</sup>.

As reflexões recuperadas neste capítulo expressam a importância da comunicação para a cidadania de pessoas LGBT, com especial menção

---

30 AUAD, Daniela; LAHNI, Cláudia Regina. Diversidade, direito à comunicação e alquimia das categorias sociais: da anorexia do slogan ao apetite da democracia. *Revista Eptic Online*. Sergipe, UFS, v. 15, n. 3, p. 117-130, set.-dez. 2013.

31 AUAD, Daniela; LAHNI, Cláudia Regina. Diversidade, direito à comunicação e alquimia das categorias sociais: da anorexia do slogan ao apetite da democracia. *Revista Eptic Online*. Sergipe, UFS, v. 15, n. 3, p. 126, set.-dez. 2013.

32 Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade, 2014, Juiz de Fora. THEODORO, Hadriel G. da Silva; COGO, Denise. Comunicação e transgeneridade: Laerte Coutinho e a imagem crossdressing na mídia. *Anais [...] Juiz de Fora, UFJF*, 2014, p. 3409-3425.

33 Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade, 2014, Juiz de Fora. THEODORO, Hadriel G. da Silva; COGO, Denise. Comunicação e transgeneridade: Laerte Coutinho e a imagem crossdressing na mídia. *Anais [...] Juiz de Fora, UFJF*, 2014, p. 3423.

às mulheres LBTs e, especificamente, às lésbicas. Fazemos tal sinalização e destaque posto que são recorrentes os estudos sobre o Movimento LGBT ou a população LGBT que cometem os mesmos equívocos de outras áreas de pesquisa, ao adotarem o masculino genérico, ao se referirem apenas aos homens para querer dizer todas as pessoas e ao elegerem homens brancos e cis para falarem, pesquisarem e publicarem em nome das mulheres e do que é reconhecido como feminino, ou seja, toda uma população sobre a qual se fala mas que não tem voz e nem representação. Cumpre destacar que essas “escolhas” acabam por invisibilizar as mulheres LBTs (Lésbicas, Bissexuais e Transexuais), sem as quais o Movimento LGBT não existiria enquanto tal. Assim, é comum encontrarmos pesquisas sobre LGBTs que se pretendem sobre toda uma população e dizem ter conclusões e dados sobre os/as LGBTs, mas trazem dados apenas sobre os homens gays ou predominantemente sobre eles, com pouco ou nada sobre as “outras letras” da sigla. Ao considerar esses recorrentes fenômenos – também passíveis de serem percebidos como machismo e misoginia no interior do Movimento Social e dos Estudos de Gênero –, mostramos a seguir dados sobre a presença e a ausência de lésbicas em trabalhos científicos apresentados em eventos sobre Comunicação para a Cidadania, no ano de 2015.

## **Comunicação para a Cidadania e as Lésbicas: onde elas se encontram nos eventos científicos?**

A partir de nossas pesquisas – impressas, por exemplo, em artigo de 2013, na Revista da EPTIC e, em artigo de 2018, na Laplage em Revista – e, como já descrito e analisado, ao tomar o ano de 2015 como importante marco, surge um conjunto de questionamentos que colocam em foco o Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e outros grupos que trabalham sobre o tema, em eventos nacionais.

Como aparecem as reflexões sobre relações de gênero? Existem, no GP, trabalhos sobre jornais alternativos do movimento lésbico-feminista? São feitas pesquisas sobre a presença (ou a ausência) de mulheres lésbicas na grande imprensa? Em eventos científicos de Comunicação para a Cidadania, as lésbicas são visibilizadas como produtoras de conhecimento (sob a forma de referências bibliográficas e autoria em textos) e/ou como sujeitos de pesquisa?

Para iniciar o delinear de respostas, relembramos pesquisa realizada em 2012, promovida pela coordenação do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom. O objetivo da pesquisa foi conhecer a constituição do GP, assim como seus temas e aportes teóricos usuais, entre 2001 e 2011. Como uma parte dessa pesquisa ampla sobre o GP, as autoras deste capítulo realizaram uma reflexão, a partir da categoria gênero, a respeito dos trabalhos do GP, em 2005.

No presente capítulo, recuperamos a análise de 2005 e temos como objeto a presença e ausência da comunicação sobre e com as mulheres lésbicas. Tal análise foi extraída em buscas mais detalhadas, empreendidas em trabalhos científicos apresentados no Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom, no Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do Encontro Nacional da Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), no Grupo de Trabalho História da Mídia Alternativa do Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho (Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História

da Mídia) e na Conferência Brasileira de Mídia Cidadã. Todos esses eventos foram objeto de nossa busca, especificamente em 2015, ano marcante tanto para o movimento feminista quanto para o movimento LGBT, como já mencionado.

## **GP Comunicação para a Cidadania da Intercom:**

Em 2015, quando da comemoração dos 40 anos do Ano Internacional da Mulher e de 20 anos da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, o GP Comunicação para a Cidadania contou com 71 trabalhos na programação do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom Nacional), ocorrido no Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 4 a 7 de setembro<sup>34</sup>. Esses artigos foram apresentados em oito diferentes sessões, sendo uma intitulada Cidadania, Mídia e Relações de Gênero. Quanto à autoria, foram 63 mulheres e 26 homens. Do total, encontramos 14 artigos sobre gênero. Conforme apresentamos em artigo anterior<sup>35</sup>, a autoria é majoritariamente feminina também nos artigos sobre gênero, em 2015. Na tabela abaixo, está a relação de temas dos Artigos, apresentados em 2015 sobre relações de gênero, e suas autorias por sexo. Na primeira coluna encontram-se os temas; nas demais está assinalado se a autoria é de uma mulher (ou mais), um homem ou ambos. Essa informação que relaciona sexo e autoria está marcada com um X.

---

34 INTERCOM. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: 2015, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/eventos1/congresso-nacional/20151>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

35 VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, 2017, Campina Grande. LAHNI, Cláudia R; AUAD, Daniela. Relações de Gênero, Feminismos e Comunicação para a Cidadania: a persistência da subrepresentação das mulheres e da invisibilidade das lésbicas na produção de conhecimento. In: FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney. *ABEH e a construção de um campo de Pesquisa e Conhecimento: desafios e potencialidades de nos reinventarmos*. Campina Grande: Realize Editora, 2017, p. 1139-1148.

Temas	Mulher	Homem	Ambos
Publicidade e população LGBT	2X	-	-
Cobertura jornalística sobre performance de atriz transexual em Parada LGBT	-	X	-
Cotidiano e memória de mulheres	-	-	X
Mulheres na publicidade	2X	-	-
Cobertura jornalística de adoção por casais LGBT	-	X	-
Cobertura jornalística sobre aids e homossexuais	-	-	X
Mobilização feminista, com corpos desnudos e internet	X	-	-
Narrativas queer no jornalismo e epistemologia	-	X	-
Trans-subjetividade na blogosfera	2X	-	-
Lei anti-homofobia em jornais	X	-	-
Discursos midiáticos sobre o corpo feminino	2X	-	-
Cobertura sobre parada	X	-	-
Funk ostentação e gênero	2X	-	-
Turismo e prostituição, na Copa, em jornais	X	-	-
Total de autoras/es	14 (+2)	3 (+2)	2

Há um total de 16 autoras e 5 autores, sendo que em dois trabalhos com ambos em coautoria, representando textos de autoria mista. Percebemos essa importante presença no GP e ainda a existência de variados assuntos. Como em outras áreas de conhecimento, a maioria de mulheres não necessariamente assegura que os temas se voltem para os direitos destas e nem a representatividade dos Movimentos Sociais que correspondem à luta por maior visibilidade. Apesar da maioria de autoras mulheres, o termo feminismo aparece no título de apenas um dos 14 artigos; nas palavras-chave, o termo feminismo aparece em dois artigos; os mesmos artigos incluem os termos mulher e mulheres entre as palavras-chave. Destacamos que oito artigos versam sobre comunicação e população LGBT, sendo apenas um sobre mulheres trans e explicitando que, no caso dos outros sete artigos, dizer LGBT significa GGGG, ou seja, tematizar a homossexualidade masculina como se esse foco fosse representativo de toda a população LGBT. Em meio a esses sete artigos, as lésbicas são mencionadas em dois trabalhos, mas sem ser o foco principal de nenhum. A palavra lésbica, por vezes, sequer está no significado da sigla LGBT descrita nos artigos. Assim, percebemos a ausência de trabalhos sobre comunicação e lésbicas, no GP Comunicação para a Cidadania da Intercom, em 2015, o que certamente aprofunda a invisibilidade das lésbicas.

Os outros seis artigos, neste montante de 14, tratam mais diretamente de temas que enfocam mulheres como um grupo homogêneo e, nessa homogeneidade, entenda-se o fenômeno da heterossexualidade compulsória, já debatida. Vale notar que, dentre esses seis artigos, apenas um debate a prostituição, o que não altera o silenciamento que se configura sobre o debate acerca das sexualidades.

Na tabela a seguir, apresentamos a relação de autoras/es mais citadas/os apenas nos trabalhos sobre relações de gênero que somam 14, de um total de 71 do GP, em 2015.

Nome da autora/do autor	Número de artigos em que aparece
BUTLER, Judith	Cinco
LOURO, Guacira Lopes	Quatro
LIPOVETSKY, Gilles	Três
SCOTT, Joan	Três
FOUCAULT, Michel	Três
PELÚCIO, Larissa	Três
AUAD, Daniela	Dois
BENTO, Berenice	Dois
BOURDIEU, Pierre	Dois
COLLING, Leandro	Dois
COGO, Denise	Dois
GIDDENS, Anthony	Dois
GREEN, James	Dois
LAHNI, Cláudia	Dois
LAURETIS, Teresa de	Dois
MARTIN-BARBERO, Jesus	Dois
MISKOLCI, Richard	Dois
OROZCO-GOMES, Guillermo	Dois
PAIVA, Raquel	Dois
PISCITELLI, Adriana	Dois
PRECIADO, Beatriz	Dois
SANTAELLA, Lúcia	Dois
SANT'ANNA, Denise Bernuzzi	Dois

Vemos que, entre as referências bibliográficas que mais aparecem nos trabalhos de gênero, em 2015, do total de 23 autoras/es, 14 são mulheres e 9 são homens. Em cinco trabalhos aparece a autora Judith Butler – filósofa, estadunidense, sendo especialmente associada à teoria queer. A segunda mais citada, que aparece em quatro artigos, é a brasileira Guacira Lopes Louro, doutora em Educação. Vale notar que Joan Scott, autora do emblemático texto *Gênero: uma categoria útil de análise*

*histórica* (1995)<sup>36</sup>, traduzido por Guacira Lopes Louro e responsável pela apropriação da categoria gênero como a entendemos no Brasil, é pouco citada proporcionalmente à sua importância no campo.

Ao lado disso, é comum que os homens sejam maioria nas citações mesmo em áreas em que mulheres apresentam-se numerosas ou até maiorias como autoras, como ocorre comumente na área de Educação, por exemplo. Apesar disso, o que observamos no corpus textual analisado não correspondeu exatamente a essa predileção pelos homens.

O ponto que aqui queremos destacar é: em variadas áreas é comum que as referências bibliográficas sejam maciçamente compostas por autores homens e não se estranha a invisibilidade das mulheres, mesmo quando há produção de autoras e ainda que as mulheres sejam maioria na área. Quando se tenta construir uma bibliografia que realize uma ação afirmativa ao priorizar as mulheres, é comum que surjam acusações de que homens que deram importantes contribuições estão sendo invisibilizados, mesmo quando não se ocupam daquele campo de saber ou até são contrários à sua existência dentro da Academia, como pode ocorrer em relação, por exemplo, aos estudos feministas e estudos lesbianos. É algo corrente não incluir mulheres na bibliografia, mas não citar os homens poderia concorrer para “comprometer a legitimidade” da pesquisa, assim como o que é percebido como sua objetividade e precisão.

Como já mencionamos, é necessário refletir sobre o fazer das pesquisas, a fim de contribuir para a graduação em jornalismo e, dessa maneira, termos jornalistas formadas e formados que atuem pelos direitos de todas as pessoas. Percebemos uma maior presença de estudos sobre relações de gênero e comunicação no GP Comunicação para a Cidadania da Intercom. Este crescimento é bastante positivo e certamente reflete o trabalho de mais de 10 anos da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, a qual apresentava programas de incentivo, como

---

36 SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez. 1995.

o Prêmio de Igualdade de Gênero junto ao CNPq e o evento Mulher e Mídia.

Consideramos também importante pensar, ainda que seja para desenvolver pesquisas em futuro próximo, quantas são as pesquisadoras da Comunicação para a Cidadania que são referência sobre gênero. Quem são elas? Quais são lésbicas? Temos um acúmulo da área sobre a temática? Se elas pouco aparecem, por que a invisibilidade?

## **GT Comunicação e Cidadania da Compós**

Já o Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania da Compós, no XXIV Encontro Nacional da Compós<sup>37</sup>, realizado em Brasília, de 9 a 12 de junho de 2015, recebeu a apresentação de dez trabalhos científicos, os quais somaram oito autores e oito autoras. Entre os dez trabalhos, apenas um teve como tema comunicação e relações de gênero, tendo como objeto a comunicação da Marcha Mundial das Mulheres, movimento que, embora feminista, historicamente tem questões delicadas com a visibilidade das lésbicas e bissexuais. O artigo apresenta o termo “feminismo” no resumo e nas palavras-chave e “Marcha Mundial das Mulheres” no título, resumo e palavras-chave. Quanto à bibliografia, é mencionado o *Dicionário Crítico do Feminismo*, organizado por Helena Hirata, além de trabalhos de Richard Miskolci e Cynthia Sarti sobre gênero. As lésbicas não aparecem no trabalho e dentre as autoras e o autor aqui destacadas/o, apenas Helena Hirata se posiciona publicamente e tem ação histórica como feminista.

---

37 XXIV ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 2015, Brasília. Disponível em: <[http://compos.org.br/encontros\\_anuais.php](http://compos.org.br/encontros_anuais.php)>. Acesso em: 17 fev. 2018.

## História da Mídia Alternativa

O 10º Encontro Nacional de História da Mídia ocorreu de 3 a 5 de junho de 2015, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre<sup>38</sup>. Na ocasião, 32 trabalhos foram apresentados no GT História da Mídia Alternativa, tendo 20 autores e 32 autoras. Os trabalhos versavam sobre temas diversos como comunicação e reforma agrária, movimento negro, movimento operário, memória, movimento feminista e outros. Dos 32 trabalhos, selecionamos três seguindo os critérios desta pesquisa. Esses tiveram como temas a personagem Mafalda – a partir dela, o movimento de mulheres; a comunicação e o movimento feminista; e comunicação e homossexuais. Esse último traz o termo “homossexuais” no título, resumo e palavras-chave, mostrando uma análise do jornal *Lampião da Esquina*, jornal homossexual brasileiro que circulou entre 1978 e 1981. Embora não sejam o foco principal do artigo, as mulheres lésbicas aparecem (por três vezes) no texto, pois são percebidas como parte do público do jornal em questão. Um verdadeiro achado!

## Conferência Brasileira de Mídia Cidadã

A X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã foi realizada de 22 a 24 de abril de 2015, na Unesp, em Bauru<sup>39</sup>. Nos anais do evento, vemos comunicações científicas apresentadas em sete Divisões Temáticas e em um espaço de Relatos de Pesquisa. A soma dos trabalhos totaliza 151 artigos, de

38 10º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. ALCAR – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia: Porto Alegre, UFRGS, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

39 X CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE MÍDIA CIDADÃ E V CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA DE MÍDIA CIDADÃ. Mídia Cidadã e Movimentos Sociais: desigualdades, resistências e mídia inclusiva: Bauru, UNESP, 2015. Disponível em: <<http://www.faac.unesp.br/#!/departamentos/comunicacao-social/midia-cidada-2015/anais-do-evento/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

126 autores e 164 autoras. Dos 151 trabalhos, nove dizem respeito à mulher e comunicação, com os seguintes temas: mulher e esporte, prostitutas em matérias de jornal, site da Secretaria de Políticas para a Mulher, mulheres em revista, feminismo, a história de uma catadora de papel, Eliane Brum, machismo no rádio, mulher na publicidade. Por mais que a pluralidade de temas nos coloque um horizonte otimista, apenas 09 artigos de um total de 151 textos, e ainda com uma maioria de mulheres sendo autoras, nos faz reencontrar com o velho machismo institucional agora colocado em versão escrita, via produção de conhecimento. Vale notar que atribuir tal situação a sistemas e instituições não retira a responsabilidade dos comitês científicos e organizadores, geralmente liderados pelos homens, mesmo quando esses são em menor número nos eventos e áreas.

## **Considerações Finais, ou a caminho da escrita de outra história entre a Educação e a Comunicação...**

Apresentamos neste capítulo uma reflexão sobre relações de gênero, comunicação, cidadania e, especialmente, mulheres lésbicas. Mulheres bissexuais e transexuais também foram mencionadas e serão focalizadas, com especial destaque, em pesquisas que estamos desenvolvendo e que em breve serão divulgadas.

De todo modo, é possível já dizer das profundas ausências das mulheres LBT. Essas ausências nos contam que ainda há muito a ser conquistado no que diz respeito à garantia de direitos e visibilidade das lésbicas, bissexuais e transexuais.

O machismo e a misoginia que atingem as mulheres em geral ainda se dirigem como dupla opressão às lésbicas, que sofrem também com a lesbofobia. Esse dado nos coloca diante ainda da necessidade urgente de

pesquisar para enfrentar a transfobia e, de modo diverso mas não menos importante, a bifobia.

No que se refere à Comunicação, entendemos a sua importância e centralidade na sociedade contemporânea e que, como praça pública da atualidade, a sua ocupação é essencial para o conhecimento e exercício de direitos. Nos eventos científicos aqui mencionados, percebemos que pouco ou nada há de espaço para a temática das lésbicas. Vale ressaltar que, ainda que não tenha sido objeto de contagem e foco de análise, o mesmo “não lugar” é reservado às mulheres transexuais e bissexuais. Constatamos isso pela não aparição, em trabalhos analisados, seja das bissexuais seja das transexuais.

Trabalhos como o de Elisabeth Cardoso, sobre imprensa feminista (2004), e o de Zuleide Silva, sobre movimento e pensamento das lésbicas (2016), e outros tantos parecem não conseguir lugar para repercutir nos eventos de comunicação. Nesses eventos já se fala de gênero, mas pouco se dialoga a partir das pesquisas realizadas por mulheres feministas, lésbicas, bissexuais e transexuais. Pesquisadoras da área de Comunicação LBT existem e comumente não são ouvidas a partir desse lugar de fala quando se deseja compor programações de eventos de destaque nacional ou mesmo regional.

Assim, percebemos que muito ainda se precisa caminhar, especialmente na pesquisa de comunicação e relações de gênero e, sobretudo, naquilo que pode refletir em direitos para as mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais. Na intenção de diminuir esse silêncio, que se configura como hiato e desconhecimento de uma área que se quer muito “sabida”, com início em 2017, desenvolvemos o projeto de investigação intitulado *A pesquisa e o ensino da comunicação e relações de gênero: Qual o espaço da mulher lésbica na graduação e prática de jornalismo?* Os passos iniciais desse trabalho foram mostrados neste capítulo e, a partir das conclusões de pesquisa e do que encontramos nos eventos científicos, podemos afirmar que é preciso escrever outra história ao se educar todas as pessoas, ao se formar jornalistas e ao

se planejar e realizar encontros de Comunicação de variadas abrangências e naturezas, uma vez que entendemos esses encontros científicos também como espaços formativos e de influência nas transformações que podem ocorrer nas mídias massiva e alternativa.

Enfim, nosso texto se encerra com a certeza de que é preciso seguir e avançar tanto na produção de conhecimento quanto na relação desse fazer Ciência com a formação nos cursos de jornalismo, bem como é necessária a relação dessas esferas de pesquisa e docência com os movimentos sociais e outras tantas esferas da sociedade. Seja a partir do enfrentamento das constantes tentativas de invisibilidade das docentes lésbicas, feministas que pesquisam gênero na Comunicação, seja pela denúncia de trotes como o dos veteranos de Jornalismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, que colocaram a placa Caloura Cara de Sapatão nas alunas ingressantes – como forma de humilhar tanto as calouras quanto todas as mulheres –, seja pela plenitude de nossas múltiplas lesbianidades em movimento pelo mundo, evidencia-se que é preciso seguir em pesquisa, em docência, em extensão, em ativismo, em militância. O pleno vicejar de nossos corpos políticos está nessas ações todas e também quando caminhamos, cozinhamos, amamos, gozamos, lemos, lavamos roupa, brincamos com o gato ou simplesmente sorvemos um copo d'água, respiramos...

Não é mole não, ser feminista, professora e sapatão, e é também fortalecedor e prazeroso. Afinal, é a melhor forma que, até o momento, sabemos viver e, com a nossa vida, construir a democracia para todas as pessoas, inclusive para os heterossexuais para quem somos o avesso, do avesso, do avesso, como cantou Caetano, ao cruzar a Ipiranga e a Avenida São João e ao deparar com a deselegância discreta das meninas. Sim, somos Sampa, somos Sapas, somos Fanchas. Somos Vanges, Marielles, Cássias, Cassandras, todas elas em Cláudias, em Danielas, em Jacquelines, em Isabellas. Todas elas escrevem – todas nós escrevemos – uma nova história que não será apagada, por estarmos vivas e presentes também em cada página desta publicação.

# FA IMPRENSA (RE)INVENTA OS ÍNDIOS “GAYS”:

## SENSACIONALISMO, PÂNICOS MORAIS E A ANTROPOLOGIA

Martinho Tota<sup>01</sup>

### Introdução

**Até o ano de 2003**, quando era estudante de ciências sociais na Universidade Federal de Campina Grande, eu jamais havia tido notícia da existência de índios “homossexuais”. Os estudos etnológicos tampouco constavam em meu horizonte investigativo, até eu tomar conhecimento de um bar no município de Águas Belas, Sertão de Pernambuco, supostamente frequentado por índios fulni-ôs “homossexuais”. Em 2005 estive por duas vezes na área habitada por este coletivo étnico. De fato, durante minha breve incursão etnográfica tive a oportunidade de conhecer alguns indivíduos autodeclarados homossexuais, dentre os quais dois me concederam entrevistas. Ambos afirmaram que os homossexuais indígenas gozavam de maior “liberdade” e “respeito” do que os não-índios. À noite, numa pracinha localizada no centro da cidade, encontrava alguns desses rapazes. Nessas ocasiões, ouvia-os dizerem que muitos índios “alegres” frequentavam as festas de Águas Belas; que era comum os mesmos se relacionarem eroticamente com indivíduos “brancos” do mesmo sexo, o que não deixava de suscitar comentários jocosos e/ou discriminatórios por parte dos moradores locais. Quanto aos espaços de lazer e sociabilidade, na verdade havia

---

01 Doutor em Antropologia Social pela UFRJ. Professor da graduação em Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Antropologia da UFC.

não um, mas diversos bares no centro da cidade que funcionavam como locais de encontro e diversão para indivíduos independentemente de suas identidades étnicas, sociosexuais e de gênero. Também na principal aldeia Fulni-ô conheci um bar onde era comum avistar alguns pares de homens de mãos dadas ou abraçados. Além desses locais, nas residências de amigos sempre eram promovidas festinhas “alternativas”.

Apesar dessas informações, logo tive de lidar com a reação negativa por parte de algumas lideranças indígenas – talvez preocupadas com a manutenção de uma imagem “apolínea” da coletividade – diante da abordagem da temática homossexual. Considerando o caráter estigmatizante que tal questão apresenta, não foi difícil entender esse fato. Na verdade, isto era por si só um dado etnográfico, revelador da representação acerca da homossexualidade naquele contexto. Essa primeira experiência – somada aos relatos a mim contados por colegas pesquisadores, referentes a outras coletividades indígenas do Nordeste brasileiro –, me forneceu algumas peças de um quebra-cabeças que me levaram a reformular o meu plano de investigação original e a desembarcar no município paraibano de Baía da Traição, onde está localizada a Terra Indígena Potiguara.

Ao longo de meu percurso investigativo, que compreendeu os anos de 2009 e 2010, fui guiado por questionamentos do tipo: 1) haveria uma relação entre determinado comportamento e a sexualidade, repercutindo na formação de uma ou várias identidades individuais ou coletivas onde viviam os Potiguara? 2) a noção de homossexualidade seria adequada para qualificar aqueles sujeitos que construía suas trajetórias sexuais e afetivas com outros indivíduos do mesmo sexo biológico? 3) seria possível observar a operação de algum módulo identitário em virtude de práticas homoeróticas? 4) essas pessoas seriam apontadas, identificadas, excluídas, valorizadas por outras em decorrência de tais práticas? 5) como seria a vida desses indivíduos, suas ocupações, a relação com familiares, amigos, amantes? 6) que *status* teriam, que papéis exerceriam, como construía suas biografias? 7) em que medida os elementos étnico e sexual se cruzavam, isto

é, sob que aspectos a indianidade incidia numa manifestação particular da sexualidade ou do erotismo dos sujeitos? 8) haveria um modelo, um padrão de relações de gênero e sexualidade(s) característico dos Potiguara, ou este abrangeria toda a população vivendo na região habitada por esses índios? 9) seria lícito falar em termos de “uma” homossexualidade, de um único padrão a reger a vida, as relações homoeróticas ou, ao contrário, diferentes maneiras de experimentar sexualidades plurais? Foram essas algumas das perguntas que procurei responder no trabalho que resultou desta pesquisa<sup>02</sup>.

## Um percurso histórico

Tema e contexto fizeram com que eu atentasse para uma literatura que apontava para a existência de práticas e relações homoeróticas ou homoafetivas entre diversas populações ameríndias já nos primórdios dos empreendimentos colonizadores. Entre os séculos XV e XIX, diversos foram os cronistas – como o padre Manoel da Nóbrega, Pero de Magalhães Gandavo, Gabriel Soares de Sousa, Jean de Léry, a serviço das Coroas Portuguesa, Espanhola, Francesa e Britânica –, viajantes e naturalistas a registrarem tal fenômeno em seus escritos<sup>03</sup>. Conforme Mott,

02 Ver TOTA, Martinho. *Entre as diferenças: gênero, geração e sexualidades em contexto interétnico*. Rio de Janeiro: Multifoco Editora, 2013.

03 Entre os Botocudo, Bororo, Guaicuru, Kadiwéu, Tupinambá e outras populações indígenas, relatou-se a presença de pessoas denominadas “cudinas”, isto é, “homens castrados ‘que se vestem como mulheres e se entregam exclusivamente a ocupações femininas’” (MARTIUS, apud TREVISAN, 2002, p. 65-67, p. 222-223). Sobre a prática “sodomítica” entre os silvícolas brasileiros nos séculos XVI e XVII, a partir dos registros deixados por cronistas e viajantes, consultar PIRES DE ALMEIDA, José Ricardo. *Homossexualismo: a libertinagem no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lammert e C. Eds., 1906; RIBEIRO, Leonídio. *Homossexualismo e endocrinologia*. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1938, p. 85-88; FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963; FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006; MOTT, Luiz. *Pagode Português: a subcultura gay em Portugal nos tempos da Inquisição*. *Ciência e Cultura*, v. 40, fev., 1980, p. 120-139; MOTT, Luiz. *Somitigos, Tibira e Quimbanda: a prática do homossexualismo entre brancos, índios e negros na Bahia e Pernambuco nos séculos XVI e XVII*. Comunicação apresentada na 33ª Reunião da SBPC, Salvador, 1981; MOTT, Luiz. *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. Campinas: Papyrus, 1988; MOTT, Luiz. *Inquisição e homossexualidade*. *Congresso Luso Brasileiro sobre Inquisição*; Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII. Lisboa: Universitária Editora, 1989, p. 475-508; MOTT, Luiz. *Relações raciais entre homossexuais no Brasil colonial*. *Revista de Antropologia da USP*, v. 35, São Paulo, 1992a, p. 169-190; MOTT, Luiz. *Justiça e Misericórdia: a Inquisição Portuguesa e a repressão ao nefando pecado de sodomia*. In: NOVINSTY, A. et al. (Org.). *Inquisição: Ensaio sobre Mentalidade, Heresias e Arte*. São Paulo: EDUSP/

[...] ao chegarem na África, Japão, Índia e Brasil, os portugueses encontraram diversos povos e sociedades que praticavam abertamente o homossexualismo tanto masculino quanto feminino. [...] de um total de 76 sociedades estudadas pelos antropólogos Ford & Beach (1952), incluindo todas as raças e continentes, em 64% o homoerotismo era público, aprovado e reconhecido favoravelmente. (MOTT, 1992a, p. 172-173).

Nas Américas do Sul e do Norte há também registros dos chamados *berdaches*, os quais adotavam “o estilo de vida, as características e o trabalho do sexo oposto, [incluindo] favores sexuais”<sup>04</sup>. Esses indivíduos, de acordo com Benedetti, “desfrutavam de papéis sociais legítimos, e, às vezes, específicos nas culturas em que viviam”<sup>05</sup>.

O que tais documentos nos dizem a respeito das sexualidades entre populações ameríndias no referido período? Seriam estes a comprovação histórica da universalidade/atemporalidade da prática homossexual nas mais diferentes culturas? “Sujidade”, “sodomia”, “tribadismo”, “amor grego”, “amor sócrático”, “vício nefando” – termos então em uso – seriam o mesmo que “homossexualidade” tal como a entendemos hoje?<sup>06</sup> Se acatássemos

---

Expressão e Cultura, 1992b, p. 703-738; MOTT, Luiz. Etno-história da homossexualidade na América Latina. Comunicação apresentada no *Seminário-Taller de História de las Mentalidades y los Imaginarios*, realizado na Pontifícia Universidad Javeriana de Bogotá, Colômbia, Departamento de História e Geografia, 22-26/8/1994, p. 1-15. Disponível em: <[http://www.ufpe.edu.br/ich/ndh/downloads/Luiz\\_Mott\\_Volume\\_04.pdf](http://www.ufpe.edu.br/ich/ndh/downloads/Luiz_Mott_Volume_04.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2020; RAQUENA, Antonio. Sodom among Native American Peoples. *Gay Sunshine*, n. 38/39, 1979 [1945]; TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

04 SPENCER, Colin. *Homossexualidade: uma história*. Rio de Janeiro: Record: 1999, p. 24-26.

05 BENEDETTI, Marcos. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond: 2005, p. 21-23.

06 “[A]té que ponto o conceito de homossexualidade pode ser usado com propriedade heurística para descrever e interpretar as relações unissexuais do mundo extra-europeu?”, pergunta-se Mott (1994, p. 2, grifos do autor). Bento, discutindo a transexualidade, acredita que “a existência de relatos históricos de trânsito e mobilidades entre os gêneros não nos autoriza a considerá-los como exemplos que reforçariam a tese da atemporalidade da transexualidade” (2006, p. 23). Para a autora, “[a]o se retirar o conteúdo histórico dessa experiência [transexual ou homossexual, diria eu], apagam-se as estratégias de poder que se articulam para determinar que a verdade última dos sujeitos está em seu sexo. [...] Essa análise presentista não considera a especificidade histórica da transexualidade, fundamentada na medicalização da sexualidade, que ocorreu no século XIX e que instituiu um sistema de classificação de condutas individuais baseadas no ‘sexo verdadeiro’. O fato de haver relatos de pessoas que divergiam das normas estabelecidas para os gêneros, burlando-as das mais variadas formas, não permite considerá-las como transexuais. As sociedades reservam lugares e/ou punições diferentes daqueles hoje destinados às/aos transexuais. [...] Falar de transexualidade nos obriga a relacioná-la ao protagonismo que o saber médico assume na definição da verdade que se esconde nas ‘identidades transtornadas’”. BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond: 2006, p. 109-112.

as ideias de Boswell<sup>07</sup>, talvez respondêssemos afirmativamente a tal indagação. Essa, contudo, é uma teoria arriscada e bem menos consensual do que aquela proposta por Foucault<sup>08</sup>, para quem a homossexualidade é um construto das sociedades capitalistas modernas<sup>09</sup>.

Esquivando-nos momentaneamente dessa querela conceitual, o importante a destacar é o fato de que a prática homoerótica não era estranha a essas populações. Se esta consistia numa instituição “endógena” ou, antes, introduzida pelos colonizadores europeus, não nos cabe aqui avaliar. Por outro lado, uma outra questão se impõe: independentemente da acuidade descritiva destas obras “proto-antropológicas”, aonde localizar seu valor heurístico para o entendimento da (história da) sexualidade? Afinal, citando livremente Benedetti, estes autores “não dispunham sequer do conceito de gênero para auxiliá-los em suas reflexões” (2005, p. 24-25). E é aqui, pois, que adentramos o campo da disciplina antropológica e dos estudos pioneiros sobre a sexualidade humana, onde se destacam na condição de precursores Westermarck e Malinowski os quais seriam sucedidos por Deacon, Benedict, Bateson, Evans-Pritchard, Nadel e Mead<sup>10</sup>. Os trabalhos desses autores, contudo, na percepção de Benedetti, restringiam-se

---

07 BOSWELL, John. *Christianity, Social Tolerance and Homosexuality: Gay People in Western Europe from the Beginning of the Christian Era to the Fourteenth Century*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1980.

08 FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*, v. 1 - A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

09 Eribon, contudo, afirma que o próprio Foucault – entre *A história da loucura na Idade Clássica e A vontade de saber* – vacila na datação do surgimento da personagem homossexual. Eribon acredita que isto muito se deveu ao encontro de Foucault com as obras de John Boswell e K. J. Dover, e às suas conversas com Peter Brown. Ver ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

10 WESTERMARCK, Edward. Homosexual Love. In: *Origin and Development of Moral Ideas*. Londres: Macmillan: 1917, p. 456-498; MALINOWSKI, Bronislaw. *Sex and Repression in Savage Society*. Chicago: Median Books New American Library, 1927; MALINOWSKI, Bronislaw. *The Sexual Life of Savages in North-western Melanesia*. Nova York: Hartcourt, Brace & World, 1929; MALINOWSKI, Bronislaw. *Sex, Culture, and Myth*. Nova York: Hartcourt, Brace & World, 1962; DEACON, Bernard. *Malekula: A Vanishing People in the New Hebrides*. Londres: Routledge, 1934; BENEDICT, Ruth. *Padrões de cultura*. Lisboa: Livros do Brasil, 1934; BATESON, Gregory. *Naven: um exame dos problemas sugeridos por um retrato composto da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas*. São Paulo: Edusp, 2008 [1936]; EVANS-PRITCHARD, Edward E. Sexual Inversion among the Azande. *American Anthropologist*, n. 72, Nova York, 1970, p. 1428-1434; EVANS-PRITCHARD, Edward E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005 [1937]; NADEL, S. F. *A Black Byzantium: The Kingdom of Nupe in Nigeria*. Londres: Oxford Press, 1942; MEAD, Margaret. Cultural Determinants of Sexual Behavior. In: YOUNG, W. C. (Org.). *Sex and Internal Secretions*. Baltimore: Williams & Wilkins: 1961, p. 1433-1479; MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

à descrição do exótico, identificando as diferentes personificações das transformações de gênero diretamente com a homossexualidade ocidental, pouco avançando no debate sobre a construção cultural do corpo e do gênero. Restrita a investigações sobre o fenômeno em sociedades ‘primitivas’, a antropologia desenvolveu poucas ferramentas intelectuais para uma compreensão cultural das transformações de gênero. Essas transformações foram [...] objeto de investigação quase exclusivo das ciências médicas e psicológicas, e mesmo os antropólogos e cientistas sociais que se dedicaram ao tema utilizaram ideias e vocabulários gestados nessas disciplinas, num exercício que contribuiu para formatar uma visão ‘essencialista’ do assunto, isto é, uma concepção que não leva em conta os conteúdos culturais presentes nos processos (BENEDETTI, 2005, p. 21-25).

A partir da segunda metade do século XX – ao menos no contexto anglo-saxão –, assistimos ao surgimento de um cenário mais complexo no que diz respeito aos estudos antropológicos dedicados à sexualidade. Certamente influenciados pelos chamados “estudos feministas”, que criaram, a partir das décadas de 1970 e 1980, as condições de possibilidade para uma reflexão acerca deste assunto, vários foram os pesquisadores que se debruçaram sobre a problemática da homossexualidade sob perspectivas variadas e abarcando contextos socioculturais diversos, constituindo de certo modo um novo campo temático no âmbito da disciplina antropológica, os “estudos *gays* e *lésbicos*”<sup>11</sup>, e, mais recentemente, a teoria *queer*. Entrementes, segundo os propósitos do presente trabalho, o que chama atenção são os numerosos estudos dedicados às sexualidades não heteronormativas no contexto de populações “não-ocidentais”, isto é, povos nativos norte-americanos (conhecidos hoje como “Two-Spirit

---

11 Apenas a título de exemplificação, ver ORTNER, Sherry B; WHITEHEAD, Harriet (Org.). *Sexual Meanings: The Cultural Construction of Gender and Sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981; KULICK, Don; WILLSON, Margaret (Org.). *Taboo: Sex, Identity, and Erotic Subjectivity in Anthropological Fieldwork*. Londres/Nova York: Routledge, 1995; LEWIN, Ellen; LEAP, William L. (Org.). *Out in the Field: Reflections of Lesbian and Gay Anthropologists*. Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 1996; LEWIN, Ellen; LEAP, William L. (Org.). *Out in Theory: The Emergence of Lesbian and Gay Anthropology*. Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 2002; NARDI, Peter M; SCHNEIDER, Beth E. (Org.). *Social Perspectives in Lesbian and Gay Studies: A Reader*. Londres/Nova York: Routledge, 1998; ROBERTSON, Jennifer (Org.). *Same-Sex Cultures and Sexualities: An Anthropological Reader*. Malden: Blackwell Publishing Ltd., 2005.

People<sup>12</sup>), melanésios, africanos, asiáticos e mesmo latino-americanos<sup>12</sup>. Se tal fenômeno se deu pela própria natureza exógena das antropologias praticadas nos Estados Unidos e na Inglaterra – que desde o seu nascedouro voltaram-se para culturas ou sociedades consideradas exóticas – ou não, o que temos é um horizonte marcadamente distinto daquele encontrado no Brasil ainda nos dias de hoje.

Eis então um ponto nodal aqui, o qual se forma na constatação de uma divisão (lacuna, zona de sombra) na antropologia brasileira, aonde os estudos de gênero/sexualidade e os etnológicos seguiram trajetórias paralelas, antípodas mesmo, sem encontrar uma região epistêmica convergente. Seria o caso, portanto, de tecer alguns breves comentários sobre os caminhos trilhados por essas duas subáreas no âmbito da antropologia praticada no Brasil. Contemplando especificamente os estudos sócio-antropológicos sobre homossexualidade, excetuando-se a monografia de Barbosa da Silva<sup>13</sup>, defendida em 1959, encontraremos trabalhos sobre o tema somente a partir da segunda metade da década

---

12 Ver HERDT, Gilbert H. Sambia Nosebleeding Rites and Male Proximity to Women. *Ethnos: Journal of the Society for Psychological Anthropology*, v. 10, n. 3, 1982, p. 189-231; HERDT, Gilbert H. (Org.). *Ritualized Homosexuality in Melanesia*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 1984; HERDT, Gilbert H. *Same Sex, Different Cultures: Exploring Gay & Lesbian Lives*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1997; KULICK, Don. Homosexual Behavior, Culture and Gender in Papua New Guinea. *Ethnos*, v. 50 (I-II), 1985, p. 15-39; GRAY, J. Patrick. Growing Yams and Men: An Interpretation of Kimam Male Ritualized Homosexual Behavior. In: BLACKWOOD, Evelyn (Org.). *The Many Faces of Homosexuality: Anthropological Approaches to Homosexual Behavior*. Nova York/Londres: Harrington Park Press: 1986, p. 55-68; NANDA, Serena. The Hijras of India: Cultural and Individual Dimensions of an Institutionalized Third Gender Role. In: BLACKWOOD, Evelyn (Org.). *The Many Faces of Homosexuality: Anthropological Approaches to Homosexual Behavior*. Nova York/Londres: Harrington Park Press, 1986, p. 35-54; NANDA, Serena. Hijras as Neither Man Nor Woman. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle Aina; HALPERIN, David M. (Org.). *The Lesbian and Gay Studies Reader*. Nova York/Londres: Routledge, 1993, p. 542-552; CHIÑAS, Beverly N. Isthmus Zapotec Attitudes toward Sex and Gender Anomalies. In: MURRAY, Stephen O. (Org.). *Latin American Male Homosexualities*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1995, p. 293-302; MURRAY, Stephen O. (Org.). *Latin American Male Homosexualities*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1995; LANG, Sabine. Various Kinds of Two-Spirit People: Gender Variance and Homosexuality in Native American Communities". In: JACOBS, Sue-Ellen; THOMAS, Wesley; LANG, Sabine (Org.). *Two-Spirit People: Native American Gender Identity, Sexuality, and Spirituality*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press: 1997, p. 100-118; ROSCOE, Will. *Changing Ones: The Native American Third Gender*. Nova York: St. Martin's Press, 1998.

13 BARBOSA DA SILVA, José Fábio. Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário. In: GREEN, James N; TRINDADE, Ronaldo (Org.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP: 2005, p. 40-212.

de 1970, sendo pioneiro aquele de autoria de Guimarães<sup>14</sup>. Na década de 1980 vieram à luz os dois artigos de Fry<sup>15</sup>, os livros de Fry e MacRae<sup>16</sup>, Perlongher<sup>17</sup>, Terto Junior<sup>18</sup> e, já na década de 1990, as obras de MacRae<sup>19</sup>, Heilborn<sup>20</sup>, Parker<sup>21</sup>, Muniz<sup>22</sup>. As razões para a emergência desses estudos no interior das Ciências Sociais são bastante complexas e certamente estão relacionadas a uma série de mudanças mais gerais ocorridas no final do século XX. Nesse contexto, a sexualidade foi escapando gradativamente a abordagens estritamente biologizantes rumo a perspectivas que privilegiavam questões de ordem social, comportamental e cultural, o que estava em consonância com as transformações nos valores da sociedade ocidental a partir dos anos 1960. A separação entre comportamento sexual e determinantes biológicos deve muito à já mencionada obra de Foucault (1999), para quem a história do ocidente moderno constitui-se

---

14 GUIMARÃES, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

15 FRY, Peter. Homossexualidade masculina e cultos afro-brasileiros. In: *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 1982a, p. 54-86; FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 1982b, p. 87-115.

16 FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

17 PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

18 TERTO JUNIOR, Veriano. *No escurinho do cinema... socialidade orgiástica nas tardes cariocas*. Dissertação de Mestrado, PUC/RJ, 1989.

19 MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "Abertura"*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

20 HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

21 PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.

22 MUNIZ, Jacqueline. *Mulher com mulher dá jacaré: uma abordagem antropológica da homossexualidade feminina*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1992. Tal lista não se pretende completa. Um breve panorama histórico e teórico no qual estão inseridos os trabalhos acima mencionados e outros pode ser visto em GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000; DUARTE, Luiz Fernando Dias. *A sexualidade nas ciências sociais: leitura crítica das convenções*. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Org.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond: 2004, p. 39-80; GREEN, James N; TRINDADE, Ronaldo (Org.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005; GREEN, James N; POLITO, Ronald. *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006; CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. *Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira: Cadernos Pagu*, (28), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, janeiro-junho de 2007, p. 65-99. Vale registrar que na primeira década do século XXI cresceu exponencialmente o número de artigos, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado produzido(a)s por sociólogos e antropólogos acerca da diversidade sexual e de gênero em todo o Brasil.

tendo como um de seus pilares os discursos sobre o sexo e sua relação na produção dos sujeitos<sup>23</sup>. *Pari passu*, a crescente mobilização internacional em torno de temas como saúde reprodutiva e a epidemia de AIDS fizeram com que as preocupações feministas, *gays* e lésbicas entrassem nas agendas de pesquisas, garantindo que o estudo da sexualidade (em sua dimensão social e política) emergisse<sup>24</sup>. Desse modo, corroborando a observação feita por Heilborn, podemos afirmar que “a problemática da identidade sexual ganha sentido em um contexto histórica e culturalmente delimitado”<sup>25</sup>.

Quanto aos estudos etnológicos, estes datam de um período bastante anterior ao daqueles dedicados às homossexualidades. A coincidência dos primeiros com a própria tradição antropológica brasileira é tal que Cardoso de Oliveira chegou a afirmar que esta última teria, nos trabalhos feitos junto a populações indígenas, sua “ideologia basilar”<sup>26</sup>. O que nos interessa sobremaneira, no entanto, são as pesquisas realizadas no contexto de coletividades indígenas situadas no Nordeste brasileiro, cuja história (bem mais recente) apresenta algumas peculiaridades. De acordo com Pacheco de Oliveira<sup>27</sup>, historicamente a etnologia brasileira relegou a um papel secundário os estudos sobre populações indígenas situadas nessa região do país, o que poderia ser atribuído ao pressuposto de que tais coletividades haviam desaparecido do mapa, deixando apenas “remanescentes” ou

23 HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Maria Regina (Org.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ: 1996, p. 136-45.

24 PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (Org.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ: 1996, p. 8.

25 HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. Não é à toa, portanto, que boa parte dos trabalhos produzidos sobre sexualidade e homossexualidade no Brasil esteja voltada exclusivamente para os estratos urbanos da sociedade. Ver LOYOLA, Maria Andréa. A sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores: 1999, p. 31-39; LOYOLA, Maria Andréa. A antropologia da sexualidade no Brasil. *PHYSIS* – Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 10 (1), 2000, p. 143-167; BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

26 CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

27 PACHECO DE OLIVEIRA, João. Apresentação à segunda edição. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João (Org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED: 2004a, p. 7-11.

“descendentes” como diáfanos vestígios de um passado há muito tempo perdido em decorrência do processo colonizador. Seguindo os passos desse autor, teria sido a partir de meados da década de 1970 a geração dos primeiros trabalhos dedicados aos povos indígenas no referido contexto, a começar pela Bahia. Todavia, os reflexos desse primeiro movimento fizeram-se sentir apenas na década de 1990. A literatura desde então produzida enfocou os processos de territorialização e de emergência étnica<sup>28</sup>. Levando-se em conta o contexto dessas populações, que nas últimas décadas vêm percorrendo um trajeto de “atualização dinâmica de sua etnicidade”, não é difícil compreender o porquê dessa recorrência de temas e problemas<sup>29</sup>.

Temos diante disso dois campos independentes no cenário antropológico nacional, o que poderia ser interpretado como resultado de histórias, preocupações temáticas e marcos teóricos bastante distintos, contribuindo para a exiguidade de estudos abordando a interface entre (homos)sexualidade/gênero e a questão étnica. Como exceções parciais a esta zona de sombra, encontramos no século XX algumas descrições, de passagem, a respeito de “homossexuais” índios feitas por antropólogos

---

28 Veja-se, a título de exemplos, os seguintes trabalhos: PERES, Sidnei. *Arrendamentos de terras indígenas: análises de alguns modelos de ação indigenista no Nordeste (1910-1960)*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1992; GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. *Regime de índio e faccionalismo: os Atikum da Serra do Umã*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993; VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. *Terra, tradição e etnicidade: um estudo dos Tremembé do Ceará*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993; ARRUTI, José Maurício Andion. *O reencantamento do mundo: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1996.

29 “Tais estudos enfrentam dois desafios, um político e outro teórico, contra os quais foram delineando um rumo próprio: de um lado, integram-se a um movimento social mais amplo de crítica às práticas tutelares e representações genéricas existentes sobre os índios no Brasil; de outro, repensam o prisma analítico e a forma de construção de etnografias pelas quais são estudadas as populações indígenas nas chamadas ‘terras baixas da América do Sul’. O primeiro desafio remete ao conjunto de mecanismos políticos e jurídicos pelos quais esses povos foram incorporados ao processo de construção da nação brasileira, fazendo-se representar no período republicano pelo ‘indigenismo rondoniano’. [...] Basta registrar que a representação do índio como primitivo, expressa no senso comum, deixa sob forte (e especial) suspeição as demandas identitárias dos povos indígenas do Nordeste, ao passo que as práticas de tutela e assistência estabelecidas no indigenismo oficial se revelam particularmente inadequadas para os seus projetos étnicos” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004a, p. 7-8). Ver também PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João (Org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED: 2004b, p. 13-42.

como Wagley<sup>30</sup>, Gregor<sup>31</sup> e Lizot<sup>32</sup>. Lévi-Strauss<sup>33</sup> também relatou a existência do “homossexualismo” (sic) entre os índios Nambiquara. Segundo ele, para esses índios a “monogamia não constitui regra geral”, sendo a poligamia uma prática autorizada socialmente, em virtude da escassez de mulheres, ao menos para os chefes do “bando”. Uma consequência da falta de mulheres seria a prática homossexual entre os “adolescentes machos” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 78)<sup>34</sup>. Lévi-Strauss nos informa que esses índios denominavam (“poeticamente”) as “relações homossexuais” como “*tamindige kihandigê*”, ou “amor-mentira”. De acordo com ele, essas relações, além de serem frequentes entre homens jovens, eram mais alardeadas do que aquelas consideradas “normais”:

As relações homossexuais são permitidas apenas entre adolescentes que se incluem na categoria de primos cruzados, ou seja, na qual um está em geral destinado a se casar com a irmã do outro, para quem, por conseguinte, o irmão serve provisoriamente de substituto. Quando nos informamos com um indígena sobre as ligações desse tipo, a resposta é sempre a mesma: “São primos (ou cunhados) que fazem amor”. Na idade adulta, os cunhados continuam a manifestar grande liberdade. Não é raro ver dois ou três homens, casados e pais de família, passeando à noite carinhosamente abraçados (LÉVI-STRAUSS, 1999, p. 296).

---

30 WAGLEY, Charles. *Lágrimas de boas vindas: os índios Tapirapé do Brasil Central*. São Paulo/Belo Horizonte: Editora da Universidade de São Paulo/Itatiaia, 1988.

31 GREGOR, Thomas. *Mehinaku: o drama da vida diária em uma aldeia do Alto Xingu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/INL, 1982; GREGOR, Thomas. *Anxious Pleasures: The Sexual Lives of an Amazonian People*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1985.

32 LIZOT, Jacques. *O círculo dos fogos: feitos e ditos dos índios yanomami*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. O jornalista americano Patrick Tierney (2002) escreveu um livro bastante virulento sobre Lizot (a quem acusa de haver corrompido muitos índios) e outros pesquisadores que estiveram com os Yanomami. Ver TIERNEY, Patrick. *Trevas no Eldorado: como cientistas e jornalistas devastaram a Amazônia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

33 LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Editora Vozes; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976 [1949]; LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 [1955].

34 Curioso notar o comentário de Florestan Fernandes (2006, p. 270) a respeito do “homossexualismo” (sic) praticado pelos Tupinambá, que replica a teoria proposta pelo primeiro autor. Para ele, “o homossexualismo [ali] parece que não se ligava às condições adaptativas provocadas pela guerra, ao contrário do que sucede em outras sociedades; pelo que se pode presumir, seria uma consequência das dificuldades encontradas pelos jovens em obter parceiras sexuais antes do reconhecimento social da maturidade”.

Como último exemplo de trabalhos etnológicos em que se menciona a “pederastia” entre índios estão os textos de Clastres<sup>35</sup>, que, a despeito de tratarem dos Guaiaky (ou Aché Gatu), habitantes do Paraguai, são geralmente citados como ilustrativos da “prática homossexual” no contexto de populações indígenas. Como protagonista de ambos os trabalhos está Krembegi, um “sodomita”, “pederasta”, “homossexual”, “invertido” – expressões acionadas pelo autor. “De tempos em tempos”, relata Clastres (2003, p. 127),

[...] certos caçadores faziam dele seu parceiro sexual, manifestando nesses jogos eróticos mais libertinagem – ao que parece – do que perversão. Mas não ocorreu nunca por parte deles qualquer sentimento de desprezo para com ele. [...] Krembegi havia encontrado, por meio de sua homossexualidade, o *topos* ao qual o destinava logicamente sua incapacidade de ocupar o espaço dos homens. [...] Este último ocupava aos olhos dos Aché um lugar definido, embora paradoxal; e desprovida, em certo sentido, de toda ambigüidade, sua posição no grupo resultava normal, mesmo que essa nova norma fosse a das mulheres”. Isto porque, entre outras coisas, Krembegi havia trocado o arco pela cesta, sendo o primeiro “o lugar extremo da virilidade, a metáfora irrevogável da masculinidade” (CLASTRES, 1995, p. 208-212).

Em outro momento, porém, as palavras do autor são um tanto ambíguas:

por que a uns repugna falar dele e os outros fazem-se sarcásticos? É que Krembegi é um *kyrypy-meno*, um ânus-fazer-amor, um pederasta. [...] Seria lícito imaginar que, na medida em que um homem como Krembegi é a inscrição no mundo ético-sexual dos Aché de uma certa desordem, de uma subversão de todos os valores admitidos e respeitados, seria lícito então supor que o campo de sua atividade sexual não depende de nenhuma regra, que cada um pode à sua vontade perseguir aí tão-só a lei de seu prazer: em outros termos, que qualquer homem da tribo pode, se o move a vontade, servir-se de Krembegi. Ora, não é nada disso, as relações homossexuais não se atam anarquicamente, uma lógica rigorosa preside seu estabelecimento. Krembegi é o

---

35 CLASTRES, Pierre. Vida e morte de um pederasta. In: *Crônica dos índios Guayaki: o que sabem os Aché, caçadores nômades do Paraguai*. Rio de Janeiro: Ed. 34: 1995, p. 201-222; CLASTRES, Pierre. O arco e o cesto. In: *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify: 2003, p. 117-143.

mundo Aché invertido, mas nem por isso é a contra-ordem da ordem social existente, ele não é sua negação; à sua volta desdobra-se um outro tipo de ordem, um outro conjunto de regras, imagem invertida, mas imagem contudo, da ordem e das regras “normais”. Que base última sustenta o edifício da vida social dos Aché? São as relações de aliança entre grupos familiares, relações que tomam forma e se realizam na troca matrimonial, na troca ininterrupta de mulheres. [...] Krembegi, porque é *kyrypy-meno*, acha-se no exterior dessa ordem social. Vê-se então cumprir-se até seu termo final a lógica do sistema social ou, o que dá no mesmo, a lógica de sua inversão: os parceiros de Krembegi são seus próprios irmãos. [...] A homossexualidade não pode ser senão “incestuosa”, o irmão sodomiza o irmão e, nessa metáfora do incesto, confirma-se e reforça-se a certeza de que precisamente o incesto não poderia ser cumprido (o verdadeiro: aquele de um homem e de uma mulher) sem pôr à morte o corpo social (CLASTRES, 1995, p. 213-215).

Todos esses casos não se configuram numa exceção à regra, senão a corroboram. Primeiro porque esses trabalhos não instituíram um renovado campo de estudos na antropologia brasileira. Além disso, essas obras foram arquitetadas tendo como fulcro outras questões, que não a problemática homossexual propriamente dita. Esta, por sinal, aparece em ligeiras passagens textuais, cuja acuidade analítica é no mínimo assunto controverso. Ora lida como modalidade “desviante” – ou como estando entranhada em meio a regras culturais que a achatam, tornando-a um indesejável apêndice da vida social –, ora interpretada sob uma ótica médico-biologizante, a homossexualidade nestes estudos simplesmente não foi observada em profundidade, o que somente seria possível a partir de um arcabouço teórico pertinente e de uma sensibilidade etnográfica que faltava a estes autores. Exercícios sócio-antropológicos dedicados à interface envolvendo (homos)sexualidade e etnicidade, portando, sobretudo no contexto de populações indígenas no Brasil, permanecem fora de nosso espaço gravitacional<sup>36</sup>.

---

36 Não ignoro as contribuições de Luiz Mott e Peter Fry, autores já mencionados aqui, nem a produção mais recente ilustrada por MOUTINHO, Laura. Razão, afetividade e desejo em relacionamentos afetivo-sexuais entre brancos e negros no Rio de Janeiro (Brasil) e cidade do Cabo (África do Sul): primeiras reflexões. In: SILVA, D. da (Org.). *Novos contornos no espaço social: gênero, geração e etnia*. Rio de Janeiro: UERJ/NAPE, 1999. p. 21-41;

; MOUTINHO, Laura. Condenados pelo desejo? Razões de Estado na África do Sul. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 54, 2004a, p. 95-112; MOUTINHO, Laura. Discursos normativos e

## Imprensa no Brasil e a (re)invenção do índio “gay”: entre sensacionalismos e pânico morais

Em compensação, a imprensa tratou de veicular, para o bem ou para o mal, esse assunto. Trevisan, por exemplo, nos conta que em 1974 noticiou-se

[...] que determinado funcionário da FUNAI teria viciado os índios da tribo kren-akarore em ser sodomizados. [...] Segundo o repórter Edilson Martins, “essa prática teria sido introduzida por elementos civilizados”, que lhes transmitiram, além da homossexualidade, também o alcoolismo, tuberculose, prostituição, “enfim todo o manancial de *chagas fisiológicas e sociais*” que os índios herdaram ao tomar contato com a civilização. (TREVISAN, 2002, p. 216).

Quase três décadas depois, o teor das manchetes não diferia muito do dessa. Leonardo Coutinho, colunista da revista *Veja*, escreveu que

os índios ianomâmis do extremo norte do país praticam cada vez mais um tipo de relacionamento que parece ter sido inusual antes do contato com o homem branco: o homossexualismo masculino. [...] O homossexualismo

---

desejos eróticos: a arena das paixões e dos conflitos entre brancos e negros. *Sexualidade, gênero e sociedade*, Rio de Janeiro, v. 20, 2004b, p. 01-07; MOUTINHO, Laura. Raça, sexualidade e gênero na construção da Identidade Nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul. *Cadernos Pagu*, São Paulo, v. 23, 2004c, p. 56-88; MOUTINHO, Laura. Negociando com a adversidade: reflexões sobre ‘raça’, (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, 2006; PINHO, Osmundo. A guerra dos mundos homossexuais: resistência e contra-hegemonias de raça e gênero. In: *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro: Abia: 2004, p. 127-135; DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. *Negros homossexuais: raça e hierarquia no Brasil e na Colômbia*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005; LIMA, Ari; CERQUEIRA, Filipe de Almeida. Identidade homossexual e negra em Alagoinhas. In: Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades, v. 1, n. 1, 2007, p. 269-286; HENNING, Carlos Eduardo. *As diferenças na diferença: hierarquia e interseções de geração, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 2008; FRANÇA, Isadora Lins. Na ponta do pé: quando o black, o samba e o GLS se cruzam em São Paulo. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FIGARI, Carlos Eduardo (Org.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond: 2009, p. 393-421, que refletem sobre (homos)sexualidades em seu cruzamento com raça e outros marcadores identitários. Não obstante, trabalhos dedicados ao tema no contexto indígena são escassos, sendo exceções os de CANCELA, Cristina Donza [et al.]. Caminhos de uma pesquisa acerca da sexualidade em aldeias indígenas no Mato Grosso do Sul. *Revista de Antropologia da USP*: v. 53, n. 1, São Paulo, 2010, p. 199-235; e de Estevão Fernandes: FERNANDES, Estevão R. *Existe índio gay?: a colonização das sexualidades indígenas no Brasil*. Curitiba: Editora Prisma, 2017.

foi detectado em pelo menos dez comunidades. [...] Sabe-se que relações homossexuais foram comuns em algumas comunidades isoladas, como testemunham desenhos rupestres encontrados na Serra da Capivara, no Piauí, por exemplo. Mas a análise do caso ianomâmi demonstra que a sodomia tem ares de novidade. Até a década de 80, os pesquisadores não faziam menção ao homossexualismo [...] [que] no meio dos índios não tem o mesmo significado cultural que se conhece no mundo urbano. Não representa, por exemplo, mudança na orientação sexual do índio. “A prática pode ter um sentido mágico ou esportivo”, explica Ivo Brito. Para o etnólogo [...] Mauro Cherobim, [...] esses índios só seriam considerados gays se a própria comunidade passasse a entender, como os brancos, que há no meio dela os homens, as mulheres e os que têm uma orientação sexual diversa da desses dois grupos. [...] Ninguém se arrisca a opinar sobre como a situação evoluirá entre os ianomâmis. [...] Para o Ministério da Saúde, *o importante é que eles pelo menos não se transformem em novas vítimas da Aids.*<sup>37</sup> (grifos meus).

“Índios gays são alvo de preconceito no Amazonas” é o título da matéria feita por Kátia Brasil, publicada em 27 de julho de 2008 no jornal *Folha de São Paulo*. De acordo com a jornalista,

Entre os índios ticuna, [...] um grupo de jovens não quer mais pintar o pescoço com jenipapo para ter a voz grossa, como a tradição manda fazer na adolescência, nem aceita as regras do casamento tradicional, em que os casais são definidos na infância. Esse pequeno grupo assumiu a homossexualidade e diz sofrer preconceito dentro da aldeia, onde os gays são agredidos e chamados de nomes pejorativos como ‘meia coisa’. [...] Entre esses jovens, pelo menos 20 são conhecidos como homossexuais assumidos. [...] O cientista social e professor bilíngüe (português e ticuna) de história Raimundo Leopardo Ferreira afirma que, entre os ticanos, não havia registros anteriores da existência de homossexuais, como se vê hoje. Ele teme que, devido ao preconceito, aumentem os problemas sociais entre os jovens, como o uso de álcool e cocaína. “Isso [a homossexualidade] é uma coisa que meus avós falavam que não existia”, afirmou. A antropóloga Helena Rangel diz que, no mundo indígena, alguns mitos fazem referência a essa opção sexual. “Na sociedade indígena, há uma divisão muito clara do trabalho entre homens e mulheres, então, se um homem quer ser mulher, assume o trabalho feminino. Não é um assunto tabu nem absurdo”.

---

37 COUTINHO, Leonardo. Alto risco na selva: alerta sobre Aids entre os índios trata da adesão de ianomâmis ao homossexualismo. *Veja*, n. 1.763, 7 de agosto de 2002, p. 1-2.

Sobre a maior visibilidade dos homossexuais atualmente, Rangel diz que acredita ser um fenômeno mundial e que não pode comentar especificamente sobre os ticunas. “A homossexualidade tem se tornado um fenômeno mais explícito”, disse. Com relação ao preconceito enfrentado pelos indígenas, ela afirma que a discriminação hoje pode ser maior do que a enfrentada anteriormente, devido à maior aproximação dos índios com a moral ocidental-cristã.<sup>38</sup>

Em fevereiro de 2009, o jornal *Dourados News*, em sua versão eletrônica, informava que

No início do século XX, na região de Barra do Bugres (160 Km de Cuiabá), os índios Umutinas, um subgrupo Bororo, eram conhecidos como “barbados”, pois usavam barbas, na maioria das vezes postiças, (que) fortaleciam a imagem do “macho”, da força indígena. Mas os tempos mudaram. Sem nenhum compromisso com os rituais dos seus ancestrais, os novos representantes Umutinas não fazem mais questão de usar as “barbas”, não querem mais passar Jenipapo na garganta para engrossar a voz e não se preocupam com a imagem do “homem”. Hoje, na “Barra”, como é carinhosamente chamada a cidade, a coisa mais comum é ver um índio homossexual. Isso mesmo. Em Barra do Bugres, os índios da antiga tribo “Barbados” estão redescobrimo e assumindo uma *opção sexual não muito normal entre os povos indígenas*. Neste carnaval, com roupas justas, cabelos e unhas pintadas, bolsas a tira colo e sem medo de serem apontados, os índios gays saíram de suas aldeias e desfilaram nas ruas da cidade. Alguns moradores parecem ter se acostumado com a situação, mas os mais antigos deixam a mostra o preconceito: “Já é uma vergonha homens que não honram as calças, agora temos até índios gays”, esbravejou um conhecido bugrense. “Eu já estou acostumada, tem muito índio gay aqui em Barra do Bugres e eles são divertidos, não vejo problemas em conviver com isso”, afirma outra moradora da cidade, que com bom humor, ainda completa: “Tem muita mulher preocupada em perder o marido aqui”, disse entre risadas. O preconceito dentro das aldeias é o que mais chama a atenção e preocupa. O Umutina M.C.Y, de 17 anos, conta que já foi agredido várias vezes por ser gay, até por irmãos. “Não posso andar sozinho na tribo, já me batem, gritam, xingam. Meu irmão até jogou pedra em mim”, revelou o jovem Umatina, que desde os 13 anos comunicou à família sobre sua opção. Para alguns especialistas, o preconceito com índios gays pode gerar mais problemas sociais, como o alcoolismo, que já atinge grande parte das tribos em Mato

---

38 BRASIL, Kátia. Índios gays são alvo de preconceito no Amazonas. *Folha de São Paulo*, 27 de julho de 2008.

Grosso. *A comunidade indígena gay* da cidade do interior de Mato Grosso pode ser a primeira no estado, já que a Fundação Nacional do Índio não apresenta nenhum registro de homossexualismo entre os índios mato-grossenses”. (Grifos meus)<sup>39</sup>

Essas e outras matérias jornalísticas a que tive acesso geraram polêmica, inclusive entre funcionários indigenistas, para quem esse tipo de reportagem não passaria de sensacionalismo barato responsável pela maior exotização dos índios e pelo reforço dos estereótipos associados a esses coletivos. De fato, o teor desse material enfatiza a questão como um problema de ordem social, o mesmo implicando em discriminação, preconceito, violência. Em certa medida, isso ajuda a entender a resistência – por parte de pesquisadores, indigenistas e membros “não-homossexuais” dos grupos mencionados – ao tema. Entretanto, até que ponto calar diante dessa questão seria uma atitude menos preconceituosa e mais respeitosa para com essas pessoas? Lembremos que, conforme a matéria publicada na *Folha de São Paulo*, foram alguns índios Ticuna que procuraram a FUNAI no intuito de denunciar a violência simbólica de que eram objeto. Considerando que a história das políticas indigenistas implementadas pelo Estado brasileiro foi e tem sido marcada por um intervencionismo absoluto<sup>40</sup>, a postura de alguns agentes do governo diante do assunto não deixa de ser dúbio. Na verdade, desconfio que, por trás desse silenciamento estratégico, mais do que uma demonstração de respeito para com as populações indígenas, esteja o preconceito para com homossexuais e outros sujeitos “dissidentes” que participam de uma dada coletividade. Mas negar-se a ouvir aqueles que se dizem alvo de discriminação não seria exercer uma espécie de tirania? Quem tem direito à voz e quem deve ser calado? Quais são os sujeitos legítimos e quem são os espúrios? E qual o papel dos antropólogos ou da academia em meio a este campo multifacetado?

Na verdade, estas indagações emergiram antes de iniciar o trabalho de campo. Os sujeitos que eu esperava encontrar estariam dispostos a falar

---

39 Parte desta matéria pode ser encontrada em: <<http://www.revistaladoa.com.br/website/artigo.asp?cod=1592&idi=1&xmoe=84&moe=84&id=10410>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

40 Ver KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura/PUC, Rio de Janeiro, 2005.

sobre suas sexualidades? E se eles ofertassem apenas o silêncio? Nesse caso, eu teria que abandonar por completo ou reelaborar o projeto de pesquisa, ou então proceder como Becker e Berreman<sup>41</sup>. Todavia, embora esteja de acordo com estes autores quanto a um possível prejuízo no rendimento da pesquisa – sobretudo quando são evocados temas considerados delicados, tal como sexualidade, em geral, e homossexualidade, em particular – se estes forem explicitamente colocados para os atores-alvo do estudo, lançar mão de tal artifício seria incorrer numa postura bastante discutível em termos éticos<sup>42</sup>. Com os movimentos pós-colonialistas, e, principalmente, a partir dos anos 1980, mudanças significativas na “identidade” da disciplina antropológica

---

41 BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008; BERREMAN, Gerald D. *Etnografia e controle de impressões em uma aldeia no Himalaia*. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora: 1980, p. 123-174. “A maioria das pessoas que eu observava não sabia que eu estava fazendo um estudo sobre músicos. Raramente eu realizava alguma entrevista formal, concentrando-me antes em ouvir e registrar as conversas habituais que ocorriam entre os músicos” (BECKER, 2008, p. 93). Mais adiante, o autor afirma que: “Como são considerados outsiders pelos demais membros da sociedade, e como eles próprios tendem a considerar os demais integrantes da sociedade outsiders, o estudioso que deseja descobrir os fatos acerca do desvio tem uma substancial barreira a transpor antes que lhe seja permitido ver o que precisa. Como será provavelmente punida se vier à luz, a atividade desviante tende a ser mantida oculta, não exibida ou alardeada para outsiders. O estudioso do desvio precisa convencer aqueles a quem estuda de que não haverá perigo para eles, de que não sofrerão em consequência do que lhe revelarem. O pesquisador, portanto, deve interagir intensa e continuamente com os desviantes que quer estudar, de modo que estes possam conhecê-lo bem o suficiente para avaliar de algum modo se as atividades dele afetarão adversamente as suas” (BECKER, 2008, p. 171). Já Berreman escreveu que “[e]mbora eu pense ser prática e eticamente correto que o etnógrafo faça saber sua intenção de conhecer o modo de vida dos indivíduos que pretende estudar, creio ser eticamente desnecessário e metodologicamente incorreto que explicitamente suas hipóteses específicas e, em muitos casos, até mesmo seus campos de interesse. É bem possível que, ao confiar aos informantes esses aspectos, dificulte a possibilidade de obter inúmeras informações essenciais ao objetivo principal de compreender a sua maneira de viver. [...] a observação participante [...] como técnica de pesquisa, implica inevitavelmente algo secreto e alguma dissimulação. Se o pesquisador se sentir moralmente constrangido a evitar qualquer forma de dissimulação, ou segredo, terá que abrir mão de grande parte da compreensão, que pode ser obtida mediante o conhecimento daqueles aspectos das vidas dos informantes, que estes desejam lhe ocultar. [...] De toda forma, o etnógrafo se estará apresentando de certas maneiras a seus informantes durante a pesquisa e ocultando deles outros aspectos seus. Os informantes estarão agindo da mesma maneira. Isto é inerente a qualquer interação social” (BERREMAN, 1980, p. 142-143, grifos meus).

42 APEL, Karl-Otto. The a priori of the Communication Community and the Foundations of Ethics: The Problem of a Rational Foundation of Ethics in the Scientific Age. In: *Towards a Transformation of Philosophy*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1980, p. 225-300; CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. *Ensaio antropológico sobre moral e ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996; CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo/Brasília: Editora Unesp/Paralelo 15, 2006.

começaram a ser diagnosticadas ou empreendidas<sup>43</sup>. Nesse contexto de transformações, a relação entre pesquisador e sociedade pesquisada, “entre os que perguntam e olham e os que são perguntados e se tornam objeto do olhar”<sup>44</sup>, também mudou. Segundo essa nova “ideologia”, advogou-se que um dos principais ofícios do etnógrafo consistiria em ajudar as pessoas a conviverem através de uma ampla “comunicação cultural cruzada”, de modo a ampliar o diálogo entre diferentes sujeitos.

Tal postura era completamente oposta àquela mantida por muitos antropólogos do final do século XIX e primeira metade do século XX, período marcado por uma antropologia governada segundo ideais ora universalistas – que pretendiam abarcar a humanidade como um todo –, ora particularistas – concentrados em determinados povos, supostamente isolados e homogêneos. Por conseguinte, se antes introduzir as “vidas” dos atores sobre os quais os antropólogos se debruçavam representava um desafio apenas em termos técnicos e estilísticos, agora este passara a ser também uma questão de caráter moral, político e epistemológico (GEERTZ, 1989, p. 58-63). Nesse sentido, a própria escrita etnográfica, isto é, o resultado material da pesquisa, tornou-se fonte de profunda reflexão na disciplina, conforme ressalta Brettell<sup>45</sup>. Não por acaso, Pacheco de Oliveira afirma que

Lo que el antropólogo investigará en campo ya no puede ser el fruto exclusivo de un interés académico, puramente justificado por su relevancia científica y decidido entre él, su orientador y la institución universitaria o equipo de investigación al que está vinculado. Es necesario que los líderes y la misma comunidad comprendan las finalidades

---

43 ASAD, Talal (Org.). *Anthropology and the Colonial Encounter*. Nova York: Humanities Press, 1973; CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998; CLIFFORD, James; MARCUS, George (Org.). *Writing Culture. The Poetic and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986; MARCUS, George; FISCHER, Michael (Org.). *Anthropology as Cultural Critique: An Experimental Moment in the Human Sciences*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

44 GEERTZ, Clifford. Estar lá, escrever aqui. *Diálogo*, n. 3, v. 22, p. 58-63, 1989..

45 BRETTELL, Caroline B. Introduction: Fieldwork, Text, and Audience. In: BRETTELL, Caroline B. (Org.). *When They Read What We Write: The Politics of Ethnography*. Londres: Bergin & Garvey: 1993, p. 1-24.

y el *modus faciendi* de la investigación, aprobándola o exigiendo reformulaciones. [...] Cualquier forma de registro deberá ser objeto de una negociación directa con los indígenas, precedida de una 'consulta esclarecida' que les informe rigurosamente las implicancias, como también los derechos que están en juego. [...] Lo que más importa hoy día para los indígenas es la cuestión del control sobre los usos múltiples que se pueda llegar a atribuir a los datos de la investigación. Es fundamental saber en qué medida los análisis e interpretaciones planteados pueden afectar su modo de vida, sus derechos y las representaciones sobre ellos mismos. [...] Los antropólogos tienen que estudiar de ahora en adelante pueblos y culturas cuya existencia se manifiesta más fragmentada y diversificada, con el dinamismo de disputas por representatividad en niveles múltiples (generaciones, facciones, etc.). [...] La presuposición (heurística o política) de una única voz para cada pueblo indígena, o hasta de una perspectiva cultural unificada, pasó a ser un punto bastante complejo para una agenda política contemporánea, debiendo ser tomada como el resultado de un proceso, y no como un *a priori* (PACHECO DE OLIVEIRA, 2006, p. 210-212).<sup>46</sup>

## Imprensa e a difusão de (auto)imagens identitárias coletivas

Antes de concluir este ensaio, é importante registrar um outro lado da história envolvendo imprensa e a questão da homossexualidade entre povos indígenas. Se é verdade que a mídia pode contribuir para silenciar os sujeitos ou alimentar estereótipos e gerar pánicos morais, por outro lado ela pode igualmente colaborar no sentido de gerar elementos potencialmente apropriáveis pelos indivíduos na elaboração de articulações identitárias. A propósito, vale dizer que praticamente todos os meus interlocutores que encontrei no decorrer de minha pesquisa tinham aparelhos de televisão em suas casas, possuíam telefones celulares e participavam de redes sociais como Facebook. Mesmo os que viviam em aldeias mais afastadas da cidade

---

46 PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pluralizando tradiciones etnográficas: sobre un cierto malestar en la Antropología. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João (Org.). *Hacia una Antropología del Indigenismo: estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales de los indígenas en Brasil*. Rio de Janeiro/Lima: Contra Capa/Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, p. 201-218, 2006.

mantinham contato com pessoas de outras localidades da Paraíba e de outros estados brasileiros.

Para ilustrar o papel que a mídia pode desempenhar na construção de (auto)imagens identitárias no contexto investigado, menciono o comentário que um de meus interlocutores, um jovem de 18 anos, fez acerca da notícia veiculada por um telejornal sobre a sentença à pena de morte a que homossexuais iranianos estavam sujeitos. Curiosamente, meu interlocutor se referiu a estes como “a gente”. Refletindo sobre a importância que a mídia e o consumo de determinadas imagens têm para a constituição de identidades para além de fronteiras geográficas e culturais<sup>47</sup>, Canclini (1999, p. 172-173)<sup>48</sup> observa que, a partir da disseminação de imagens através da mídia, assistimos à e vivenciamos a emergência de comunidades transnacionais de consumidores<sup>49</sup>.

Notícias relacionadas a episódios de violência contra homossexuais em outras partes do Brasil e do mundo eram frequentemente repercutidas entre meus interlocutores, sendo tema de discussão em muitos dos nossos encontros. De certa maneira, isso ilustrava o sentimento de coletividade destes indivíduos em relação a todos os homossexuais, um “pertencimento aceito e assumido”, como diria Eribon, para quem todo “enunciado público sobre a homossexualidade encontra um eco imediato e profundo entre os homossexuais, simplesmente porque são eles que ali estão em questão,

---

47 Sobre a relação entre as mídias e as identidades (sociais, sexuais e de gênero), ver, entre outros, os seguintes trabalhos: BUARQUE DE ALMEIDA, Heloísa. *Telenovela, consumo e gênero*: “muitas mais coisas”. Bauru, ANPOCS /EDUSC, 2003a; BUARQUE DE ALMEIDA, Heloísa. Famílias diante das telenovelas. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n. 17, 2003b; BUARQUE DE ALMEIDA, Heloísa; HAMBURGER, Esther. Sociologia, pesquisa de mercado e sexualidade na mídia. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Org.) *Sexualidades e Saberes*. Convenções e Fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004; FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara (Org.). *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005.

48 CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

49 CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. Para Canclini, a “circulação de bens e mensagens” implica “mudanças de significado”, a “passagem de uma instância para outra, de um grupo para vários”. Nesse sentido, os “significados” comunicados “são recebidos, reprocessados e recodificados”, extrapolam “fronteiras, tornando porosas as barreiras nacionais ou étnicas e fazendo com que cada grupo possa abastecer-se de repertórios culturais diferentes” (2007, p. 42-44).

num mundo onde a realidade de seus sentimentos, de sua sexualidade, de suas personalidades é da ordem do indizível” (2008: p. 78, 181).

De certo modo, este fato ilustra o processo de “reterritorialização” de que tratam autores como Gupta e Ferguson<sup>50</sup>, processo este que se dá graças à mobilidade das pessoas e à produção e distribuição da cultura de massa (filmes, televisão, jornais, música, internet), erodindo particularidades culturais relacionadas a um lugar. A reflexão de Marcus<sup>51</sup> quanto às identidades culturais insere-se no mesmo rol de problematizações destes autores, pois, para ele, esse “fenômeno disseminador” – a identidade – “possui uma vida própria” que vai além do espaço e do tempo onde “agentes humanos específicos” estão localizados (MARCUS, 1991, p. 216-217). De acordo com este autor, mesmo num contexto local é possível “captar a formação das múltiplas identidades num momento específico da biografia de cada ator e da história de um grupo de pessoas através da configuração de locais e contextos muito diferentes” (MARCUS, 1991, p. 204-205).

Nada homogêneas, internamente contraditórias e fragmentadas, como diria Hall<sup>52</sup>, as identidades (de classe, sexo, etnia, raça e nacionalidade), assim como as culturas, não constituem totalidades estáveis, estando sempre em processo de formação. Entretanto, se culturas e identidades distintas não desapareceram, a diversidade também não morreu. Os “estranhos” continuam a proliferar-se, já dizia Geertz<sup>53</sup>, a despeito da “suavização do contraste cultural”, de sua palidez e estreiteza. Num contexto de espaços flexíveis, onde o semelhante e o diferente não ocupam territórios exclusivos, é no fortalecimento da nossa capacidade de imaginação para apreender o que está diante de nós que residem os usos

---

50 GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Beyond ‘Culture’: Space, Identity, and the Politics of Difference. *Cultural Anthropology*, v. 7, n. 1, p. 6-23, 1992.

51 MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia*, v. 34, São Paulo, p. 197-220, 1991.

52 HALL, Stuart. “Quem precisa da identidade?” In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes: 2000<sup>a</sup>, p. 103-133.

53 GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

da diversidade e de seu estudo. Em suma, no cenário atual, o “Nós” e o “Eles” já não podem mais ser pensados como entes fechados e homogêneos (ROSALDO, 1988, p. 86-87)<sup>54</sup>. Como escreveu Canclini, índios não são apenas sujeitos etnicamente diferenciados, “são desempregados, pobres, migrantes sem documentos, *homeless*, desconectados” (2007, p. 65-66). Para muitos deles, “o problema não é manter ‘campos sociais alternativos’, mas ser incluídos”, “sem que isto atropela sua diferença nem os condene à desigualdade”. Esse mesmo autor acredita ter chegado o momento em que a antropologia (e também a imprensa, diria eu) “descobre ter vindo ao mundo para descrever os esforços da convivência” (CANCLINI, 2007, p. 180) e, diria eu, para contribuir no sentido de gerar um mundo mais humano, pautado nos valores da empatia e, conseqüentemente, da solidariedade.

---

54 ROSALDO, Renato. Ideology, Place and People without Culture. *Cultural Anthropology*, v. 3, n. 1, p. 77-87, 1988.

# USOS DA IMPRENSA POR HISTORIADORES:

## APONTAMENTOS PARA HISTÓRIAS QUEER DO HOMOEROTISMO NO BRASIL

**Cássio Bruno de Araujo Rocha<sup>01</sup>**

### Introdução

**Para os historiadores** que pesquisam as histórias das homossexualidades no Brasil, especialmente, mas não apenas, a partir da segunda metade do século XX, a imprensa surge como uma fonte importante para a confecção de suas narrativas. Sejam os jornais ou revistas de grandes grupos empresariais com circulação nacional (o que hoje se denomina a grande mídia), sejam os veículos de menor alcance e circulação e/ou devotados especificamente à temática homossexual (integrantes da mídia alternativa), tais documentos trazem informações preciosas sobre os modos de vida dos desviantes da heteronorma no passado, bem como das representações deles feitas e por eles feitas em diferentes contextos históricos. Todavia, os modos de uso dessas fontes não são comuns ou pacíficos a todos os historiadores, diferenciando-se conforme a aproximação de cada autor a determinada escola historiográfica ou corrente de pensamento.

A partir dessas constatações iniciais, estruturei o presente texto como uma interrogação acerca dos distintos usos da imprensa como fonte histórica por parte dos historiadores das homossexualidades no Brasil do século XX. Embasando tal interrogação, estão apontamentos para a possibilidade de um estranhamento das histórias até aqui escritas sobre

---

<sup>01</sup> Historiador e doutorando em História pela UFMG. Autor de *Masculinidades e Inquisição: gênero e sexualidade na América Portuguesa* (Paco Editorial/2016).

nós, desviantes sexuais, e, ao mesmo tempo, da criação de novas e estanhas histórias de todos nós que fugimos, escapamos e não nos conformamos à heterossexualidade compulsória. Ou seja, de histórias *queer* do homoerotismo no Brasil. Assim, na primeira parte do texto, investigo como a historiografia do homoerotismo se moldou entre as aporias da disputa essencialista-construcionista. Em seguida, contextualizo essa disputa através da análise da construção de três figuras do homoerotismo – o sodomita, a bicha e o gay – por diferentes historiadores e antropólogos, salientando suas conexões com uma ou outra corrente. Em um terceiro momento, faço um rápido percurso pela obra de Michel Foucault, pensando-a como atalho para a elaboração de novas histórias *queer* do homoerotismo (nesse sentido, destaco a conexão íntima, ainda que não a única possível, entre a *História da Sexualidade* de Foucault e os estudos *queer*). Finalmente, na porção final do texto, investigo como os usos da imprensa como fonte histórica, nos trabalhos de alguns historiadores, e que dialogam com suas distintas filiações teóricas e historiográficas.

## Essencialismo & construcionismo

Ao longo das últimas décadas, o campo da história da sexualidade em geral e o das homossexualidades ou do homoerotismo em específico têm sido marcados por uma disputa entre uma visão essencialista e outra construtivista acerca do erótico. Tal conflito, ainda que com menor expressão (devido, talvez, à menor institucionalização da área na Academia nacional) também se expressa na historiografia brasileira, desde textos do antropólogo e historiador Luiz Mott, na década de 1980,<sup>02</sup> até produções recentes, como a do historiador Daniel Barbo.<sup>03</sup>

---

02 Entre os textos de Luiz Mott no período, ver principalmente MOTT, Luiz. *O sexo proibido*. Virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição, Campinas, Papirus, 1988; MOTT, Luiz. Pagode português. A subcultura gay em Portugal nos tempos inquisitoriais. *Ciência e Cultura*, v. 40, p. 120-139, 1988; MOTT, Luiz. *Escravidão, Homossexualidade e Demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988.

03 BARBO, Daniel. *Cultura política homoerótica*. A Grécia antiga e a (pós) modernidade. Curitiba: Prismas, 2017.

Tal embate gira em torno do enquadramento da dimensão erótica da experiência humana preferencialmente a partir de categorias identitárias ou como práticas historicamente posicionadas. Do ponto de vista da corrente essencialista, a sexualidade humana produz, de modo inato, natural e universal, categorias de orientação sexual entre as quais se divide a humanidade. Assim, a homossexualidade e a heterossexualidade são entendidas como duas categorias de ser no mundo de homens e mulheres, invariantes, em seu fundo de desejo, ao longo da história. Uma pesquisa histórica feita a partir do referencial essencialista, no que toca à história da homossexualidade, nas palavras de Rictor Norton, tem o “objetivo franco e direto de descobrir o passado homossexual”, entendendo a homossexualidade “como simplesmente uma categoria descritiva, cujo significado é relativamente fixo”.<sup>04</sup>

Os autores essencialistas partem do princípio de que existe um passado homossexual, talvez com seus heróis e mártires, que precisa apenas ser resgatado pelos historiadores. A existência de tal passado é garantida pelo entendimento da identidade homossexual como apenas uma categoria descritiva. O trabalho histórico consistiria em recuperar, analisar e narrar como conhecimentos e práticas, da homossexualidade, são descobertas, reprimidas e recuperadas ao longo da história.<sup>05</sup> Segundo David Córdoba García, a corrente essencialista parte de um marco epistemológico realista (ao que Norton acrescenta os qualificadores inatista e constitucionalista), assumindo a identidade homossexual como um dado da natureza, exterior à sua delimitação discursiva e ao contexto histórico da Modernidade Ocidental.<sup>06</sup>

---

04 “straightforward aim of uncovering a homosexual past [...] as simply a descriptive category whose meaning is relatively fixed” (Tradução minha). NORTON, Rictor. *F\*ck Foucault*. How Eighteenth-Century Homosexual History Validates the Essentialist Model, p. 1-2. Disponível em: <<http://rictornorton.co.uk/fuckfouc.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

05 NORTON, Rictor. *F\*ck Foucault*. How Eighteenth-Century Homosexual History Validates the Essentialist Model, p. 6. Disponível em: <<http://rictornorton.co.uk/fuckfouc.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

06 GARCÍA, David Córdoba. El contexto sociopolítico de surgimento de la teoría queer. De la crisis del sida a Foucault. In: GARCÍA, David Córdoba; SÁEZ, Javier; VIDARTE, Paco. (Org.). *Teoría Queer*. Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. 2. ed. Barcelona: Editorial Egales: 2007, p. 33-34.

Duas críticas podem ser feitas à corrente essencialista. Em primeiro lugar, por tomar como pressuposto a existência de uma essência trans-histórica para as identidades de gênero e sexuais, ela tece uma história marcada pela linearidade e pela teleologia. Uma história assim articulada corre o risco de gerar simplificações e anacronismos, pois as experiências de praticantes do homoerotismo não são equânimes de um século a outro. A segunda crítica refere-se à construção de mitos engendrada pela essencialização da história da homossexualidade. Nas narrativas dos autores da corrente essencialista, por compreenderem a homossexualidade como um dado natural que atravessa épocas, culturas e continentes, recebendo diversos nomes, mas conservando uma essência imutável, aqueles que praticaram o homoerotismo no passado (e foram por isso perseguidos, muitos executados) surgem como heróis e mártires da história e da causa homossexual do presente.

A corrente construcionista, por sua vez, não pensa em essências, em matéria de sexualidades ou de gêneros, preferindo jogar estas dimensões da experiência humana no plano da história. Para tanto, o construcionismo parte da narrativa apresentada por alguns autores entre as décadas de 1960 e 1970 para a construção histórica do homossexual moderno, localizado nas relações sociais específicas às sociedades industriais do Ocidente a partir do fim do século XIX. Assim, a homossexualidade moderna é tomada como um produto das relações de poder características dessas sociedades nesse momento exato do tempo, que provocaram, no entendimento de Foucault, uma incorporação das perversões e uma especificação nova dos indivíduos.<sup>07</sup>

Eve K. Sedgwick associa as explicações essencialista e construcionista da homossexualidade a duas tendências culturais mais amplas que, desde o século XIX, organizam, conflituosamente, o binômio homossexual-heterossexual. São elas, respectivamente, a definição da diferença sexual ou

---

07 FOUCAULT. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Trad. Pedro Tamen. Lisboa: Antropos, Relógios d'água: 1977, p. 46-48.

em um teor separatista (na tradução de Plínio Dentzien, minoritarizante, ou seja, construindo a diferença como uma minoria social) ou em um teor integrativo (universalizante). A corrente essencialista, ao explicar a homossexualidade como uma essência transcendente dos indivíduos na história, concorre para reforçar o argumento de que os homossexuais constituem uma minoria social a parte da maioria heterossexual; esse tem sido também o discurso prioritário para a defesa dos direitos civis das pessoas homossexuais. A corrente construcionista, por sua vez, ao ressaltar os elementos históricos na construção da identidade homossexual moderna, posiciona-se no campo de uma explicação do binômio homo-hétero pela universalidade dos atos homoeróticos, para além das identidades definidas *a priori*, ou seja, os atos e relações homoeróticos sempre existiram, mas não conformaram, sempre, uma identidade homossexual.<sup>08</sup> O construcionismo logrou mostrar a variedade histórica de identidades ligadas ao homoerotismo, posicionando a diferença radical entre, por exemplo, as experiências homoeróticas na Antiguidade e na contemporaneidade. Sedgwick também mostra a importância do cruzamento da análise sexual com a de gênero, uma vez que este marcador também tem sido constitutivo da definição do binômio homossexual-heterossexual, novamente, em um movimento duplo. Um dos tropos de gênero que tem caracterizado a explicação do binômio é o da inversão, liminaridade ou transitividade do gênero, cuja ênfase está em uma suposta heterossexualidade essencial do desejo, mesmo das pessoas homossexuais. O segundo tropo é o do separatismo de gênero, segundo o qual a prática mais natural do desejo é se manifestar prioritariamente dentro das fronteiras de cada gênero.<sup>09</sup>

---

08 SEDGWICK, Eve K. *Epistemology of the closet*. Baltimore; London: The John Hopkins University Press: 1986, p. 84-85. Ver também a tradução brasileira do primeiro capítulo da obra: SEDGWICK, Eve K. Epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 28, p. 19-54, jan. -Jun. 2007, p. 48.

09 SEDGWICK, Eve K. *Epistemology of the closet*. Baltimore; London: The John Hopkins University Press: 1986, p. 86-87. Ver também a tradução brasileira do primeiro capítulo da obra: SEDGWICK, Eve K. Epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 28, p. 19-54, jan. -Jun. 2007, p. 48-49.

A contextualização das correntes essencialista e construcionista feita por Sedgwick revela que ambas são elementos discursivos posicionados diferentemente no lento trabalho de elaboração do discurso das identidades homossexual e heterossexual desde o século XIX. Isso significa dizer que nem uma, nem outra, contém a explicação definitiva para a história da homossexualidade, ou do que existiu antes desta categoria.<sup>10</sup>

Portanto, uma escolha peremptória entre uma das correntes denota menos uma suposta realidade acerca da historicidade do objeto homossexualidade ou homoerotismo, que uma posição política acerca dos limites e fins da identidade homossexual no presente de cada autor. Tal escolha não é incompatível com a produção de um saber histórico profissional, desde que, de um lado, assumam-se uma noção alargada do profissionalismo da categoria, como propôs a historiadora Joan W. Scott, ao questionar a delimitação entre o político e o profissional,<sup>11</sup> e, por outro lado, as escolhas políticas do autor não só não comprometam o rigor historiográfico, como se harmonizem ao seu objeto de estudo e à metodologia empregada na investigação – há que se ressaltar que a segunda exigência nem sempre é seguida à risca pelos autores, seja por uma ênfase excessiva na continuidade entre diversas manifestações do homoerotismo ao longo da história (caso em que se produz uma história linear, teleológica e anacrônica), seja por um descaso em relação a evidências históricas que contrariam os pressupostos teóricos, como aquelas que apontam fortemente para a existência de subculturas sodomíticas nas maiores cidades da Europa ao longo da Idade Moderna, período para o qual os autores construcionistas negam a possibilidade de uma identidade homossexual.

---

10 SEDGWICK, Eve K. Epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 28, p. 19-54, jan. -Jun. 2007, p. 27.

11 SCOTT, Joan W. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP: 1992, p. 65-98.

## Figuras do homoerotismo: sodomita, bicha, gay

No âmbito da história do homoerotismo, é possível perceber que um posicionamento essencialista ou construcionista tem sido escolhido pelos diferentes autores para abordar as várias temporalidades do fenômeno homoerótico, enfocando-o ora como identidade, ora como prática. Como um exercício de aproximação, é interessante tomar três categorias descritivas do homoerotismo, suspendendo, momentaneamente, um possível teor identitário em qualquer uma delas, ao longo da história. São elas as categorias de sodomita, de bicha e de gay. Cada uma dessas categorias foi historicamente mais presente em determinada temporalidade para se referir aos praticantes do homoerotismo, no caso, especificamente homens que o praticavam.

A categoria sodomita tem sido utilizada por investigadores das identidades e práticas homoeróticas em contextos que vão desde a Idade Média ao final do Período Moderno, na transição entre os séculos XVIII e XIX. Na historiografia brasileira, a principal referência no estudo do homoerotismo nesse amplo recorte temporal é o antropólogo e historiador Luiz Mott, cujo foco prioritário foi a pesquisa sobre os sodomitas na sociedade colonial brasileira entre os séculos XVI e XVIII. Exemplos da filiação desse autor à corrente essencialista podem ser pinçados, sem dificuldade, em seus principais textos, publicados na década de 1980. No capítulo II, intitulado “Desventuras de um sodomita português no Brasil seiscentista”, de seu livro *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*, Mott afirma que

Não se deve admirar que o *homossexual* Luiz Delgado tenha se casado: antigamente, o cidadão só atingia sua plenitude civil depois do matrimônio, e para muitos sodomitas, ter uma mulher, mais do que um objeto sexual, representava o complemento necessário para os afazeres domésticos. [grifo meu]<sup>12</sup>

12 MOTT, Luiz. *O sexo proibido*. Virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição, Campinas, Papirus: 1988, p. 87.

Vê-se, por este trecho, como o autor entende a categoria sodomita como significando homossexual, fazendo uma ligação direta entre experiências do homoerotismo distanciadas em mais de três séculos. Para o historiador Rictor Norton, essa aproximação não é problemática, uma vez que um dos objetivos da abordagem essencialista é ressaltar as continuidades históricas entre tais experiências, tecendo narrativas em que o sujeito gay do presente possa se reconhecer no passado.

Por sua vez, a categoria bicha foi trabalhada por historiadores e antropólogos que investigaram identidades e práticas do homoerotismo no Brasil no século XX. Entre os historiadores, James N. Green, brasileiro da Brown University, é a maior referência, por livros como *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* e *Frescos Trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*, este último escrito em parceria com Ronald Polito. Green aproxima-se da corrente construcionista, ao discutir as variações e as transformações das categorias identitárias dos praticantes do homoerotismo no Brasil ao longo do último século. É nesta dimensão que seu tratamento da categoria bicha pode ser enquadrado, como no trecho seguinte,

*Bicha*, outro termo para homem efeminado que mantém relações sexuais com outros homens, foi criado nos anos 30. Apesar dos seus outros significados, incluindo o de parasita intestinal, ele permanece hoje em dia como a forma mais comum de referir-se pejorativamente a um gay. Assim como para a palavra viado, há versões controversas sobre suas origens como gíria escarnecedora. Um estudo de 1939 sobre as atividades sociais, costumes, hábitos, apelidos e gírias para homossexuais na cidade de São Paulo, dirigido pelo Dr. Edmur de Aguiar Whitaker, incluiu uma lista de expressões vernaculares empregadas por homens jovens. Entre os códigos adotados havia três referências ao termo. *Bicha* foi definido como pederasta passivo. *Bicha sucesso* significava um pederasta passivo que levava uma boa vida. *Bicha bacana* referia-se a um pederasta com uma boa conta bancária.<sup>13</sup>

---

13 GREEN, James N. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: EDUNESP: 2000, p. 145.

Segundo a caracterização de Green, a categoria bicha se encontra na encruzilhada das dimensões de gênero e de sexo. De um lado, refere-se a homens cujo erotismo se orienta para outros homens. Por outro, não se refere a qualquer homem, apenas aos homens efeminados, aqueles que cruzam, em maior ou menor medida, a fronteira dos gêneros. Em sua narrativa, a categoria bicha foi, de certo modo, antecessora às novas identidades homoeróticas que começaram a surgir a partir da década de 1970, como a de *entendido* e de gay. Em contraste com essas inovações, a bicha mantinha um binarismo hierárquico dos atos sexuais (se estruturava em torno das ações de penetração, o dito ativo, e de ser penetrado, o dito passivo), associando-as ao binário de gênero masculino-feminino tradicional. Cabem aqui algumas considerações.

Em primeiro lugar, a descrição feita por Green do funcionamento hierárquico do binário bicha/homem-de-verdade é tributária dos estudos feitos por antropólogos nas décadas de 1970-80, como Peter Fry, Edward MacRae, Carmen Dora Guimarães e Néstor Perlongher. Por diferentes modos, todos eles assinalaram a existência, na cultura brasileira da segunda metade do século XX, de tal binário sexual, que foi denominado como modelo hierárquico, carregado também de demarcações de classe (popular e trabalhadora) e raça (negra e/ou mestiça). A ele se contrapunha o modelo igualitário da identidade gay (próxima à identidade de *entendido*, observada por Carmen Dora Guimarães já em meados dos anos 1970), difundido a partir das classes médias urbanas em contato com o movimento político gay nos Estados Unidos e na Europa Ocidental.<sup>14</sup> As novas identidades diferenciavam-se da anterior, ao romperem com a hierarquia sexual-generificada entre os amantes homoeróticos, posicionando-os em posições mais equânimes.

Os antropólogos Sérgio Carrara e Júlio Simões realizaram uma leitura crítica da literatura antropológica sobre a homossexualidade brasileira produzida entre as décadas de 1970 e 1980. Criticando,

---

14 GUIMARÃES, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

principalmente, os estudos de Peter Fry e Richard Parker, os autores mostram como suas interpretações terminam por negar à cultura brasileira seu lugar no mundo e na história ocidentais, reificando uma dinâmica de centro-periferia em que o Brasil só tem lugar como receptor passivo de influências e importações estrangeiras e produtor de exotismos a serem analisados cientificamente por pesquisadores dos países centrais. Para desmontar este arranjo, no que diz respeito à história do homoerotismo, Carrara e Simões mostram que o modelo hierárquico do homoerotismo, proposto por Fry, como característico da cultura popular brasileira, e por Parker, como próprio à tradição nacional do Brasil, não constitui um traço singular ou não-ocidental do homoerotismo na sociedade brasileira. Tal modo de hierarquizar as relações eróticas e de gênero tem uma longa história no Ocidente, segundo os autores, tendo sido presente em países europeus desde a Antiguidade e nos Estados Unidos até o século XX.<sup>15</sup>

O que conduz à segunda consideração. Estudos históricos recentes, em viés mais construcionista, apontam para a existência de variações do dito modelo hierárquico em outros momentos da cultura Ocidental. A linha de continuidade, necessariamente fragmentária e sempre particular, pode ser traçada, ao menos, desde o século XVII,<sup>16</sup> por meio da presença recorrente da categoria *puto*, conotando os parceiros penetrados no ato erótico entre dois homens, com maior ou menor presença de transgressões simultâneas de gênero. A categoria *puto* foi detectada pelo historiador Serge Gruzinski entre sodomitas do México colonial em meados do século XVII, também Ronaldo Vainfas identificou o uso da categoria entre sodomitas no Brasil e Portugal no Período Moderno, servindo como indicativo dos sodomitas como “indivíduos desviantes do seu próprio sexo”,<sup>17</sup> embora aqui se deva

---

15 CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 28, p. 65-99, janeiro-junho 2007.

16 GRUZINSKI, Serge. Las cenizas del deseo. Homosexuales novohispanos a mediados del siglo XVII. In: ORTEGA, Sergio. *De la santidad a la perversión*. O de porqué no se cumplía la ley de Dios en la sociedad novohispana. México: Editorial Grijalbo: 1986, p. 255-281. (Serie Enlace/Historia).

17 VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados*. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro:

entender, em uma análise mais refinada, sexo como gênero. Finalmente, James Green aponta a presença e o uso, com significados semelhantes, da categoria puto no Brasil dos séculos XIX e XX, sendo eclipsada, a partir da década de 1930, pela categoria bicha – mas guardando sentidos similares.

Dessa discussão, a respeito das categorias usadas para referenciar o homoerotismo ao longo da história, podem ser tomados alguns apontamentos preliminares. Em primeiro lugar, o argumento essencialista em favor de uma continuidade entre as diferentes expressões do homoerotismo ao longo do tempo se mostra justificado, ainda que não exatamente da maneira como autores como Luiz Mott e Rictor Norton defenderam. Continua sendo duvidoso estabelecer uma continuidade direta entre a identidade gay contemporânea e a de amantes homoeróticos do passado, o que leva a uma segunda conclusão preliminar. Ainda que uma certa modalidade de continuidade seja historicamente discernível, tal fato não necessariamente refuta a famosa proposição foucaultiana no primeiro volume da *História da Sexualidade*, desde que ela seja relida à luz dos estudos posteriores de Foucault sobre a ética erótica na Antiguidade e no início do cristianismo. Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se chegar a uma possível saída *queer* para o impasse entre essencialismo e construcionismo.

## **Um atalho foucaultiano para histórias queer**

Primeiramente, cabe retomar a proposição de Foucault que serviu como catalisador para os estudos construcionistas a partir do fim da década de 1970 – é importante lembrar, contudo, que Foucault não foi o único, sequer o primeiro, naquele momento, a defender o argumento da contingência histórica da identidade homossexual, outros autores na mesma linha foram

Mary McIntosh<sup>18</sup> e Jeffrey Weeks.<sup>19</sup> O sujeito homossexual é explicado por Foucault, portanto, como um efeito de uma das quatro operações de poder que conformam o regime da sexualidade. A ação conjunta e estratégica das quatro operações fez com que, ao final do século XIX, a sexualidade, como um regime de saber-poder-prazer, assumisse uma centralidade nas sociedades industriais modernas, deslocando, mas não destruindo, o dispositivo tradicional da aliança, do poder jurídico-repressor. É preciso, pois, entender o processo pelo qual o dispositivo da aliança foi subordinado ao da sexualidade para entender as transformações das experiências homoeróticas de um a outro. O que foi, ou o que é, o dispositivo de aliança?

Segundo Foucault, tal dispositivo refere-se às relações que fixam e desenvolvem os sistemas de parentesco, por meio de casamentos ou, mais especificamente, de acordo com Rubin, do tráfico de mulheres.<sup>20</sup> Baseia-se em um poder repressivo e em um saber característico, ambos direcionados a estabelecer e a fazer funcionar regras do proibido e do permitido, um binário do prescrito e do proscrito.

O movimento de transição de um dispositivo a outro não foi completo, pois o segundo não substituiu o primeiro. Os sistemas de parentesco ainda atuam nas sociedades ocidentais modernas, porém, agora, estão subordinados às estratégias de poder e aos saberes, ou às verdades, da sexualidade. É dentro desse movimento que se deve localizar também as transformações das formas de punição, vigilância e controle dos indivíduos estudadas por Foucault em *Vigiar e Punir*. As formas tradicionais, isto é, ligadas ao poder soberano e ao dispositivo da aliança, aos poucos subsumiram-se às novas técnicas disciplinares para um controle mais estrito e minucioso dos corpos dos prisioneiros, a princípio, mas, logo, também de setores cada vez mais amplos da população.<sup>21</sup> De fato, Foucault complementa a noção

---

18 MCINTOSH, Mary. The homosexual role. *Social Problems*, n. 16, p. 182-192, 1968.

19 WEEKS, Jeffrey. *Coming out*. Homosexual politics in Britain from the nineteenth century to the present. Londres: Quartet Books, 1977.

20 RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres. In: RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora: 2017, p. 9-61.

21 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. 39. ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

do poder disciplinar, ao final de *A vontade de saber*, com a de biopolítica. Ambas são facetas do regime da sexualidade, sendo a primeira, mais antiga, voltada ao controle de corpos individuais, e a segunda, mais recente, à regulação do corpo da espécie, das populações.<sup>22</sup>

A categoria de sodomita é enquadrada por Foucault como pertencente ao sistema da aliança, do poder soberano, cuja principal faceta é a repressão jurídica<sup>23</sup> – por tal razão, o sodomita era representado, categorizado, percebido e sentido como um sujeito jurídico, não como um tipo especial de pessoa cuja identidade era ser sodomita. Enquanto o sistema da aliança foi central nas sociedades ocidentais, especialmente durante a Época Moderna, período de apogeu dos Estados absolutistas e de Antigo Regime, o praticante da sodomia recebia as penas mais cruéis e violentas previstas pelos direitos civil e eclesiástico.

Diferentemente do sodomita, uma categoria jurídica, o sujeito homossexual foi representado, categorizado, percebido e sentido como uma identidade, como uma espécie particular dentro do gênero humano. A mudança se explica pelo fato de a sua sexualidade ser agora percebida como aquilo que o define em um nível ontológico e que mais se presta ao seu controle e à sua regulação na sociedade pelo biopoder. Há aqui uma ruptura, uma descontinuidade histórica, por certo. Todavia, não se trata de uma descontinuidade absoluta, se for levado em conta a existência, desde séculos antes da consolidação do regime da sexualidade como dispositivo central às sociedades Ocidentais, de um regime de verdade-poder que já se debruçava sobre a interioridade, de fato, criando tal noção de interioridade, por meio de técnicas específicas, sobretudo, a confissão.

Em vários momentos de *A vontade de saber*, Foucault aponta a linha de continuidade entre o regime de verdade-poder cristão, o regime da Carne, e o da sexualidade. Nesse primeiro volume da *História da sexualidade*,

---

22 FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Trad. Pedro Tamen. Lisboa: Antropos, Relógios d'água: 1977, p. 141-143.

23 FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Trad. Pedro Tamen. Lisboa: Antropos, Relógios d'água: 1977, p. 137-138.

o ponto de virada mais importante nas relações de poder, que abriria caminho para a ruptura posterior das ciências humanas-sexuais do século XIX, foi o Concílio de Trento (1545-1563), ou, de maneira mais ampla, as Reformas Religiosas do século XVI. Com a pastoral tridentina, a exigência da confissão anual de todo cristão, estabelecida já pelo II Concílio de Latrão em 1215, foi reforçada e aprofundada, de modo que a imposição de relatar os pecados da Carne cresceu grandemente, a incitação à discursificação dos pecados, em ato ou em pensamento, se tornou central para os mecanismos de governo pastoral das almas pela Igreja – cabe também notar que, no Período Moderno, falar de Igreja é falar das Monarquias Nacionais, especialmente no caso do Império português e sua monarquia católica.<sup>24</sup>

Vê-se, pois, já uma transformação brotando dentro dos próprios mecanismos do dispositivo da aliança. Se era preciso, agora, no século XVI, com urgência renovada, se confessar, não se trata mais de simplesmente relatar atos ilícitos dentro do sistema de parentesco. O exame cristão da consciência torna-se mais minucioso e pretende aprofundar-se nos recônditos da alma do fiel, de sua subjetividade. Pois é lá que se encontraria a semente do mal, cuja extirpação, nunca total sem a necessária mediação da Igreja Católica (ou da graça divina nas religiões protestantes), permitiria a salvação, a cura, do cristão na vida do além.

Ainda que as Reformas Religiosas do século XVI tenham sido um ponto de virada em direção ao incitamento à discursificação do sexo, Foucault logo esclarece que esse movimento consistiu em uma recuperação e em uma massificação de uma tradição ascética e monástica bastante antiga no cristianismo. Abria-se aqui uma linha de investigação que conduziria Foucault, na sua última década de vida, bem longe dos regimes modernos de verdade-poder-prazer.

Na Introdução do segundo volume da *História da Sexualidade*, Foucault expôs o que o levou a tal desvio. Para ele, a continuidade da pesquisa sobre a genealogia da sexualidade impunha cada vez mais a investigação de como os

---

24 FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* I. A vontade de saber. Trad. Pedro Tamen. Lisboa: Antropos, Relógios d'água: 1977, p. 22-24.

homens, na cultura ocidental, vieram a se perceber como sujeitos desejan-tes, homens de desejo. A pesquisa do filósofo revelou como essas noções estavam presentes tanto na experiência da sexualidade, como na da Carne cristã, o que exigia um estudo particular e pormenorizado sobre como elas vieram a ocupar papel central em regimes diversos. Foucault inaugurou, então, um novo eixo temático em suas pesquisas, ao lado da formação dos saberes e dos sistemas de poder, o eixo da construção das subjetividades. O que exigiu também um deslocamento teórico para pesquisar quais foram as formas da relação consigo mesmo, pelas quais o indivíduo ocidental passou a se constituir e a se reconhecer como sujeito. A pergunta de Foucault passou a ser “Através de quais jogos de verdade o ser humano se reconheceu como homem de desejo?”.<sup>25</sup> A resposta a ela demandou o recuo temporal para investigar o processo de formação, desde a Antiguidade, de uma hermenêutica de si.<sup>26</sup>

Tal investigação conduziu Foucault aos meandros da experiência do erótico na Antiguidade – a qual tinha por referência uma problematização moral bastante diferenciada do erotismo cristão (a Carne) ou moderno (a Sexualidade). Essa problematização fundava-se em uma noção de ética como ascese, ou seja, como aquelas práticas ou técnicas realizadas pelos indivíduos, prescritas de modo difuso na sociedade, com o fim de se constituírem como sujeitos de sua conduta moral.<sup>27</sup> Retornando ao século V a.C., Foucault detectou a centralidade do princípio do “cuidado de si mesmo”, o ocupar-se consigo, preocupar-se consigo, para as práticas morais ascéticas dos gregos. A articulação entre os princípios do cuidado de si e do conhecer-se a si mesmo, realizada a partir do *Alcibíades* de Platão, instaurou o exercício de uma hermenêutica de si mesmo como modalidade prioritária dos exercícios

---

25 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II. O Uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 13.

26 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II. O Uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 9-20.

27 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II. O Uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 33-42.

do cuidado de si.<sup>28</sup> As diversas modalidades de exercícios ascéticos voltados ao cuidado de si, detalhadas por Foucault em seus cursos no *Collège de France* na década de 1980, tinham por fim a estilização da existência de seus praticantes, tornando-a boa, bela e singular, destacada das vidas comuns das pessoas – ou, quem sabe, da norma social?

O cristianismo, em seus primeiros momentos, comungou do entendimento greco-romano da moral como ascetismo ético, transformando-o dentro dos quadros de uma religião progressivamente hierarquizada em uma Igreja, que dispunha também de uma moral de código revelada, e voltada para a salvação na vida após a morte, não mais no presente, o que implicava uma postura de renúncia de si. No cristianismo primitivo, especificamente nos primeiros monastérios cristãos, os exercícios ascéticos para o cuidado de si tomaram a forma da confissão e da direção de consciência, em que a tarefa do dizer a verdade sobre si tornou-se obrigatória, hierarquizada e infinita. Foucault nota que a obrigação cristã do confessar o que está na interioridade de cada fiel foi uma certa forma de *parrhesía*, um falar francamente, verdadeiramente, sobre tudo e sobre si.<sup>29</sup> O imperativo do dizer a verdade de si foi incorporado pelo cristianismo, porque se vinculou a exercícios capazes de fazer cada fiel manifestar os movimentos mais profundos de sua alma, os mais imperceptíveis arcanos do seu coração, as raízes do mal e do pecado original. Como forma de remissão das faltas do cristão, os exercícios cristãos de confissão de si serviram também como mecanismos de governo pastoral das almas.<sup>30</sup>

Observa-se, pois, que a objeção da corrente essencialista à afirmação de Foucault, mas não apenas dele, de uma ruptura entre o praticante homoerótico da sodomia e a espécie homossexual faz algum sentido dentro

---

28 FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. Curso dado no Collège de France (1981-1982). Trad. Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes: 2010, p. 61-73. (Obras de Michel Foucault).

29 FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. Curso dado no Collège de France (1981-1982). Trad. Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes: 2010, p. 324-331. (Obras de Michel Foucault).

30 FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos*. Curso no Collège de France (1979-1980). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes: 2014, p. 94. (Obras de Michel Foucault).

dos marcos dessa longa história da subjetividade no Ocidente. O sodomita compartilha com o homossexual a existência de uma interioridade (o conteúdo de ambas, todavia, diverge), pois é lá que os dispositivos de poder, como a Igreja Católica ou o aparato médico-psiquiátrico, vão coagi-lo a buscar, mas nunca a encontrar definitivamente, o segredo de si, sua verdade. Para o sodomita, essa verdade era a de um pecador por atos abomináveis e nefandos, dos quais ele deveria se afastar, se arrepender e se penitenciar (ainda que a penitência fosse a morte na fogueira). Para o homossexual, sua verdade era a de se reconhecer como um tipo específico de perverso sexual, caracterizado por uma inversão que, apenas dificilmente, e por meio da ação do poder dos profissionais dos saberes da medicina ou da psiquiatria, ele poderia transcender. De modo que, ao fim, a ruptura proposta por Foucault se reinstaura, agora à luz de uma história dos modos de subjetivação.

A saída para o impasse entre essencialistas e construcionistas, portanto, passa por um olhar renovado sobre a história do homoerotismo a partir do giro ético-subjetivo do pensamento de Michel Foucault. O resultado dessa operação é uma história *queerizada*, estranha e estranhada, pois não toma seus sujeitos como produzidos *a priori*, antes como produzidos no momento mesmo de suas experiências eróticas e de gênero no espaço constricto de diferentes regimes de verdade-poder. Tal *queerização* da história põe em questão as identidades, mas não as destrói, as revela como práticas performativas, no sentido de Judith Butler, de sujeitos que se fazem em seu acontecer cotidiano, como práticas reguladas, ainda que não determinadas, por um sistema aberto de possibilidades discursivas.<sup>31</sup> Sodomitas, bichas e gays são modos diversos (não tão diversos assim, dada a existência da continuidade apontada entre eles) através dos quais as subjetividades dos praticantes do homoerotismo foram produzidas por diferentes regimes da verdade e do poder do sexo. O conhecimento

---

31 BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subversão da identidade. 4. ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2012, p. 185-201; SAWICKI, Jana. Estranhando Foucault e o sujeito do feminismo. In: GUTTING, Gary. (Org.). FOUCAULT. Trad. André Oides. São Paulo: Ideias & Letras: 2016, p. 449-473. (Companions & Companions).

histórico, confeccionado de tal maneira, estará mais apto a problematizar as relações de poder que se quedam invisíveis e naturalizadas na produção das subjetividades na história, desistindo de pressupostos a respeito da universalidade e da atemporalidade de categorias como homem, mulher, homossexual, heterossexual, dentre outras. Por fim, *queerizar* a história é virá-la do avesso e analisá-la por de trás, pelos seus interditos anais-abjetos, desmontando o pensamento heterossexual<sup>32</sup> que até hoje governa a escrita da história.

Caminhando no atalho foucaultiano para outras formas, estranhas em relação ao pensamento heterossexual, de história, cabe agora analisar como as narrativas históricas sobre o homoerotismo, ao trabalhar a imprensa como fonte, pode ou não se manter nessa senda. Quais escolhas do historiador estão implícitas nesse percurso? Quais os riscos de se tomar essa rota excêntrica? Quais os ganhos?

## Usos queer da imprensa como fonte histórica

Os trabalhos escolhidos para empreender essa análise foram dois. Um já foi comentado neste texto, trata-se do livro do historiador James Green, *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Escolhi a obra do historiador estadunidense em parte devido ao seu caráter original, no momento de sua publicação, em 1999, quando inexistiam obras históricas compreensivas quanto à homossexualidade na história do Brasil contemporâneo. Outra razão foi o peso e o alcance da pesquisa que dá conteúdo ao livro, que permitem interessantes questionamentos de cunho historiográfico. O segundo trabalho foi recentemente publicado, representando pontos de vistas da nova geração de historiadores, que está agora se formando. Trata-se do livro *Travestis: carne, tinta e papel*, do

---

32 WITTIG, Monique. El pensamiento heterosexual. In: WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Trad. Javier Sáez, Paco Vidarte. Barcelona: Editorial Egales: 2006. p. 49-57.

historiador Elias Ferreira Veras.<sup>33</sup> Sendo uma derivação da sua tese de doutorado, o trabalho de Elias Veras apresenta uma série de inovações que necessitam ser tematizadas – desde o objeto de pesquisa, ao modo como manuseia suas fontes, passando pelos conceitos que instrumentaliza – e vão ao encontro dos temas até aqui articulados. Finalmente, as duas obras se prestam a um profícuo diálogo, que se expande para além das aporias da disputa essencialista-construcionista, sinalizando para novos modos de pensar e fazer a história do homoerotismo a partir de fontes da imprensa.

Um primeiro ponto importante a ser destacado sobre a obra de Green, no que toca ao problema ora posto, é a variedade de fontes utilizadas pelo autor em sua pesquisa. De modo algum, restringe-se ele ao uso de fontes da imprensa. Ao contrário, o historiador trabalhou com seis tipos de documentos. Foram eles registros médicos do sanatório Pinel, em Pirituba, estado de São Paulo, inquéritos e ocorrências policiais dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, relatos orais produzidos em entrevistas feitas pelo autor,<sup>34</sup> fontes de veículos de imprensa, que o autor classificou como “periódicos”, documentação oficial (códigos legais, censos, relatórios, produzidos pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos), e um último conjunto diversificado de fontes, composto por artigos e teses científicas, das disciplinas médica, antropológica e sociológica, acerca da homossexualidade, bem como relatos de viagem de estrangeiros que estiveram no Brasil e, de uma forma mais ou menos perspicaz, observaram as subculturas homossexuais no país, romances e peças de teatro de temática gay e/ou escritas por homossexuais.<sup>35</sup>

---

33 VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017. Coleção História das Sexualidades Brasileiras.

34 Exceto pela entrevista de Darcy Penteado, realizada por Edward MacRae em 1980, todas as entrevistas elencadas na bibliografia foram realizadas pelo autor entre 1993 e 1998. GREEN, James N. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: EDUNESP: 2000. p. 462-463.

35 Para relação completa das fontes usadas pelo autor, ver a seção de bibliografia de sua obra. GREEN, James N. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: EDUNESP: 2000, p. 461-502.

Além de proporcionar ao historiador um olhar multifacetado sobre o seu objeto-problema, essa variedade de fontes foi mesmo necessária para que o autor conseguisse delinear os contornos do que chamou de subculturas homossexuais nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo ao longo do século XX. Como Green esclareceu em artigo posterior, a pesquisa da história das homossexualidades no Brasil apresenta grandes dificuldades práticas para o historiador – grandes, não intransponíveis. As dificuldades começam com a inexistência, quase total na década de 1990, mas ainda expressiva hoje, de estudos e pesquisas sobre o tema no Brasil, tratando-se, a história das homossexualidades, de seara em grande parte indevassada em que alguns estudos pioneiros da década de 1980 apenas haviam começado a estabelecer indicações de rotas possíveis. Assim, o pesquisador que quisesse iniciar um trabalho sobre o tema tinha poucas pistas sobre onde pesquisar, quais fontes consultar. A dificuldade avolumava-se no contato com os arquivos, onde a ausência de catalogação específica sobre temáticas de sexualidade, gênero e homoerotismo tornava vagarosa a pesquisa. Isso porque o historiador era obrigado, como ainda é, a ler enorme volume de documentos para pinçar, dentre a massa indistinta, alguns poucos que tratam das homossexualidades. A essa tática de pinçar relatos, James Green deu o nome de técnica de garimpo das fontes.<sup>36</sup>

Na relação de periódicos constante na bibliografia de *Além do carnaval*, encontram-se 16 impressos, entre jornais e revistas, utilizados pelo autor como fontes para sua pesquisa. Em sua maioria, são publicações voltadas para as subculturas homossexuais urbanas brasileiras, prevalecendo aquelas produzidas no Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador (também integraram a pesquisa do autor, revistas estrangeiras que circularam no Brasil no período, como a *Physque Pictorial* de Chicago, EUA). Se o olhar espacial do historiador se concentrou nas duas maiores cidades do país, em termos cronológicos, ele foi mais abrangente, investigando todo o período entre o final do século XIX e a década de 1980. Por conseguinte, James Green pôde trabalhar

---

36 GREEN, James N.. Homossexualidades e história: recuperando e entendendo o passado. *Gênero*. Niterói, v. 12, n. 2, p. 65-76, 1. sem. 2012, p. 72.

com publicações espaçadas no tempo, desde as primeiras publicações pornográficas homoeróticas brasileiras, como as revistas *O Malho* e *Rio Nu*, ambas do Rio de Janeiro, no início do século XX, até o jornal *Lampião da Esquina*, primeiro jornal gay brasileiro de circulação nacional e que atingiu expressiva durabilidade, entre 1978 e 1981. Não obstante o largo recorte temporal em que os periódicos consultados se encaixam, a maioria deles foi produzida a partir da década de 1950, denotando não só o crescimento das subculturas homossexuais no Brasil, como sua maior visibilidade (expressada pela própria existência e circulação das publicações).

Vê-se, por conseguinte, que os periódicos puderam ser a base principal apenas de parte do longo recorte da pesquisa do historiador, a saber, as décadas a partir de 1950. Antes disso, as fontes de imprensa foram usadas pelo autor de modo complementar aos tratados médicos e jurídicos que formam a estrutura de sua análise sobre as subculturas homossexuais no Rio de Janeiro e em São Paulo na primeira metade do século XX. Um exemplo de uso complementar de textos jornalísticos pelo autor, para esse período, é a descrição que ele fez do jornalista carioca João do Rio (pseudônimo de Paulo Alberto Coelho Barreto), como representante dos dândis ou janotas das classes altas da capital federal durante a *Belle Époque* brasileira. As análises sobre a figura de João do Rio, suas experiências homoeróticas e suas relações com as elites sociais e intelectuais do país fazem parte do primeiro capítulo da obra, dedicado ao estudo do período entre 1889 e 1914.<sup>37</sup> Para esclarecer como se davam os prazeres nos parques do Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o XX, James Green recorreu, principalmente, à documentação policial e a tratados jurídicos escritos por intelectuais brasileiros sobre o assunto.<sup>38</sup>

As páginas da imprensa ganham maior centralidade nas análises do autor a partir da metade do livro, quando se dedica a estudar as subculturas homossexuais paulistana e carioca a partir de 1945, com

---

37 GREEN, James N. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: EDUNESP, 2000. p. 94-106.

38 GREEN, James N. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: EDUNESP, 2000. p. 51-106.

destaque para o fenômeno que chama de “apropriação homossexual do carnaval carioca” (assunto que rendeu um capítulo específico), e durante a ditadura militar. Nesse momento final, o historiador investigou como as subculturas homossexuais puderam contribuir para o surgimento de um movimento político organizado de homossexuais por direitos e em combate à sua opressão. Assim, no capítulo quatro, “Novas palavras, novos espaços, novas identidades, 1945-1968”, o foco se divide entre relatos orais de homossexuais que viveram o período, produzidos em entrevistas conduzidas pelo autor, e a análise de um pequeno jornal, criado por um grupo de homossexuais do Rio de Janeiro, chamado *O Snob*. O historiador usa as páginas do jornal para investigar o que propôs ser a formação de uma comunidade imaginária dos homossexuais brasileiros no período. Apropriando-se do conceito criado por Benedict Anderson, Green viu não só como as matérias do jornal refletiam a construção de uma comunidade entre homossexuais e, de modo correlato, o início da formação de uma identidade cultural, como também atuavam diretamente na construção da comunidade e da identidade homossexuais. Em uma nota, o autor esclarece seu uso do conceito,

No contexto das subculturas homossexuais do Rio de Janeiro e São Paulo no fim dos anos 50 e nos anos 60, a ideia de uma comunidade imaginária, emprestada de Benedict Anderson, está ligada a um sentimento de conexão com outros que compartilhavam uma experiência similar de marginalidade social. [...] Assim, fortes laços podiam se desenvolver entre pessoas praticamente estranhas que se conhecessem na praia, em pequenas festas ou eventos culturais, não apenas por causa de atração sexual, mas também como resultado de uma afinidade baseada em sua necessidade comum de enfrentar uma sociedade relativamente hostil. Jeffrey Escoffier aponta para uma “descoberta do social”, a capacidade de imaginar-se num certo tipo de mundo, e o processo de socialização nesse novo universo como um importante caminho pelo qual os gays nos Estados Unidos, nos anos 50 e 60, superaram os discursos opositores e hegemônicos anti-homossexuais.<sup>39</sup>

---

39 GREEN, James N. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: EDUNESP, 2000. p. 317, nota 4.

Ao operacionalizar o conceito de comunidade imaginária para começar a explicar a formação de novas identidades homoeróticas na cultura brasileira, Green se coloca em campo oposto à corrente essencialista da história do homoerotismo e das homossexualidades. Uma vez que o conceito tem o objetivo de mostrar como os sentimentos de identidade (nacional, em sua formulação original, sexual na apropriação de Green) foram, às vezes deliberadamente, às vezes nem tanto, construídos por grupos sociais que se beneficiariam da maior coesão social e política que eles implicam, fica claro que a identidade sexual não pode ser assumida como uma essência para além da história. Na argumentação de Green, o período posterior à Segunda Guerra Mundial, momento de certa liberdade democrática no Brasil, de crescimento econômico, industrial e urbano pautados na instalação de uma indústria de bens de consumo, assistiu a um desenvolvimento, até então sem paralelo, das subculturas homossexuais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tal transformação deu-se a ver por vários desenvolvimentos, como a dilatação de opções de vida noturna, inclusive com o surgimento dos primeiros bares exclusivamente gays, a construção de novos ambientes de sociabilidade homossexual, como os fã-clubes das cantoras de rádio, os concursos de beleza (desde o próprio Miss Brasil, até apropriações irônicas particulares de concursos gays, como os que serão estudados em detalhe por Elias Ferreira Veras em Fortaleza no mesmo período), a conquista de novos territórios, como a faixa da praia de Copacabana no Rio de Janeiro, ou as avenidas, praças e galerias do centro de São Paulo e, especialmente importante para o objetivo desse texto, o aparecimento de impressos de temática homossexual escritos por homossexuais.<sup>40</sup>

Nos dois últimos capítulos de *Além do carnaval*, a análise das fontes de imprensa torna-se ainda mais central – dividindo-se, no último capítulo, entre a investigação dos veículos da grande mídia e os da imprensa alternativa, que cresceu em contestação à ditadura militar. No capítulo 5,

---

40 GREEN, James N. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: EDUNESP, 2000. p. 253.

voltado para o estudo da apropriação do carnaval do Rio de Janeiro pela subcultura homossexual desde a década de 1950 até o início da de 1980, as fontes mais relevantes foram as reportagens, matérias e fotografias veiculadas na grande imprensa, de alcance nacional, sobre a festa e suas dimensões homoeróticas. O autor trabalhou com diversos jornais e revistas, com destaque para a Revista *Manchete* e os jornais *Última Hora* e *Jornal do Brasil*. Green interpretou a cobertura da imprensa nacional sobre a apropriação homossexual do carnaval como fator contribuinte para a difusão pública de certas imagens e representações do homoerotismo no Brasil desde a década de 1950, como nos trechos seguintes “Como resultado da publicidade cada vez maior dos bailes de travestis, a imagem dos homossexuais entre o grande público ficou intimamente associada aos travestis do carnaval”<sup>41</sup> e

A apropriação e transformação do carnaval, por sua vez, teve um impacto importante no *status* mais geral dos homossexuais na sociedade brasileira. Embora os bailes de travestis e as bonecas tenham popularizado uma imagem unilateral dos homossexuais como travesti e grandes imitadores da beleza feminina, a cobertura da imprensa nesses eventos ampliou a visão do público sobre importantes elementos da subcultura homossexual.<sup>42</sup>

Como foi dito, a análise das fontes de imprensa, no último capítulo do livro, adequada e provocadoramente intitulado “*Abaixo a repressão: mais amor e mais tesão*”, 1969-1980, se divide entre os veículos de alcance nacional da mídia corporativa e as publicações alternativas contestatórias à ditadura, fossem especificamente gays, como o *Lampião da Esquina*, ou não, como o *Pasquim*. Obviamente, Green não se baseou, neste capítulo ou no anterior, apenas nos relatos da imprensa. O historiador também utilizou, na tessitura de sua narrativa, outros tipos de documentação, como relatos orais produzidos em entrevistas feitas por ele mesmo, pesquisas acadêmicas realizadas nas décadas de 1970 e 1980 e obras literárias e dramáticas

41 GREEN, James N. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: EDUNESP, 2000. p. 371.

42 GREEN, James N. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: EDUNESP, 2000. p. 332.

que apareceram na década de 1970 abordando explicitamente temáticas homossexuais. Em um capítulo com objetivo duplo, a saber, de um lado, traçar as linhas das experiências cotidianas de homens gays no período, investigando a expansão da subcultura homossexual, e, de outro, traçar a história do surgimento do movimento político homossexual moderno a partir desses modos de sociabilidade, as distintas fontes de imprensa foram usadas pelo autor para captar as transformações internas à subcultura (por exemplo, a emergência do fenômeno da prostituição urbana de travestis)<sup>43</sup>, suas articulações com o movimento gay internacional<sup>44</sup> e como esses fatores se articularam para a formação dos primeiros grupos políticos, sendo a criação e o funcionamento do jornal *Lampião da esquina* um fato síntese desse processo, abrindo as portas para um outro período (já além do recorte temporal do autor).

No uso que James Green faz das fontes de imprensa nesses três últimos capítulos de seu livro, aparece, repetidamente, o conceito de gênero. De fato, pode-se dizer que esse é um conceito central na análise que o autor faz dos meandros das subculturas homossexuais paulistana e carioca, bem como das construções identitárias que se processaram nesses meios culturais. De que modo o autor usa o conceito de gênero? Ou, o que o gênero significa, quando empregado pelo autor? Como este uso do conceito dialoga com as correntes essencialista, construcionista ou *queer* da sexualidade?

Ao longo das páginas de *Além do carnaval*, fica claro que o autor toma gênero como significando papéis sociais, ou sistema social. Assim, o conceito é usado para explicar a existência de um sistema de relações sociais que constrange homens e mulheres a desempenhar determinados papéis em sociedade. Papéis estes que são informados por determinada norma cultural e social, que o autor, em alguns momentos, chama de

---

43 GREEN, James N. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: EDUNESP, 2000. p. 403-408.

44 GREEN, James N. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: EDUNESP, 2000. p. 416-417.

heteronorma ou norma da heterossexualidade. Assim, por exemplo, ao comentar as mudanças ocorridas em meados do século XX na sociedade brasileira, Green salienta as transformações nos papéis de gênero.

No início desse período, a construção de papéis de gênero considerados apropriados alterou-se de modo contraditório. Os padrões de gênero rigidamente definidos que eram incentivados no Estado Novo começaram a afrouxar-se, à medida que mais mulheres passaram a compor a força de trabalho, a completar o ensino secundário e a buscar uma formação universitária. Contudo, ainda esperava-se que essas mesmas mulheres se mantivessem virgens até o altar e continuassem esposas obedientes e submissas após o casamento, embalando e nutrindo famílias nas quais a última palavra ainda era a do homem. Um padrão duplo, que permitia a promiscuidade sexual aos homens mas esperava que a pureza moral das mulheres ainda prevalecesse. No fim dos anos 60, contudo, mudanças culturais passaram a questionar esses valores e a enfraquecer os papéis sexuais tradicionais.<sup>45</sup>

Nesse trecho, vê-se que gênero é usado para investigar as diferenças dos valores culturais a respeito do comportamento sexual de homens e mulheres, bem como os modos, entendidos como correlatos por esse mesmo sistema de valores (de gênero), diferenciais em que homens e mulheres se comportam no público e no privado. O conceito de gênero é usado pelo autor também para pensar o funcionamento das identidades homoeróticas que se fizeram presentes em suas fontes, bem como para entender as diferenças entre elas e seus processos de formação. Como apontei anteriormente neste texto, Green escavou a dimensão histórica de identidades como puto, fresco, bicha, homem de verdade e gay, tendo como base modelos antropológicos das identidades homoeróticas construídos ao longo das décadas de 1970 e 1980. Nesse processo histórico, o gênero funciona como uma dimensão variável das identidades, ou seja, como cada identidade homoerótica lida, desempenha, assume papéis sociais atribuídos a um ou outro sexo. Como se vê na passagem seguinte:

---

45 GREEN, James N. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: EDUNESP, 2000, p. 252.

Já em 1966, o modelo bicha/bofe recebia críticas severas ao menos por parte de um dos membros de *O Snob*. Hélio, conhecido como Gato Preto, considerava-se um homossexual, mas não uma boneca. Ele valorizava a rede familiar solidária do jornal e exercia um papel ativo na fomentação da turma e da publicação. Ao mesmo tempo, contudo, questionava com persistência os papéis sociais e sexuais rígidos assumidos pelas bonecas. De fato, ele mudou seu pseudônimo de Pantera Rosa para Gato Preto precisamente para afirmar a noção de que não era preciso ser efeminado para ser um homossexual.<sup>46</sup>

Fica explícito que gênero é usado como ferramenta heurística para destacar certo tipo de relação social. O gênero torna visíveis os valores e comportamentos que, nas ações cotidianas dos homossexuais, mais ou menos afeminados, dados ou não à prática travesti, adeptos ou não ao modelo bicha/bofe, os aproximam ou afastam da norma heterossexual de masculinidade e feminilidade. No trecho a seguir, o autor explica a maneira pela qual o gênero-papel-social funcionou na transformação das identidades homoeróticas.

Por volta da década de 1970, uma nova identidade tomou conta da subcultura homossexual no Rio de Janeiro e em São Paulo. Esse processo começara de modo gradual nos anos 50 e 60 e refletia uma interação desigual e combinada de múltiplos fatores. O espaço público expandido para a sociabilidade homossexual aumentou as oportunidades para pessoas interagirem com outras que compartilhavam uma identidade. As influências da revolução sexual do fim da década de 1960 e o movimento gay internacional ofereciam formas diferentes de pensar sobre os papéis sexuais e de posicionar-se perante os modelos hegemônicos, e ajudaram as pessoas a agir com mais abertura em relação à sua sexualidade. Novos modelos de papéis masculinos, com demarcações de gênero menos rígidas – como os exemplificados por cantores e atores proeminentes – ofereciam opções à diáde bicha/bofe. Os jornais, peças e obras literárias ofereciam novos veículos para a discussão da homossexualidade. Colunistas como Celso Curi e as efêmeras publicações alternativas, como *Gay Society*, *Entender* e *O Mundo Gay*, promoveram essa nova identidade.<sup>47</sup>

---

46 GREEN, James N. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: EDUNESP, 2000. p. 306.

47 GREEN, James N. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: EDUNESP, 2000. p. 424.

A historiadora Joan W. Scott, ao estudar como o gênero poderia se tornar uma categoria útil à análise histórica, identificou algumas maneiras como os historiadores, até aquele momento na década de 1980, usavam o conceito. O primeiro uso abordado pela autora é essencialmente descritivo, porém com uma versão mais simplista e outra mais elaborada. Na versão mais simples, o conceito de gênero pouco se diferenciava da categoria de “mulheres”, conforme usada pela história das mulheres até ali. A crítica de Scott a esse uso do gênero é a ausência de referência à questão do poder, ou das diferenças de poder que conduzem à desigualdade e à opressão, entre os gêneros, o que tornava invisíveis os grupos inferiorizados. Em sua versão mais elaborada, o uso descritivo do gênero refere-se às relações sociais entre os sexos, afastando-se da assimilação de gênero à categoria “mulheres”. Este uso do gênero afasta-se de explicações biológicas ou biologizantes para as diferenças sociais entre homens e mulheres. Essas, ao contrário, são explicadas como construções culturais e sociais. As ideias, os valores, os comportamentos prescritos diferencialmente para homens e mulheres são, nesse uso do conceito de gênero, explicados como construções sociais que variam no tempo e no espaço, ou seja, históricas. O gênero, então, designa papéis sociais e culturais que são, por várias formas, impostos aos corpos sexuados. Está posta aqui a dicotomia gênero-cultura versus sexo-natureza.<sup>48</sup>

A historiadora tece críticas relevantes ao uso descritivo do gênero. Tendo sido útil aos pesquisadores que mapeavam novas áreas na historiografia, como a história das mulheres, da criança, da família, das ideologias de gênero, esse uso do conceito acabou limitando suas possibilidades de aplicação. Ao não questionar como as relações sociais que baseiam os papéis de gênero se estabelecem, nem como elas funcionam ou como mudam, o uso descritivo do gênero não consegue ir além das áreas de sua aplicação mais óbvia, isto é, as relações entre os sexos. Scott enfatiza a necessidade de historiadores alargarem a zona de aplicação do

---

48 SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis, *The American Historical Review*, 91, 5, (1986), p. 1053-1075, p. 1056.

gênero, alcançando as áreas mais tradicionais da historiografia, como a história política do Estado (a autora cita histórias da guerra, da diplomacia e da alta política, eu acrescentaria a história econômica e a administrativa do Estado). A historiadora explica que “o efeito é endossar uma certa visão funcionalista que está, em última instância, enraizada na biologia, e a perpetuação da ideia de esferas separadas (sexo ou política, família ou nação, mulheres ou homens) na escrita da história”.<sup>49</sup>

Como foi visto, o uso do conceito de gênero pelo historiador James Green em *Além do carnaval* aproxima-se, ponto por ponto, da análise crítica feita por Joan Scott. Trata-se de um uso que se, de um lado, logra descrever as relações sociais que embasaram a formação das subculturas homossexuais nas duas maiores cidades do país ao longo do século XX e das identidades homoeróticas nestes espaços, por outro lado, não se pôs o problema de compreender as razões históricas desses arranjos de subjetividades, tampouco o modo como a heterossexualidade compulsória (a norma que governa os papéis de gênero no entender de Green) modela toda a organização social e cultural na qual as subculturas e as identidades se desenvolvem. Portanto, vê-se que a abordagem de James Green se associa à corrente construcionista da sexualidade, o que se refletiu nos usos que pôde dar às fontes de imprensa que utilizou em sua pesquisa.

Diferente foi a maneira como o jovem historiador Elias Ferreira Veras manipulou as fontes de imprensa que utilizou em sua pesquisa, embasado como esteve por um conceito de gênero radicalmente distinto daquele utilizado por James Green. Em seu livro, *Travestis: carne, tinta e papel*, Veras teve como objetivo traçar a genealogia da subjetividade travesti na cidade de Fortaleza, Ceará, entre as décadas de 1950 e 1980. Sua investigação teve como fundamento a hipótese de que a subjetividade travesti se formou por meio de um processo histórico que a transformou de uma prática privada ou semiprivada em identidade pública e política.

---

49 “The effect is to endorse a certain functionalist view ultimately rooted in biology and to perpetuate the idea of separate spheres (sex or politics, family or nation, women or men) in the writing of history”. (Tradução minha). SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis, *The American Historical Review*, 91, 5, (1986), p. 1053-1075, p. 1057.

Nas palavras do autor,

Nesta obra, problematizo, a partir da capital cearense, as condições históricas de emergência do sujeito travesti. Na passagem do *tempo das perucas* para o *tempo dos hormônios-farmacopornográficos* (as décadas de 1970 e 1980 são pontos de inflexão desse processo histórico), o termo travesti deixou de significar apenas uma prática eventual, clandestina e restrita aos momentos e espaços privados, para nominar um novo sujeito, inseparável de sua dimensão público-midiatizada. Esse processo de subjetivação é efeito e indício de uma nova temporalidade e subjetividade, que, em diálogo com Paul Beatriz Preciado, chamo farmacopornográfica.<sup>50</sup>

Esse trecho da introdução dá indicações preciosas sobre qual o papel das fontes da imprensa, na pesquisa do autor, e como elas são usadas por ele para realizar um tipo de investigação histórica das subjetividades que consegue ir além do construcionismo histórico. Em primeiro lugar, cabe ressaltar como o autor conecta a emergência do sujeito travesti a uma dimensão público-midiatizada. Ou seja, não seria possível compreender como a prática travesti se tornou sujeito travesti, sem atentar para como a imprensa, local e nacional, contribuiu e foi mesmo parte integrante desse processo. Daí o jogo de palavras do autor, denominando a travesti que surgia como “nova personagem de carne, tinta e papel”.<sup>51</sup> Ao fazer tal afirmação, o autor quis expor como a imprensa desempenhou um papel maior que o de divulgar, difundir, disseminar representações sobre a nova personagem, ora valorizando-a (cobertura do carnaval), ora impingindo-lhe uma culpa moral (relatos sobre prostituição e criminalidade).

As fontes de imprensa – jornais e revistas, nacionais, regionais e locais – não foram as únicas utilizadas pelo autor. Junto a elas, estão as narrativas orais, confeccionadas em entrevistas conduzidas pelo autor com travestis que moram em Fortaleza. Por meio desses relatos, Veras pôde preencher as lacunas deixadas pelas fontes impressas, podendo também

---

50 VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 28. Coleção História das Sexualidades Brasileiras. (Grifos do autor).

51 VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 199. Coleção História das Sexualidades Brasileiras.

ter um olhar mais próximo sobre as construções íntimas de subjetividade das personagens. O autor entrevistou três travestis de Fortaleza (Rogéria, Bianca e Thina), cujas narrativas deram a ver os modos complexos como os discursos da imprensa fizeram parte de suas constituições subjetivas-corporais, atravessando-as profundamente. Em menor proporção, Veras também utilizou fontes literárias, especialmente os romances, nunca publicados, da escritora travesti Amorim-Samorim-Ilca, escritos no início da década de 1970 e que, por seus tons autobiográficos, abrem, ao historiador, um campo de visão privilegiado sobre as experiências e sentimentos de homossexuais e travestis no período.<sup>52</sup>

Dentre a documentação da imprensa manuseada pelo autor, três eventos foram destacados como nevrálgicos na teia do processo de sujeição (nos dois sentidos) das travestis. O primeiro evento é a cobertura dos bailes de carnaval no Rio de Janeiro e em Fortaleza realizada por revistas e jornais nacionais (*Manchete*, *Playboy*, *Lampião da Esquina*) e locais (*O Povo*, *Diário do Nordeste*). Como se verá a seguir, parte da argumentação do autor é que os bailes de carnaval privados, entre os anos 1950 e 1970, configuraram espaços possíveis, heterotópicos, para a prática travesti, em que perucas e maquiagem marcavam as experiências temporais dos sujeitos. O segundo evento, que talvez possa ser considerado cataclísmico na cultura brasileira, no que toca ao campo das sexualidades, girou em torno da projeção nacional de Roberta Close, especialmente seus ensaios eróticos na revista *Playboy* (cujas edições com *La Close*, como a chama o autor, se esgotaram quase instantaneamente nas bancas de todo o país). Ao redor e sobre a persona pública de Roberta Close alastrou-se uma teia discursiva complexa e ambígua, em que, como pondera Veras, o fascínio conviveu e serviu de sustentáculo à abjeção ao corpo tecnológico da travesti. Finalmente, o terceiro evento diz respeito ao crescimento da prática de prostituição por travestis nas grandes cidades brasileiras e ao modo como esse fato foi instrumentalizado por jornais e revistas no país

---

52 VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 42. Coleção História das Sexualidades Brasileiras.

para reforçar e disseminar o dispositivo do estigma sobre homossexuais e travestis, já a partir do fim da década de 1970 e principalmente durante os anos 1980. Em relação a esse terceiro evento, o autor ainda investiga sua conexão com as representações homofóbicas da epidemia da AIDS a partir de meados da década de 1980.

Um quarto evento poderia ser mencionado como crucial ao argumento do autor acerca do processo de constituição da subjetividade travesti. Trata-se dos contra-discursos travestis, de suas práticas e discursos de resistência ao dispositivo do estigma. Importante como foi para o processo histórico analisado por Veras, esse último evento foi abordado principalmente a partir dos relatos orais das travestis entrevistadas, tendo as fontes de imprensa desempenhado, aqui, um papel secundário. O que faz sentido, visto como, na década de 1980, como mostra o autor, os jornais e revistas envolveram-se mais na construção discursiva do dispositivo duplo, fascínio (Roberta Close) e abjeção (prostituição travesti).<sup>53</sup>

Como adiantei acima, Elias Veras percebeu na atuação da imprensa no período dado um processo histórico mais complexo que a simples difusão de representações sobre o homoerotismo e a prática/subjetividade travesti. Não que essa camada do processo não tenha ocorrido e não tenha sido estudada pelo autor. Ao contrário, partindo de considerações de outros pesquisadores, com destaque para o historiador James Green, que como foi visto estudou parte desse processo, ainda que de um outro ponto de vista,<sup>54</sup> Veras também mostrou como a divulgação e a circulação das reportagens e, sobretudo, das fotografias dos homossexuais travestidos e/ou das travestis foi um fator que pesou no processo de constituição da dita subjetividade. Destarte, Veras explica que

---

53 VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 178-198. Coleção História das Sexualidades Brasileiras.

54 Para as considerações de Green sobre a prática travesti nas festas de carnaval dos anos 1950 e 1960, ver GREEN, James N. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: EDUNESP, 2000. p. 360-379. Para sua análise sobre o fenômeno da prostituição travesti, GREEN, James N. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: EDUNESP, 2000. p. 403-408.

Tal apropriação do carnaval chamou a atenção dos meios de comunicação. Ao fazer circular em suas páginas reportagens sobre os bailes de travestis que aconteciam nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, revistas de distribuição nacional como *O Cruzeiro*, *Revista do Rádio* e *Manchete* atuaram não apenas na midiaticização da homossexualização da festa carnavalesca, mas, também, na construção de novas subjetividades homossexuais e trans.<sup>55</sup>

Com esse trecho, o autor indica o caminho já percorrido e os atalhos que toma por sua conta e risco – possíveis, como se verá, por sua decisão de fazer uma história do homoerotismo mais próxima do *queer* que do construcionismo. Assim, ele, primeiramente, faz referência ao fenômeno estudado por Green da apropriação homossexual do carnaval. Aqui, Veras o explica como um processo em que o carnaval foi homossexualizado, tornou-se homossexual, e, ao mesmo tempo, foi divulgado como tal pela imprensa nacional. Fica entendido que a imprensa tinha interesse em disseminar o processo que fazia o carnaval mais e mais homossexual – talvez fosse isso mais uma faceta do dispositivo do fascínio comentado pelo autor a respeito da cobertura midiática de Roberta Close. Até aqui, o autor seguiu as considerações de outros historiadores. O passo além dado por Veras foi perceber como a ação dos veículos de imprensa de fazer circular as representações sobre o homoerotismo e as travestis contribuiu para a construção das subjetividades homossexuais e trans que então emergiam. Ou seja, a letra se tornava carne nos corpos de homossexuais e travestis estudados por Elias Veras.<sup>56</sup>

O que Veras mostrou em seu livro foi como a imprensa se tornou um fator de corporificação da prática e, depois, da subjetividade travesti. Para que isso pudesse acontecer, reflete o autor, algumas condições sociais mais amplas precisaram ser atingidas. Elas foram o crescimento urbano

---

55 VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 61. Coleção História das Sexualidades Brasileiras.

56 Esse jogo de palavras foi usado pelo professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior no seu prefácio ao livro de Elias Veras. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Prefácio. In: VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 15-21. Coleção História das Sexualidades Brasileiras.

das grandes capitais, a industrialização (que permitiu que produtos técnicos necessários à corporificação, como perucas, maquiagens, roupas femininas, sapatos de salto alto, posteriormente, silicone e hormônios industriais, pudessem circular entre vários espaços e pessoas), e o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, que permitiram a maior presença de diversos tipos de mídia que se tornaram cotidianos para um grupo mais alargado de indivíduos.<sup>57</sup>

Para captar o efeito de corporificação produzido pelas páginas da imprensa, Veras precisou, em uma contradição apenas aparente, afastar-se dessas fontes e debruçar-se sobre os relatos orais produzidos por suas entrevistadas. Pois, em suas falas, o efeito de corporificação aparece como um fator importante em suas experiências de práticas e subjetivação travesti. Desde logo, esse procedimento do autor é um lembrete da importância, para historiadores, de que é necessário cotejar uma fonte com outras, para obter uma representação mais nuançada do passado (lição, aliás, sugerida exaustivamente por James Green, como foi visto, por sua extensa e múltipla seleção de fontes).

As entrevistadas relatam como o efeito de corporificação gerado pela imprensa atravessou suas vidas. A cobertura das festas de carnaval, com fotos destacando o luxo e o glamour das fantasias de homossexuais e travestis, se dava com manchetes que denotavam o deslumbramento dos jornalistas e do público com a crescente visibilidade dessas práticas e desses sujeitos.<sup>58</sup>

A revista se admirava com a glória e o glamour das fantasias envergadas por homossexuais e travestis, e que as tornavam como estrelas. De fato, a emulação das grandes estrelas (ou *stars*) de Hollywood e da televisão brasileira era um tropo comum às experiências de gênero dos homossexuais que faziam travesti no período. Tal foi relatado nos

---

57 VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 41. Coleção História das Sexualidades Brasileiras.

58 VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 62. Coleção História das Sexualidades Brasileiras.

romances de Amorim-Samorim-Ilca e estava presente em fotografias de Bianca, reproduzidas no livro.<sup>59</sup> O efeito de corporificação, contudo, ia ainda além da adoção de certos estilos na performatividade de gênero dos sujeitos. Veras aprofunda, assim, sua análise:

Os meios de comunicação não apenas registraram; também atuaram na constituição desse novo sujeito, que, embora continue sendo classificado como homossexual, diferenciava-se deste. As coloridas imagens de travestis com o corpo hormonizado e siliconado, que circularam nas revistas e na cobertura televisiva dos bailes carnavalescos, atuaram na constituição visual do novo sujeito, revelando a estética do gênero na constituição do sujeito travesti, misturando tradições visuais norte-americanas (*star*), europeias – notadamente francesas (*vedete*) – e brasileiras (“mulata”).<sup>60</sup>

Para destrinchar como os veículos de imprensa puderam exercer esse efeito de corporificação, de subjetivação, Veras precisou instrumentalizar um conceito de gênero diferente daquele empregado por Green. De fato, já na introdução, ele comentou como descobertas nas áreas de filosofia e antropologia contribuíram para que ele pudesse “[...] pensar a emergência do sujeito travesti e as tecnologias do discurso e da carne implicadas nesse processo de subjetivação [...]”.<sup>61</sup> Recorreu o autor a concepções *queer*, pós-estruturalistas do gênero, principalmente àquelas elaboradas por Judith Butler e Paul Beatriz Preciado. Do conceito de gênero de Butler, o autor apropriou-se da noção de identidades performativas, de Preciado, a noção, ainda mais radical, de gênero como prótese, tecnologia, flexibilizando ou mesmo dissolvendo os limites entre seres humanos e tecnologia.<sup>62</sup>

Armado desses conceitos, Veras conseguiu não só perceber o acontecer

59 VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 50-53. Coleção História das Sexualidades Brasileiras.

60 VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 69. Coleção História das Sexualidades Brasileiras.

61 VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 29. Coleção História das Sexualidades Brasileiras.

62 Para o conceito de performatividade de gênero, ver BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subversão da identidade. 4. ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 185-201. Para os conceitos de Preciado, ver PRECIADO, Beatriz. *Texto Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008. p. 81-99; e PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual*. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014. p. 201-211.

performativo cotidiano do gênero dos homossexuais, das bonecas e das travestis (que, algumas vezes, podia fugir totalmente à identidade, como no caso de Bianca, que não assumiu a identidade travesti),<sup>63</sup> como também perceber suas articulações tecnológicas e a construção renovada de tecnologias de gênero (das perucas e maquiagens ao silicone e aos hormônios) – processos que incluíam o acontecer performativo nas páginas de jornais e revistas, que funcionavam elas também como tecnologias de gênero, uma vez que criavam condições para as inovações corporais e subjetivas dos homossexuais e das travestis acontecerem.

A análise do autor sobre o acontecimento Roberta Close avança sua compreensão das múltiplas facetas do efeito de corporificação produzido pela imprensa. Se, até aqui, destacou-se o luxo, o glamour e o brilho da cobertura do carnaval, os textos e imagens relacionados à modelo vão começar a fazer aparecer a dupla face do efeito. Trata-se de admiração e fascínio conjugados com uma abjeção progressivamente mais aberta e radical, associando as representações positivas ao que o autor chamou de dispositivo do estigma. Assim, se, de um lado, “Com o incentivo dos meios de comunicação – apesar da censura militar –, o processo de mercantilização e politização das experiências homossexuais e trans se transformou em rotina, estimulando a curiosidade do público”,<sup>64</sup> por outro

O discurso de violência linguística presente nas colunas assinadas por Marshall revela que a visibilidade das “sexualidades periféricas” provocou não apenas fascínio, como, também, estigma. A produção do corpo trans como enigmático e de sua ambiguidade como ameaça à “mulher de verdade”, como vimos com o “fenômeno” *La Close*, assim como a difusão de enunciados público-midiáticos, que privilegiaram a associação entre travesti e criminalidade, como veremos nas próximas páginas, são constituintes do mesmo dispositivo.<sup>65</sup>

---

63 VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 54-56. Coleção História das Sexualidades Brasileiras.

64 VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 104. Coleção História das Sexualidades Brasileiras.

65 VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 141. Coleção História das Sexualidades Brasileiras.

A narrativa tecida por Veras parece ter sido amarrada por um fio em que a rejeição, a abjeção e as correlatas tentativas de controle, domínio e exclusão de homossexuais e travestis foram crescentes. Ou seja, um progressivo delineamento do dispositivo do estigma. Um pano de fundo que está profundamente relacionado ao argumento principal do texto, qual seja, o processo de subjetivação/sujeição da identidade travesti como um movimento do privado para o público. Assim, no primeiro capítulo, que trata da passagem do tempo das perucas para o tempo dos hormônios, travesti era ainda apenas prática, reclusa, quase totalmente, a ambientes privados e semiprivados. A passagem da travesti do privado para o público, que se deu também nas páginas da imprensa, cujo acontecimento emblemático foi Roberta Close, foi acompanhada pelo crescimento da estigmatização, de reações, cada vez mais violentas, contra a presença de homossexuais e travestis na cena pública. Contudo, foi a passagem do privado para o público que abriu espaço para que, o que era ato (fazer travesti), se tornasse ser (sujeito travesti). É nesse sentido, que o autor argumenta

Nesta nova temporalidade-subjetividade, o pornográfico assumiu visibilidade como sexualidade transformada em espetáculo, em representação pública e comercializável, que adquire o estatuto de pornografia a partir do conteúdo considerado obsceno, sobretudo, por colocar em marcha o devir-público que se supunha privado.<sup>66</sup>

O terceiro ato da trama aprofunda e destrincha o dispositivo do estigma da e sobre a travesti. Nesse momento, Veras analisa o outro lado da cobertura da imprensa sobre homossexuais e travestis na década de 1980, as matérias, reportagens e fotografias que constroem as ligações simbólicas entre homoerotismo (visto como desvio sexual), criminalidade, prostituição e doença, especificamente a AIDS. Por meio de repetidas notícias que enfatizam o envolvimento de homossexuais

---

<sup>66</sup> VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 112. Coleção História das Sexualidades Brasileiras.

e travestis com atos de criminalidade e com a prostituição, construiu-se a figura da travesti-perigosa, que deveria ser controlada e expulsa da esfera pública. O autor descreve essa operação nos termos seguintes, “Esta representação das travestis como sujeito perigoso e marginal atravessou a narrativa dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa. Ou seja, as redes de significação construídas nos meios de comunicação atravessaram a vida dos sujeitos”.<sup>67</sup> Por conseguinte, não se trata apenas da veiculação de textos carregados de representações negativas sobre os sujeitos homoeróticos, como tem sido visto, a ação é mais profunda, trata-se da corporificação dessas representações jornalísticas, escritas ou visuais, na própria pele dos sujeitos que assim se sujeitam/subjetivam.

Porém, o autor não termina a narrativa neste tom sombrio, pois reservou para o final uma reviravolta na trama. Trata-se de sua discussão sobre os contra-discursos das travestis, suas práticas de liberdade em resistência ao dispositivo do estigma. Neste ponto, o autor pondera que

Uma contra-análise da produção discursiva em torno da prostituição travesti, feita a partir de uma leitura a contrapelo das fontes jornalísticas e do destaque às narrativas trans, revela que esta prática foi lugar de múltiplas experiências e formas coletivas de existência, não podendo ser restringida à criminalidade.<sup>68</sup>

O procedimento do autor, neste momento final de sua narrativa, é tentar ler as fontes de imprensa em sentido oposto à sua intencionalidade original. Ou seja, tentar discernir, dentre os enunciados do dispositivo do estigma, evidências das práticas de resistência, dos contra-discursos das travestis. É preciso advertir, contudo, que tal leitura só foi possível ao autor porque ele dispunha de outro conjunto de fontes para fazer a contraposição – as narrativas orais das travestis entrevistadas. Assim, ele pode ver, em uma matéria sobre criminalidade e prostituição de travestis,

67 VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 151. Coleção História das Sexualidades Brasileiras.

68 VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 178. Coleção História das Sexualidades Brasileiras.

espaços heterotópicos e práticas de liberdade, pois já possuía indicações a respeito, como as fornecidas por uma entrevistada no trecho seguinte:

Aí de noite a gente já saía pras esquinas. Na primeira esquina aqui do centro da cidade que ficava com os travestis, ele nem ficava até pra fazer o programa. Era só pra dar close, pra pegar os boys bonitos, entendeu? [...] era um glamour ali no centro. Cada esquina, se você sentasse com paciência, já arrumava um namoradinho.<sup>69</sup>

É legítimo concluir, após a análise da narrativa tecida por Elias Veras, que ele realizou um uso criativo, excêntrico, transviado ou *queer* das fontes de imprensa que utilizou em sua pesquisa. Ao buscar aporte teórico em outras disciplinas e campos de estudos, fazendo valer a vocação *transdisciplinar* da história, o autor pôde ir além de um uso descritivo do gênero (ainda que não atenda totalmente ao apelo de Joan Scott por uma revisão global da história pelo gênero), percebendo suas dimensões discursiva (Foucault), performativa (Butler) e tecnológica-protética (Preciado). Destarte, Veras logrou realizar um novo tipo de história do homoerotismo, que problematiza o processo de subjetivação/sujeição, não o tomando como algo fora da história (essencialismo) ou percebendo o processo histórico como desligado de suas dimensões ética/estética (construcionismo).

## Considerações finais

Após esse percurso pela história do homoerotismo e por propostas específicas de narrativas dessas histórias múltiplas, algumas considerações podem ser feitas à guisa de conclusão. Tendo estabelecido os termos da disputa entre o essencialismo e o construcionismo na história do homoerotismo e das homossexualidades, ponderei como uma análise cuidadosa da trama histórica-conceitual urdida pelo último Foucault poderia indicar um atalho para fora dessa disputa insolúvel. O giro ético-

---

<sup>69</sup> VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 181. Coleção História das Sexualidades Brasileiras.

subjetivo de Foucault, após e conjuntamente à sua abordagem genealógica, abriu espaço para novas propostas de histórias do homoerotismo, em contato com diferentes autores da teoria *Queer*. Aportes de novos conceitos, ou visões diferenciadas de conceitos já utilizados, como o de gênero, não apenas renovaram o campo, como permitiram virá-lo do avesso e subverter o que ainda possuía de pressuposições biológicas ou biologizantes.

Em meio a essa virada ético-subjetiva (de tons foucaultianos) e *queer* na história do homoerotismo e das homossexualidades, os usos da imprensa como fonte histórica também se transformaram. Para analisar essa mudança, investiguei como historiadores de distintas gerações e filiações historiográficas trabalharam a imprensa em suas obras sobre o homoerotismo e a homossexualidade no Brasil do século XX. Enquanto James Green, em seu *Além do carnaval*, logrou produzir uma história profunda, multifacetada e até grandiosa sobre as subculturas homossexuais nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, sua narrativa permaneceu presa a pressuposições de cunho biológico, ao manter o gênero como sinônimo de papel social, como advertiu Joan Scott. Assim, dificilmente o historiador teria ao seu alcance as ferramentas conceituais necessárias para delinear os efeitos complexos da imprensa sobre os processos de constituição das subjetividades homoeróticas (a estilização de suas existências). Elias Veras, por sua vez, em seu recente *Travestis: carne, tinta e papel*, soube incorporar as propostas do último Foucault e dos estudos *queer* na história que contou sobre a constituição da subjetividade travesti. O autor necessitou adaptar as costumeiras exigências metodológicas da disciplina histórica – como a exigência de uma cuidadosa crítica das fontes, sua leitura a contrapelo e cotejada com outros corpos documentais – às novas problematizações, distinguindo efeitos de saber-poder nas próprias fontes. Foi assim que Veras conseguiu perceber como a imprensa não atuou apenas na divulgação de novas estéticas e subjetividades, antes teve efeitos concretos, corporais, na constituição dessas mesmas subjetividades (o efeito de corporificação).

Ao escolher afastar-se do construcionismo histórico, adotando uma visão pós-estruturalista do gênero e da sexualidade, o historiador assume alguns riscos de anacronismos – ou de ser acusado de anacrônico. Se a acusação é já esperada, terá ela alguma razão? O uso de conceitos de outras áreas na história exige um trabalho de adaptação, que passa por sua contextualização e pelo aparar de arestas que permitam sua aplicação em temporalidades e espaços estranhos à sua formulação original. Não seriam esses cuidados, porém, usuais na disciplina histórica em relação a tantos outros conceitos que lhe vieram, anteriormente, de outras disciplinas? O cuidado com o anacronismo, no entanto, pode e deve ir mais longe, uma vez que os conceitos mais frutíferos na história são aqueles elaborados em contato com as fontes. Ou seja, ainda que os conceitos *queer* sejam historicizados, eles poderiam ser uma ferramenta grosseira para a análise do passado. Todavia, tais conceitos podem ser utilizados como lentes capazes de corrigir deformações tradicionais no olhar dos historiadores, aquelas que são consequências da heteronormatividade e do pensamento hétero. É aqui que a narrativa de Veras mostra que o risco do anacronismo não é inevitável. Sua apropriação de conceitos foucaultianos e *queer* possibilitou-lhe uma leitura criativa e original de suas fontes, revelando dimensões, processos e efeitos que passaram até então despercebidos por outros historiadores.

Portanto, ainda que os riscos sejam grandes (qual história, porém, que não se arrisca? Uma história absolutamente segura, essa quimera, seria satisfatória?), os ganhos possíveis são atraentes e enriquecedores. Trata-se da possibilidade de devassar novos territórios na historiografia, de revelar como áreas tradicionais de pesquisa podem se abrir a olhares *queer* ou pós-estruturalistas (como a proposta de Joan Scott), de identificar processos históricos até agora despercebidos em fontes já analisadas por outros historiadores (como fez Elias Veras) ou de abrir novos territórios para a pesquisa histórica (como as histórias das subjetividades). Em vista das riquezas possíveis, resta parafrasear Guimarães Rosa e constatar que o que a história, bem como a vida, quer da gente é coragem.<sup>70</sup>

---

70 ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 334.

# APONTAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DA IMPRENSA LÉSBICA NO BRASIL

**Carolina Maia<sup>01</sup>**

**A capa da edição** de número 12 do *Lampião da Esquina*, que marca a comemoração de um ano de publicação regular deste que é hoje considerado um dos marcos da imprensa homossexual brasileira, estampa dentro de um coração a manchete de um especial que ocupa cinco de suas 20 páginas: “amor entre mulheres”. “Pela primeira vez na história desse país, um grupo<sup>02</sup> de mulheres se reúne para falar e escrever sobre sua homossexualidade”, diz o texto “Nós também estamos aí”<sup>03</sup>, resultado das discussões da reunião entre as mulheres participantes do grupo Somos de Afirmação Homossexual, do grupo Eros e outras independentes, de São Paulo/SP. Este acontecimento não apenas marca um momento fundante dos escritos sobre homossexualidade feminina produzidos por mulheres, mas também é celebrado como um marco do ativismo lésbico no Brasil: a partir do convite para participar dessa edição do *Lampião*, os debates que se seguiram entre essas ativistas levaram as mulheres do Somos/SP a constatar a necessidade de se reunirem separadamente dos homens do grupo em alguns momentos para pensar as especificidades de suas experiências e demandas, que eram depois discutidas nas assembleias gerais. Esse foi o início do grupo Lésbico-Feminista (LF), ou “Facção Lésbico-Feminista” do Somos/SP, que posteriormente viria a se

---

01 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS/MN/UFRJ) e integrante do Núcleo de Estudos em Corpos, Gêneros e Sexualidades (NuSEX). E-mail: carolmaiadeaguiar@gmail.com.

02 Destaco aqui a relevância da coletividade deste ato. Cabe notar que a escritora lésbica Cassandra Rios já narrava envolvimento sexuais entre mulheres desde seu primeiro romance, *A Volúpia do Pecado*, publicado em 1948.

03 *Lampião da Esquina*, 1979, p. 7, grifo do original.

autonomizar por completo e formar o Grupo Ação Lésbica-Feminista (GALF), reconhecido como o primeiro grupo em defesa dos direitos dos homossexuais no Brasil formado exclusivamente por mulheres, pioneiro também na criação de um jornal falando sobre lesbianidade, o *ChanaComChana*. A emergência do movimento de lésbicas no Brasil como tal acontece, portanto, entremeada com a escrita. Não obstante, publicações periódicas feitas por e para lésbicas no país ainda são pouco discutidas (e eu diria mesmo pouco conhecidas), mesmo em produções que tematizam a chamada imprensa homossexual brasileira. Neste artigo, busco refletir sobre alguns possíveis motivos para essa lacuna na produção intelectual sobre este tópico, e apresento informações coletadas ao longo de minha pesquisa de mestrado<sup>04</sup> de maneira a fornecer alguns subsídios para outras pesquisadoras interessadas no tema<sup>05</sup>.

Na introdução de *Imprensa Gay no Brasil*, Flávia Péret descreve o “impreciso itinerário” que buscou trilhar em seu estudo como sendo um “território cheio de buracos, de desvios e de caminhos interrompidos” (2011, p. 7). Similarmente, ao seguir o “mapa do campo” que havia elaborado para minha etnografia no mestrado, deparei com sinalizações frequentemente incompletas, ausência de respostas e alguns becos sem saída. Estudos no

---

04 MAIA, Carolina. *Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro, 2017. Este artigo apresenta uma reformulação e atualização do Capítulo 1 da dissertação, com inserção de novas informações e resumindo tópicos da análise realizada no restante do texto.

05 Entre a escrita e a publicação deste artigo, a história da Imprensa Lésbica Brasileira – assim, grafada em maiúsculas – vem sendo discutida pela pesquisadora Paula Silveira-Barbosa, cujo trabalho vem ampliando significativamente o que se conhece sobre esses periódicos. Dentre as produções da autora que tratam especificamente sobre tais publicações, destaco: SILVEIRA-BARBOSA, Paula. *Trajatória da Imprensa Lésbica brasileira, uma história possível*. *AEDOS: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Ufrgs* (Online), v. 11, p. 142-163, 2019; SILVEIRA-BARBOSA, Paula; COUTINHO, Gabriela. *Lésbicas e o combate às discriminações nas páginas do boletim ChanaComChana*. *Trilhas da História*, v. 8, p. 97-118, 2019; SILVEIRA-BARBOSA, Paula; ROCHA, Paula Melani. *Como escrever uma história da Imprensa Lésbica brasileira?*. In: SOARES, Mayana Rocha; BRANDÃO, Simone; FARIA, Thais (Org.). *Lesbianidades Plurais: outras produções de saberes e afetos*. Salvador: Editora Devires, 2019, v. 2, p. 147-153. Para uma leitura de maior fôlego, ver a dissertação da autora: SILVEIRA-BARBOSA, Paula. *Trajatória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re)pensar o jornalismo*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

campo da História<sup>06</sup> alertam para o risco de apagamento das histórias e experiências das mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres, devido ao baixo número de trabalhos trazendo as lésbicas como tema. Na mesma linha, em uma apresentação de trabalho, Suane Soares desabafa sobre a dificuldade de se conduzir pesquisas sobre o movimento lesbofeminista no Brasil: “escrever sobre nós é um desafio que guarda uma peculiaridade. Somos demasiadamente invisíveis para registrar nossas histórias”<sup>07</sup>. Falta de registros, invisibilidade e o baixo número de publicações tratando especificamente de homoerotismo de mulheres e do movimento em defesa das lésbicas no Brasil são fatores que se retroalimentam: não apenas há carência de documentos, mas é difícil encontrá-los, o que dificulta a definição de objetos para pesquisa neste tema; mais que isso, como Soares mesmo aponta, mesmo a busca por referências teóricas pode se tornar um desafio. Grupos ativistas lésbicos dificilmente constituem o foco substancial de trabalhos sobre o movimento LGBT (ou “movimento homossexual”, nos anos 1980-1990). Em relação às publicações periódicas editadas por lésbicas, a carência de fontes documentais – e, mais do que isso, a restrição destas aos acervos pessoais das ativistas – certamente contribui para que poucos destes materiais estejam caracterizados na literatura, uma limitação a que meu trabalho não ficou imune.

Denise Portinari, em seu livro *O Discurso da homossexualidade feminina*, analisa o tema a partir do que ela chama de “insistências”: “em todos os lugares (a que eu tinha acesso) onde a homossexualidade feminina era dita, havia certos modos de dizê-la que se repetiam”<sup>08</sup>. A partir dessas presenças frequentes, a autora estrutura seu trabalho em

---

06 LESSA, Patrícia. *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades* (Brasil, 1979-2006). 261 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007; SELEM, Maria Célia O. *A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica*. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007; NAVARRO-SWAIN, Tânia. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

07 SOARES, Suane Felipe. Procura-se sapatão: histórias invisibilizadas do movimento lesbofeminista brasileiro. Anais do 18º REDOR, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Anais [...]. 24-27 nov. 2014, p. 1439-1451, p. 1440.

08 PORTINARI, Denise. *O discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 22.

torno de alguns eixos, a saber: “*a queixa do silêncio*, a terra das amazonas, a bela e a fera, a autêntica, o então eu soube que eu sempre fui, o amor para além do amor”<sup>09</sup>. De fato, a “queixa do silêncio” é bastante “insistente” em estudos sobre a homossexualidade feminina. A carência de fontes documentais e o baixo número de trabalhos tematizando experiências homoeróticas entre mulheres e outras questões ligadas à lesbianidade é um tópico presente em praticamente todos os trabalhos consultados para a pesquisa que resultou em minha dissertação<sup>10</sup>. Tal “insistência”, contudo, não é nova: em 1978, Adrienne Rich<sup>11</sup> já constatava a baixa produção de trabalhos sobre lésbicas e exortava teóricas e professoras feministas a não invisibilizarem as experiências destas mulheres em suas produções e aulas. Ter poucas referências para embasar uma pesquisa sobre determinado tema certamente dificulta constituí-lo enquanto objeto de análise – ou, no mínimo, limita o escopo do que pode ser abordado. Como exemplo, cito um livro de Simões e Facchini<sup>12</sup>, em que os autores citam o baixo número de estudos para justificar a menor presença das lésbicas em seu trabalho, frente ao espaço ocupado pela homossexualidade masculina. É interessante notar como diversos trabalhos sobre o movimento brasileiro de lésbicas consultados para esta pesquisa (como os de Maria Célia Selem<sup>13</sup>, Patrícia Lessa<sup>14</sup> e Núbia Carla Campos<sup>15</sup>) citam uma afirmação da historiadora lésbica e feminista Tânia Navarro-Swain: “O que a história não diz não existiu”<sup>16</sup>. Espero que, ao tematizar publicações feitas por e para lésbicas

---

09 Id., *ibid.*, p. 23, grifos meus.

10 MAIA, *op. cit.*

11 RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades*. Natal: v. 4, n. 5, p. 17-44, jan./jun. 2010.

12 SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

13 *Op. cit.*

14 *Op. cit.*

15 CAMPOS, Núbia Carla. *A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil (1979-2001)*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

16 NAVARRO-SWAIN, Tânia. História: construção e limites da memória social. In: RAGO, Margareth; FURNARI, Pedro Paulo A. (Org.). *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 29-46, p. 29.

ou, definindo mais amplamente, dirigidas a mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com mulheres, possamos ajudar a tornar conhecida sua existência.

Portinari<sup>17</sup> também pondera que a homossexualidade feminina só pode ser considerada silenciosa se contraposta aos gritos da homossexualidade masculina. Evitando colocar as realizações dos homens gays como modelo e/ou parâmetro – um risco quando se compara as diferenças entre os homoerotismos de homens e mulheres, como bem aponta Nádia Meinerz<sup>18</sup> – nessa comparação, acredito que os tempos de desenvolvimento da imprensa *gay* brasileira oferecem um contraste interessante para se pensar o tempo de emergência das publicações lésbicas. Simões e Facchini<sup>19</sup> e também Flávia Péret<sup>20</sup>, apenas para citar dois exemplos, partem do trabalho de James Green<sup>21</sup>, que elenca uma grande quantidade de jornaizinhos e boletins como fontes para discutir a homossexualidade masculina no Brasil. Periódicos produzidos de maneira artesanal pelas chamadas *turmas*, grupos de amigos que realizavam festas particulares entre homens em centros urbanos do país, já existiam desde a década de 1960, divulgando entre esses grupos suas fofocas mais recentes e também fazendo circular opiniões sobre sexualidade. Mais do que caracterizá-los, me interessa aqui pensar a sua circulação: estes jornaizinhos chegavam a diferentes capitais do país, seus produtores conheciam a existência de uns e outros, de tal forma que chegou a haver uma proposta de criação de uma Associação Brasileira de Imprensa Gay em 1968<sup>22</sup>. Ou seja, sua existência serve como uma evidência (e fonte para estudos) da formação de redes de contatos entre homens homossexuais no período – e seria o acionamento dessas redes, numa espécie de

---

17 Op. cit.

18 MEINERZ, Nádia Elisa. *Entre mulheres: etnografia sobre relações homoeróticas femininas em segmentos médios urbanos na cidade de Porto Alegre*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011a.

19 Op. cit.

20 PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil: da militância ao consumo*. São Paulo: Publifolha, 2011.

21 GREEN, James. *Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 1999.

22 SIMÕES; FACCHINI, op. cit.

*crowdfunding* disparado através de cartas, que reuniriam os fundos para o financiamento da criação do *Lampião da Esquina*, cuja produção seguiu os moldes correntes em veículos jornalísticos consolidados como tal (em termos administrativos e operacionais, ao menos)<sup>23</sup>.

Robert Howes<sup>24</sup>, em seu artigo *Publicaciones periódicas gay, lésbicas, travestis y transexuales en Brasil*, traz em seu único parágrafo dedicado às publicações lésbicas apenas as seguintes informações:

Houve relativamente poucas publicações dirigidas para lésbicas. A mais importante entre as primeiras a serem feitas foi o *ChanaComChana*, editada pelo Grupo Ação Lésbica Feminista em São Paulo durante os anos oitenta. Um número de 1983 contém um informe sobre um protesto em um bar lésbico que havia proibido a distribuição do periódico, um artigo argumentando a favor da autonomia dos grupos feministas em relação aos partidos políticos, o relato de uma pessoa sobre sua afirmação pública enquanto lésbica e um artigo sobre a função do homossexual na sociedade. Outros periódicos publicados nos anos noventa foram *Um Outro Olhar* (1995-...), *Femme* (1995-1996) e *Ousar Viver* (1995-1998), uma pequena publicação financiada pelo Ministério da Saúde<sup>25</sup>.

O autor infelizmente não explicita a fonte de suas informações acerca desses periódicos, mas algumas lacunas (por exemplo, a ausência do boletim *Um Outro Olhar* e da informação de que o *Ousar Viver* era, na realidade, um encarte da revista *Um Outro Olhar*), bem como a descrição a partir de um único volume do *ChanaComChana*, faz pensar sobre qual foi o investimento de pesquisa sobre as publicações para lésbicas na realização de seu trabalho. A historiografia resumida da imprensa homossexual no Brasil de Marcus Lima<sup>26</sup>, apenas para citar mais um exemplo, também traz apenas publicações para homens. Alguns pontos levantados por Constância

---

23 MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

24 HOWES, Robert. *Publicaciones periódicas gay, lésbicas, travestis y transexuales en Brasil*. *Revista Iberoamericana*, v. LXX, n. 208-209, p. 983-1001, julho-dezembro de 2004.

25 HOWES, op. cit., p. 991, tradução minha.

26 LIMA, Marcus Assis. De alternativa a grande mídia: historiografia resumida da imprensa homossexual no Brasil. In: *V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007*.

Lima Duarte<sup>27</sup> em seu levantamento da imprensa feminina e feminista no século XIX, bem como apontamentos semelhantes de Dulcília Buitoni, autora de um dos primeiros trabalhos a abordar e descrever a “imprensa feminina” no Brasil<sup>28</sup>, sobre o fato de publicações para mulheres serem pouco vistas como tema relevante para a pesquisa acadêmica, apontam para a afirmação de Portinari de que o silêncio sobre lésbicas na realidade integra um silêncio geral sobre o feminino.

Buitoni traz o conceito de *segmentação de mercado*, que ela define como sendo “uma forma empírica, derivada de estudos mercadológicos, de determinar a fatia do público que se pretende atingir. Nessa caracterização, podem entrar desde sexo, classe, idade, assuntos preferidos, até enfoques tipo ‘para mulheres solteiras’, ‘para executivas’, etc.”<sup>29</sup>. Maria Alceste Mira<sup>30</sup> defende que a primeira segmentação a ocorrer no mercado de comunicações de massa é por gênero. Tal processo de separação de publicações e conteúdos pode ser verificado mesmo antes da consolidação de um “mercado de comunicações de massa”, considerando-se a circulação das primeiras “folhas”, “folhinhas” e outros periódicos impressos no país. A publicação de periódicos em território brasileiro só deixa de ser proibida com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808; menos de 20 anos depois, em 1827, surge o primeiro periódico brasileiro para mulheres, *O Espelho Diamantino*, editado na então capital federal por Pierre Plancher. Embora muitas publicações fizessem uma defesa dos direitos das mulheres, em especial à educação<sup>31</sup>, a chamada “imprensa feminina” seria marcada pela presença da literatura (trazendo contos, poesias, pequenas peças de teatro), da linguagem coloquial e

---

27 DUARTE, Constância Lima. A história possível: imprensa e emancipação da mulher no Brasil do século XIX. In: DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil – Século XIX*. São Paulo: Autêntica, 2016.

28 BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

29 BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981. p. 16.

30 MIRA, Maria Celeste. O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, 2003.

31 DUARTE, op. cit.

emotiva, dicas de moda, culinária, etiqueta<sup>32</sup>. Como colocam Mira (2008) e Wojtowicz (2008), as pautas feministas imiscuem-se no discurso da imprensa feminina, que as assimila; por outro lado, de maneira geral esse tipo de publicação traz mensagens normativas sobre como deve ser o comportamento das mulheres<sup>33</sup>. Nota-se, por exemplo, a ênfase na família e uma idealização do papel da mãe nestas publicações. Esta primeira segmentação por gênero, portanto, fez surgirem publicações não apenas especialmente dirigidas para mulheres, mas também vistas como *mais adequadas* para elas, seja pela seleção de assuntos, seja pela própria forma como eram abordados. Buitoni<sup>34</sup> menciona que publicações cujo público-alvo seja explicitamente masculino só surgem depois da emergência de uma imprensa marcadamente feminina. Considerando que “os conteúdos culturais completamente neutros em aparência mascaram a essência masculina”<sup>35</sup>, de forma que “os modos masculinos coincidem com a norma mais geral; recrudescem sua posição reafirmando o feminino como desvio, inadequação, falta”<sup>36</sup>, o caráter universal atribuído ao masculino faz com que a segmentação por gênero diferencie a imprensa “em geral” da imprensa feminina. Cabe notar que diversas publicações (impressas e *online*) voltadas para homens homossexuais no Brasil incluíram seções ou colunas fixas tratando da lesbianidade. Em jornais como o *Nós, por exemplo*, revistas como a *Sui Generis* ou o site *MixBrasil*, pode-se encontrar textos (e mesmo colunas) refletindo sobre experiências sexuais e afetivas de mulheres com outras mulheres, em meio a ensaios fotográficos de homens, dicas de moda masculina, anúncios de festas, bares e saunas de frequência majoritária ou exclusivamente masculina e outros conteúdos

---

32 BUITONI, 1986.

33 Além de BUITONI (1981; 1986), cf. COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

34 Op. cit.

35 WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001, p. 471.

36 VEIGA, Marcia. *Masculino, o gênero do jornalismo: Modos de produção das notícias*. Florianópolis: Editora Insular, 2014, p. 102.

tidos como de interesse de homens com práticas homoeróticas<sup>37</sup>. Tal disponibilização de espaço chegou a ser uma demanda de ativistas lésbicas em um congresso LGBT brasileiro<sup>38</sup>, o que faz pensar tanto na valorização do alcance dessas publicações quanto em uma possível dificuldade em participar destas.

## **Traçando um itinerário: lista de publicações periódicas feitas por e para lésbicas no Brasil**

Uma importante fonte para identificar os títulos de publicações lésbicas no Brasil é a lista elaborada por Míriam Martinho, uma das criadoras do boletim *ChanaComChana* e editora de seus sucessores, o boletim *Um Outro Olhar* e a revista de mesmo nome (que descrevo mais adiante). A lista, publicada no site da Rede de Informações Um Outro Olhar<sup>39</sup>, abrange o período 1980-2000 e serve de base para diferentes pesquisadoras trabalhando com a história dos movimentos lésbicos no Brasil. Um exemplo aparece em *Imprensa gay no Brasil*, livro ao estilo reportagem assinado por Flávia Péret que busca contar a história da imprensa homossexual no país em seus diferentes segmentos e momentos históricos. Nesse trabalho, a jornalista também parece seguir o trabalho de Martinho – um indício disso é o fato de reproduzir imprecisões e ausências presentes no levantamento da ativista de São Paulo, que discuto em seção posterior deste trabalho. No quadro abaixo, trago tanto as informações já elencadas por Martinho quanto algumas outras que

37 RODRIGUES, Jorge Caê. *Impressões de Identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2010; MAIA, Carolina. *Jornalismo e identidades coletivas: representações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros no portal Mix Brasil*. 139 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. 38 Cf. FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. São Paulo: Garamond, 2005.

39 MARTINHO, Míriam. *Agosto com orgulho: os primórdios da organização lesbiana no Brasil*. 2012a. Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/agosto-com-orgulho-os-primordios-da.html>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

emergiram da pesquisa (tanto bibliográfica quanto no próprio campo); em seguida, comento as razões para excluir ou incluir títulos na minha versão do levantamento e algumas informações adicionais.

**Quadro 1** – Publicações periódicas feitas por e para lésbicas no Brasil, 1981-2018<sup>40</sup>

<b>Publicação</b>	<b>Período de circulação</b>	<b>Responsável pela publicação</b>	<b>Sede</b>
Iamuricumá	1981	(anônimas)	Rio de Janeiro/RJ
ChanaComChana (jornal)	1981	Grupo Ação Lésbica-Feminista	São Paulo/SP
ChanaComChana (boletim)	1982-1987	Grupo Ação Lésbica-Feminista	São Paulo/SP
Boletim Amazonas	1983*	Grupo Libertário Homossexual da Bahia	Salvador/BA
Xerereca	1987*	Rita Colaço, Ana Rita Lugon	Rio de Janeiro/RJ
Um Outro Olhar (boletim)	1987-1995	Grupo Ação Lésbica-Feminista / Rede de Informações Lésbicas Um Outro Olhar	São Paulo/SP
Deusa Terra	1991-1993*	Deusa Terra	São Paulo/SP
Lesbertária	1993*	Miriam Botassi e Anne Punch	São Paulo/SP
Femme	1993-1995	AFINS – Grupo de Conscientização e Emancipação Lésbica de Santos	Santos/SP
Um Outro Olhar (revista)	1995-2002	Rede de Informações Lésbicas Um Outro Olhar	São Paulo/SP
Ousar Viver	1997-2002	Rede de Informações Um Outro Olhar (encarte da revista Um Outro Olhar)	São Paulo/SP
Ponto G	1998-2002*	Grupo Lésbico da Bahia	Salvador/BA
Visibilidade	1998; 2001-2004*	Coletivo de lésbicas do RJ	Rio de Janeiro/RJ
GEM	Anos 1990	Grupo Estação Mulher	São Paulo/SP
Boletim Folhetim	Anos 1990	Movimento D'Ellas	Rio de Janeiro/RJ
Informativo da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul	2004-2006	Liga Brasileira de Lésbicas	Porto Alegre/RS
O L	2005*	Beijo Livre	Brasília/DF
Sobre Elas	2006*	Nina Lopes	São Paulo/SP

40 Fonte: MAIA, 2017, p. 58-59; atualização: inclusão da revista *Brejeiras*, criada em 2018.

Publicação	Período de circulação	Responsável pela publicação	Sede
Alternativa L	2013- (em circulação)	Equipe Alternativa L	São Paulo/SP
Brejeiras	2018- (em circulação)	Equipe Brejeiras	Rio de Janeiro/RJ

Tomei, portanto, o levantamento elaborado a partir de Martinho (e minhas próprias contribuições a este) como ponto de partida para criar um mapa do meu campo – para colocar no mapa do Brasil alguns pontos que serviriam como *hubs*, nós centrais de distribuição de informações, para as redes que eu pretendia observar em minha pesquisa de mestrado. Ao todo, entrevistei dez produtoras de periódicos ligados ao ativismo lésbico, nas cidades do Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Salvador/BA, Santos/SP e Brasília/DF<sup>41</sup>. Todas as publicações posteriores a 2000 não constavam da lista de Martinho e foram adicionadas a partir de pesquisa, que envolveu revisão de literatura bibliográfica e documental e entrevistas. Onde o quadro informa “anos 1990”, esse dado é proveniente da lista de Míriam Martinho. As demais datas foram identificadas a partir de entrevistas ou análise documental. Onde consta um asterisco, é porque a pesquisa não foi capaz de identificar com precisão a data final de publicação do material. Além dos títulos posteriores a 2000, uma publicação que não constava do levantamento de Martinho é o boletim *Visibilidade*, publicado pelo Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ), citado por Almeida<sup>42</sup> e Campos<sup>43</sup>. Almeida utiliza como fonte em sua tese uma edição de 2004, a mais recente de que tive conhecimento, razão pela qual esta é sua data final no quadro acima. Do boletim *Ponto G*, tive acesso a duas edições:

---

41 Para maiores informações, ver MAIA (op. cit.).

42 ALMEIDA, Guilherme Silva de. *Da invisibilidade à vulnerabilidade: Percurso do corpo lésbico na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

43 CAMPOS, Núbia Carla. *A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil (1979-2001)*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

a primeira, de 1998, e a número 11, datada de 2002<sup>44</sup>. Cabe notar que encontrei, ao longo do processo de pesquisa, ao menos três publicações sobre e/ou para mulheres com práticas homoeróticas que não atendiam ao critério adicional de serem produzidas *por* lésbicas: *Entre Ellas e Elas & Elas*, com ensaios de nu semelhantes aos de revistas masculinas, e a revista *Lés*, iniciativa editorial de vida curta criada por uma empresa de comunicação na área do jornalismo especializado, que decidiu apostar nas lésbicas como um nicho de mercado até então não explorado<sup>45</sup>.

Para Norma Mogrovejo, que realizou um amplo estudo sobre o movimento de lésbicas na América Latina através da metodologia da história oral,

Para o caso do movimento lésbico, a falta de espaços para publicar e centralizar documentos e arquivos dificulta o registro de sua história, transformando-o em uma tradição oral que se perde no esquecimento e até na renúncia. [...]

Por isto, o trabalho de rearticular a história das lésbicas latino-americanas não é somente um trabalho histórico, antropológico, sociológico ou político, é *arqueológico*, porque implica a remissão e reconstrução de arquivos pessoais, arquivos herdados, transladados, quase perdidos, destruídos ou a ponto de desaparecer (MOGROVEJO, 2000, p. 15-16, grifo da autora, tradução minha).

A revista *Femme* (que tem alguns exemplares depositados na Biblioteca Nacional) e o boletim *ChanaComChana* (presente no Arquivo Edgar Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas) foram as únicas publicações periódicas lésbicas que consegui localizar em instituições de acesso público no Brasil, seja através de minha própria pesquisa, seja através da literatura<sup>46</sup>. Dada a inexistência de locais reconhecidos como aptos e adequados a gerirem este tipo de acervo específico, muitos

---

44 Agradeço à Zora Yonara Torres Costa, integrante do Grupo Lésbico da Bahia e uma das produtoras deste boletim, pela disponibilidade em conceder-me seu depoimento e por digitalizar e me encaminhar cópias do Ponto G e de outros materiais produzidos pelo GLB.

45 Cf. MAIA, op. cit.

46 Cf. MAIA, op. cit.; CARDOSO, Elizabeth da P. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

exemplares de publicações lésbicas anteriormente presentes em acervos pessoais acabaram perdidos, danificados ou mesmo descartados, por razões que incluem doação a instituições que deixaram de existir e/ou não os mantiveram, deterioração devido a fatores ambientais dos espaços de armazenamento e desconexão pessoal destas mulheres com as propostas ativistas que realizaram, inclusive por imprevistas “voltas ao armário”. Uma exceção é o acervo do GALF e da Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar (UOO), mantido atualmente por Míriam Martinho em sua residência e ao qual ela possibilita a consulta enviando cópias a pesquisadoras que solicitam seus materiais – um acesso restrito, portanto, sujeito a possíveis limitações na disponibilidade de sua mantenedora e da gestão do espaço de sua residência.

## A história mais contada

O *ChanaComChana*, boletim lésbico publicado entre 1982 e 1987 pelo Grupo Ação Lésbica Feminista, de São Paulo, é o periódico lésbico mais mencionado nos trabalhos que localizei sobre imprensa homossexual e também em alguns sobre imprensa feminista. Sua disponibilidade em arquivo de acesso público, como já mencionado, talvez seja um dos motivos para tal. Outra possibilidade é a vocação “memorialista” de Míriam Martinho, integrante fundadora do boletim e mantenedora do acervo do GALF, posteriormente Rede Um Outro Olhar. Acredito que, por esta razão, o GALF/UOO acabe se consolidando como uma espécie de modelo de atuação na imprensa lésbica brasileira, semelhante ao que, na visão de Simões e Facchini (2009) ocorreu, no campo do ativismo LGBT, com o Somos/SP (e, eu acrescentaria, o *Lampião da Esquina*), do qual há um maior número de registros e estudos mais detalhados, como por exemplo a etnografia de MacRae<sup>47</sup>. Ponderar a performatividade das

---

<sup>47</sup> Op. cit.

práticas arquivísticas e dos recortes narrativos da história<sup>48</sup> – dito de outra forma, a seleção e citação repetida de determinados eventos e personagens na constituição de narrativas históricas – é ainda uma tarefa a ser levada a cabo nesse campo de estudos; e certamente a narrativa que trago a seguir – que não deixa de ser uma reelaboração de outras já presentes na literatura – não deve se furtar a tal crítica. Ao fazer essa constatação, não minimizo a relevância da atuação do grupo. Pelo contrário: os boletins *ChanaComChana* e *Um Outro Olhar* configuram-se como importantes fontes documentais para a discussão não apenas do ativismo lésbico e da história de sua constituição enquanto movimento social no país, mas também sobre como as diferentes vozes presentes em suas páginas registram diferentes concepções sobre a homossexualidade feminina, proferidas por dezenas de mulheres, ao longo das últimas décadas.

A publicação do especial sobre lésbicas no *Lampião da Esquina* – cena escolhida para compor a abertura deste artigo – constitui, por várias razões, um acontecimento significativo para os tópicos que discuto neste artigo. Além das já mencionadas, me parece interessante o fato de tal conteúdo ter sido preparado para um jornal cujo conselho editorial, apesar de seus autoproclamados esforços para incluir mulheres, era formado unicamente por homens, o que levava suas pautas (e mesmo sua linguagem) a refletirem primordialmente as inquietações e vivências dos homens *gueis* ou *entendidos*, como aparecia em suas páginas, ainda que o periódico tivesse como proposta a inclusão de diferentes *minorias* em suas edições. Chama a atenção também um dado citado por Edward MacRae<sup>49</sup>: para organizar os textos publicados no jornal, as ativistas que posteriormente criariam o GALF receberam o auxílio de uma jornalista, sobre a qual o autor, infelizmente, não traz maiores detalhes. Um dado trazido mais adiante, contudo, ajuda a pensar sua contribuição nesse momento: falando sobre os passos seguintes do grupo exclusivamente lésbico que começava a se formar, MacRae conta que elas “tentaram

---

48 Cf. PAPAILIAS, Penelope. *Genres of recollection: archival poetics and modern Greece*. Springer, 2005.

49 Op. cit.

retomar a ideia de escrever sobre o lesbianismo para o *Lampião*, mas como nenhuma delas tinha muita prática de escrever, a ideia não foi adiante<sup>50</sup>. Finda a tarefa de produzir os conteúdos para o jornal, restou às participantes a sensação de que o tempo dispendido fora excessivamente focado na escrita das matérias, e que poderia ter sido mais bem aproveitado para pensarem as suas especificidades enquanto lésbicas. A partir daí, elas passaram a defender a demanda da realização de encontros somente entre mulheres, cuja justificativa era a de que

era impossível para as mulheres tomarem consciência de suas necessidades específicas dentro de grupos mistos, isso seria devido à irresistível tendência masculina a considerar como gerais as necessidades dos homens e devido à educação diferenciada que levava as mulheres a terem muita dificuldade em se contraporem a eles<sup>51</sup>.

Assim, em meados de 1979 surgiu no interior do grupo Somos/SP o que ficou chamado de “subgrupo lésbico-feminista”, “facção lésbico-feminista”, somente “lésbico-feminista” ou mesmo LF, que passou a realizar reuniões em separado do restante do grupo, reunindo-se com este em assembleias gerais ou outros eventos, mas mantendo suas próprias discussões exclusivas para mulheres. Remeto a leitura a MacRae<sup>52</sup> para um maior aprofundamento sobre as dinâmicas do grupo Somos/SP e sobre as tensões internas a seu funcionamento, incluindo aquelas que provocariam a sua cisão, em maio de 1980, levando à criação do Grupo de Ação Homossexualista Outra Coisa e à autonomização completa das ativistas do antigo LF, agora rebatizado de Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF). Para o foco deste artigo, interessa mais jogar luz sobre uma nota pública do GALF, divulgada na edição nº 27 do *Lampião*, em agosto de 1980. Simões e Facchini<sup>53</sup> comentam que, neste pronunciamento, “o GALF justificava a necessidade de sua organização independente em vista da especificidade da sua questão feminista, tentando equilibrá-la com a homossexualidade

---

50 Id., *ibid.*, p. 247.

51 Id., *ibid.*, p. 126.

52 Id., *ibid.*

53 Op. cit., p. 107.

e, ao mesmo tempo, reconhecendo divergências entre elas próprias”. Na nota, as ativistas anunciam o plano de “criação de um jornal lésbico-feminista (‘Chana Com Chana’)”<sup>54</sup>. A primeira e única edição deste jornal sairia meses depois, em janeiro de 1981<sup>55</sup>. No ano seguinte, o título *ChanaComChana* ressurgiu em um boletim com “cara de fanzine, uma coisa anarquista, dentro da proposta punk da década de 80 e dentro da proposta do feminismo radical”<sup>56</sup>. Cardoso coloca que o hiato entre uma iniciativa e outra foi motivado tanto por falta de recursos financeiros quanto pela indefinição de uma linha editorial a ser adotada: “o coletivo de mulheres que pretendia manter o Chana em circulação tinha muitas perspectivas, mas pouca praticidade e acabou se dissolvendo”<sup>57</sup>. A partir de dezembro de 1982, contudo, o boletim *ChanaComChana* volta a ser publicado em periodicidade irregular porém constante, com tiragem variável não muito alta (Cardoso<sup>58</sup> menciona uma média de 200 exemplares por edição), através de fotocópias. O modelo adotado, contando com a colaboração de leitoras e a montagem através de corte e colagem de recortes e textos datilografados, praticamente não sofreu alterações até 1987, ano em que o GALF passa a publicar um outro periódico, o boletim *Um Outro Olhar* (também produzido de forma colaborativa em uma estética de “fanzine”, ao menos em suas primeiras edições). Em entrevista a Cardoso, Míriam Martinho explica a forma de produção do *ChanaComChana*:

As edições variavam entre 11 e 36 páginas de conteúdo, dependia muito de verba, dos temas a serem abordados ou do tempo de publicação entre as edições. Uma equipe muito enxuta, cerca de quatro pessoas, se responsabilizava pela publicação. Tinha uma reunião de pauta, improvisada. Nós sentávamos, discutíamos, pedíamos sugestão e voluntários; na medida que os textos iam chegando, a gente ia fechando o jornal. A impressão era em copiadora, o original era feito na base da montagem e colagem com recortes datilografados<sup>59</sup>.

---

54 *Lampião da Esquina*, 1980, p. 5.

55 Para mais informações sobre o conteúdo desta edição, ver Lessa (2007).

56 CARDOSO, op. cit., p. 99.

57 Id., ibid., p. 98.

58 Id., ibid.

59 CARDOSO, op. cit., p. 99.

As pesquisas de Cardoso<sup>60</sup> e Woitowicz<sup>61</sup> permitem relacionar essas características do boletim *ChanaComChana* tanto à imprensa alternativa quanto à imprensa feminista. Na realidade, ambas as autoras partem do amplo estudo de Kucinski<sup>62</sup> sobre a imprensa alternativa brasileira e seu posicionamento de que as publicações feministas podem ser vistas como uma de suas manifestações. Além da forma de produção e conteúdo contra-hegemônico<sup>63</sup>, o uso de uma linguagem escrachada – marca, por exemplo, do famoso *O Pasquim* e também do *Lampião da Esquina* – é uma característica presente em alguns dos veículos da imprensa alternativa, que acredito ter influenciado a escolha pelo explícito nome *ChanaComChana*. Por tais razões, acredito que parte do maior destaque conferido a este título, dentro de um universo de publicações lésbicas pouco conhecidas, tenha a ver com essas múltiplas associações realizadas em relação ao boletim e a seu grupo produtor: Somos/movimento feminista/LF; *Lampião*/imprensa feminista/*ChanaComChana*.

Ainda sobre a relação entre as publicações lésbicas e a imprensa alternativa, cabe lembrar que jornais de maior renome (e estrutura editorial) no interior desta última não necessariamente abraçavam as questões feministas e, em especial, sobre sexualidades dissidentes da heteronormatividade<sup>64</sup>; a própria imprensa feminista também não abriu muito espaço para discutir a homossexualidade feminina. Cardoso reproduz um artigo em que Míriam Martinho, no último número do boletim, de janeiro-maio de 1987, comenta isso:

as mulheres lésbicas que abrem uma publicação feminista, no Brasil, dificilmente se identificam com o que está escrito, pois não há nada que fale diretamente de seu cotidiano, acabando por ser reforçada a idéia de que o feminismo não lhes diz respeito. [...] Ou seja, elas podem se identificar e mesmo

---

60 Id., *ibid.*

61 WOITOWICZ, Karina Janz. Páginas que resistem: A imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. 6º Encontro da ALCAR. Anais [...]. Niterói, 2008.

62 KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

63 WOITOWICZ, op. cit.

64 Cf. MACRAE, op. cit., p. 90.

batalhar pelos direitos das mulheres, já que são mulheres, mas suas vidas pessoais, a saber, sua sexualidade, sua afetividade, etc. [...] devem ficar no terreno do privado, numa flagrante contradição com um dos grandes “slogans” do feminismo que diz que o privado é político<sup>65</sup>.

A produção e circulação do *ChanaComChana* – que se tornou a principal atividade do GALF – não trouxe apenas a possibilidade de que “mulheres lésbicas abrissem uma publicação feminista e se identificassem com o que estava escrito”, mas também criou condições para que algumas delas escrevessem textos com as quais outras, eventualmente, se identificariam. Diversas passagens da pesquisa de Lessa<sup>66</sup> ressaltam como este periódico criava oportunidades para diferentes trocas entre as leitoras, que podiam agir também como colaboradoras. A autora menciona especialmente a seção “Cartas na Mesa”, aonde as leitoras podiam externalizar opiniões suas. Neste espaço, as leitoras publicavam artigos e pequenos ensaios, refletindo sobre experiências pessoais, preconceitos e mesmo sobre práticas e identidades sexuais homoeróticas de mulheres. Desde sua segunda edição, o boletim também trazia uma seção de poesias e uma seção para anúncios pessoais de mulheres interessadas em conhecer outras mulheres com interesses semelhantes. Em 1987, depois de 12 edições variando de 10 a 36 páginas (com exceção da primeira edição, com apenas 4), a produção do *ChanaComChana* é descontinuada e o GALF passa a publicar o boletim *Um Outro Olhar*, que inicialmente traz poucas alterações em termos formais em relação ao seu predecessor, mas cujas transformações vão documentando também o encerramento do GALF e a criação da Rede de Informações Lésbicas Um Outro Olhar, com seu foco explícito na construção de redes para compartilhamento de informações entre lésbicas. A Rede seria formalizada com registro em cartório (e divulgação na 12ª edição do boletim) em 1990, o que Lessa<sup>67</sup> relaciona à

---

65 MARTINHO apud CARDOSO, op. cit., p. 100.

66 Op. cit.

67 Op. cit.

consolidação do formato ONG ao longo dos anos 1990, fenômeno melhor discutido por Facchini<sup>68</sup>.

Lessa selecionou alguns números de todos os periódicos estudados em sua pesquisa (que, além das publicações do GALF e UOO, inclui o boletim *Iamuricumá* e alguns panfletos realizados por outros grupos) e, em cada um destes, selecionou para análise textos que a “interpelaram”<sup>69</sup>. Da leitura de sua tese, podemos visualizar algumas das seções que compunham essas publicações (como as de cartas e de debates), o tipo de conteúdo publicado (incluindo, por exemplo, quadrinhos, poesias, dicas de leitura) e também alguns dos temas presentes ao longo das edições, mencionando experiências de discriminação e violência, o “enrustimento”, a reivindicação da identidade lésbica simultânea à afirmação da necessidade da luta das mulheres contra o patriarcado, reflexões sobre raça e relações inter-raciais entre lésbicas, mulheres nos esportes, visibilidade e autoafirmação, apenas para citar alguns. Outra pesquisadora a trabalhar com o conjunto de publicações do GALF foi Nubia Campos<sup>70</sup>, que utilizou esses documentos, dentre outros, como registros da atuação e constituição dos movimentos de lésbicas no Brasil. Ambos os trabalhos permitem visualizar, assim, uma espécie de arco temporal conformando as trajetórias tanto do GALF e da Rede UOO como de suas publicações periódicas.

O boletim *Um Outro Olhar*, acredito, pode ser visto como uma transição entre o modelo do boletim *ChanaComChana* (a linguagem mais explícita e escrachada, o fanzine, temas políticos importantes dos anos 1980) e o perfil mais “comercial” da revista *Um Outro Olhar*, que descrevo a seguir. As 21 edições do boletim marcam, através do tempo, um investimento progressivo em uma maior centralização e profissionalização da edição do material, em especial através da participação de Nani Tobi, nome adotado por uma integrante do grupo, com formação em publicidade e profissional de TI, que assumiu a diagramação do periódico. Inicialmente montado

---

68 Op. cit.

69 LESSA, op. cit., p. 20.

70 Op. cit.

através de colagens de contribuições idealmente já enviadas datilografadas pelas associadas ao GALF/UOO, nas últimas edições o boletim *Um Outro Olhar* era inteiramente composto em computador, com demarcações cada vez mais claras de cada seção – Cartas na Mesa, Troca-Cartas, Poesias... A seção Materiais Recebidos trazia uma listagem dos novos itens recebidos e incorporados à biblioteca do grupo e que poderiam ser solicitados, através de xerox, por suas associadas<sup>71</sup>. O sistema de associação (através de assinatura) foi adotado como forma de financiar as atividades do grupo, em que a produção e comercialização tomava lugar central; dentre seus benefícios, além da possibilidade de acesso a cópias de livros, artigos, periódicos e panfletos de organizações feministas, lésbicas e homossexuais de diversos lugares do Brasil e de outros países, estava a possibilidade de publicar e ler anúncios pessoais de mulheres lésbicas procurando amigas e/ou relacionamentos amorosos, publicados no boletim ou em uma seção separada<sup>72</sup>. Assim, o boletim atuou na multiplicação da presença e da agência<sup>73</sup> das pessoas e organizações que estiveram presentes em seu conteúdo, direta ou indiretamente: fosse pela publicação de artigos, ensaios, poemas ou anúncios (gerando, portanto, a possibilidade de novos engajamentos e respostas), fosse por ter seu próprio material impresso divulgado (e compartilhado) através da seção de Materiais Recebidos. Ao intermediar contatos, o boletim e o grupo atuavam como um nó de uma rede, um *hub*, permitindo a formação de novos vínculos e relações – ou, para usar um conceito oriundo das teorias de análises de redes sociais, aumentando a *reachability* (ou o alcance) de cada integrante de sua rede<sup>74</sup>.

---

71 Em entrevista, Míriam Martinho contou-me que o grupo contava com cerca de cem associadas. O sistema de associação, uma espécie de assinatura, permitia manter um maior controle do número de exemplares que deveria ser impresso a cada edição, reduzindo custos. Além das associadas, outras organizações lésbicas, feministas e de homossexuais, em diferentes lugares no Brasil e no exterior, recebiam os boletins por correio.

72 A caracterização detalhada do boletim e seu papel na constituição de redes entre mulheres lésbicas, oferecendo um espaço para a elaboração coletiva de experiências pessoais e oportunizando a criação de novos vínculos, foi um dos eixos centrais da pesquisa que serve de base para o presente artigo (MAIA, 2017).

73 GELL, Alfred. *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: Clarendon, 1998.

74 MITCHELL, J. Clyde. The concept and use of social networks. In: MITCHELL, J. Clyde. *Social Networks in Urban Situations*. Manchester: Manchester University Press, 1969.

Com uma média de cerca de 20 páginas, o boletim passou por diferentes propostas de periodicidade (idealmente bimestral entre 1987 e 1989, trimestral/sazonal a partir de 1990), mantendo uma certa estabilidade no número de edições efetivamente realizadas por ano, entre duas e quatro. A última edição do boletim, de número 21, foi a única a ser publicada em 1994. Em 1995, *Um Outro Olhar* passa a circular no formato revista, mas seguindo a numeração do boletim, de forma que sua primeira edição sai com o número 22. A revista também inclui um encarte, em formato menor, intitulado *Ousar Viver* e destinado especificamente a discutir questões ligadas à saúde.

A reformulação atingiu a forma e o conteúdo da publicação, e também buscou ampliar seu alcance. Composta em gráfica, em papel couché com impressão colorida e com uma jornalista responsável (com Míriam Martinho atuando na posição de editora e escrevendo alguns artigos), a revista teve uma tiragem inicial de 2.000 exemplares<sup>75</sup> e chegando a 5.000<sup>76</sup> (segundo CARDOSO, 2004). As capas da revista<sup>77</sup> muitas vezes traziam os primeiros ícones lésbicos a emergir da cultura de massas – como, por exemplo, a personagem Xena e a comediantes Ellen DeGeneres, ou as cantoras brasileiras Cássia Eller e Vange Leonel –, o que faz pensar num investimento em um perfil mais próximo das publicações “comerciais”. De fato, em entrevista a Elizabeth Cardoso (2004, p. 103), Míriam Martinho distancia esta publicação do tom mais ligado a uma linguagem dos movimentos sociais de sua época: “*Um Outro Olhar* já nasce com outra perspectiva, é uma revista diferenciada, mais palatável. Focada mais em comportamento, dicas de lazer. A leitora não gosta de artigos políticos; hoje querem saber só de romance e baladas”. A revista *Um Outro Olhar* deixa de circular em 2002. Martinho explica a Péret as razões para deixar de publicá-la em meio impresso: “Nós não

---

75 Segundo LESSA, op. cit.

76 Segundo CARDOSO, op. cit.

77 As capas de todas as edições do *ChanaComChana* e dos boletins e revistas *Um Outro Olhar* podem ser consultadas na dissertação de Núbia Campos (op. cit.), que as digitalizou e inseriu no corpo de seu trabalho.

tínhamos condição financeira para aumentar a tiragem, conseguir uma distribuidora que fizesse a revista chegar a mais lugares<sup>78</sup>, foi ficando difícil. Nosso trabalho era voluntário. Era um trabalho muito grande e um retorno muito pequeno” (2011, p. 77). A partir dessa data, os conteúdos que poderiam parar na Revista *Um Outro Olhar* passaram a ser veiculados exclusivamente no site da Rede de Informações Lésbicas Um Outro Olhar<sup>79</sup>, que continua no ar. Tomando-se os anos entre a publicação do jornal *ChanaComChana* (1981) e a última edição da revista *Um Outro Olhar* (2002), temos um arco temporal de mais de três décadas – a mais longa dentre as iniciativas editoriais para lésbicas no país, e certamente uma das mais duradouras também se a colocarmos em um ranking da “imprensa homossexual” brasileira.

## **Fragmentos: outras publicações encontradas em campo**

Através da literatura, pouco se sabe sobre a maioria das publicações presentes na lista apresentada no começo deste artigo; como já comentado, a carência de fontes dificulta o acesso aos materiais para descrevê-los e muitas de suas produtoras encontram-se atualmente afastadas da militância. De certa maneira, a história bem documentada do GALF/UOO através de suas publicações e seu arquivamento acaba por ofuscar, de certa maneira, as trajetórias de outros grupos e periódicos cujo acervo não foi tão bem preservado. Por exemplo, a alcunha de

---

<sup>78</sup> Em entrevista, Miriam Martinho me contou que a revista chegou a ser vendida em algumas bancas de São Paulo. Embora ela julgue que o alcance não foi o suficiente (e o fato de, mais de dez anos depois, ainda ter exemplares originais de todas as edições da revista para me encaminhar, faz pensar de fato em quantas teriam ficado como “encalhe”), cabe notar que nenhuma das outras publicações feitas por lésbicas a que tive acesso circulou dessa maneira. Algumas publicações para, mas não por lésbicas, chegaram a ser vendidas em bancas e livrarias, mas este tópico será tratado mais adiante neste trabalho.

<sup>79</sup> Disponível em: <[www.umoutroolhar.com.br](http://www.umoutroolhar.com.br)>. Acesso em: 20 jan. 2020.

primeira publicação lésbica com intenção de edição periódica no Brasil, eventualmente atribuída ao jornal *ChanaComChana*, datado de janeiro de 1981, pode ser questionada: a mesma data aparece no topo da capa da primeira edição do boletim *Iamuricumá*<sup>80</sup>, editado por um grupo de mulheres anônimas no Rio de Janeiro. Na descrição de Lessa, e em um trecho citado, é possível vislumbrar tanto a aposta na circulação e difusão do material quanto a aposta de que o projeto teria continuidade, vindo a constituir uma publicação mais encorpada e periódica:

A única edição do Boletim *Iamuricumá*, veiculado em Janeiro de 1981 pelo grupo homônimo de lesbianas, compõe-se de capa com o título, o símbolo do feminino duplo e entrelaçado, um editorial, que explica a forma de veiculação do material e sua função política, e uma matéria de três páginas sem título. No editorial, a proposta é muito próxima dos atuais Fanzines: cada mulher que recebe o material deve fazer 5 cópias e distribuir entre amigas comprometidas em não romper a ‘corrente’. Em uma espécie de sororidade lesbiana, a distribuição do material é feita de forma gratuita e entre amigas. O Boletim é anônimo [...], uma opção explícita no editorial: “a ideia de um jornal, dum revista, existe também para mais tarde. Essa forma de ‘corrente’ nos parece mais barata e permite o anonimato”<sup>81</sup>.

Já foi comentado como a lista de Martinho reverbera no campo de estudos da imprensa lésbica, servindo de base para pesquisas como a que resulta neste artigo. Cabe notar como ela pode ser, também, fonte de informações talvez não exatas, ou mesmo gerar apagamentos. A lista informa, por exemplo, que o boletim *Xerereca* era publicado por “Rita Colaço e independentes”; Péret chama a publicação de “jornal”, acrescentando que este era “editado pela jornalista Rita Colaço no Rio de Janeiro” (2011, p. 78). Em entrevista, Colaço – que, em vez de jornalista, é formada em Direito – me contou que, na realidade, o *Xerereca* foi idealizado por uma colega sua na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ,

---

80 Agradeço à profª. Patrícia Lessa por me disponibilizar uma cópia deste boletim.

81 LESSA, op. cit., p. 97 (grifos meus). Paula Silveira-Barbosa, em sua pesquisa de mestrado, localizou uma segunda edição do boletim – até então, pesquisas como a de Lessa e minha própria julgavam ter havido apenas a primeira.

feminista, que queria fazer um boletim para discutir o machismo de alguns estudantes da instituição. Como outras publicações presentes na lista, o boletim teve apenas uma edição<sup>82</sup>, em que a homossexualidade feminina ocupou um espaço bastante reduzido. “Lésbica era eu, não o *Xerereca*”, ela brincou<sup>83</sup>, o que me fez pensar em retirar o título da listagem, mas acabei mantendo-o no registro ao encontrar, no boletim *Um Outro Olhar* n° 1 (1987), uma notinha que o descrevia como “publicação político-poética-lésbica carioca”. Se essa talvez tenha sido uma informação equivocada, uma ausência salta aos olhos na listagem de Martinho: a do boletim *Visibilidade*, produzido pelo Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ), do qual tive acesso a sete exemplares<sup>84</sup>. Os coletivos COLERJ e Rede de Informações Lésbicas Um Outro Olhar estiveram no centro de uma disputa relativa à posição de secretariado de um congresso da ILGA (International Lesbian and Gay Association), realizado no Rio de Janeiro em 1995, gerando um afastamento que resultou em um boicote da Rede Um Outro Olhar em relação às iniciativas promovidas pelo COLERJ nos anos seguintes, como a realização dos primeiros SENALÉs (Seminário Nacional de Lésbicas)<sup>85</sup> (Cf. PAIVA, 2017). Acredito que essa postura explique, ao menos em parte, a ausência do boletim carioca da lista de Martinho. Dentre as edições que pude consultar, duas circularam no ano de 1998 e foram publicados para “ser um veículo de informação do V Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe”<sup>86</sup> organizado pelo Coletivo, tema também do terceiro número, publicado

---

82 É o caso, por exemplo, do *Lesbertária*, segundo Marisa Fernandes, que colaborou com a publicação. Também foi esta ativista, que participou da criação do LF (e da escrita da matéria para o *Lampião da Esquina*) e atualmente integra o Coletivo de Feministas Lésbicas – CFL, quem me passou a informação sobre as editoras do *Lesbertária*, em comunicações pessoais via e-mail entre 04/10/2015 e 10/11/2015.

83 Na mesma entrevista, no dia 19/05/2016.

84 Agradeço à Neusa das Dores Pereira, integrante do grupo e uma das produtoras do boletim, por ter me cedido acesso a este e a outros materiais, e pela acolhida nas entrevistas realizadas em sua residência.

85 Cf. SILVA, Zuleide Paiva da. “*Sapatão não é bagunça*”: estudo das organizações lésbicas da Bahia. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento), Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar e Multi-institucional em Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

86 *Visibilidade*, ano 1, n. 1, 2001, p. 1.

em 1999. Em 2001, depois de “fechado esse ciclo”, o boletim ressurgiu depois de receber “ao longo deste período e de diferentes partes do país (até de Ananindeua!), pedidos para continuarmos. E aqui estamos de jeito novo, de cara nova, com a força, garra e graça de mulheres que amam mulheres”<sup>87</sup>. Na edição seguinte, elas trazem um panorama dos conteúdos presentes: “Neste número teremos matérias superinteressantes sobre saúde, comportamento, cidadania e as já tradicionais seções de poesia, a nossa Pomba-correio e outras novidades”<sup>88</sup>. O boletim também trazia a agenda do grupo e de outros eventos da militância, uma coluna de prevenção ao uso de drogas, matérias sobre práticas sexuais e prevenção de HIV e DSTs, e colaborações e entrevistas refletindo sobre temas como sexualidade, relacionamentos, violência contra a mulher e dicas de leitura. Todas as edições consultadas foram impressas em formato A3 dobrado ao meio, com tinta de apenas uma cor (vermelho alaranjado para uma edição de 2003, impressa em papel pardo, e preto para as demais, em papel sulfite). Para sua produção, o COLERJ contava com financiamentos de organizações como a Astrea Foundation e o Global Fund for Women. Como a numeração era reiniciada a cada ano, não foi possível mensurar, ao longo da pesquisa, o número de edições publicadas do boletim.

Ainda que o *Visibilidade* não pautasse explicitamente questões raciais – tópico pouco comentado em todas as publicações a que tive acesso ao longo da pesquisa, em sua maioria produzidas por mulheres brancas e de classe média –, é importante ressaltar que o COLERJ foi coordenado e bastante frequentado por mulheres negras, como sua fundadora Neusa das Dores Pereira, vinculadas ao Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher (CEDOICOM) e hoje à Casa das Pretas, localizada no centro do Rio de Janeiro. A preocupação com questões raciais e de classe também é bastante marcada na atuação do Grupo Lésbico da Bahia (GLB), como relatado na pesquisa de Paiva<sup>89</sup>. A tese desta autora reproduz um conjunto de folders convidando

---

87 Id., *ibid.*, loc. cit.

88 Id., ano 1, n. 2, 2001, p. 1.

89 Op. cit.

à participação nas reuniões do grupo<sup>90</sup>, em que se destacam as imagens de mulheres negras se relacionando com outras mulheres – um cuidado que foi salientado por Zora Yonara, mulher negra e uma das coordenadoras do grupo, em entrevista. Jane Pantel, parte do “casal fundador” do GLB junto a Zora, também relatou a Paiva o foco do coletivo nas mulheres periféricas e racializadas de Salvador – público-alvo que se pretendia acessar com o boletim *Ponto G*. Como mencionado anteriormente, poucos exemplares do boletim foram conservados por suas realizadoras: Jane já não guardava nenhum; Zora encaminhou-me cópias digitalizadas de duas edições, a primeira, de 1998, e a número 11, datada de 2002, ambas em formato A4 impresso em frente e verso e dobrado ao meio, trazendo pequenas notas divulgando o GLB e suas atividades. Além disso, a primeira traz um pequeno texto sobre Safo e lista bares e boates do circuito “GLS” de Salvador; a segunda reproduz uma nota assinada pela desembargadora Maria Berenice Dias sobre um projeto de lei regulamentando as uniões homoafetivas. Além dos folders e boletins, o GLB também produziu informativos (como um folder sobre prevenção de HIV e DSTs e um caderno sobre direitos, violência, sexualidade, ativismo), cartilhas e outros materiais de caráter formativo para lideranças lésbicas.

O trabalho de Péret, cujo capítulo sobre a imprensa lésbica centrou-se nas publicações do GALF/UOO, traz poucas informações adicionais sobre algumas dentre outras publicações presentes na lista de Martinho, como a revista *Sobre Elas*, editada pela “jornalista e DJ paulistana Nina Lopes”, “responsável por um site de sucesso<sup>91</sup>, que chegou a ter 250 mil acessos”: “a revista, que teve apenas duas edições, era distribuída gratuitamente em bares e boates e enviada pelo correio para outras cidades”<sup>92</sup>. Embora breve, é também de Péret a descrição mais longa da revista *Femme* na literatura disponível sobre o tema – mesmo que se resuma ao trecho abaixo:

---

90 Op. cit., p. 226.

91 O site em questão é o *Dykerama*. Antes disso, Nina Lopes escreveu para o *MixBrasil*, site voltado para gays e com seções específicas para outros públicos, como as lésbicas e travestis e transexuais (MAIA, 2011; 2015). Atualmente, o *Dykerama* parece estar sob a responsabilidade do jornalista gay Paco Llistó.

92 PÉRET, op. cit., p. 79.

De 1993 a 1995, Tânia Thomé e Monica Camargo, integrantes do Afins – Grupo de Conscientização e Emancipação Lésbica de Santos (SP) –, mantiveram a revista *Femme*, que trazia notícias sobre a comunidade lésbica, além de artigos sobre cultura, comportamento, literatura, turismo, saúde, entrevistas e uma seção de correio sentimental<sup>93</sup>.

A história dessa revista inicia-se com um exemplo dos efeitos da publicação de anúncios pessoais buscando correspondentes: foi um anúncio deste tipo, de mulheres procurando mulheres (no caso, em uma revista masculina), que fez com que Tânia – na realidade, Theresa, que publicava *Femme* sob pseudônimo – conhecesse Monica. Nas mesmas revistas que propiciaram seu encontro, publicaram um novo anúncio, divulgando o endereço de uma caixa postal em Santos para mulheres que quisessem saber de eventos e lugares onde pudessem conhecer outras mulheres. Surge daí o Grupo Afins, nomeado a partir da mensagem frequente que o casal recebia de mulheres que se diziam “afins” de novas amizades. Trocando cartas com essas mulheres, elas passaram a produzir um pequeno informativo sem nome, que viria a ser o embrião da futura revista<sup>94</sup>.

Estas correspondências e anúncios em revistas puseram-nas em contato não apenas com mulheres interessadas em relacionamentos com mulheres e em informações sobre lesbianidade no Brasil: também levaram a existência de seu grupo ao conhecimento de organizações semelhantes em outros países, como as produtoras da revista lésbica *Organa*, de Portugal, que serviu de inspiração (e frequentemente cedeu conteúdo) para a produção da *Femme*. Inspiradas no periódico português, elas lançam a primeira edição de *Femme* em 1993: “criamos um boletim de forma bem artesanal, xerocado mas com matérias de interesse de nossas amigas. Chamamos o boletim de *Femme* e o promovemos a revista” (FEMME, n°

---

93 Id., *ibid.*, p. 78.

94 A descrição que aparece nas páginas a seguir foi primeiro apresentada no interior de uma comunicação oral: MAIA, Carolina. Escritas de si, polifonia e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira: uma discussão da revista *Femme* (1993-1995). Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. Anais eletrônicos [...]. Florianópolis, 2017.

8, 1995, p. 1). As três primeiras edições (duas em 1993 e uma em 1994) são montadas a partir de textos datilografados e em algumas há desenhos feitos à mão; a partir da quarta, a diagramação passa a ser computadorizada, o número de páginas aumenta (passando de cerca de 40 páginas para mais de 60, mantendo o formato A5 ou “A4 dobrado”) e a revista ganha uma capa em papel couché, passando a ser impressa em gráfica. Na edição de número 6, com data de circulação indicando abril de 1995, Elizabeth (Bebéti) Gurgel do Amaral assume como jornalista responsável e as edições passam a ser enviadas para a Biblioteca Nacional<sup>95</sup>. Nessa mesma edição, o editorial assinado por Laura Bacellar explicita o interesse em manter o periódico em constante melhoria e anuncia mudanças, que incluem a passagem para o formato A4 – que permaneceria até a última edição localizada, a de número 8, de 1995 –, para torná-la “mais bonita e agradável de ler”. Pedindo desculpas pelos atrasos no envio da edição anterior, ela ainda comenta a intenção das editoras de manter uma periodicidade trimestral e se justifica: “Estamos melhorando, mas não somos perfeitas. Nosso trabalho é voluntário e às vezes não totalmente sem erros. Pedimos a sua compreensão e, mais ainda, a sua colaboração. Mande textos, denúncias, traduções e contos. FEMME é um espaço aberto às lésbicas de cabeça aberta”<sup>96</sup>. Como todas as publicações pesquisadas, a produção da revista envolveu muito dinheiro “do bolso” das realizadoras; com a obtenção de verbas internacionais de financiamento (do Global Fund for Women), conseguiram elevar a tiragem – que teria chegado a 5.000 exemplares.

Nem os arquivos nem as entrevistas realizadas me trouxeram respostas definitivas sobre o número total de edições da *Femme* que foram publicadas pelas mulheres do Afins. Laura não tem a coleção completa, Monica e Theresa, por receio do que poderia acontecer caso seu acervo

---

95 Foi na BN que tive acesso às edições de número 5, 6, 7 e 8 da revista. Recebi uma cópia digitalizada do nº 4 de Laura Bacellar. Agradeço a ela e à prof<sup>a</sup>. Carla Ramos, que me auxiliou no acesso às digitalizações das três primeiras edições, que constam do acervo da biblioteca da Universidade do Texas.

96 *Femme*, n. 6, 1995, p. 1.

de cartas caísse em mãos erradas, destruíram todas essas correspondências e também já não têm consigo todas as edições do periódico. Acredito, contudo, que a produção da revista não tenha passado de 1995 – os dois últimos números a que tive acesso trazem algumas queixas de suas realizadoras em relação à resposta de suas leitoras, lamentando o baixo índice de colaboração frente ao esforço dispendido por elas na produção do periódico – desequilíbrio que levaria Monica e Theresa ao desânimo e as afastaria deste tipo de militância.

## **Presente: publicações em circulação e pesquisas por vir**

Finalmente, passamos a dois títulos atualmente em circulação: as revistas *Alternativa L*, produzida em São Paulo/SP desde 2016, e *Brejeiras*, cuja primeira edição foi lançada em abril de 2018, no Rio de Janeiro/RJ.

A *Alternativa L* é uma pequena revista em papel couché com impressão colorida, inicialmente publicada em formato A6 e atualmente no tamanho A5, distribuída gratuitamente via correio. Uma de suas idealizadoras, Sheila Costa, é professora de história na rede estadual de São Paulo, e conta<sup>97</sup> que o gatilho mais imediato para a criação da revista foi uma ideia de sua esposa, ao folhear revistas femininas e notar a ausência de mulheres lésbicas em seu conteúdo. Conforme a ideia de criar uma revista para lésbicas ganhava corpo, Sheila entrou em contato com ex-alunos seus, integrantes de um projeto anterior, que surgiu com um incidente de violência homofóbica contra dois meninos na escola em que ela trabalha. No final de 2013, um edital de fomento à cultura da Prefeitura de São Paulo – o VAI, Valorização das Iniciativas Culturais – estava com inscrições abertas para o edital de financiamento, eles submeteram o projeto e foram aprovados. As edições de 2014, 2015 e 2016 foram realizadas por meio deste convênio (VAI e VAI II), que permitiu a impressão de uma tiragem

---

<sup>97</sup> Comunicação pessoal, via Facebook, 28 jun. 2018.

relativamente alta para o segmento (2.000 exemplares). Após uma breve pausa, a revista retorna em 2018, em seu décimo número, agora sob o financiamento do programa Fomento Cultura da Periferia da Secretaria Municipal de São Paulo, e com o nome *Alternativa L – Escrevendo com Camaleões*. A mudança, segundo as “Notas da redação” da edição, visa trazer “uma roupagem abrangente dentro da sigla LGBTIQ+ e [a revista] atenderá 50% de suas matérias para o público L e os outros 50% distribuídos entre as outras letras (camaleões)”<sup>98</sup>. Não que outras populações que não a lésbica estivessem ausentes do conteúdo da revista: nas edições dos anos 2015 e 2016, a revista abre espaço para uma coluna gay (interessantemente chamada “Ponto G”); também podem ser encontrados relatos de homens trans e textos informativos ou reflexivos sobre bissexualidade e transexualidade masculina e feminina. Os textos da revista em geral são curtos e trazem um tom de intenção informativa, passando por temas como sexo seguro, saúde da mulher negra, relações inter-raciais, poliamor, dicas de arte e cultura, LGBTs e esportes, diversidade de gênero na mídia, entre outros. Contos e poesias também aparecem em praticamente todas as edições; uma tônica da publicação são as narrativas de elaboração de experiências pessoais, em que leitoras e leitores narram – e, ao fazê-lo, buscam enquadrar e dar sentidos, como coloca Ernesto Meccia<sup>99</sup> – às suas trajetórias enquanto LGBTs, marcando momentos como fases de não aceitação, violências, e a posterior autoaceitação e defesa de “ser quem se é”. Vale notar, também, um progressivo refinamento técnico da revista ao longo de suas edições – em um aprendizado coletivo do fazer de uma revista, como me disse Sheila, marcado por investimentos em educação e trocas entre os integrantes da equipe.

No momento de finalização deste artigo, a equipe da *Brejeiras* prepara o lançamento de sua segunda edição, prevista para agosto e tematizando as celebrações da Visibilidade Lésbica. A primeira, lançada

---

<sup>98</sup> *Alternativa L*, n. 10, 2018, p. 2.

<sup>99</sup> MECCIA, Ernesto. *El tiempo no para: Los últimos homosexuales cuentan la historia*. Buenos Aires: Eudeba, Ediciones UNL, 2016.

em abril de 2018, teve como eixo central de suas 16 páginas coloridas, em papel couché, o 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres – tema que foi o foco de uma das matérias e mencionado, junto a questões de ativismo lésbico e luta antirracista, nas duas entrevistas que integram a edição, com as cantoras Marina Íris e Ellen Oléria, cujo retrato estampa a capa da edição. No editorial, as cinco integrantes do corpo editorial – Camila Marins, Cris Furtado, Laila Maria, Luísa Tapajós e Roby Cassiano, “cinco amigas sapatonas que se encontraram na militância feminista, no Rio de Janeiro[,] vindas de diversas partes do Brasil” – apresentam o projeto:

*Brejeiras* é um movimento cooperativo de e para lésbicas que busca, nas páginas da nossa revista, trocar experiências e salivas, ampliar imaginários e contatinhos, ocupar línguas e linguagens, revisitar os becos da memória, enfrentar apagamentos, construir resistências e dar visibilidade às lutas lésbicas<sup>100</sup>.

Além dos conteúdos já citados, o número consultado também traz uma agenda cultural, classificados de prestação de serviços, coluna astrológica e quadrinhos – apontando para o que podem ser, futuramente, seções fixas. A primeira edição, financiada com recursos das realizadoras, teve uma tiragem inicial de 100 exemplares – esgotada no dia de lançamento – e reimpressão de mais 250.

Uma característica presente em todas as publicações presentes neste estudo é o fato de terem sido realizadas principalmente de maneira militante, muitas vezes amadora ou, no mínimo, caseira. Dentre todas as publicações consultadas ao longo da pesquisa, com a exceção de uma revista, a *Sobre Elas*, editada pela jornalista Nina Lopes em meados dos anos 2000 em uma proposta mais “comercial”, a maioria dos títulos localizados é marcada por sua vinculação a grupos militantes, de mulheres inseridas em redes de ativismos homossexuais, lésbicos e feministas, de maneira que a atuação de suas produtoras era frequentemente voluntária

---

100 *Brejeiras*, n. 1, 2018, p. 2.

e/ou fazia parte dos projetos de atuação de ONGs, com financiamento estatal ou de agências internacionais de fomento a movimentos sociais. Encerro este artigo com um trecho do trabalho de Isadora Lins França, que discute as aproximações e tensões entre a militância LGBT e os atores do mercado GLS, conforme citado por Simões e Facchini<sup>101</sup>. Um dos interlocutores de França, um empresário gay, comenta como a relação com esse público, e a própria manutenção destas iniciativas, é diferente de acordo com a identidade sexual de seus empreendedores:

Tem uma coisa que é o seguinte: é um mercado que eu acho que se você não é gay, você não vai adiante. Por uma questão muito simples: não é um mercado tão interessante assim como se faz parecer. [...] O que acontece é que quem é gay, *you tem isso quase como uma missão...* Tudo tem um peso social na hora de você fazer [...] [por exemplo,] *you pega o S..., ele vai gastar um dinheiro fazendo show de drag que um empresário hétero jamais gastaria, porque ele é gay, porque é da cultura dele, porque ele acha o máximo.* E ele vai fazer com fogos de artifício, *you vai gastar pra fazer um show de uma noite, que pra ele é importante.* Um cara hétero jamais vai entrar numa coisa dessas. E isso faz uma diferença<sup>102</sup>.

Em que pese a diferença de empreender em um *mercado* e produzir uma publicação ativista sem fins lucrativos, os trechos grifados acima fazem pensar em como a expressão “pagar do bolso” fez parte frequente das respostas de minhas interlocutoras para a pergunta “como vocês financiavam a produção do material?”. Pensar em “investimento” nesse tipo de iniciativa, portanto, poderia ir tanto pela via do afetivo quanto do financeiro, no caso destas ativistas, o que me leva a refletir sobre os meus próprios investimentos – afetivos, intelectuais e financeiros – nesta pesquisa e seu tema. Talvez eu, enquanto pesquisadora lésbica, tenha também tomado a proposta de resgate da história das publicações lésbicas, durante meu mestrado, *quase como uma missão*. As limitações encontradas ao longo da pesquisa – ausência de documentos, necessidade de novas

---

101 Op. cit.

102 FRANÇA apud SIMÕES; FACCHINI, op. cit., p. 145, (grifos meus).

entrevistas, carência de tempo e recursos financeiros adequados –, bem como outras ponderações de ordem teórico-metodológica, levaram-me a abandonar, ao menos neste momento, o projeto de construir a narrativa mais ampla possível para o conjunto de documentos (em suas circulações e usos) que podemos chamar de imprensa lésbica brasileira. Essa história ainda está, portanto, por ser escrita, de preferência por alguém capaz de abraçar a *missão* que é buscar dar conta de tantas lacunas – e, de preferência, sem cair na repetição da historiografia quase oficial do campo.

# TRANSGRESSÕES



[Grid pattern representing text]

[Grid pattern representing text]



[Grid pattern representing text]

[Grid pattern representing text]



[Grid pattern representing text]

[Grid pattern representing text]

[Grid pattern representing text]

# CHANACOMCHANA: A RADICALIDADE DA IMPRENSA LÉSBICA-FEMINISTA

**Júlia Glaciela da Silva Oliveira<sup>01</sup>**

**Em janeiro de 1981**, o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) publicou a edição de número zero do jornal *Chanacomchana*. O nome escolhido carregava a transgressão que o periódico viria a causar ao questionar a heteronormatividade e reivindicar visibilidade para as lésbicas. Publicada com apenas quatro páginas, em preto e branco, a edição de número zero trouxe o artigo “*Quem tem medo de Virginia Woolf*”, escrito pela jornalista e feminista Maria Carneiro da Cunha. Neste, foi escancarada a carga pejorativa que tanto o movimento feminista quanto as lésbicas enfrentavam na militância e em seu dia a dia.

Essa matéria nasceu de uma carta-resposta enviada por Maria a uma amiga escandalizada com um grupo de mulheres intitulado Lésbico-Feminista. Maria explica os caminhos e descaminhos da discriminação. Usa até um didatismo sem ser em nada chata. A quem interessar esclarece que nem toda lésbica é feminista, nem toda feminista é lésbica, e que nem uma das duas denominações merecem os estigmas que carregam<sup>02</sup>.

A acidez da edição inaugural acompanhou os doze números publicados entre 1981 e 1987. Nestes seis anos, o periódico trouxe importantes reflexões sobre os dilemas encarados por muitas mulheres ao se assumirem como homossexuais, sobretudo nas relações familiares e

01 Professora do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e vice-coordenadora do Grupo de Estudos de Gênero e História (GRUPEG-Hist) sediado no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP).

02 CHANACOMCHANA, São Paulo: Publicação independente, n. 0, janeiro, 1981, p. 3.

de trabalho. Para lançar luz a este campo, a publicação fez uso de artigos teóricos e de uma linguagem gráfica, muitas vezes sarcástica, para tocar em temas como repressão policial, violência de gênero, direitos homossexuais e, também, para tecer críticas ao movimento feminista mais amplo e à esquerda tradicional<sup>03</sup>.

*Chanacomchana* veio à tona em um cenário político marcado pela consolidação dos movimentos sociais, pela intensificação dos protestos que exigiam o retorno ao regime democrático e pela anistia política. Dois anos antes da primeira edição, em 1979, diante do fortalecimento das manifestações públicas, o regime civil-militar, na figura do general João Batista Figueiredo, aprovou o projeto de anistia “ampla, geral e irrestrita”. A controversa lei possibilitou o retorno de políticos e militantes exilados ao país, entretanto, permitiu uma interpretação de correspondência entre os crimes cometidos pelo Estado e pelos civis<sup>04</sup>.

No mesmo ano, a aprovação da Nova Lei Orgânica dos Partidos, mesmo com inúmeras restrições, colocou fim ao bipartidarismo dando ensejo à formação de novos partidos<sup>05</sup>. Alguns destes contavam com militantes feministas ou tinham relações próximas aos movimentos sociais. É válido lembrar que, a partir de 1975, houve um aumento significativo de grupos feministas e de mulheres<sup>06</sup>. Esses coletivos tinham como pauta os

---

03 OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. Iconografias sarcásticas na imprensa feminista brasileira: Mulherio e Chanacomchana (1981-1985). *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 11, n. 21, p. 67-92, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/33691>>. Acesso em: 09 abril 2020.

04 REZENDE, Pâmela. Da Abertura Lenta, Gradual e Segura à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita: A Lógica do Dissenso na Transição Para a Democracia. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 2, n. 2, p. 36-46, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/4710/4054>>. Acesso em: 09 abril 2020.

05 Entre estes estavam: Partido Trabalhista do Brasil (PDT), em 1979, o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, o Partido Democrático Brasileiro (PMDB), que resulta da consolidação do Movimento Democrático, o Partido Popular (PP), em 1980, posteriormente integrado ao PMDB e o Partido Democrático Social (PDS), também em 1980, composto pelos integrantes da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), braço do regime militar.

06 De acordo com a historiadora Joana M. Pedro, a partir da declaração do Ano Internacional da Mulher, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, uma narrativa “fundadora” do movimento feminista e de mulheres foi construída, surgindo diversas associações nestes países. PEDRO, Joana. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, dez, 2006.

aspectos relativos às demandas gerais, a exemplo das liberdades democráticas e o fim da carestia, bem como os temas específicos, isto é, igualdade de direitos trabalhistas, criação de creches, punição para os casos de assassinato de mulheres, liberdade sexual, saúde reprodutiva, entre outros.

A filósofa norte-americana Nancy Fraser advoga que, naquele período, os “ideais feministas penetraram em todos os cantos escondidos da vida social e transformaram a ideia que todos os afetados tinham de si mesmos”<sup>07</sup>. Essas novas concepções alteraram as paisagens mentais consolidadas, até então, em torno das noções de família, trabalho, direitos, entre outras. Do mesmo modo, Stuart Hall assevera que o feminismo, tanto como crítica teórica quanto como movimento social, provocou grande impacto em nossa contemporaneidade ao abrir “para a contestação política, arenas inteiramente novas da vida social”<sup>08</sup>, a exemplo da família, da sexualidade e da divisão do trabalho doméstico e, sobretudo, ao enfatizar, como um tema político e social, os processos que nos transformam em sujeitos gendrados.

Essa nova conjuntura cultural, política e social ocorreu paralelamente à intitulada crise dos paradigmas que, dentre outros aspectos, deu ensejo à construção da categoria “gênero”. Na década de 1980, o conceito de gênero passou a compor as pesquisas acadêmicas e os discursos feministas, ganhando maior força e abrangência a partir da publicação, em 1986, do artigo “*Gender: a useful category of historical analysis*”, da historiadora norte-americana Joan W. Scott<sup>09</sup>. Na publicação, a autora argumenta que “as feministas começaram a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de

---

07 FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Revista Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4505/3782>>. Acesso em: 09 abril 2020.

08 HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2006.

09 Esse artigo foi publicado pelo “*The American Historical Review*”, em dezembro de 1986. No Brasil, o texto foi traduzido e publicado pela primeira vez em 1990, na *Revista Educação & Realidade*, vol. 15, n. 2, por Guacira Louro e, em 1995, houve uma revisão da tradução, a partir do original em inglês, a qual foi publicada pela mesma revista.

referir-se à organização social da relação entre os sexos<sup>10</sup>. Deste modo, Scott assegura que a categoria “gênero” passou a ser definida como uma forma de rejeição ao determinismo biológico<sup>11</sup>, visando perceber e analisar os aspectos relacionais das definições normativas de feminilidade<sup>12</sup>.

Essa categoria analítica permitiu constituir novos olhares sobre as dinâmicas que envolvem as relações culturais, possibilitando rever os construtos sociais em torno do binarismo biológico e, deste modo, questionar os papéis fixos e a-históricos dos sujeitos. Teresa de Lauretis, ao tratar do tema, afirma que gênero não é sexo, uma qualidade natural, mas sim a “representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição ‘conceitual’ e rígida (estrutural) dos dois sexos biológicos<sup>13</sup>”.

Nesta direção, Hall advoga que presenciamos uma descentralização do sujeito universal e uma “erosão da identidade mestra” vinculada, especialmente, às noções de classe e androcentrismo<sup>14</sup>. Essa explosão foi decorrente das novas formas de hibridismo identitário, mobilizadas por

---

10 SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99 jul./dez. 1995, p. 76.

11 As discussões sobre o determinismo biológico não eram novas. Podemos citar o exemplo de Simone de Beauvoir ao questionar os pressupostos biológicos e chamar a atenção para os construtos culturais ao afirmar que nenhuma mulher nasce mulher, mas sim tornar-se a partir das expectativas e construções sociais. BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Tradução Sérgio Millet. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. Do mesmo modo, em 1975 Gayle Rubin publicou o capítulo intitulado “The Traffic in women: notes on the ‘political economy’ of sex”, que explora as relações que transformavam uma “fêmea” da espécie humana em “uma mulher domesticada”. RUBIN, Gayle. The Traffic in women: notes on the “political economy” of sex”. In: REITER, R. (ed.) *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, (1975). p. 157-210.

12 Scott também problematiza as pesquisas na área de História das Mulheres que, apesar de trazer as questões femininas à tona, apresentavam muitas vezes um caráter essencialmente descritivo ou de “ordem causal”, não tendo por objetivo compreender como as assimetrias de gênero foram legitimadas e asseguradas. Alerta, ainda, para o fato de que muitas dessas pesquisas tendiam a substituir meramente o termo “mulher” por “gênero”, devido à aceitação política deste último. A respeito das discussões sobre História das Mulheres e relações de gênero ver: VILARDAGA, Stella M. S. F. Gênero em debate: problemas metodológicos e perspectivas historiográficas. In: VILLAÇA, Mariana M; PRADO, Maria Lígia C. (Org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas; Capes, 2015, capítulo 2, p. 36-51. Disponível em: <<http://leha.fflch.usp.br/sites/leha.fflch.usp.br/files/inline-files/Historia%20das%20Americas.%20Fontes%20e%20Abordagens%20historiogr%C3%A1ficas.pdf>>. Acesso: 09 abril 2020.

13 LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 208.

14 HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2006.

diferentes movimentos sociais, como o homossexual, o feminista e o negro. Desta forma, assimetrias sexuais, de gênero, classe, raça e etnia, as quais ainda não eram vislumbradas como marcadores de diferenças sociais, ganharam visibilidade e passaram a delinear novas agendas políticas.

Frente a esse contexto, a própria categoria mulher, que até então unia as feministas, passou a ser interrogada abrindo caminhos para repensar o sujeito do movimento e refletir sobre as distintas formas de opressões que entrecortavam o cotidiano feminino. Isto é, como Judith Butler afirma “se alguém é uma mulher, certamente não é tudo que esse alguém é<sup>15</sup>”. Nesta linha de pensamento, Tania Swain assevera que as críticas feministas também foram direcionadas à apropriação dos corpos, compreendidos como femininos, e à heterossexualidade compulsória que modelava “comportamentos desde o berço, por uma disciplina instaurada em redes educacionais, simbólicas – religiosas, em torno do convencimento das meninas e das mulheres a respeito de seu destino biológico<sup>16</sup>”.

Essa efervescência teórica foi acompanhada pela irrupção de coletivos homossexuais na Europa e nas Américas que, em alguns casos, formaram redes transnacionais de militância. No Brasil, foram expressivos os grupos paulistas *Somos*-Grupo de Afirmação Homossexual e o Triângulo Rosa; o Grupo Gay da Bahia e o coletivo lésbico *Iamuricumã*, no Rio de Janeiro<sup>17</sup>. Logo, a publicação do *Chanacomchana* ocorreu em um momento de ebulição teórica e militante, em que grupos sociais identitários estavam

15 BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2008. p. 18.

16 SWAIN, Tania. O normal e o “abjeto”: a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres. Anais. II CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HOMOCULTURA (ABEH). Anais eletrônicos [...]. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.tanianavarrosvain.com.br/chapitres/bresil/normal%20abjeto.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

17 Além dos grupos homossexuais brasileiros, referendados neste livro, no mesmo recorte temporal, na Argentina, foi fundada a Frente de Liberación Homossexual, responsável pela publicação do boletim *Somos*. No Chile, durante o período ditatorial, militantes lésbicas feministas fundaram o coletivo *Ayuquetén* e, em 1991, após o retorno democrático, foi formado o Movimento de Liberación Homossexual (MOVILH). Além destes, há grupos lésbicos-feministas no México, Costa Rica e Nicarágua. A respeito desses, ver: SIMONETTO, Patricio, *Entre la injuria y la revolución: el Frente de Liberación Homossexual*. Argentina, 1967-1976. Bernal, Argentina: Universidad Nacional de Quilmes, 2017; ROBLES, Victor Hugo. *Bandera Hueca: Historia del Movimiento Homossexual de Chile*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, Editorial ARCIS, 2008; MOGROVEJO, Norma. *Un amor que se atrevió a decir su nombre: la lucha de las lesbianas y sus relaciones con los movimientos homosexual y feminista en América Latina*. San Rafael, México: Plaza y Valdez, 2000.

em luta, no caso brasileiro, tanto pelo retorno à via democrática quanto pela inserção de suas demandas como direitos políticos.

Deste modo, tratar da imprensa lésbica feminista é estender visibilidade aos grupos e sujeitos políticos que contestaram as práticas normativas sexuais e de gênero, reivindicando novas formas de viver em sociedade. Como advertem Joana Maria Pedro e Elias Veras<sup>18</sup>, a ausência de estudos historiográficos sobre os sujeitos e movimentos LGBTTTQI reforça a visão da/os homossexuais como seres abjetos, “não humanos” e legitima a construção de uma narrativa heteronormativa. Deste modo, visamos contribuir para a ruptura desta visão e para a discussão de novas fontes e temas na historiografia sobre os movimentos sociais brasileiros.

## A formação do Grupo de Ação Lésbico Feminista

A organização do movimento gay brasileiro data dos anos de 1970. Edward MacRae afirma que as transformações ocorridas naquela década levaram mulheres e negros a retomarem antigas reivindicações e a apresentarem outras propostas políticas. Esse fato fez com que alguns homossexuais se aproximassem tanto do feminismo quanto do movimento negro. Ao lado desse cenário, as experiências de militantes durante o exílio político propiciaram o contato com coletivos gays e com a imprensa homossexual, especialmente a norte-americana<sup>19</sup>. Em decorrência desta conjuntura, em 1976, João Silvério Trevisan organizou, no Rio de Janeiro, um grupo de discussão sobre a homossexualidade que resultou na publicação do jornal *O Lâmpião da Esquina*, pioneiro na imprensa gay brasileira<sup>20</sup>. Dois

18 PEDRO, Joana Maria; VERAS, Elias Ferreira. “Os silêncios de Clio: escrita da história e (in) visibilidade das homossexualidades no Brasil”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90-109, set./dez, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306132014090>>. Acesso em: 09 abril 2020.

19 MACRAE, Edward. *A construção da Igualdade: Identidade Sexual e Política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

20 A respeito deste periódico, ver: SOUTO MAIOR JR, Paulo Roberto. “Assumir-se’ ou não ‘assumir-se’”: o Lâmpião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981). Mestrado em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2015.

anos mais tarde, foi fundado o Grupo de Afirmação Homossexual *Somos* figurando como o principal canal de articulação da militância no país, especialmente no eixo Rio-São Paulo<sup>21</sup>. Muitos de seus integrantes tinham participado de grupos de esquerda, e parte era formada por estudantes e professores universitários como Júlio Simões, James Green, Peter Fry e Edward MacRae que se tornaram, posteriormente, referências nos estudos sobre gênero e sexualidade<sup>22</sup>.

Em fevereiro de 1979, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, sediou um ciclo de debates sobre “minorias”, coordenado pelo professor André Singer e pelo coletivo estudantil Vento Novo. A convite da coordenação, os membros do grupo *Somos* participaram de uma das mesas e, de acordo com James Green, este foi um momento histórico, pois “[...] serviu para promover o *Somos* nacionalmente e inspirar a fundação de grupos em outras cidades<sup>23</sup>”. Ao rememorar a ocasião, Marisa Fernandes afirma que algumas estudantes lésbicas que assistiram ao evento se sentiram inspiradas a conhecer e integrar o emergente grupo e passaram a frequentar suas reuniões.

---

21 A escolha do nome foi resultado de uma discussão entre os membros, sendo que parcela queria homenagear a revista *Somos*, editada pela Frente de Liberação Homossexual (FLH) da Argentina; e a outra gostaria que a nomenclatura expressasse de forma direta os propósitos da organização. GREEN, James; FERNANDES, Marisa, et al. Mesa-Redonda *Somos* - Grupo de Afirmação Homossexual: 24 anos depois. Reflexões sobre os primeiros momentos do movimento homossexual no Brasil. Cadernos AEL, Campinas, vol. 10, n. 18/19, p. 47-75, 2003. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2509>>. Acesso em: 09 abril2020.

22 James Green afirma que, em seus primeiros anos, o grupo não tinha sede fixa. As reuniões ocorriam em teatros cedidos por alguns diretores ou ainda, de forma mais rara, em boates. No segundo semestre de 1980, o grupo conseguiu locar um espaço na Rua Abolição, no centro de São Paulo, possibilitando uma articulação maior ao movimento. GREEN, James. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo *Somos* de São Paulo. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1º edição. São Paulo: Alameda, 2018. p.63-78.

23 O autor explica que alguns integrantes do movimento estudantil argumentaram que existia uma luta geral contra a ditadura e que a discriminação dos homossexuais e de outras vertentes “minoritárias” apenas servia para dividir o movimento. Os militantes do *Somos* teriam contra-argumentado que a esquerda não “dava conta da questão de discriminação contra gays e lésbicas” e que era refratária às suas demandas. Este fato nos traz indícios da dificuldade do movimento homossexual, assim como do feminismo, em fazer com que as tradicionais agremiações de esquerda reconhecessem suas pautas como questões políticas. GREEN, James. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo *Somos* de São Paulo. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1º edição. São Paulo: Alameda, 2018. p.72.

Entretanto, a autora adverte que as ativistas se depararam com posturas machistas de parcela dos membros do *Somos*. Como reação a tais comportamentos, as ativistas criaram um subgrupo, a Frente Lésbica (FL)<sup>24</sup>, a qual não foi bem recebida por integrantes do *Somos* que as taxaram de “radicais” e separatistas.

Esse momento coincidiu com debates internos a respeito da autonomia do *Somos* no que tangia às relações com partidos de esquerda. Tais conflitos agravaram-se após a participação de alguns integrantes do coletivo, entre eles a FL, na manifestação do Dia do Trabalhador, no ABC Paulista. Em 1980, o Primeiro de Maio foi marcado por uma grande passeata, reunindo centenas de militantes, sindicalistas e partidários políticos, tornando-se um dos símbolos da luta pela redemocratização do país. Não obstante, a adesão de parte de militantes do *Somos* ao ato foi um dos estopins para a cisão do grupo. Para parcela da agremiação, os dirigentes sindicais e a classe trabalhadora eram refratários aos homossexuais e, desse modo, acusava os que compareceram à manifestação de serem controlados pela esquerda. Segundo Green, em contrapartida, a fração que integrou a caminhada argumentou que “a luta pelos direitos de gays e lésbicas e o movimento contra a ditadura militar estavam inter-relacionados<sup>25</sup>” e, deste modo, sem o retorno à via democrática seria impossível lutar pelas pautas da organização. No que concerne à Frente, Fernandes advoga que tal divisão foi “irreconciliável” e que as ativistas concluíram que “não fazia o menor sentido” continuarem lutando dentro do *Somos*, se retirando em definitivo da organização<sup>26</sup>.

---

24 Marisa Fernandes relata que a militância lésbica também apresentou contradições, sobretudo pela falta de experiência na cena política. A autora apresenta como exemplo desse paradoxo o fato de algumas ativistas da Frente Lésbica rechaçarem a participação de bissexuais e de mulheres grávidas. GREEN, James; FERNANDES, Marisa, et al. Mesa-Redonda Somos - Grupo de Afirmação Homossexual: 24 anos depois. Reflexões sobre os primeiros momentos do movimento homossexual no Brasil. *Cadernos AEL*, Campinas, vol. 10, n. 18/19, p. 47-75, 2003.

25 GREEN, James; FERNANDES, Marisa, et al. Mesa-Redonda Somos - Grupo de Afirmação Homossexual: 24 anos depois. Reflexões sobre os primeiros momentos do movimento homossexual no Brasil. *Cadernos AEL*, Campinas, vol. 10, n. 18/19, p. 47-75, 2003.

26 FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1º edição. São Paulo: Alameda, 2018, p. 91-120.

Todavia, a apreensão de parte do coletivo homossexual em relação às esquerdas ortodoxas não era infundada. Ao analisarmos a relação do feminismo mais amplo com o movimento lésbico, observamos que a mesma foi marcada por tensões, debates e rupturas, sobretudo pela “dupla militância” de algumas feministas. Maria Lygia Quartim de Moraes afirma que as militantes lésbicas, ainda que de forma diluída, sempre estiveram presentes no feminismo, porém, as relações entre as duas partes só se estreitaram a partir de 1979, durante os preparativos para o Encontro da Mulher Paulista. No entanto, a autora assevera que a presença das militantes, organizadas em torno da visibilidade lésbica, causou “certo rebuliço” entre algumas feministas, especialmente as ligadas aos grupos de esquerda, e houve um “visível espanto” levando o grupo a discutir, separadamente, se a participação destas ativistas não geraria uma reação negativa junto “às massas da periferia<sup>27</sup>”. Na mesma direção, Maria Célia Orlato Selem afirma que, durante o evento mencionado, as militantes lésbicas tiveram seus cartazes e fotos rasgados, demonstrando a rejeição, de parcela do movimento, à inserção da temática<sup>28</sup>. Na mesma direção, Gilberta Soares e Jussara Costa enfatizam que parte do feminismo resistiu a incorporar as questões das lésbicas em sua agenda política devido ao engajamento de algumas militantes em organizações ortodoxas de esquerda que tinham alianças com a ala progressista da Igreja Católica, a qual apoiou a luta contra a ditadura<sup>29</sup>. Assim, concluem que “boa parte dos movimentos se deixou intimidar pela pressão social da conjuntura da época que exigiu aos feminismos o silêncio sobre a lesbianidade e sua

---

27 MORAES, Maria Lygia Quartim. *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. Tese de doutorado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1981.

28 SELEM, Maria Célia O. *A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica*. 195fols. Mestrado em História. Universidade de Brasília, UNB, 2007.

29 A respeito das relações entre o feminismo e os movimentos de esquerda, ver: OLIVEIRA, Susel Rosa. *Subterrâneos da liberdade: mulheres, militância e clandestinidade*. *Revista Labrys Estudos Feministas*, n. 15, janeiro/dezembro, 2009; MORAES, Maria Lygia Q. *Vinte Anos de Feminismo*. Tese de Livre Docência, Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 1996; OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. *Embates sobre autonomia e militância partidária na imprensa feminista do Brasil e do Chile (1981-1984)*. *Revista Punto de Género*. Santiago do Chile, n. 8: p.78-102, dec., 2017.

invisibilização<sup>30</sup>. Isto é, a militância lésbica lutava pela visibilidade de suas demandas tanto dentro do movimento homossexual quanto no feminista. Foi neste cenário que, ainda em 1980, as militantes da antiga FL fundaram o Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF), no intuito de lançar luz sobre a especificidade que recaía no cotidiano das mulheres homossexuais. Segundo Regina Facchini, ao romper com o *Somos*, as integrantes do GALF se aproximaram do feminismo e procuraram “incentivar que se desse maior espaço às questões ligadas à sexualidade” dentro do movimento e que as feministas “assumissem suas práticas homossexuais”<sup>31</sup>, marcando um novo momento da militância.

## Chanacomchana: a linguagem radical lésbico-feminista

Foi durante o III Encontro da Mulher Paulista, em 1981, que o GALF lançou o tabloide intitulado *Chanacomchana*. A edição de número zero saiu em janeiro e trouxe como matéria de capa uma entrevista com a cantora Angela Ro Ro, ícone homossexual, e o artigo, mencionado anteriormente, escrito pela jornalista e feminista Maria Carneiro da Cunha. Como parte do contexto apresentado, a primeira edição trouxe uma crítica contumaz às tradicionais esquerdas refratárias às discussões de gênero e sexualidade e buscou desmistificar as visões pejorativas sobre as mulheres lésbicas<sup>32</sup>.

Ainda nesse número, o periódico expôs a escolha do nome, bem como a linha editorial que o boletim iria seguir, isto é, a de estender

---

30 SOARES, Gilberta S; COSTA, Jussara C. Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. *Revista Labrys Estudos Feministas*, s/p. jun-dez, 2011. Disponível em: <<http://labrys.net.br/labrys20/brasil/gilberta%20jussara.htm>>. Acesso em: 09 abril 2020.

31 FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo uma história. *Cadernos AEL*, Campinas, vol. 10, n. 18/19, p. 79-127, 2003. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2510/1920>>. Acesso em: 09 abril 2020.

32 O número inaugural apresentou em seu conselho editorial os nomes de Fanny, Maria Serrath e Teca e a parte fotográfica foi atribuída aos nomes de Cristina, Fanny e Silvana. Em várias edições, apenas os primeiros nomes das ativistas aparecem, sem menção ao sobrenome, e, em alguns casos, como o de Teca, apenas o apelido.

visibilidade política à especificidade lésbica sem deixar de lado as lutas das feministas e das mulheres negras, que foram vislumbradas como igualmente minoritárias:

*Chanacomchana* foi um pulo do conformismo para a participação. Nosso jornal é a nossa ponte. A palavra CHANA não pode ser sumariamente definida como “órgão sexual feminino”. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos de existir. Que a palavra CHANA soe para alguns como “CHANCE”, para alguns como “CHANCA” (pé grande, sapatão?) e para outros como “CHAMA”. O importante é isentar das conotações. [...] Voltando ao nosso papel com tinta, sabemos que CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é homossexual, é mulher, e amamos todas estas suas facetas politicamente minoritárias<sup>33</sup>.

A peculiaridade do nome causava espanto, chocava e, ao mesmo tempo, jogava com o imaginário social a respeito da homossexualidade feminina. A denominação provocativa também distorcia as concepções heteronormativas, uma vez que escancarava que o amor e as relações sexuais não eram definidos, exclusivamente, a partir do binário homem/mulher. Tania Swain advoga que o movimento lésbico dos anos 1980 ressurgiu interrogando “[...] a categoria ‘gênero’ em seu fundamento maior: a divisão binária e ‘natural’ da sociedade em dois sexos, pressupondo assim a heterossexualidade<sup>34</sup>”. Desse modo, apoiado nas discussões teóricas de gênero e sexualidade, o periódico propunha a pensar a identidade feminina por meio da intersecção entre gênero, classe e etnia<sup>35</sup>.

---

33 CHANACOMCHANA. São Paulo: Publicação Independente, n. 0, janeiro, 1981, p. 4.

34 SWAIN, Tania. Feminismo e Lesbianismo: questão de identidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 12, p. 109-120, 1999, p. 110.

35 Apesar de enfatizar que a publicação teria esse olhar interseccional, o periódico cedeu pouco espaço para tratar de tais imbricações.



Fig. 1 Edição Inaugural de Chanacomchana  
Chanacomchana, n. 0, janeiro, 1981.

Apesar do entusiasmo expresso na primeira edição, este foi o único número publicado naquele ano. Isto porque, segundo Fernandes, o GALF enfrentou disputas e dissoluções em seu interior. Além das diferenças de posicionamento político, as questões econômicas foram decisivas nas tensões que surgiram. Muitas de suas integrantes deixaram o grupo ou se engajaram em outros coletivos feministas, como o SOS Mulher. Desse modo, a autora avalia que, em um ano, o GALF experimentou tanto o entusiasmo da organização quanto o esvaziamento do grupo<sup>36</sup>.

No ano seguinte, a agremiação ganhou novo impulso com a chegada de outras ativistas, como Vange Leonel e Rosely Roth<sup>37</sup>, e o projeto do

36 FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2018. p. 91-120.

37 No período, Rosely Roth era estudante de Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e, posteriormente, cursou Ciências Sociais na USP. Militou tanto no movimento lésbico, quanto no SOS Mulher e escreveu artigos para todos os números do Chanacomchana, além de participar do primeiro número do boletim Um Outro Olhar. Por sua atuação, ela foi convidada a participar, em duas ocasiões, do programa de TV dirigido por Hebe Camargo, momento em que tratou do movimento lésbico e do periódico. Em agosto de 1990, Rosely faleceu. Na edição de número doze do boletim Um Outro Olhar, o editorial, escrito por Míriam Martinho, faz uma homenagem à militante e ressalta que, “apesar da coragem com que enfrentava publicamente o preconceito”, Rosely também sofria com as crises e as inseguranças emocionais.

boletim *Chanacomchana* foi retomado. Em 1982, o jornal voltou à cena definindo-se como uma publicação “lésbica-feminista”. Diferente do primeiro número, que se dizia voltado para todas as “faces” minoritárias da mulher, o novo formato direcionou-se a um público identitário específico: as mulheres lésbicas. Por essa via, o periódico dedicou diversos artigos sobre as repressões direcionadas às mulheres homossexuais e, nesta direção, trouxe importantes indagações a respeito da heterossexualidade também como forma de opressão. Na publicação do artigo “*A negação da homossexualidade*”, em 1982, o periódico expõe tal questão ao abordar que:

[...] Nosso objetivo é o fim da dominação de todas as mulheres, pelo fim da opressão dos papéis sexuais, por um verdadeiro respeito à individualidade de cada um. [...] A heterossexualidade é hoje o padrão de conduta sexual tido como ‘normal e obrigatório’, diante do qual as outras formas de sexualidade são consideradas desviantes e por tal relegadas à total marginalização. A heterossexualidade, não a heterossexualidade em si, ou seja, não necessariamente as relações heterossexuais, mas a heterossexualidade enquanto instituição é um instrumento de opressão das pessoas, e em especial das mulheres, cuja finalidade é manter intacta as estruturas repressivas do sistema patriarcal. Por essas razões, considerando que ainda vivemos em uma sociedade sexista, cujo padrão de comportamento tido como ‘correto’ é o heterossexual, achamos prematura uma visão generalizante da sexualidade, pois ela pode se inclinar para a anulação das diferenças do presente contexto social<sup>38</sup>.

O artigo toma como referência as discussões apresentadas por Adrienne Rich. Em seu clássico ensaio, a autora expõe dois tópicos que considera como centrais para pensar o que define a heterossexualidade compulsória: o suposto desejo “inato” das mulheres direcionado apenas aos homens e a invisibilidade da existência lésbica em diversos textos, inclusive na produção acadêmica feminista. Para Rich, é importante frisar que, assim como a diferença entre os sexos não era inata, o desejo heterossexual também não estava calcado na natureza. A heterossexualidade

---

38 CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica Feminista, n. 2, 1983, p. 5.

é compreendida como uma imposição ao corpo sexuado e transmitida pelas mesmas instituições criticadas pelo feminismo como espaços da reprodução dos papéis tradicionais de gênero. Logo, a “heterossexualidade compulsória” é uma categoria crítica e política apontada por Rich para abrir espaço para outras formas de expressão da sexualidade que ainda não eram vislumbradas pelo feminismo<sup>39</sup>. Assim, tencionava o movimento feminista ao enfatizar a importância de pensar a sexualidade para além do dualismo homem/mulher.

Apesar de críticas, o boletim alinhou-se tanto às bandeiras mais amplas do feminismo quanto às do movimento homossexual; portanto, em suas páginas, estão presentes demandas de ambos os segmentos políticos. Assim como outros periódicos feministas de seu tempo, *Chanacomchana* defendeu os direitos das mulheres por intermédio das alterações no campo jurídico, especialmente no Código Civil. Todavia, lançou algumas especificidades não trabalhadas pelo movimento, como o reconhecimento do casamento homossexual e, no campo da saúde, a desconsideração da homossexualidade da Classificação de Doenças e Transtornos Mentais. Neste sentido, promoveu entrevistas com representantes de movimentos sociais, a exemplo de Cida Kopcak da Associação de Donas de Casa, além de candidatos e candidatas aos cargos de deputados e vereadores a fim de romper com estereótipos e debater propostas que pautassem a agenda de ambas as frações políticas.

Sem sede fixa, o GALF chegou a dividir espaço com a Sociedade Brasil Mulher e com o Centro de Informação da Mulher (CIM)<sup>40</sup>, onde a pauta do jornal era discutida de forma improvisada. Segundo Míriam Martinho, durante as reuniões “[...] sentávamos, discutíamos, pedíamos sugestão e voluntários; na medida em que os textos iam chegando, a gente

---

39 RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 5, n. 4, Summer, 1980.

40 Houve uma ruptura na relação entre as militantes do GALF e do CIM, justamente, por conta do espaço ocupado. Esta questão foi abordada nos números sete e oito do *Chanacomchana*, dando-nos indícios de como as relações entre as feministas também não eram tão harmônicas.

ia fechando o jornal. O original era feito na base da montagem e colagem com recortes datilografados<sup>41</sup>. Ou seja, a confecção do periódico era totalmente artesanal.

Os projetos editorial e gráfico eram simples, mas com uma abordagem radical e ácida para o período. *Chanacomchana* apresentava uma linguagem coloquial e direta, inclusive, inserindo notas explicativas sobre alguns conceitos, como patriarcado, papéis sexuais e homofobia. Isso nos leva a pensar na preocupação da equipe editorial com suas leitoras, não apenas pelo viés da identidade política e sexual, mas também em termos de classe. Esse uso menos formal, no entanto, não impediu o boletim de trazer discussões de gênero e feminismo mais densas, especialmente referentes aos construtos socioculturais, muitas vezes expressos em suas capas.



**Fig. 2** Capa Enrustimento e Solidariedade  
*Chanacomchana*, n. 7, abril, 1985.

41 Entrevista com Mírian Martim. Apud: CARDOSO, E. Imprensa feminista brasileira pós-1974. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.12, Número Especial, p. 37-58, set./dec. 2004.

O jornal apresentou poucas seções regulares, dando mais espaço para textos explicativos e opinativos, além de entrevistas sobre determinados temas. Entre as seções regulares estavam: *Cartas*, que trazia algumas opiniões das leitoras sobre o periódico, *Histórias de Heterror*, que apresentava situações de discriminação e/ou violência enfrentadas por lésbicas e a *Informes*, com notícias de encontros feministas e lésbicos nacionais e internacionais, além de conquistas do movimento homossexual no Brasil e no mundo. O periódico ainda passava dicas de leitura e disponibilizava a venda de fotocópias de textos feministas e lésbico-feministas, especialmente aqueles que não tinham publicação ou tradução no Brasil. Na última folha do boletim também eram disponibilizados endereços para as mulheres que desejassem, pudessem se corresponder.

Por ser editado de forma independente, sua tiragem não era grande. *Chanacomchana* circulava com cerca de trezentos exemplares, os quais nem sempre eram vendidos em sua totalidade<sup>42</sup>. Logo, o autofinanciamento imprimiu restrições à publicação e à sua circulação, uma vez que o mesmo não teve edições regulares, sendo que os primeiros três números saíram anualmente e os demais oscilaram entre publicações trimestrais e bimestrais. Como boletim independente e alternativo, *Chanacomchana* também tinha uma circulação diferente dos demais meios de comunicação do período. O sistema de vendas, sobretudo nos primeiros anos, era realizado de “mão em mão” em bares, festas e encontros feministas. Um dos principais pontos de venda do periódico era o *Ferro’s Bar*, um local de encontro lésbico e gay, localizado no bairro do Bexiga, em São Paulo.

No entanto, em junho de 1983, a pedido do proprietário do estabelecimento, as ativistas foram impedidas pelas seguranças de entrar no recinto e vender o periódico. Em um momento em que se discutia o retorno da democracia no país, as integrantes do GALF orquestraram

---

42 O boletim era impresso em frente e verso, em preto e branco, mimeografado ou impresso em offset. A referência à tiragem não constava no período e foi mencionada apenas no balanço feito pelo GALF, em 1990, e publicado no Boletim UOO. UM OUTRO OLHAR. São Paulo: Rede Um Outro Olhar, n. 12, Primavera, 1990.

uma manifestação pública no local para expor a censura ao meio de comunicação. O acontecimento foi relatado por meio do artigo “*Democracia também para as lésbicas: uma luta no Ferró’s Bar*”, no qual foi exposto que o “happening político” teve apoio de militantes do grupo *Outra Coisa Ação Homossexual*, de feministas e de lésbicas não militantes que estavam no local. O sucesso da ação política é narrado no texto ao mencionar que:

[...] o porteiro sempre – tão agressivo com as militantes do GALF – segura firme a porta fechada para garantir que nenhuma dessas “perigosas” mulheres invadam tão imaculado recinto. À medida que se aproxima o histórico momento, a força estranha que invadiu o bar explode aos gritos de “entra”, “entra”, “entra”<sup>43</sup>.

Segundo o artigo, a ação foi acompanhada de perto pela imprensa e também por políticos convidados, como Irene Cardoso (PT), Ruth Escobar (PMDB) e Eduardo Suplicy (PT), além de ativistas ligados aos Direitos Humanos, isto é, pessoas que se identificavam com as chamadas “questões minoritárias”. O texto ainda narra que, durante o ato, Rosely Roth leu um manifesto e discursou em defesa da democracia, além de criticar setores da esquerda que não vislumbravam as questões de gênero, sexo, etnia ou raça como igualmente importantes.

O desfecho do episódio é considerado uma grande vitória para o movimento lésbico e homossexual, sendo considerado por muitos como “Stonewall brasileiro”. Além do reconhecimento e do pedido público de desculpas do proprietário do bar, fato coberto pelas mídias; o periódico narra que muitas mulheres que estavam ali presentes tiveram interesse em conhecer o movimento e o boletim, ou seja, a ação ampliou a visibilidade das demandas defendidas pelo GALF e expressos no *Chanacomchana*.

---

43 CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica Feminista, n. 4, setembro, 1983, p.1.



Fig. 3 Capa “Vitória contra o Preconceito”  
*Chanacomchana*, n. 4, 1983.

Foi próximo a esse acontecimento que a forma de circulação do periódico sofreu alterações; além da venda unitária e com preço fixo, mantida no bar, o boletim também poderia ser adquirido por meio de assinaturas. A partir da sétima edição, *Chanacomchana* contou com pequenos anúncios publicitários que auxiliavam a cobrir os custos da tiragem. E, nas últimas três edições, era possível associar-se ao GALF e contribuir financeiramente para a publicação do jornal.



**Fig. 4** Assine Chanacomchana  
*Chanacomchana*, n. 8, agosto, 1985

Como dito, *Chanacomchana* fez uso recorrente do humor gráfico para tecer críticas ora ao movimento feminista mais amplo, ora à esquerda tradicional. Na terceira edição, por exemplo, satirizou a intitulada “dupla militância”, isto é, a atuação de feministas tanto no movimento autônomo quanto nos partidos políticos. A crítica foi expressa por meio de um cartum que representa um possível diálogo entre Freud e Marx. Ao observar o atual contexto político, Freud estava decepcionado, afinal, as mulheres já não acreditam em sua teoria “da inveja do pênis” como causa da opressão feminina. Marx, por sua vez, com um sorriso sarcástico, tranquiliza o amigo ao dizer que “elas ainda acreditam na revolução”, uma referência às militantes que seguiam fiéis à crença que após a revolução, “tudo se resolveria”.



Fig. 5 “Se Freud e Marx vissem hoje”  
Chanacomchana, n. 3, 1983.

A crítica não era nova. Desde os anos de 1940, teóricas feministas, como Simone de Beauvoir, apontaram as contradições presentes no pensamento e na prática das esquerdas em relação às mulheres<sup>44</sup>. Se muitos autores se debruçaram sobre a questão e tentaram dar respostas às origens da opressão feminina; na realidade, a experiência das mulheres nos tradicionais grupos de esquerda demonstrava que suas demandas seguiam marginalizadas e invisibilizadas. Andrea Nye adverte que a participação das mulheres na luta por direitos civis, nos protestos estudantis e contra a Guerra do Vietnã apenas confirmou as críticas de Beauvoir. Sendo assim, a autora avalia que se os homens de esquerda “vislumbravam uma sociedade sem classes, mas, não havia de ser uma classe sem gêneros<sup>45</sup>”. Na mesma direção, Juliet Mitchel defendeu que, apesar de todos os pensadores marxistas do século XIX terem tratado da opressão das mulheres, na prática, este foi o grande tema esquecido pelos socialistas. Segundo a autora, “[...] o problema tornou-se elemento subsidiário, se não invisível,

44 BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Tradução Sérgio Millet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

45 NYE, Andrea. *Teoria Feminista e as filosofias do Homem*. Tradução Nathanel Caixiero. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1995.

nas preocupações dos socialistas<sup>746</sup>. Essa assertiva não se restringiu às feministas norte-americanas ou europeias, sendo partilhada por muitas latino-americanas.

De igual modo, a ausência do reconhecimento, por parte do feminismo mais amplo, às formas de violência endereçadas às lésbicas também foi alvo do humor ácido do periódico. A charge, rubricada por Míriam Martinho, representou o peso da heterossexualidade no cotidiano das lésbicas e os limites do que era compreendido por violência de gênero naquele momento. Na tirinha, três mulheres aparecem em um posto de denúncia sobre discriminações contra as mulheres. Todas elas haviam passado por situações de opressão: uma havia perdido o emprego, enquanto as outras duas haviam sido expulsas de casa e da escola, respectivamente, por serem lésbicas. No quadrinho, ao ouvir tal explicação, a recepcionista, representada como face de espanto, solicita que elas retornem em outro horário, pois, aquele atendimento era apenas para *mulheres*.



Fig. 6 Charge “Somos Lésbicas”, Míriam Martinho.  
Chanacomchana, n. 2 , 1982.

46 MITCHEL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. Tradução: Rodolfo Konder. *Gênero*, Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1º-2º. sem. 2006.

A charge questiona o alcance da representatividade do feminismo ao indagar de quais *mulheres* o movimento estava tratando. A representação está em diálogo com os pressupostos teóricos de Monique Wittig e de Adrienne Rich a respeito da heterossexualidade compulsória. Se Wittig trouxe grandes torções ao feminismo ao afirmar que “as lésbicas não são mulheres<sup>47</sup>”, Rich discutiu que, assim o corpo biológico foi tomado como um dado da natureza, relegando às mulheres certas “aptidões” consideradas como “inerentes e imanentes” ao seu sexo, a exemplo da maternidade; o desejo sexual também foi naturalizado. Em vista disso, se a sociedade patriarcal era dividida entre homens e mulheres, com desejos recíprocos, as lésbicas “não existiam” ou não deveriam existir, sendo colocadas à margem, como sujeitos “anormais”. Esse não reconhecimento colocava-as em uma situação de abjeção na sociedade, fazendo com que a opressão que lhes recaía fosse dupla, pois ao não compreender o desejo sexual das lésbicas como “natural”, dentro da lógica patriarcal, elas não poderiam ser compreendidas como mulheres<sup>48</sup>. Portanto, a charge enfatizava como imperativo ao feminismo ampliar a discussão sobre as formas de violência que entrecruzavam o cotidiano feminino.

A partir de 1985, o GALF distanciou-se, gradativamente, do movimento feminista e aproximou-se de instituições homossexuais internacionais e de coletivos lésbicos transnacionais que propunham a formação de uma rede lésbica latino-americana<sup>49</sup>. Em 1987, por meio do periódico, foi comunicada a associação do GALF à *Internacional Gay y Lesbian Association* (ILGA), uma rede mundial que servia como ponte entre fundações de cooperação internacional e coletivos homossexuais de países considerados subdesenvolvidos. A filiação ocorria por meio de um projeto

---

47 WITTIG, Monique. *The Straight Mind and Other Essays*. 1ª Edição. Boston: Beacon Press, 1992.

48 RICH, Adrienne. *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*. *Signs*, v. 5, n. 4, p. 631-660, Summer, 1980.

49 Neste mesmo ano ocorreu o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, sediado em Bertioga, interior de São Paulo. Durante o evento, permeado por intensas questões de classe, Rosely Roth promoveu debates sobre a importância do movimento lésbico desassociar sua caminhada do movimento feminista e construir seu próprio espaço.

denominado de “gêmeos”, no qual uma instituição europeia arcava com a cota anual de setenta dólares que seria utilizada para cobrir os custos da adesão do grupo latino-americano à ILGA. A parceria também previa a troca de materiais, informações, além da possibilidade de ações conjuntas entre grupos latino-americanos e europeus.

Em setembro do mesmo ano, *Chanacomchana* saiu de circulação sem se despedir de suas leitoras. O periódico retirou-se de cena para ceder espaço a outra publicação, editada pelo mesmo grupo, no entanto, com um nome mais palatável e novo formato. Próxima de grandes instituições internacionais, o GALF iniciou a publicação do boletim *Um Outro Olhar* (UOO) que, diferente do *Chanacomchana*, teve vida longa. O novo periódico marcou, ainda, a transformação do próprio movimento social, uma vez que, em 1989, o GALF deixou de existir e sua equipe formou a *Rede Um Outro Olhar*, uma Organização Não Governamental. A alteração foi resultado das mudanças políticas que estavam em curso, a qual foi exposta no primeiro editorial do boletim UOO:

*Um Outro Olhar* é a nossa nova publicação que vem dar continuidade e desenvolvimento ao caminho corajosamente trilhado pelo boletim *Chanacomchana*. *Chanacomchana* surgiu em 1981, no chamado período da ‘abertura’ da ditadura militar, e refletiu o espírito da afirmação da homossexualidade que vigorava no Movimento Homossexual da época, de onde o GALF se originou. Naquele momento, o mais importante era ser (sexualmente) muito explícita e até mesmo debochada... Hoje, entretanto, os tempos são outros, e é outro o nosso olhar. Queremos que esta nova publicação transpareça nossa visão cada vez mais límpida de que as vivências lésbicas extrapolam em muito as relações sexuais, determinando, por um lado, uma postura de resistência ao papel limitante que nos é imposto pela sociedade machista e, por outro lado, possibilitando alternativas de vida mais gratificantes, em vários aspectos, para todas as mulheres. [...] Finalmente, queremos que UM OUTRO OLHAR possa trazer de fato novas maneiras de ver não só as relações entre mulheres, em todos os níveis, como também, mais precisamente, o próprio ser ‘mulher’ nesta nossa patriarcalíssima sociedade brasileira, buscando

autoimagens mais positivas e perspectivas mais amplas em todas as direções<sup>50</sup>.

O distanciamento do feminismo também foi exposto pelo novo boletim, que deixou claro que o novo projeto editorial teria um posicionamento mais acentuado na identidade lésbica. Essa postura foi, em certa medida, justificada na edição de número nove:

Costumávamos encaminhar questões como as do aborto, creches, planejamento familiar, projetos de gráfica, etc., e participar das manifestações contra a violência às mulheres espancadas ou mortas por seus maridos, mas quando íamos levantar nossas próprias questões tínhamos que enfrentar o reacionarismo de grupos como o SOS-Mulher, que não só não falava contra a discriminação às lésbicas, como também não admitia que falássemos. Enquanto tivemos sede, abríamos o espaço da mesma organização para reuniões de organização do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e para feministas que o requisitavam para suas atividades específicas. Quando necessitamos dividir um espaço, com um grupo feminista, numa casa publicamente assumida como sendo para grupos feministas, acabamos expulsas porque o grupo, que lá estava, considerava seu trabalho mais importante que o nosso. [...] Em suma, aprendemos, a duras penas, que as prioridades do Movimento Feminista e as nossas não são idênticas e que as questões lésbicas tendem a ser diluídas no mesmo<sup>51</sup>.

A partir de 1995, a *Rede Um Outro Olhar* começou a publicar a revista homônima, impressa em papel *couché* colorido, contendo um maior número de fotos e imagens e atingindo uma tiragem de dois mil exemplares. Diferentemente do *Chanacomchana*, a revista UOO era vendida por assinatura e em bancas de jornal, além de contar com o apoio financeiro da Instituição alemã *Frausensolidarita* e outras parcerias<sup>52</sup>. A

---

50 BOLETIM UM OUTRO OLHAR. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica Feminista, Ano 1, n. 1, set/dez, 1987, p. 1.

51 BOLETIM UM OUTRO OLHAR. São Paulo: Grupo de Ação Lésbico Feminista, n. 9, nov./jan., 1989, p. 14. De acordo com o boletim, não se tratava de uma proposta “separatista”, mas sim “independente e realista” que procuraria manter os laços entre os grupos homossexuais e feministas, mas sem ceder na “execução de suas prioridades”.

52 No número vinte e três, a revista agradece o apoio institucional e financeiro dos: Grupo Dignidade, Editora Firebrand Books, Folha de Parreira, Gabinete do Vereador Italo Cardoso, GAPA-SP, Informativo Monanoz, Jornais Blocos, o Capital, Jornal da Liberdade, Butantã, Diário da Grande ABC, Folha da Tarde, Gazzetta Di Italia, Rádio Globo AM, Revista da Folha, Revista Manchete, Rede Mulher, Revista Viver Psicologia, TV Gazeta.

publicação, que agora atingia um público maior, circulou entre 1995 e 2002, em um total de dezessete edições, marcando um outro momento da imprensa homossexual brasileira<sup>53</sup>.

## Considerações Finais

Nos seis anos em que esteve em circulação, *Chanacomchana* provocou reflexões, rupturas e transformações. Chocou com seus textos contundentes e, tantas vezes, sarcásticos. Demonstrou, por meio das reportagens, matérias e cartuns, que a opressão feminina não era marcada apenas pelo patriarcado ou pelas construções em torno do gênero. As naturalizações sobre o desejo e a sexualidade também davam novos tons à opressão, que ganhava diferentes gradações quando cruzadas com as questões de raça, classe e etnia. Por esse caminho, em diversos momentos, trouxe à tona vozes de mulheres que falavam de suas inseguranças e seus medos diante da possibilidade de assumirem sua homossexualidade e serem reconhecidas como lésbicas. Deu voz à solidão de muitas e lançou luz à repressão policial que assolava gays, lésbicas e travestis no centro daquela grande cidade.

Alinhado à crítica feita por muitas feministas do período, também apontou para as posturas patriarcais e heteronormativas presentes em muitos daqueles que lutavam pela democracia. Defendeu que o novo regime democrático deveria incorporar as questões de gênero e sexualidade, tão importantes e políticas quanto as demandas sociais e econômicas. Para isso, abriu diálogos com candidata/os por meio de entrevistas que tinham como pauta a defesa e a conquista dos direitos tanto das mulheres quanto da/os homossexuais.

Por fim, *Chanacomchana* também propôs um novo fazer político ao dar espaço para que suas leitoras pudessem falar e ser ouvidas. Com

---

53 OLIVEIRA, Júlia G. S. *Militância ou Profissionalização de Gênero? Um estudo comparativo na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996)*. 2019. 333 fls. Doutorado em História Social. Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), 2019.

a criação de canais de comunicação, o boletim possibilitou que mulheres lésbicas, de diferentes locais do país, escrevessem contando de suas experiências e angústias e, também, se corresponderem, criando uma rede de solidariedade. Resgatar a história desse periódico é tratar das formas de resistências e das diferentes formas de atuação política que o movimento LGBTTQI, assim como os feminismos adotaram ao longo dos últimos anos. É falar de suas transformações e de suas lutas para conquistar visibilidade e direitos. Em um momento em que não devemos nos esquecer que a luta pela garantia dos direitos é, como enfatiza Angela Davis, “uma luta constante”<sup>54</sup>, lançar luz sobre o percurso desse periódico é não deixar cair no esquecimento o longo caminho percorrido pelos movimentos sociais para o reconhecimento e o respeito a outras formas de existência.

---

54 DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. Organização: Frank Barat. Tradução Heci Regina Candini. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2018.

# MILITÂNCIA HOMOSSEXUAL NA IMPRENSA DO RECIFE DURANTE A DÉCADA DE 1970:

## O CASO DA SEÇÃO *MUNDO GUEI* DO JORNAL DIÁRIO DA NOITE

**Sandro Silva<sup>01</sup>**

**Numa época em que** *a internet* nem existia, os aparelhos de televisão eram muito caros e as notícias transmitidas pelo rádio eram constantemente cerceadas devido ao Regime Militar, os jornais mesmo sob o cerco da censura eram um dos principais veículos de comunicação. Em relação à imprensa, o período que abarca as décadas de 1960 e 1970, no Brasil, destacou-se pela emergência dos jornais e tabloides ativistas escritos e destinados às denominadas “minorias”. Foi dessa maneira que homossexuais, mulheres, negros, operários, ecologistas, *hippies* e estudantes, por exemplo, quando não tinham espaço na imprensa “oficial” (nos jornais de grande circulação), se uniam para editar os seus próprios periódicos. Nesse campo, o segmento homossexual foi um dos mais engajados.

Apesar da efervescência deste tipo de imprensa concentrar-se no Sudeste, não foi somente no eixo Rio-São Paulo que foram editadas publicações militantes direcionadas ao público *gay*. Na cidade do Recife houve, durante um curto mas significativo período, a publicação de uma seção de jornal direcionada especificamente para o emergente público *gay*. Era uma seção intitulada *Mundo Guei*, que circulou no *Diário da Noite*.

De acordo com nossas pesquisas, o *Diário da Noite* pertencia ao mesmo grupo empresarial que geria o *Jornal do Commercio*, sendo que

---

01 Professor de História da Educação Básica no Recife. Historiador e doutorando em História pelo PPGH/UFPE.

esse circulava pela manhã enquanto o *Diário da Noite* era vespertino, saía no final da tarde. Vale salientar que este jornal durante a década de 1970 publicava notícias referentes à homossexualidade, tanto antes como depois da seção *Mundo Guei* existir. Podemos até nos perguntar de que maneira a circulação dessa seção influenciou a sociedade pernambucana e mais especificamente os homossexuais? Ora, como explica Michel de Certeau, o leitor não é uma entidade passiva, que somente absorve aquilo que lê, o leitor faz “percurso através da página, metamorfoses e anamorfoses do texto pelo olho que viaja, vôos imaginários ou meditativos a partir de algumas palavras, transposições de espaços sobre as superfícies militarmente dispostas do escrito [...]”<sup>02</sup>. Dessa forma, pensamos que as notícias sobre a homossexualidade de alguma maneira afetavam os leitores, interferiam em suas subjetividades, fabricavam sensibilidades e, no caso dos homossexuais, haveria uma identificação direta com o que era escrito na seção *Mundo Guei*.

O *Diário da Noite* não era um periódico igual aos outros. Determinadas características o singularizavam em relação aos outros jornais comerciais do Recife: ele era mais barato, publicava matérias e fotos sensacionalistas sobre assassinatos e outros crimes, sua linguagem era bem simplificada, além da publicação de fotografias de mulheres nuas e seminuas. Entretanto, o que nos interessa aqui é o período que compreende os meses de setembro de 1979 a março de 1980, quando a *Mundo Guei* circulava. Nela, também eram noticiadas as mais distintas notícias, que não tinham a ver diretamente com a homossexualidade, mas diziam respeito às reivindicações das denominadas “minorias”. Como, por exemplo, o movimento feminista, estudantil, negro, ecológico e dos anistiados.

Podemos dizer que essa seção foi porta-voz do emergente movimento *gay* na cidade do Recife num período de efervescência da denominada imprensa alternativa ou imprensa “nanica”, caracterizada, geralmente, pelo

---

02 CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. 1 - Artes de fazer. Petrópolis: Vozes 1994. p. 242.

seu formato tabloide e pela oposição ao regime ditatorial.<sup>03</sup> De certa maneira, a *Mundo Guei* se inseria num contexto de revolução dos movimentos de liberação homossexual. Provavelmente, se tivesse sido publicada em período anterior, sua circulação teria sido censurada por acusação de ofender a “moral e os bons costumes” do povo pernambucano. Agora, nesse momento de abertura lenta e gradual rumo à redemocratização, solicitava-se aos indivíduos falarem de si, a confessar sem pejos as suas práticas e desejos sexuais. Parecia ser preciso visibilizar uma intimidade que não aguentava mais ser vivida na clandestinidade. Fazia parte de um projeto de futuro, o desejo de que determinadas práticas sexuais consideradas dissidentes não precisassem mais ser confessadas e discutidas à meia voz. Nessa empreitada, um jornal de circulação estadual como o *Diário da Noite* era o veículo ideal para propalar as novas “intenções” da homossexualidade para o maior número possível de pessoas.

Foi justamente a partir da segunda metade da década de 1970 que surgiram, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, dezenas de jornais ditos “alternativos”, quase sempre com pequenas tiragens e curta duração quanto ao período de circulação. Foi o caso do tabloide *Gente Gay* lançado no Rio de Janeiro em 1976, que embora ainda fosse datilografado, de certa forma artesanal, inovava, com ousadas imagens em fotocópia de homens, em nu frontal. Um ano depois, em 1977, foram lançados em São Paulo dois outros periódicos dirigidos ao público homossexual: o *Entender* e o *Mundo Gay: O Jornal dos Entendidos*. Ambos, já nos seus títulos, faziam referência à recente figura do *gay* ou entendido. Esses dois jornais apresentavam basicamente roteiros de bares e outros pontos de concentração e sociabilidade entre homossexuais.<sup>04</sup>

Porém, estas publicações, em geral, não duravam muito, pois já após os primeiros números, elas saíam de circulação. O brasileiro

---

03 Sobre esse tipo de imprensa, ver: SANTOS, Ana Maria Barros dos. A Imprensa Alternativa e a Nova Imagem do Feminismo no Brasil. *Gênero & História: cadernos de História*, Ano 2, n. 2, set. 2004.

04 GREEN, James Naylor. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 421-423.

James Green aponta vários fatores que fizeram com que a maioria desses periódicos expirasse antes de completar um ano de circulação. Segundo ele, faltavam habilidades jornalísticas e administrativas por parte dos editores para manterem a circulação dos jornais até a entrada dos lucros e, sendo essas publicações focadas num grupo específico e relativamente pequeno, não conseguiam vender muitos exemplares, ficando restritos, por vezes, a pequenos círculos de amigos.<sup>05</sup>

Mas, em abril de 1978, teve início a circulação do *Lampião da Esquina*, provavelmente o periódico alternativo dirigido ao público *gay* que ganhou maior visibilidade no meio homossexual do período e, até hoje, é referência deste tipo de publicação no Brasil. Ele era conduzido por nomes de destaque como o escritor Aguinaldo Silva, o antropólogo Peter Fry, o cineasta Jean-Claude Bernardet, o pintor Darcy Penteado e os ativistas João Silvério Trevisan e João Antônio Mascarenhas. O tabloide começou a circular com uma tiragem considerável de dez mil exemplares, nele se publicavam notícias e fatos referentes à homossexualidade no Brasil e no exterior, e era vendido em bancas de revistas de todo o Brasil.<sup>06</sup>

---

05 Idem, *ibidem*, p. 423-424.

06 ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; CEBALLOS, Rodrigo: Trilhas urbanas, armadilhas humanas – a construção de territórios de prazer e de dor na vivência da homossexualidade masculina no nordeste brasileiro dos anos 1970 a 1980. In: SCHUPUN, Mônica Raisa (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 130.



Fig. 1 *Lampião da Esquina*, ano 02, n. 14, Rio de Janeiro, julho de 1979.  
Fonte: Arquivo pessoal.

Além dos editores já citados, o *Lampião da Esquina* contou com a colaboração de aproximadamente doze mil homossexuais de todo o Brasil até o lançamento de seu último número (37) em junho de 1981. Os homossexuais do Recife também tinham contato com este jornal, pois ele era vendido em alguns pontos da cidade como a livraria Livro Sete, localizada na Rua Sete de Setembro.

A edição do *Lampião da Esquina* e de outros periódicos do mesmo gênero foi possível graças à organização e reivindicação de grupos contra a ditadura militar e a favor dos direitos de gays, lésbicas, mulheres, negros, estudantes, etc. Havia, nesse período, uma vontade de mudança responsável por arregimentar determinados segmentos sociais em torno de questões específicas como mostra a diversidade de assuntos e periódicos alternativos a exemplo do *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, do movimento

feminista, e o *Tiçã*, do movimento negro.<sup>07</sup> Não era fácil se desvencilhar do cerco ditatorial, as informações que circulavam eram policiadas o tempo todo pelos censores. O *Lampião da Esquina*, mesmo já a partir do seu número zero, teve os seus editores ameaçados e perseguidos pela ditadura, acusados de atentarem contra o pudor, desobedecendo, assim, a denominada Lei de Imprensa.<sup>08</sup>

Voltando ao nosso caso, foi nesse contexto que o *Diário da Noite* publicou quase ininterruptamente, todos os sábados, a seção *Mundo Guei*, entre os meses de setembro de 1979 e março de 1980. O conteúdo era diversificado, publicavam-se informações sobre conquistas jurídicas de homossexuais do exterior, endereços de grupos militantes de vários estados do Brasil. Havia ainda espaço para os leitores mandarem poemas, histórias de vida, contos, sugestões de bares, cinemas, boates e lugares públicos do Recife frequentados por homossexuais.

Como estratégia para enganar a censura e não correr o risco de terem as suas matérias censuradas ou até o jornal proibido de circular, os jornalistas do *Diário da Noite* utilizavam o deboche e a ironia como uma ferramenta discursiva. Dessa forma, eles poderiam sensibilizar o público sem correr o risco de se tornarem alvos da ditadura. E quanto à seção *Mundo Guei*, o regime político da época não parecia vê-la como uma ameaça, era só “coisa de homossexual querendo ter voz”, nada que abalasse tanto a situação dos ditadores. Sem contar que os jornalistas já sabiam mais ou menos o que poderiam ou não escrever. Por isso, ao ser questionada se houve algum tipo de repressão quanto ao que era escrito, uma das colaboradoras desta seção nos disse:

Não. Que eu me lembre, não. Mesmo porque a gente trabalhava muito mais nessa área de comportamento e sempre que se queria fazer alguma crítica, alguma coisa, a linguagem que a gente usava não era muito explícita.

---

07 HABERT, Nadine. *A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1996. p. 38-39.

08 TREVISAN, João Silvério. O espetáculo do desejo: homossexualidade e crise do masculino. In: CALDAS, Dario. (Org.). *Homens*. São Paulo: Editora SENAC, 1997. p. 77.

Era uma coisa mais... Porque claro, se você... Se a gente for analisar... as peças, mesmo, que o Vivencial apresentou sempre tinha um cunho... eram debochadas, tal... mas sempre por detrás tinha algum protesto, alguma coisa. Mas era... Parecia ser uma coisa tão maluca... Tão de gays, não era aquela coisa séria, então muita coisa passava. Era mais fácil você passar pelo deboche do que fazer alguma coisa mais séria, entendeu? E eu não me lembro, lá, se a gente... Eu acho que a gente conseguia... Tinha coisa que não se podia falar, não se podia. Teve época que a gente não podia falar em Dom Hélder, mas não sei exatamente o período... não me lembro de ter coisas que foi feito e foi censurado. Não. A gente já sabia mais ou menos como devia pra botar e o que podia botar.<sup>09</sup>

A seção *Mundo Guei* era o complemento de um encarte chamado *Jornal do sábado* (anexado ao *Diário da Noite*), aonde, além das notícias sobre o “mundo gay”, lemos manchetes sobre assassinatos, futebol, fofocas sobre artistas, economia, política e amenidades do cotidiano. Pelo seu preço ser abaixo em relação aos outros jornais e pela sua linguagem e abordagem sensacionalista, provavelmente o *Diário da Noite* tinha um público considerável. Sobre isso, em depoimento, a jornalista Ana Farache, que trabalhou no *Diário da Noite* nesta época, comentou:

Olhe, o *Diário da Noite* era um jornal muito popular. Ele vendia... Tinha uma boa entrada, assim... um público bem diverso. Como na época que a gente foi pra lá, realmente era um grupo de jornalistas, tinham nomes, pessoas que já eram bem conceituadas enquanto intelectuais e jornalistas. Ele tanto circulava no povão, porque ele era bem popular, mesmo, na linguagem; como também circulava na área das pessoas mais intelectualizadas, o pessoal que fazia a cultura da cidade. Ele era um motivo de discussão, de debate. A gente não tinha dificuldade de chamar as pessoas para dar entrevistas e tal, porque ele ficou um jornal meio alternativo. Era pro povão, mas tratava de assuntos que interessavam assim, pra uma fatia mais intelectualizada, mais o pessoal que fazia arte, os escritores, as cabeças pensantes da época.<sup>10</sup>

---

09 Entrevista realizada com Ana Farache, em 17/11/2010.

10 Idem.



Fig. 2 Capa do jornal *Diário da Noite*, num sábado, quando saía a seção *Mundo Guei*.  
Fonte: *Diário da Noite*, Recife, sábado, 12/01/1980.

Vale salientar que talvez como uma maneira de “abrasileirar” a identidade *gay*, o título da seção ao invés de ser escrito em inglês foi rebatizado e adequado às terras tupiniquins. O título, “*Mundo Guei*”, parece ter a intenção de dizer que estes sujeitos viveriam em um mundo à parte, uma subcultura que neste momento se daria a conhecer, ganharia visibilidade, inclusive, para as pessoas que não eram ou não faziam parte do meio homossexual. E, de fato, quando a figura do *gay* aparece, ela é percebida como uma identidade alienígena, exótica.

Outra peculiaridade foi a escolha da imagem adotada para ser o símbolo da seção: uma borboleta, metaforicamente representando os sujeitos que deveriam sair de seus “casulos” e viver suas vidas com liberdade, sem as

amarras do preconceito. A adoção da borboleta para representar a identidade *gay* também é significativa, porque ela veio substituir outro animal, o veado, que na linguagem popular, quando se refere aos homossexuais, é pronunciado como *viado*. Ser *viado* carregava um estigma muito forte. É inclusive, até hoje, um xingamento, um termo comumente utilizado para desqualificar outro homem e para se referir aos homossexuais, em geral.<sup>11</sup>

A borboleta adquiriu, assim, um poder simbólico de reflexão sobre o que era ser homossexual, interferindo positivamente na autoestima desses sujeitos, colaborando para construir uma nova visibilidade e dizibilidade. Até porque a borboleta é uma criatura colorida, que sai à luz do dia e com suas asas simboliza liberdade. Além disso, tal e qual os homossexuais quando “enrustidos”, as borboletas (quando lagartas) passam por uma fase em que não possuem a possibilidade de “voar”. Daí a comparação da “saída do armário”, com a saída de um casulo:



Fig. 3 Símbolo da seção *Mundo Guei*.

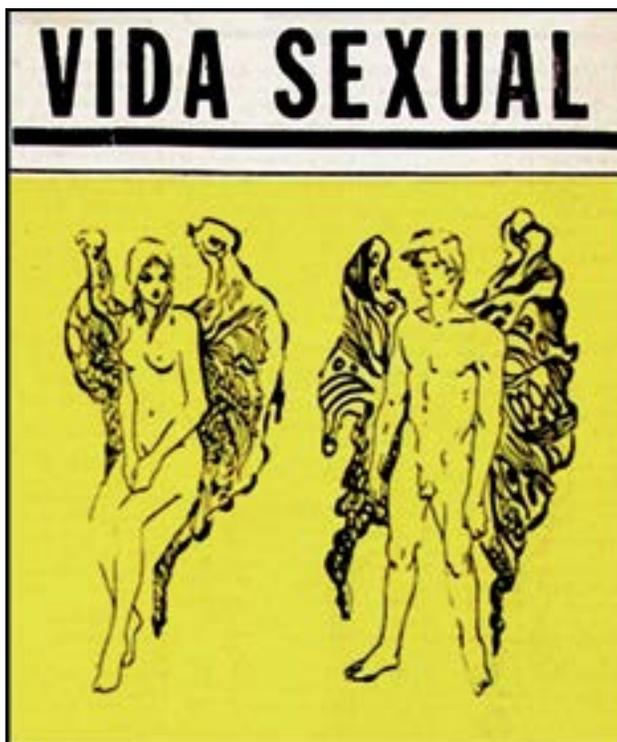
Fonte: *Diário da Noite*, Recife, sábado, 08/03/1980, p. 5.

A simbologia da borboleta não foi empregada somente para revisar o conceito de homossexualidade. Esporadicamente, o *Diário da Noite* publicava uma coluna chamada *Vida Sexual* que também saía no encarte do *Jornal do sábado*. Falava-se de prazer sexual masculino e feminino, afetividade, masturbação, métodos contraceptivos, doenças infecciosas dos órgãos genitais, virgindade, liberação sexual, etc. Já que o objetivo era tirar dúvidas, dar conselhos e veicular notícias sobre tudo o que poderia se

---

<sup>11</sup> É interessante que tanto o veado como a borboleta fazem parte do popular Jogo do Bicho. Inclusive o número 24, que se refere ao veado, na cultura brasileira também é sinônimo de homossexual. Já o número 04 se refere à borboleta.

relacionar à sexualidade humana, havia um discurso de liberação no qual a figura da borboleta era metaforicamente representada. Eram tempos de se soltar das amarras, tempos em que o cuidado de si falava mais alto do que qualquer tipo de pudor ou medo. Em suma, era preciso alçar voos, ser “descolado” como dizia uma gíria da época:



**Fig. 4** Símbolo da coluna *Vida Sexual*.

Fonte: *Diário da Noite*, Recife, sábado, 23/02/1980, p. 16.

O jornal *Diário da Noite*, tanto com a seção *Mundo Guei*, como com a seção *Vida Sexual*, estava em consonância com os anseios da contemporaneidade no que se refere à sexualidade. E, nesse sentido, as décadas de 1960 e 1970 são bastante emblemáticas por serem marcadas por um discurso de “revolução” e “liberação”. A modernidade pôs a sexualidade no centro da vida dos indivíduos, ao ponto de somente nos sentirmos felizes se estivermos “realizados” afetiva e sexualmente. Há um discurso imperativo que incita os sujeitos a procurarem estar bem com os seus desejos e práticas. Não é à toa que a figura do sexólogo, desde os fins do século XIX, ganhou notoriedade por ser uma “autoridade” que ensina com propriedade os modos de viver bem com os prazeres da sexualidade. Há toda uma pedagogia em torno desse tema, direcionando, orientando e contornando possíveis desvios que possam tornar os indivíduos infelizes com as suas emoções:

Com a emergência da modernidade, a emoção torna-se de muitas maneiras uma questão de política de vida. No reino da sexualidade, a emoção como um meio de comunicação, e também de compromisso e de cooperação com os outros, é especialmente importante. O modelo do amor confluyente sugere uma estrutura ética para a promoção de emoção não-destrutiva na conduta do indivíduo e da vida comunitária. Proporciona a possibilidade de uma revitalização do erótico – não como uma habilidade especial das mulheres impuras, mas como uma qualidade genérica da sexualidade nas relações sociais formadas pela mutualidade, ao invés do poder desigual. O erotismo é o cultivo do sentimento, expresso pela sensação corporal, em um contexto comunicativo; uma arte de dar e receber prazer.<sup>12</sup>

Apesar de ser uma seção direcionada para os homossexuais, entre os editores também havia pessoas de orientação heterossexual, a exemplo da jornalista e fotógrafa Ana Farache que trabalhou na *Mundo Guei* exercendo as funções de redatora e fotógrafa. As informações para as matérias eram, em grande medida, adquiridas através de uma rede de contatos dos indivíduos inseridos no meio homossexual do Recife. Um dos

---

12 GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 220.

fatores que dá importância histórica a esta seção é o fato dela fazer parte de um jornal de circulação ampla, que abarcava todo o tipo de público e de qualquer idade. Porque o *Diário da Noite*, justamente por ser um periódico popular, era lido por diversos segmentos da capital pernambucana, da região metropolitana e do interior. Sendo assim, um grande público de distintas idades e classes sociais passou a ter conhecimento da emergência de um segmento que antes quase não tinha espaço na imprensa. É dessa forma que, hoje, Ana Farache recorda a sua participação e a proposta da *Mundo Guei*:

No *Diário da Noite*, eu fui como repórter. Eu trabalhava como repórter. Eu não me lembro o período. Foi um período curto que eu passei lá. Mas eu trabalhava com algumas colunas. Nessa parte de serviço, diversão. A gente abriu essa coluna que era voltada pro mundo gay. Na verdade pras minorias, que não seriam minorias, mas eu recebia muito convite, cartas, a gente estimulava as pessoas a escreverem pra coluna, mandar notícias porque realmente tinha assim muita... A gente dava muito serviço, o que tava acontecendo, shows, encontros... Não só pro mundo gay, mas também essa parte tinha muita gente de religiões, umbanda, tal... A gente era aberto pra essa parte toda. Eu, como morava em Olinda já nessa época, que eu morei em Olinda desde 76 mais ou menos, eu morei lá até 90. Naquela parte de Olinda antiga. Então eu conhecia todo o pessoal [...]. Então eu já circulava bem com esse pessoal. E todos me conheciam e não era difícil de conseguir informações. Sempre iam lá... Porque não era comum se ter esse espaço pra se divulgar as coisas assim, voltadas pra esse mundo. E a gente abria mesmo. Era um espaço que eles poderiam botar o que tava acontecendo... Sem preconceito. Inclusive tem um número que eu lhe falei que era bom que a gente conseguisse levantar que foi uma edição especial, que a gente sempre fazia edições especiais. Vamos dizer: uma sobre aborto... Assuntos polêmicos e comportamento. E a gente fez uma que era só sobre homossexualismo. E nesse caso eu não me lembro se foi só voltado pra mulher, quer dizer, homossexualismo feminino. Porque a foto, inclusive, eram duas meninas de mãos dadas. Então um jornal muito aberto, a gente colocava sem preconceito, sem... Nem sem eu achar que tava fazendo alguma coisa do outro mundo. Fazia muito naturalmente. Mesmo porque era o pessoal todo amigo, muitos eram amigos da gente.<sup>13</sup>

---

13 Entrevista realizada com Ana Farache, em 17/11/2010.

Além de artigos, ensaios, cartas e poemas, por meio de pequenas notas informativas, os leitores ficavam sabendo de eventos que tinham ocorrido ou ainda iriam ocorrer no Brasil e até fora do país. Eram notícias que provavelmente eram traduzidas de revistas e jornais do exterior ou eram obtidas por meio de contatos que viviam nesses lugares:

Os “gays” dinamarqueses estão de parabéns. O sindicato local dos correios foi o primeiro a exigir que os contratos coletivos de trabalho proibam toda diferença com os demais trabalhadores, segundo informa o boletim de pedagogia social “Lfs NyT.”<sup>14</sup>

A *Mundo Guei* também funcionava como um veículo de prestação de serviços em que os leitores agiam como agentes fomentadores das informações veiculadas. Os leitores eram convidados a participar diretamente na legitimação de sua “classe”. Da mesma forma que eram oferecidas redes de apoio e solidariedade necessárias neste momento de liberação homossexual. Parecia ser preciso que houvesse um direcionamento, uma condução das vidas dos indivíduos que assumiam ou aspiravam assumir os seus desejos homossexuais. Apoiando-os, inclusive, para a solução dos seus “grilos”:

Escreva para este jornal solicitando esclarecimentos sobre o tema que desenvolvemos nesta coluna. Mande-nos críticas, opiniões e sugestões para esta coluna que também é sua. Está em fase de montagem um departamento de consultas, onde o guei encontrará apoio e solução para seus grilos. Também pretendem fazer um noticiário semanal das atividades gueis no Recife, bem como acontecimentos sociais interessantes à nossa querida, honrada e assumida classe guei.<sup>15</sup>

Os grupos gueis já começaram a se organizar por todo o Brasil. Eis os endereços de alguns para seu conhecimento e troca de correspondência.

[A saber]

- Somos – RJ, Somos – SP, AUÊ – Rio, Beijo Livre – Brasília → Distrito Federal, Eros-SP, Faccão lésbico-feminista – SP, Libertos – SP, Grupo de afirmação Guei – RJ.<sup>16</sup>

14 “Pelo mundo”. *Diário da Noite*, Recife, sábado, 08/03/1980, p. 05.

15 João José da Silva, “Caro leitor”, *Diário da Noite*, Recife, sábado, 10/11/1979, p. 06.

16 “Grupos gueis”, *Diário da Noite*, Recife, sábado, 09/02/1980, p. 06.

A seção *Mundo Guei* também tratava sobre questões relacionadas com a afetividade. Procurava-se, dessa forma, desconstruir as imagens dos homossexuais como sujeitos interessados apenas em relações sexuais promíscuas e desprovidas de qualquer afeto e romantismo. Por isso, a seção abria um espaço para os leitores enviarem poemas, mensagens e contos sobre os amores e o romantismo entre homens. Abaixo temos um trecho de um poema que pode exemplificar a proposta de mostrar a possibilidade e a existência do amor de um homem por outro:

SALMO

Ergue-me com  
tua alavanca  
para que eu penetre em tua boca  
o meu sonho férreo, fruto  
plena de desejos  
inflamado de  
sorriso e cócegas,  
cuja base é o  
antanho do tecido  
da lagarta

.....  
Deixa-me gerar  
Em tua língua  
A fonte de energia  
Da nossa delícia  
Envolta pela pétala  
Do teu rosto ávido manso  
No veludo das minhas coxas.

.....  
Sigo pousando  
Suavemente  
a armadura  
molhada no meu  
lombo na doce  
plumagem  
do teu ventre  
enquanto as nossas  
mãos, entrelaçadas  
pela busca da mais  
violenta tensão,  
persegue o amor

em seus átimos abissais  
[...]<sup>17</sup>

Outro exemplo do tratamento que se dava à afetividade foi o conto “Os homens que nunca beijam”. Neste conto, temos um enredo envolvendo dois personagens centrais: um *michê* ou garoto de programa (o narrador) e o adolescente que o encontra na Rua Marquês do Herval, no centro do Recife. Enquanto o *michê*, inicialmente procura evitar qualquer demonstração de afetividade e mantém uma relação estritamente comercial com a negociação dos seus serviços sexuais, o rapaz vê no *michê* a imagem de um possível amante. Vejamos um extrato do conto que transcrevemos abaixo

-Olha garoto se você está querendo alguma coisa comigo, fique sabendo que eu não sou grátis, não. O negócio aqui é feito uma guerra. Não adianta fingir de inocente, porque aqui é assim: gozou, pagou. Vislumbrei temor e sorriso em seu olhar, mais logo ele se recobrou do encantamento e resolveu falar de vez, sem meias palavras, pondo em meus olhos seus lindos olhos grandes:

-Moço, eu só queria um beijo. De boca. Unzinho. Nada mais. Nunca beijei um homem. Gostaria de que a primeira vez fosse com um homem belo como o senhor.<sup>18</sup>

O *michê* ficou surpreso quando descobriu que a única coisa que o rapaz desejava era um beijo para a assunção de sua homossexualidade. Ele não tinha dinheiro suficiente para pagar por serviços sexuais. Mas a profissão do *michê* exigia a negociação pecuniária para que qualquer contato mais íntimo fosse concretizado. Todavia, como trata o antropólogo Néstor Perlongher, em nossa cultura, o amor romântico é pensado e vivido como uma troca desprendida de valor pecuniário, sendo uma relação mais afetiva entre um *michê* e um cliente em geral permeada por conflitos. Principalmente devido à presença de dois estigmas: a homossexualidade e o sexo pago.<sup>19</sup>

Ao desejar o beijo do “profissional” do sexo para assumir a sua homossexualidade, o adolescente parecia querer “sair do armário”, ou seja,

---

18 “Os homens que nunca beijam”. *Diário da Noite*, Recife, quinta-feira, 09/10/1980, p. 07.

19 PERLONGHER, Néstor Osvaldo. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora brasiliense, 1987. p. 244.

pretendia afirmar a homossexualidade no plano social para o exterior e também interiormente, uma identidade *gay* deveria ser internalizada e vivida sem culpas. Em outras palavras, as particularidades do *gay*, nessa fase de construção, tentavam superar o estranhamento que causava o amor, a paixão e o sexo entre homens a partir da propagação de discursos e imagens de homossexuais que poderiam amar, igual os heterossexuais.



Fig. 5 Ilustração do conto “Os homens que nunca beijam”.  
Fonte: *Diário da Noite*, Recife, sábado, 09/02/1980, p. 07.

Em suma, os porta-vozes do novo homossexual, nesse período, parecem querer dizer que os *gays*, da mesma forma que muitos heterossexuais, também buscavam uma parceria amorosa. E o tom passional desse conto sugere isso:

Agarrou meu pescoço com as mãos frias, amassando com elas o meu cigarro. Sua boca vermelha buscava a minha e a sua língua procurava a minha língua, em ânsia contínua. Eu evitava-o, afastando-o com as mãos, precisava fingir que não estava gostando, que só estava ali pelo dinheiro, sem me aperceber que a grana era algo que poderia me desviar da censura do mundo. Derrubou-me na calçada, ferindo-me os cotovelos e, colado ao meu corpo, com um pé na sarjeta, abocanhou-me o queixo e mordeu levemente a minha boca.

Pouco a pouco, o beijo foi suavizando, nossas bocas foram amaciando, acostumando-se sem descolá-las, de leve: recostamo-nos no “Muro das Lamentações” e saboreei aquele beijo como uma transa acrobática, em câmara lenta.

Neste exato instante, pude compreender que um beijo era uma coisa que tinha significado meu deus! E eu nunca havia dado um antes na minha vida. Unzinho.

A aurora trazia os primeiros transeuntes. Ela vinha dessa vez, com um ar de quem iria ficar para sempre.<sup>20</sup>

A relutância do *michê* em beijar o rapaz gratuitamente diz respeito ao temor do rechaço social caso o fizesse sem o alibi do dinheiro. Como ele mesmo disse, a negociação pecuniária o “desviaria da censura do mundo”, com isso a sua heterossexualidade estaria relativamente “garantida” aos olhos da sociedade. É interessante perceber que o surgimento do *gay*, nesse período, parece abalar o lugar ocupado pelos *michês*. Estes, apesar de suas relações com outros homens, culturalmente seriam os “ativos”, os que “comiam”, que “penetravam a bicha”, o “passivo” da situação. Nesta classificação o cliente era sempre o sujeitado, não se cogitava que aquele que vendia os seus serviços sexuais pudesse sentir prazer com outro homem se não fosse sob pagamento. É como se o que excitasse os garotos de programa fosse o dinheiro e não a imagem de outro macho. O conto sugere uma mudança nessa posição hierárquica porque o *michê* ficou com o rapaz de graça, sem o subterfúgio do dinheiro.

Mesmo assim, ele não seria mais o mesmo, pois se antes ele nunca havia beijado outro homem na boca, fazendo somente sexo com eles sob pagamento; agora esse primeiro beijo despertara nele sensações novas. Ele parece ter se apaixonado pelo adolescente. Porém, este só queria um beijo, nada mais. Sendo assim, quando conseguiu o que queria:

Ele, muito sorridente, tomou o seu caminho.

Sobraria em minha boca algo da eletricidade da vida, que há pouco fora ligada?

Como reencontrá-lo para dizer que fui o mais feliz dos homens naquela noite, que esqueci completamente,

---

<sup>20</sup> “Os homens que nunca beijam”. *Diário da Noite*, Recife, sábado, 09/02/1980, p. 07.

naquela hora, o dinheiro que ele haveria de me pagar? Ah, se eu ao menos soubesse escrever, perpetuaria aquele instante, para poder lê-lo sempre e restituir a certeza de que sei o que é o amor. Mas... ele queria apenas um beijo.<sup>21</sup>

Cabe dizer ainda que os leitores da seção *Mundo Guei* puderam manter-se informados sobre iniciativas de grupos militantes fora do país. As reivindicações de homossexuais europeus contra a discriminação, por exemplo, tiveram destaque no jornal que enfatizou a importância da *Arcadie* (Associação composta por homossexuais, atuantes desde o começo dos anos 1960). Provavelmente, esse tipo de notícia estimulou a iniciativa de muitos sujeitos dispostos a contestar os preconceitos sofridos por suas práticas no Recife:

Paris - Os homossexuais europeus lutam decididamente ante organismos internacionais para conseguir que sejam considerados como minorias cujos direitos devem ser respeitados.

Para eles trata-se de evitar que ser homófilo transforme-se em pretextos para ações repressivas que possam envolver “crimes” políticos.

A França é possivelmente o país da Europa Ocidental onde o problema é acompanhado mais de perto através de uma associação “A Arcadie” que completou 25 anos de existência e é considerada em todos os círculos do país como extremamente séria.

Graças em grande parte a sua ação os homossexuais que até há alguns anos eram tratados com menosprezo apelam hoje a instâncias internacionais, como vítimas do sectarismo de sociedades que apesar de serem liberais não entendem este problema apresentado por um setor da população.

Embora em praticamente todo o Oeste da Europa a homossexualidade deixou de ser crime, desde que os interessados estejam de acordo ainda restam resquícios do passado.<sup>22</sup>

Com o tempo, a seção *Mundo Guei* começou a fazer tanto sucesso que o espaço concedido pelo *Diário da Noite* não dava mais conta. Os

21 “Os homens que nunca beijam”. *Diário da Noite*, Recife, sábado, 09/02/1980, p. 07.

22 “A luta pelo mundo”. *Diário da Noite*, Recife, sábado, 09/02/1980, p. 06.

redatores pediam paciência aos leitores, missivistas e articulistas para esperarem, pois aos poucos todos seriam atendidos, as cartas e artigos seriam publicados. Isso pode ser um indício da demanda e, ao mesmo tempo, do pouco espaço que os homossexuais de Pernambuco tinham na imprensa.

Recado: Atenção Márcio Rodrigues, recebemos sua carta e vamos publicá-la na próxima semana. Alô Pier Paranoise, sua poesia “Salmos” também será publicada no próximo sábado. Estamos recebendo muita correspondência do mundo guei recifense e o espaço é pouco. Tenha paciência que tudo será publicado.<sup>23</sup>

Através da *Mundo Guei*, os leitores conferiam os roteiros dos lugares mais badalados e os menos recomendáveis para a paquera e a “pegação”. Como a seção era direcionada basicamente aos *gays*, aqueles que gostavam de frequentar determinados espaços como banheiros públicos, praças e becos eram desqualificados e criticados. Enquanto as boates e alguns bares eram aprovados e recomendados. Foi o caso da badalada *Boate Studio 66*, cujo dono, Homero, teria entrado em contato com o famoso cantor, compositor e ator carioca Jards Macalé para que ele fizesse um *show* nessa boate. Homero também era dono da *Mistey* que iria fechar suas portas para uma reforma, pois o espaço já não dava mais conta, devido ao aumento na demanda de clientes:

O companheiro Homero nos dá uma informação que terá, naturalmente, grande repercussão no mundo guei recifense: trata-se de um convite feito ao cantor Macalé para uma apresentação na Boite Stúdio 66. Segundo Homero, o convite foi formalizado, entretanto Macalé ainda não se definiu, tendo em vista os muitos compromissos assumidos no eixo Rio – São Paulo. A discoteque *Mistey* – vai fechar suas portas. Motivo: reformas. Só reabre nos próximos meses. Enquanto isso, as duas *boites* do Novo Recife continuaram neste final de semana.<sup>24</sup>

---

23 “Recado”. *Diário da Noite*, Recife, sábado, 26/01/1980, p. 06.

24 “A *Mistey* vai para reforma”, *Diário da Noite*, Recife, sexta-feira, 07/03/1980, p. 19.

Apesar de ter circulado durante um curto período (setembro de 1979 a março de 1980), a seção *Mundo Guei* pode ser considerada como um dos primeiros veículos de informação e sociabilidade destinados ao público homossexual no Recife. Além disso, o seu alcance público foi tão relevante quanto o dos periódicos alternativos a exemplo do próprio *Lampião da Esquina*, já que o *Diário da Noite* era um jornal comercial e atingia um público bem mais amplo, inclusive aqueles que não eram homossexuais, familiarizando-os com os novos contextos. Descobriam-se, nas páginas da seção, novas identidades afetivas e sexuais, além de novas sociabilidades representadas pela figura do *gay* com toda a sua aura de prestígio. No Recife da década de 1970, a publicação desta seção foi um dos raros momentos da imprensa em que os homossexuais tiveram voz.

# “CONTRA A MORAL E OS BONS COSTUMES”:

## O JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, OS HOMOSSEXUAIS E A DIREITA POLÍTICA

Fabrizio Trevisan<sup>01</sup>

### Introdução

**O processo de abertura** política no Brasil é um dos grandes eixos temáticos vastamente estudados no campo das ciências humanas, tendo a ciência e a sociologia política como pioneiras nas pesquisas. Nos últimos anos, verificamos “a presença de um sem número de trabalhos dirigidos para a análise de temas e problemáticas relativas às experiências dramáticas vividas por indivíduos e grupos de diferentes sociedades sob o jugo de regimes ditatoriais”<sup>02</sup>.

O contexto da distensão política da ditadura promovia uma dicotomia entre os campos político-ideológicos da direita e da esquerda, isto é, os posicionamentos eram medidos pelo apoio aos governos militares ou oposição a eles (a ditadura durou ao menos 21 anos). Com um momento político acirrado, as nuances estavam ausentes dos discursos dominantes. Ambos os discursos, seja da direita, seja da esquerda, não contemplavam a enorme diversidade da tessitura social, pois concebiam o “cidadão ideal” de forma generalizante.

---

01 Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNESP / Campus Franca. E-mail: fabriciotrvsn@gmail.com.

02 FREIRE, Américo Oscar Guichard; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia. *História da historiografia*, Ouro Preto, Minas Gerais, n. 10, p. 126, dez. 2012.

Neste sentido, nossa proposta se caracteriza pelo discurso homossexual em defesa das minorias sociais por meio da análise do periódico *Lampião da Esquina*, um dos representantes do movimento homossexual brasileiro, que se opôs à ausência de democracia no tratamento político-social das minorias sociais no Brasil.

Assim, ao defender a inserção de homossexuais e demais minorias na comunidade política e sociedade, o periódico constrói argumentos de enfrentamento tanto às proposições do campo político-ideológico da esquerda quanto da direita. Portanto, neste texto propusemos discutir a atuação do jornal em relação ao conservadorismo da direita política representada pelos governos militares brasileiros.

## Imprensa, Ditadura e Censura

A partir de novas propostas e matizes teórico-metodológicas oriundas da conhecida “Nova História”, a imprensa tornou-se objeto e fonte da pesquisa histórica. Assim, o uso de periódicos contribuiu para a ampliação das possibilidades em estudos de História, pois jornais, revistas e panfletos refletem a abrangente diversidade da tessitura social, seja por meio da *grande imprensa*, seja pela *imprensa alternativa*<sup>03</sup>. Não obstante, há uma preocupação, nessas pesquisas, de utilização das publicações dos periódicos como simples referências informativas, sem quaisquer tipos de filtros.

A dissertação de Mestrado de Maria Lígia Prado e Maria Helena Capelato, defendida em 1974, intitulada *O pensamento liberal do jornal O Estado de S. Paulo (1932-1937)* e posteriormente publicada em 1980 – *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo* – foram

---

03 CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia (Org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas, 2015. p. 115; LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 118.

pioneiras na utilização da imprensa como objeto de análise histórica e já demonstravam inquietação sobre essa questão:

Os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação. A presente pesquisa ensaia uma nova direção ao instituir o jornal *O Estado de S. Paulo* como fonte única de investigação e análise crítica. A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere<sup>04</sup>.

As historiadoras Capelato e Prado, ao qualificarem a imprensa como “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção social”, argumentam o papel importante e muitas vezes decisivo<sup>05</sup> que os veículos de comunicação exercem na sociedade. Isto é, jornais e revistas, periódicos em geral, de acordo com os próprios interesses, muitas vezes articulado com interesses de terceiros, fomentam discursos no intuito de angariar adesão de parcela majoritária da sociedade para homogeneizar suas concepções de comportamento e pensamento.

Neste sentido, em relação ao Brasil, o discurso da chamada *grande imprensa* foi consolidado e hegemônico já no início do século XX, introduzindo a ideologia liberal na vida cotidiana da população. A expressão *grande imprensa* foi firmada no processo histórico europeu do século XVIII das empresas jornalísticas; já no Brasil, foi somente no século XIX, especialmente

---

04 LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 118.

05 Um exemplo bem conhecido de interferência direta da imprensa na vida política brasileira ocorreu nas eleições para presidente da República em 1989. A rede de televisão Globo, vinculada à família Marinho, a mais influente do Brasil, se utilizou de inúmeros subterfúgios para impedir que o candidato petista, Luiz Inácio ‘Lula’ da Silva, ganhasse as eleições. Em 2011, o ex-diretor de jornalismo da empresa na época, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o conhecido “Boni”, deu uma entrevista ao canal Globo News e ‘confessou’ os meandros e pormenores da manipulação realizada pela Globo contra Lula e a favor de Fernando Collor de Melo.

a partir do decurso de emancipação política da nação, que tal expressão passou a ser recorrente, e se consolidando no final do século vigente. Sendo assim, ela pode ser definida como “conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro”. Todavia, a autora ressalta que “apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada”.<sup>06</sup>

Em contrapartida, para além do *mainstream* jornalístico, têm-se a constituição da chamada *imprensa alternativa*. Este tipo de imprensa se caracteriza essencialmente por abordagens e temáticas que a grande imprensa não ou raramente utiliza. Atualmente, a imprensa alternativa está concentrada em *blogs*, jornais e revistas virtuais devido à expansão do uso da *internet*, especialmente no que tange às redes sociais.

A modernização da imprensa no Brasil, iniciada a partir dos últimos anos do século XIX, está conectada com as transformações econômicas e sociais promovidas pela consolidação do capitalismo industrial oriundo principalmente da Europa ocidental.

Noutro tempo, isto é, antes da transformação estrutural da tipografia nacional em empresa, a preocupação preponderante dos produtores de periódicos era o debate político, deixando em segundo plano outros assuntos. Conforme mostra Capelato, por exemplo, “inúmeros jornais participaram do movimento republicano e comemoraram, entusiasticamente, a vitória da República, tais como o Correio Paulistano, Província de S. Paulo, Diário Popular, Gazeta de Notícias, entre outros”<sup>07</sup>. Os certames de cunho político não desapareceram, no entanto, os periódicos inseriram

---

06 LUCA, Tânia Regina de. A Grande Imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 149.

07 CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia (Org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas, 2015. p. 124.

outros gêneros como notas, reportagens, entrevistas, crônicas e, ao lado da produção ficcional, que só lentamente perdeu espaço nos grandes matutinos, compareciam os inquéritos literários. Surgiram seções especializadas, dedicadas ao público feminino, esportes, lazer, vida social e cultural, crítica literária, assuntos policiais e internacionais. Aos poucos se delineava a distinção entre matéria de caráter informacional ou propriamente jornalística, supostamente neutra e objetiva, e o texto de opinião, que tomava posição e defendia ideias e valores.<sup>08</sup>

As divisões criadas a partir da mutação estrutural da imprensa brasileira, o respectivo quinhão das notícias angariou o qualitativo de *imparcial*, ou seja, a função dessa parte da imprensa era levar ao leitor a informação pura e simplesmente sem qualquer influência ideológica. Ora, assim como na História, não é possível considerarmos uma objetividade absoluta na produção de textos jornalísticos.

No caso do historiador, Keith Jenkins pondera que “o passado que ‘conhecemos’ é sempre condicionado por nossas próprias visões, nosso próprio ‘presente’<sup>09</sup>, isto é, a influência do cotidiano interfere no fazer da pesquisa histórica. Em relação à produção jornalística, o periodista sofre preponderância do próprio presente em sua interpretação deste mesmo presente, aspecto equivalente ao do historiador. Em suma, em qualquer análise realizada, seja do passado, presente ou até mesmo do futuro, será admitido o predomínio de nosso presente, de nosso cotidiano.

A discussão entre História e Jornalismo é relativamente recente. Jean-Pierre Rioux<sup>10</sup> defende que a diminuição das tensões entre as duas áreas é necessária e produtiva, pois devido às novidades em seu campo, os jornalistas possuem maior domínio da grande quantidade documental no trabalho. A própria *história do presente* tomou emprestado e interiorizou, mais do que se diz, algumas boas receitas da imprensa, como as práticas

---

08 LUCA, Tânia Regina de. A Grande Imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 151.

09 JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 33.

10 RIOUX, Jean-Pierre. Entre História e Jornalismo. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. São Paulo; Bauru: EdUSC, 1999. p. 119-126.

de pesquisa de campo e o uso do gravador. A metodologia da conhecida História Oral utilizada por historiadores foi vastamente influenciada por procedimentos oriundos da esfera jornalística.

A influência do presente no ofício do jornalista não está atrelada somente à subjetividade individual do agente, mas também a *para quem* ele trabalha, isto é, a empresa jornalística que o emprega elabora ditames que devem ser seguidos pelos periodistas. Neste sentido, há limites para o que se pode publicar e como se deve publicar, de acordo com as posições dos detentores do veículo de comunicação. Nelson Werneck Sodré, em sua clássica obra *História da Imprensa no Brasil*, argumenta que a constituição dos órgãos de imprensa em empresas capitalistas solapou grande parte da autonomia do ofício jornalístico, devido à subordinação dos detentores milionários dos periódicos. Segundo o autor, é “muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar um jornal”<sup>11</sup>.

O sociólogo Érik Neveu, professor do Instituto de Estudos Políticos de Rennes na França, em sua obra *Sociologia do Jornalismo*, tenta compreender melhor as inúmeras questões acerca do ofício do jornalista. Em uma dessas análises, o autor problematiza justamente a influência do campo econômico na esfera jornalística. Segundo Neveu, o jornalismo arregimentou “importantes conquistas ratificadas nas democracias representativas por legislação que defende e protege a autonomia e a liberdade do poder político sem limite dos empregadores ‘todo-poderosos’ (cláusula de consciência, lei anticoncentração)”<sup>12</sup>.

Neste sentido, o autor salienta a necessidade de debater a autonomia da imprensa em relação aos poderes econômicos devido ao “peso das lógicas comerciais, medidas pelo grau de subordinação da ‘empresa de produção da informação’ à ‘empresa de jornalismo’”.<sup>13</sup>

---

11 SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999, p. 275-276.

12 NEVEU, Érik. *Sociologia do Jornalismo*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 275-276.

13 NEVEU, Érik. *Sociologia do Jornalismo*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 275-276.

Na edição brasileira da obra de Neveu, há um apêndice acerca de um estudo de caso que o sociólogo realizou sobre o jornalismo no Brasil. Nele, o professor francês disserta acerca da formação do profissional, a qual era (ainda é) fortemente conectada a um caráter intelectual e à constante relação íntima com o Estado, especificamente no que tange ao cerceamento de cunho estatal à liberdade de imprensa, pois em maior parte da História do Brasil, a imprensa esteve fortemente sob controle do Estado.

As relações entre o Estado brasileiro e a imprensa sempre foram estreitas. Mesmo enquanto colônia portuguesa, a grande porção territorial sul-americana era controlada de perto pelo Império Luso. Na verdade, a censura imposta pela Coroa também abarcava o próprio território português na península ibérica. O intuito do governo luso era manter as colônias extremamente dependentes da Metrópole. Neste sentido, a censura à imprensa fazia parte do esquema de subordinação colonial. No entanto, mesmo sob a égide da censura estatal lusitana, livros e textos aportaram clandestinamente no Brasil no final do século XVIII, como mostra Sodré.<sup>14</sup>

O processo de modernização de nossa imprensa modificou profundamente o modo de confecção dos jornais. Assim, o modelo de periódico produzido no Brasil foi importado do modelo estadunidense. Foi nesse momento que a publicidade entrou em cena. Era preciso angariar capital para que os periódicos pudessem se expandir e disputar concorrência. Neste sentido, os anúncios publicitários exerceram seu papel de capitaneadores de renda e mostraram como cada vez mais os jornais passariam a ser dependentes de grandes financiamentos para sobreviverem.

Não obstante a constituição dos periódicos em uma espécie de indústria da informação, o interesse acerca do jogo político se manteve, mesmo que em um suposto segundo plano. Naquele momento, o espaço

---

14 SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999. p. 275-276.

de discussão do político se restringiu, em tese, aos editoriais (esfera onde era publicado as opiniões dos proprietários do jornal – não era assinado por um jornalismo específico) e nas colunas exclusivas atribuídas a determinados periodistas.

Nas notícias que supostamente transmitem exclusivamente informação, as posições políticas estão inseridas de maneira implícita. Há estratégias largamente utilizadas por diversos veículos de comunicação para manipular os leitores aos seus interesses. Exemplos: a) a tática da repetição ou o nível de frequência com que determinado assunto aparece nos jornais. Na maioria das vezes, as notícias aparecem com grande destaque, se possível de primeira página; b) a tática da não repetição. Justamente o contrário em relação à estratégia anterior: o jornal não publica (ou publica poucas vezes ou somente uma vez) determinada informação. Quando a notícia aparece, o destaque dado a ela é ínfimo; c) a tática da distração: o uso incansável de outros temas geralmente insignificantes para esconder e minimizar um assunto de fato importante para a sociedade; d) a tática da emoção. O apelo emocional (especialmente os sentimentos de raiva e medo) é utilizado para persuadir o leitor em detrimento de uma reflexão crítica.

No processo de modernização da imprensa brasileira, a importação do modelo estadunidense revela a concepção de publicação: a informação pela informação; o fato pelo fato. Por meio desse discurso objetivo, com intuito de incutir um viés imparcial nos jornais, os periodistas tomam para si a prerrogativa de interpretar e formar a opinião pública por meio de seus jornais. A ideia de imparcialidade se consolida e passa a ser a tônica nos jornais brasileiros.

Segundo Capelato<sup>15</sup>, a imprensa é vista como instituição pública a partir da consolidação do Estado liberal. Com a modernização da imprensa,

---

15 CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia (Org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas, 2015. p. 121-124.

ela se torna uma instituição privada, isto é, a imprensa caracteriza-se como uma instituição pública e privada. Ora, como é possível uma instituição privada ser a expressão da “vontade popular” no contraponto do discurso de governos instituídos, num sistema em que os interesses financeiros são prioridade? A historiadora questiona essa posição e argumenta que os direitos do cidadão se confundem com os direitos do dono do jornal e que os jornais *são* órgãos da opinião pública, mas *não* ela mesma.

Vejamos um exemplo no Brasil: os canais de televisão são concessões públicas exercidas por grupos privados (muitos deles pertencentes a parlamentares, o que é inconstitucional) que advogam acerca do próprio interesse e não do interesse público. Como já mostrado e exemplificado anteriormente, a ideia do discurso da imprensa ser imparcial juntamente com a possibilidade dos periodistas pensarem para o leitor faz com que os interesses dos proprietários dos veículos de comunicação se confundam com os interesses de parcela majoritária da sociedade.

Desse modo, conseguimos estabelecer a conexão entre a grande imprensa e o golpe de Estado de 1964. A imprensa no pré-64 estava majoritariamente a favor do golpe, com exceção do jornal Última Hora, o qual teve sua redação incendiada no dia primeiro de abril de 1964. Os jornais O Globo, de Roberto Marinho, os jornais vinculados aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, a Folha de S. Paulo, da família Frias, o Estado de S. Paulo, da família Mesquita, e o Tribuna de Imprensa, de Carlos Lacerda, foram unânimes na defesa do golpe de Estado orquestrado pelos militares.

O jornal Última Hora, criado por Samuel Wainer, se posicionou de maneira contrária ao golpe de Estado de 1964. Este jornal foi fundado em 1951 com o intuito de fazer um contraponto político-discursivo em relação aos outros jornais da chamada grande imprensa. Naquela época, o presidente da República era Getúlio Vargas. O político gaúcho, eleito com certa tranquilidade em 1950, até o seu suicídio em 1954, foi o alvo preferido dos jornais que mais tarde apoiaram o golpe. O Último Hora,

financiado pelo próprio governo Vargas, possuía o dever de defender o governo federal do “ataque” dos outros jornais.

É de conhecimento amplo que as posições políticas de Vargas e posteriormente de seus herdeiros políticos desagradavam os jornais da grande imprensa. Estes jornais, sob a égide falaciosa da imparcialidade e tendo em vista seus próprios interesses econômicos, se aproximavam fortemente do discurso liberal (o Estado de S. Paulo se autodenominava abertamente liberal) e por isso eram contra políticas consideradas progressistas do governo Vargas, como a ampliação de direitos trabalhistas e previdenciários e o processo de fortalecimento de empresas estatais como a CSN e a criação da Petrobrás. O discurso anticomunista e anticorrupção contribuiu fortemente para a criação de um contexto de instabilidade política e social que proporcionou uma atmosfera favorável para o movimento golpista.

Com o golpe consolidado e a instituição dos governos militares no comando político do país, os militares iniciaram um processo de reformas de caráter autoritário a fim de obterem maior controle possível da sociedade. Os militares, no afã de implementar seus objetivos, conduziram uma asfixia das liberdades democráticas com discurso e ação explícitos em defesa da legalidade do arbítrio.

A supressão das liberdades democráticas proporcionou um descontentamento dentre as camadas progressistas da sociedade. Os opositores da Ditadura, ramificados em partidos políticos, movimentos sociais e grupos armados, eram majoritariamente inseridos no campo da esquerda ou, ao menos, de centro-esquerda. A oposição também integrava um vasto número de militares legalistas, os quais tiveram suas patentes revogadas com aposentadorias, expulsões e afastamentos sumários.

Durante a ditadura militar, houve duas preocupações dos órgãos de repressão no que tange à censura. A primeira estava preocupada com questões ligadas à moral da sociedade brasileira, com foco no controle da pornografia e erotismo exibidos em filmes, novelas e teatro. A segunda,

de nosso interesse, era a censura política à imprensa no sentido de impedir quaisquer notícias e reportagens que pudessem comprometer os governos militares.<sup>16</sup> Acerca da censura à imprensa escrita, tivemos momentos de oscilação durante os governos militares. Segundo Gláucio Soares, a censura

seguiu o mesmo padrão de outros indicadores do grau de autoritarismo das diversas administrações: foi atuante no período imediatamente seguinte ao golpe de 1964 (1); posteriormente, houve flutuações, observando-se ondas que, possivelmente, indicam períodos de maior influência no governo militar, de grupos e pessoas com vocação autoritária. A expansão mais acelerada da ação da Censura teve lugar durante o período mais negro por que o País passou: desde o AI-5, em dezembro de 1968, no governo Costa e Silva, até o fim do governo Garrastazu Médici. Do início da distensão, durante o governo Geisel, até 1976, somente foram controlados alguns aspectos mais gritantes da censura; a partir de 1976, data em que se afirma, o governo Geisel controlou a linha dura, houve uma clara diminuição de suas atividades sem que, não obstante, os seus instrumentos fossem eliminados: o ditador não abriu mão deste instrumento ditatorial.<sup>17</sup>

Em relação à censura prévia, nas redações de jornais maiores estavam os famosos censores, cuja função era filtrar qualquer notícia que pudesse induzir fatores negativos em relação ao governo ou no que corresponde ao envio de materiais para a capital federal ou delegacias regionais, a fim de serem analisados pelos órgãos governamentais. Sem essas duas possibilidades, havia uma terceira: “ordens emitidas por meio de bilhetinhos, telegramas e telefonemas indicando assuntos que não poderiam ser divulgados.”<sup>18</sup> Segundo Soares

a censura prévia foi aplicada quando os jornais recusavam a autocensura. Nem sempre ela se fez através de canais burocráticos; com certa frequência, o aparelho ostensivamente repressivo de policiais e militares foi

---

16 CARVALHO, Lucas Borges de. A censura política à imprensa na ditadura militar: fundamentos e controvérsias. *Revista da Faculdade de Direito*. Curitiba, UFPR, v. 59, n. 1, p. 79-80, 2014.

17 SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 4, n. 10, p. 22, jun. 1989.

18 CARVALHO, Lucas Borges de. A censura política à imprensa na ditadura militar: fundamentos e controvérsias. *Revista da Faculdade de Direito*. Curitiba, UFPR, v. 59, n. 1, p. 84, 2014.

usado. Por exemplo, no dia 24 de agosto de 1972, várias viaturas da Rádio Patrulha invadiram o *O Estado de São Paulo*, um jornal reconhecidamente conservador, que havia feito campanha contra Goulart e apoiado, inicialmente, o golpe militar. Um grande número de policiais, ostensivamente armados com granadas e submetralhadoras, ocuparam e vasculharam a Redação em busca de um noticiário sobre o lançamento da candidatura Geisel à Presidência da República. Como se tratava de um alarme falso, nada encontraram. A partir daquele momento, o *O Estado de São Paulo* não se submeteu mais à autocensura, passando a ser censurado previamente por uma equipe que se instalou na Redação até o dia 5 de janeiro de 1975, quando, por ocasião do centenário do jornal, ela foi levantada.<sup>19</sup>

A revogação da censura prévia em 1978 não pôs fim à vigilância dos governos ditatoriais à imprensa. Com a abertura do regime a partir do governo Geisel (1974-1979), a imprensa alternativa adquiriu fôlego e entrou em ascensão de meados ao final da década de 1970. Neste contexto, os periódicos alternativos se tornaram um dos alvos principais da repressão. O próprio *Lampião da Esquina* foi enquadrado na Lei de Imprensa por duas oportunidades, acusado de “ferir a moral e os bons costumes”.

## **O Jornal *Lampião da Esquina*: um periódico da imprensa alternativa**

Na onda da “abertura lenta e gradual”, com novas possibilidades de publicações “livres” via meios de comunicação, surgiu o jornal *Lampião da Esquina*, com temáticas acerca da homossexualidade. Naquele contexto, o ostensivo embate entre direita e esquerda se transformou após a derrota definitiva das guerrilhas, talvez simbolizada pelo êxito do governo militar contra a guerrilha do Araguaia, mas principalmente pela

---

19 SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 4, n. 10, p. 26, jun. 1989.

mudança estratégica da luta política de parcela majoritária das esquerdas: a violência revolucionária deu lugar ao que conhecemos como socialismo democrático. A democracia passou a ser lida como valor universal no processo de transformação da sociedade. Assim, a ditadura volta suas atenções para opositores não armados, especialmente o PCB e sua respectiva órbita de influência.

O jornal, criado no Rio de Janeiro, foi um importante instrumento no tocante às questões relacionadas com o universo homossexual. Lampião também contribuiu para a criação de outros grupos políticos para além do eixo Rio-São Paulo<sup>20</sup>, juntamente com a constituição do grupo Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, mais tarde renomeado como Grupo Somos de Afirmação Homossexual, ambos no mesmo ano de 1978<sup>21</sup>. O Lampião da Esquina defendeu a necessidade de debater, também, outras causas sociais, como a questão da mulher e a do negro. Assim, o jornal contribuiu para a ampliação da discussão de temáticas concernentes às minorias étnicas e de gênero na sociedade brasileira.

O Lampião da Esquina foi um jornal de grande aceitação no quesito minorias, especialmente no que tange à esfera homossexual. Ele foi um jornal de caráter mensal com 38 edições inéditas (incluindo a primeira edição denominada “edição experimental – número zero”), do mês de abril de 1978 até julho de 1981. Há ainda mais três edições extras<sup>22</sup>, com matérias outrora publicadas (entre o final de 1979 e o início de 1980).

O conselho editorial do jornal era composto por onze pessoas (o número variou durante os anos de produção do periódico), que também eram responsáveis por colunas, matérias, reportagens e entrevistas: Adão Costa (jornalista); Aguinaldo Silva (jornalista); Antônio Chrysóstomo (jornalista); Clóvis Marques (jornalista); Darcy Penteadó (artista plástico e escritor); Francisco Bittencourt (poeta e jornalista); Gasparino Damata

---

20 ZANATTA, Elaine Marques. Documento e Identidade: o movimento homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos AEL*. Campinas, v. 1, n. 5/6, p. 197-198, 1996-1997.

21 ZANATTA, Elaine Marques. Documento e Identidade: o movimento homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos AEL*. Campinas, v. 1, n. 5/6, p. 194, 1996-1997.

22 Estas edições são uma espécie de compilações temáticas.

(jornalista); Jean-Claude Bernadet (crítico de cinema); João Antônio Mascarenhas (advogado e jornalista); João Silvério Trevisan (escritor e cineasta); e Peter Fry (professor e antropólogo).

O jornal era vendido em diversas bancas de jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais, bem como havia a possibilidade de realizar uma assinatura mensal, fosse no Brasil ou em outro país.<sup>23</sup> Aguinaldo Silva contava uma história acerca da negociação realizada com os donos de bancas de jornal do Rio de Janeiro para que eles aceitassem vender o *Lampião da Esquina* em seus respectivos estabelecimentos. O escritor afirma, em um tom bem-humorado, que “os italianos machões ficaram em polvorosa com o jornal de viado”. O ex-editor do periódico ainda revela que as duas primeiras publicações foram às bancas, entretanto não foram expostas para o público. Devido a uma certa insistência e muitas cachaças oferecidas aos donos das bancas, o jornal passou a ser exibido para o público.<sup>24</sup>

João Silvério Trevisan, um dos fundadores do jornal, argumenta que a ação de compra do periódico era de certa forma uma representação de resistência: “normalmente o *Lampião* ficava escondido na própria banca. Então o ato mesmo de comprar o jornal era uma espécie de saída do armário, uma forma de assumir”.<sup>25</sup> Em relação à parte técnica do jornal, o *Lampião da Esquina* é um

---

23 SIMÕES JÚNIOR, Almerindo Cardoso. “...E havia um *lampião* na esquina’ – Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura (1978-1980). 2006. 133 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

24 PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil: entre a militância e o consumo*. São Paulo: Publifolha, 2011. p. 116-117.

25 PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil: entre a militância e o consumo*. São Paulo: Publifolha, 2011. p. 125. Sobre a questão do assumir, vide: SOUTO MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto. O ‘assumir’ na emergência do movimento homossexual brasileiro: os casos do Somos (SP), Grupo Gay da Bahia (BA) e Dialogay (SE). *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, UEPG, v. 22, n. 1, p. 171-197, 2017.

jornal, em tamanho tabloide<sup>26</sup>, era impresso em cores neutras. Trazia reportagens com personalidades não necessariamente homossexuais, contos, críticas literárias, de teatro ou cinema. Grande destaque era dado às cartas dos leitores, que se tornavam legítimos espaços de visibilidade para a comunidade. Pequenas notas contra os atos preconceituosos da sociedade eram constantes, assim como ataques diretos a homófobos ou a quem agisse de modo politicamente incorreto em relação aos homossexuais.<sup>27</sup>

O *Lampião da Esquina* tinha uma média de 16 laudas por edição; as capas eram bem coloridas, com letras grandes com o intuito de provocar um interesse súbito no público; havia sempre um editorial assinado pelo Conselho Editorial ou por algum membro do Conselho; as matérias e colunas eram sempre assinadas e obtinham uma generosa variação de autores, especialmente no aumento da abrangência do jornal, já a quantidade de colaboradores aumentou, enfatizando a presença de contribuições fora do país, como Estados Unidos, França e Inglaterra.

A administração do jornal mantinha dois “quartéis gerais”, sendo um no Rio de Janeiro e o outro em São Paulo. O fluminense era capitaneado por Aguinaldo Silva e o paulistano por João Silvério Trevisan, ambos fundadores do periódico. Assim, havia uma rivalidade ideológica entre os grupos (isso não quer dizer que eram grupos homogêneos) no que tange à função principal do jornal. Apesar da consonância dos fundadores em produzir um periódico ativista, Aguinaldo Silva<sup>28</sup> argumenta que sua principal preocupação era não reduzir o jornal a um panfleto:

---

26 Segundo Érik Neveu (2012, p. 20), o tabloide é “um formato compacto de jornal (29x37 cm) usado pela imprensa popular britânica. Designa, no Reino Unido, a imprensa popular, por oposição aos jornais ‘de qualidade’, de grande formato (standard)”. A questão da qualidade do tabloide refere-se à questão técnica, pois a imprensa alternativa não lograva recursos infinitos na produção de seus periódicos.

27 SIMÕES JÚNIOR, Almerindo Cardoso. “...E havia um *lapião* na esquina’ – Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura (1978-1980). 2006. 133 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 38.

28 As declarações de Aguinaldo Silva e João Silvério Trevisan são oriundas de entrevistas realizadas pela jornalista Flávia Péret que foram publicadas em seu livro *Imprensa Gay no Brasil*, de 2011.

Havia um grupo, mais paulista, que achava que o jornal deveria ser panfletário e não se preocupar em ter uma linguagem jornalística. Queriam que ele fosse puramente dedicado ao ativismo. E isso era um problema, porque um jornal só ativista acaba limitado. Nas reuniões de pauta, sempre havia discussões em torno dessa questão. E eram muito cansativas.<sup>29</sup>

Silva, em sua entrevista para Flávia Péret, realizada em 2010, ainda afirma que o *Lampião* é considerado atualmente um jornal alternativo justamente porque o periódico foi além do ativismo e conseguiu “sair do gueto”, isto é, o jornal passou a ser apreciado para além do público homossexual. Em contrapartida, João Silvério Trevisan pensava de maneira distinta:

A ideia era produzir um jornal que tivesse, sobretudo, uma discussão política intrincada e séria sobre as questões de direitos homossexuais. Nossa intenção era nos inserir no bojo de lutas mais amplas e menos contempladas no movimento operário. Os movimentos de esquerda priorizavam, naturalmente, a luta de classes e consideravam que as outras lutas eram menores. Nós achávamos isso muito discutível, não acreditávamos nessa ideia. [...] Não há que se conquistar o poder primeiro para depois decretar que machão não vai mais ser machão, que racismo não vai mais existir e que a homofobia será combatida.<sup>30</sup>

Trevisan considera que a guinada sensacionalista do jornal (nas últimas edições em 1981) foi necessária devido às questões financeiras, pois tais matérias faziam o periódico ser mais vendido nas bancas.<sup>31</sup> Neste sentido, João Silvério comunga da opinião de Aguinaldo Silva em relação aos motivos que levaram ao fim do *Lampião*, para além das questões financeiras.

Podemos perceber o antagonismo de ideias dos grupos que disputavam o jornal. Por um lado, a preocupação de um jornalista (e não

---

29 PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil: entre a militância e o consumo*. São Paulo: Publifolha, 2011. p. 117.

30 PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil: entre a militância e o consumo*. São Paulo: Publifolha, 2011. p. 124.

31 PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil: entre a militância e o consumo*. São Paulo: Publifolha, 2011. p. 126.

um ativista) em não transformar o periódico em um panfleto, mas sim em um jornal que pudesse ter mais aceitação de um público não homossexual, mas sem perder o caráter político. De outro lado, o receio de um ativista-jornalista de produzir um periódico sensacionalista que resultasse em uma espécie de desenraizamento dos preceitos firmados durante a fundação do jornal. Silvério Trevisan e Aguinaldo Silva, ao menos concordam com o motivo (além do financeiro) de fechamento do periódico: as divergências ideológicas.<sup>32</sup>

O discurso homossexual, promovido pelo Jornal Lampião da Esquina, não era somente utilizado como instrumento de legitimação, mas especialmente na construção de diálogo com os próprios leitores, bem como em críticas direcionadas ao conservadorismo social, seja de direita ou de esquerda, referente à ausência de espaço de discussão no que tange à temática homossexual. Assim, a linha editorial é evidente na primeira edição do jornal:

[...] Mas um jornal homossexual, para quê? A resposta mais fácil é aquela que nos mostrará empunhando uma bandeira exótica ou “compreensível”, cavando mais fundo as muralhas do gueto, endossando - ao “assumir” - a posição isolada que a Grande Consciência Homossexual reservou aos que não rezam pela sua cartilha, e que convém à sua perpetuação e ao seu funcionamento. Para acabar com essa imagem-padrão, LAMPIÃO não pretende solçar a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz. A essa minoria, não interessam posições como as dos que, aderindo ao sistema - do qual se tornam apenas “bobos da corte” - declaram-se por ledro engano, livres de toda discriminação e com acesso a amplas oportunidades; o que LAMPIÃO reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito - o que nós queremos

---

32 Sobre as discussões em torno das divergências entre João Silvério Trevisan e Aguinaldo Silva, vide: SOUTO MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto. *Assumir-se ou não assumir-se? O Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981)*. 2015. 189 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização enquanto tal.<sup>33</sup>

O Lampião, inserido no contexto da ditadura, mais especificamente no processo de abertura política, abordava temáticas em sua linha editorial que praticamente estavam ausentes dos veículos de comunicação da chamada grande imprensa. Isso não significa que periódicos “consagrados” não lançassem mão de assuntos concernentes às homossexualidades, no entanto, o viés apresentado promovia, majoritariamente, uma espetacularização debochada e humilhante, mostrando a pessoa *gay* como uma espécie de “animal exótico” a ser fetichizado. Por outro lado, havia uma certa tolerância em relação a comportamentos fora do universo heteronormativo no que tange à esfera artística. Explica-se: as performances andróginas dos Dzi Croquettes e Ney Matogrosso obtiveram um expressivo sucesso durante o período de transformações culturais nas décadas de 1960 e 1970.<sup>34</sup>

Neste sentido, o jornal Lampião da Esquina estava inserido no bojo da imprensa alternativa durante a ditadura militar brasileira, imprensa esta que nutria uma diversidade monstruosa de temáticas e abordagens em seus periódicos.

Durante a vigência da censura prévia nos governos militares, ela perpetrou tanto a *grande imprensa* como a imprensa alternativa. Segundo Maria Aparecida de Aquino<sup>35</sup>, a *grande imprensa*, em sua grande parte, “optou” pela autocensura para preservar o material de divulgação que estava sendo censurado. Outros jornais, como o Jornal do Brasil, não foram censurados e preferiu-se utilizar estratégias diferenciadas para

---

33 Lampião da Esquina, edição número zero, abril 1978, p. 2.

34 GREEN, James. *Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: EdUNESP, 1999. p. 411-413.

35 AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício do cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EdUSC, 1999. p. 24.

alertar ao leitor que suas publicações estavam sob censura governamental, pois segundo Aquino a autocensura se dava pela “criação de imagens figuradas que forçam uma leitura nas entrelinhas, ou mesmo burlando-se ordens expressas”.<sup>36</sup>

Em relação à imprensa alternativa, Bernardo Kucinski afirma que os órgãos de repressão e informação perseguiram esse tipo de periódico com maior afinco. Segundo o autor, mesmo após o “pente fino” da censura prévia, algumas edições eram sumariamente apreendidas. Foi somente a partir do processo de abertura política que a imprensa alternativa obteve um grau maior de liberdade de divulgação de material outrora censurado.

A partir do projeto de distensão política do governo Geisel (1974-1978), combatido pela linha-dura militar, os jornais alternativos tornaram-se o pivô das lutas intestinas do regime. Após as greves do ABC e da campanha pela anistia, entre 1978 e 1980, quando a articulação na sociedade civil atingiu um novo patamar, a imprensa alternativa esteve entre os alvos principais da tentativa da *linha dura* de romper os nódulos dessa articulação por métodos terroristas.<sup>37</sup>

Assim como a grande imprensa, a imprensa alternativa também não possui um conceito fechado e absoluto. De certo modo, temos com imprensa alternativa aquela que não está inserida no *mainstream*, ou seja, ela é efêmera, não tem uma grande tiragem e está restrita a determinados círculos de leitura. Flávio Aguiar<sup>38</sup>, ex-companheiro de Kucinski nos jornais Opinião e Movimento, questiona essa posição. Para ele, a imprensa brasileira já nasceu alternativa com o Correio Braziliense em 1808. Em relação ao Última Hora, Aguiar argumenta o paradoxo do jornal de Wainer em ser considerado como ‘alternativo’, pois o jornal era apoiado e

---

36 AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício do cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EdUSC, 1999. p. 222.

37 KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991. p. 5.

38 AGUIAR, Flávio. *Imprensa Alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo*. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 234-235.

financiado pelo segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954) e também por estar categorizado nos requisitos que compõem a grande imprensa: tiragem elevada, abrangência considerável pois era praticamente lido por todo o país, possuía um maquinário moderno e conseguia fazer frente, até certo ponto, aos jornais opositores do governo.

Ainda segundo Aguiar<sup>39</sup>, em meados do século XX, formou-se um cartel hegemônico da grande imprensa que visava combater, segundo eles, uma espécie de “esquerdismo”. Desse modo, a imprensa alternativa trabalhava em “oposição ao espírito oligarca hegemônico liberal da grande imprensa” e por isso o conceito de alternativo ficou “associado a uma posição antigovernista generalizada”. O jornalista argumenta que jornais como *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo* não se consideravam como imprensa alternativa, pois disputavam pelo poder da informação com a grande imprensa. No entanto, do ponto de vista jornalístico, esses jornais estavam inseridos na imprensa nanica, pois eram “subalternos, apequenados e menores”.

De qualquer maneira, a imprensa alternativa na ditadura obteve importância considerável dentro da sociedade, especialmente durante o processo de abertura política, momento em que os governos militares afrouxaram ligeiramente a censura aos jornais. A abertura política é um dos grandes eixos temáticos de pesquisa acerca do período dos governos militares brasileiros investigados em maior parte por historiadores e cientistas políticos, apesar da adesão tardia do nosso campo nos estudos. A distensão promovida a partir do governo Ernesto Geisel (1974-1979) ficou conhecida no discurso oficial do próprio “general-presidente” como uma abertura *lenta, gradual e segura*, isto é, a redemocratização seria o *vir a ser*, porém o processo se daria à maneira dos detentores do poder, no caso os próprios militares.

---

39 AGUIAR, Flávio. Imprensa Alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 235-238.

## O Lampião da Esquina: entre a transgressão e a moralidade

O movimento de oposição à ditadura era heterogêneo, especialmente neste contexto de abertura e, mais especificamente, a partir do final da década de 1970. No entanto, é preciso considerar que as esquerdas compunham majoritariamente a oposição aos militares no poder, mas com a continuidade do regime (em 1982, o PDS, antigo ARENA, partido do governo, já não se encontrava mais tão domesticado pelo Executivo militar), o desgaste foi inevitável e as pressões contra os governos militares cresciam. Neste sentido, setores da direita que contribuíram para o golpe e para a ditadura “pularam o muro” e passaram a defender o fim do regime militar, enquanto outros setores que continuaram com os militares lançaram mão da tentativa de institucionalizar o regime. A discussão acerca da abertura realizada anteriormente nos mostra isso.

O jornal Lampião da Esquina, logo no início das primeiras publicações, em meados de 1978, sofreu a abertura de um inquérito policial por “ofender a moral e os bons costumes”, baseado em um artigo<sup>40</sup> da conhecida Lei de Imprensa<sup>41</sup> de 1967, inaugurada no início do governo Costa e Silva (1967-1969). Doze meses depois, o inquérito foi arquivado. Em novembro de 1979, o desabafo em forma de editorial abre a edição do mês:

Foram doze meses de choro, ranger de dentes e defecções, desde aquele dia, no mês de agosto de 1978, em que chegou uma primeira intimação, em nome de Francisco Bittencourt: tratava-se, como se pode ver, agora que tudo terminou e nós, finalmente, temos acesso ao inquérito – de uma firme determinação do Departamento de Polícia Federal de não apenas fechar o LAMPIÃO como também punir os responsáveis por ele. A essa “firme

40 Art. 17: “Ofender a moral pública e os bons costumes. Pena: detenção de 3 (três) meses a 1 (um ano), e multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos”.

41 A Lei de Imprensa foi revogada somente em 2009, quando o Supremo Tribunal Federal (STF), por 7 votos de 11, declarou a lei anticonstitucional. O Ministro Marco Aurélio de Mello foi o único a se pronunciar contra a extinção da lei em absoluto.

determinação”, no entanto, nós opusemos nossa secular teimosia, e nossa confiança naquela a quem caberia a decisão final, a Justiça. Foi essa confiança que nos levou a suportar todas as pressões – as visitas matinais dos agentes do DPF, as solicitações arbitrárias como aquela dos nossos livros contábeis, a humilhação de sermos qualificados e identificados numa repartição policial como criminosos – e o resultado final dessa longa história mostra que nós tínhamos razão: a Justiça decidiu-se pelo arquivamento do processo, levando em conta o parecer do Procurador da República, Sérgio Ribeiro da Costa, a respeito de LAMPIÃO: “No caso em exame, a publicação inquinada de ofensiva à moral pública pode ofender a moral de alguém, mas não de todos. Portanto é relativo e não absoluto o conceito de moral daquele que condena essas publicações”. Com o arquivamento do inquérito, o que ficou decidido claramente foi o seguinte: a polícia, ao suspeitar de nós, não tinha razão; nós, ao rechaçarmos a acusação, estávamos certos; ao DPF cabe aceitar o conselho dado pelo Procurador em seu parecer: “Ademais disso, não retiro de autoridade o dever de censurar as publicações nos estritos limites da lei, sujeitando-se, se for o caso, aos abusos que venha a cometer”. É, foi um abuso, sim, este rumoroso caso de perseguição ao LAMPIÃO e seus editores; mas nós nos mantivemos firmes diante dele, e agora tudo terminou [...].<sup>42</sup>

Nos parágrafos seguintes do editorial, escrito por Aguinaldo Silva, os perseguidos fazem questão de assinalar o apoio que tiveram de diversos colaboradores do jornal, sendo que o suporte veio de

lugares inesperados, cresceu e se avolumou, a tal ponto que o arquivamento do processo nos pegou de surpresa com uma enorme lista, assinada por dezenas de personalidades de todo o país, dando seu apoio ao jornal e pedindo ao Ministro da Justiça que desse um fim às pressões.<sup>43</sup>

O editorial acena a publicação da lista assinada pelos apoiadores posteriormente. Neste sentido, Lampião, no presente editorial, publicou na íntegra o relatório de arquivamento do inquérito. Tal relatório, produzido pelo Procurador da República, Sérgio Ribeiro da Costa,

---

42 Lampião da Esquina, edição número 18, nov. 1979, p. 2.

43 Lampião da Esquina, edição número 18, nov. 1979, p. 2.

relativiza a questão da “moral e bons costumes”. No entanto, um trecho do relatório mostra o quanto a homossexualidade ainda era (é) bestializada por setores da sociedade.

Com efeito, as matérias publicadas no referido jornal referem-se a teses homossexuais, poesias ligadas a temas homossexuais, notícias ligadas ao mundo da homossexualidade, porém, todas elas escritas num vocabulário que não atenta à moral pública. Vale lembrar os inúmeros poemas da literatura universal ligados a problemas homossexuais, notadamente os sonetos de Miguel Angelo dedicados a Tomaso Cavalliere, e alguns de Shakespeare que nunca atentaram à moral pública, ao contrário, são obras da maior sobriedade e beleza. Todavia, não estou fazendo a crítica da matéria publicada ao ponto de considerá-la de bom gosto e profunda. Acho a publicação pobre e os poemas ruins, mas não a considero, no meu entender, ofensiva à moral pública. Ademais disso, não retiro de autoridade o dever de censurar as publicações nos estritos limites da lei, sujeitando-se, se for o caso, aos abusos que venha a cometer.

Interessante notarmos os adjetivos do Procurador sobre as referências de Miguel Ângelo e Shakespeare – “sobriedade e beleza”. Primeiro que, como Procurador da República, ele deveria se abster de emitir opiniões particulares em nome da isonomia jurídica. Segundo, por meio dessas “opiniões particulares”, Sérgio Ribeiro da Costa demonstra o que o padrão heteronormativo pensa sobre questões envolvendo homossexuais: a crítica por um suposto excesso de explicitude, um exagero de palavras e imagens, segundo eles. Esse pensamento cai na retórica da invisibilidade homossexual: “você pode ser gay, mas dentro do armário”.

Neste caso, o que o Procurador quis dizer com suas “opiniões”, em nossa interpretação, se caracteriza pela suposta regra de que quaisquer publicações e debates que possam ser realizados sobre a homossexualidade deva ser “polido e discreto”, ou seja, nada de poemas obscenos e imagens com nudez total ou parcial. Ora, o Lampião da Esquina estava postado justamente do lado oposto: escancarava o debate com prosa, poesia,

fotos e charges. O narrador, o jornal *Lampião da Esquina*, representado por Aguinaldo Silva, age “como regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico. Mas esse autor é ativo na medida em que rege vozes que ele (re)cria, entretanto, deixando que se manifestem com autonomia”.<sup>44</sup>

Não é de se estranhar que a ditadura militar perseguisse publicações de cunho homossexual, afinal essa questão estava inserida no bojo de uma das principais diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN): o anticomunismo. A conexão entre *comunismo* e *homossexual*<sup>45</sup> foi uma das pautas da ideologia militar que tomou o Estado brasileiro, isto é, a pessoa ou grupo que estivesse fora do padrão heteronormativo era considerado subversivo. Benjamin Cowan nos mostra que

Representantes do SNI e da Polícia Federal consistentemente incluíram acusações de homossexualidade nos seus informes sobre suspeitos de “subversão”, com uma informalidade que indicou a *presunção* de que desvios sexuais, psicológicos ou de gênero não só constituíam uma constelação própria, mas também punham em risco a segurança nacional. Revendo os antecedentes daqueles que procuraram postos governamentais ou que foram suspeitos de subversão, o SNI e o DPF incluíram detalhes como “consta ser pederasta”; “uns afirmam ser o nominado homossexual”, “é elemento homossexual”, ou mais especificamente “é elemento homossexual passivo”.<sup>46</sup>

Mesmo com um inquérito aberto contra o jornal, outros veículos de comunicação não foram reprimidos por abordarem o tema. Segundo um dos editoriais, denominado “Estamos aqui, plantados, sempre à espera da chamada ‘abertura’”, oriundo da edição de junho de 1979 de *Lampião*, nos deparamos com a ausência de isonomia política da ditadura, o que é

---

44 PIRES, Vera Lúcia; TAMANINI-ADAMES, Fátima Andréia. Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia. *Estudos Semióticos*. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 71-72, nov. 2010.

45 Sobre a política sexual da ditadura militar, vide: QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. 329 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

46 COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: UFSCAR, 2014. p. 32.

algo previsível ao se tratar de um regime autoritário e excludente:

Enquanto isso, o assunto cuja veiculação motivou o inquérito – o homossexualismo – deixou de ser tabu, para se enquadrar entre os mais discutíveis da atualidade. O animador Flávio Cavalcanti chegou mesmo a debatê-lo no mais vigiado de todos os veículos, a televisão. Durante três domingos, a cores e via Embratel, pessoas sérias e competentes falaram de homossexualismo concluindo que os homossexuais têm toda razão ao lutar pelo direito de ser o que são, sem que tenham que ser reprimidos por isso. Findo a série de debates via TV, não aconteceu o que os mais radicais esperavam: não houve desagregação da família, nem um substancial aumento no índice de homossexuais, ao contrário, as pessoas, mesmo que não diretamente interessadas nele, acabaram por ficar mais esclarecidas sobre um assunto cuja simples menção, geralmente, já é motivo para receios injustificáveis.<sup>47</sup>

Darcy Penteado em um texto com um forte tom de ironia, denominado “Ma che cosa é questa?”, publicado na edição número 9 de fevereiro de 1979, é enfático ao argumentar acerca da hipocrisia que envolvia o inquérito contra o Lampião da Esquina:

Atentados à moral? Claro que existem! Porém quem é mais atentatório e pernicioso perante a moral e a consciência de um povo: o travesti prostituto que, para subsistir, mesmo levando muita porrada, explora na rua a fantasia sexual dos seus clientes? Ou o político comprovadamente corrupto que, apesar disso, recebe “de mão beijada”, com cumprimentos, solenidades e palminhas, um estado inteirinho para governar? Já que é para moralizar (a idéia veio de vocês), vamos então tentar fazê-lo todos juntos, cabeças, corações e braços, criando a nova e verdadeira moral, aquela que respeite tanto os direitos da coletividade quanto os do indivíduo, não importando a sua cor, raça, religião ou preferência sexual. Se é para moralizar, partamos de uma premissa honesta: em vez de sair à caça de bruxas hipotéticas ou procurar com lupas de aumento pelos em ovos, anulemos a ação perniciosa dos fomentadores de preconceitos, dos intolerantes, dos interesseiros, dos corruptos. Se os “donos da verdade” se fazem de cegos e não toparam a proposta, não tem importância; o povo enxergará por eles.<sup>48</sup>

---

47 Lampião da Esquina, edição número 13, jun. 1979, p. 2.

48 Lampião da Esquina, edição número 9, fev. 1979, p. 6.

No primeiro trecho, sobre “os dois pesos, duas medidas” em relação à repressão ao Lampião e a “liberdade” da TV (no caso a TV Tupi) de abordar a temática homossexual, observamos, mais uma vez, as limitações em debater estas questões com um grande público. Da mesma maneira que Shakespeare narrava com “sobriedade e beleza” (para citar o Procurador da República, Sérgio Ribeiro da Costa), muito provavelmente a abordagem realizada pelo programa de Flávio Cavalcanti tenha seguido nessa linha menos explícita e não “subversiva”, o que, como já ressaltamos, não era a maneira como o Lampião da Esquina apresentava as discussões.

Em relação ao texto de Darcy Penteado, além de abrir inteiramente a questão da hipocrisia moral quando se trata da homossexualidade, julgamos importante relacionarmos o diálogo que o autor executa com seu interlocutor, o “povo”, a sociedade de uma maneira geral. Quando se discute a problemática da questão “Sociedade *versus* Estado” no processo de distensão/abertura política, Penteado, nos parece que confirma essa posição ao “jogar” para a população (sociedade) a tarefa de “enxergar a nova moral” que respeitava as múltiplas diversidades contra a “miopia dos corruptos donos da verdade” (Estado) que jamais terão a capacidade em fazê-la.

Neste contexto ambíguo da chamada abertura política, o grande embate entre esquerda *versus* direita não contemplava, em seus projetos políticos, as minorias sociais, isto é, o “cidadão ideal” das direitas e das esquerdas não levava em consideração a enorme diversidade da tessitura social, o que não abarcava os homossexuais e qualquer identidade dissidente.

O Lampião da Esquina surge neste contexto com a proposta de contestação destes projetos considerados pelo jornal como excludentes. O periódico criticava as ideias dominantes de ambos os campos político-ideológicos. O próprio movimento homossexual brasileiro, do qual o Lampião fazia parte, também se consolidou na década de 1970, neste contexto de longa transição da ditadura que só terminaria no final da década de 1980.

## Considerações Finais

Nos últimos anos, o Brasil tem sofrido uma forte ofensiva conservadora de caráter político e social. Parlamentares e agremiações ligadas a partidos trabalham com intensidade para promover e instituir sua agenda conservadora. Em junho de 2013 ocorreram as conhecidas “Jornadas de Junho”, as quais, em princípio, foram motivadas pela luta política em torno dos reajustes dos transportes coletivos na cidade de São Paulo – ação que foi conduzida pelo Movimento Passe Livre (MPL) – e, posteriormente, a preocupação dominante foi transformada em uma espécie de “descontentamento geral” da sociedade, cujo principal mote era “lutar contra a corrupção generalizada”, o que levou à presença de milhões de pessoas nas ruas.

Das manifestações do MPL contra o reajuste das tarifas às “bandeiras” generalizantes, o perfil do manifestante nas jornadas de junho transformou-se radicalmente: o cidadão comum, de classe média, não organizado, historicamente avesso à participação política para além das eleições, passou a ser presença majoritária e, posteriormente, quase absoluta nas ruas. Assim, a existência de agremiações, partidos e movimentos de esquerda nas manifestações passou a ser questionada pela maioria nas ruas que se julgava “apartidária”, o que na verdade camuflava uma forte ideologia conservadora de direita.

Essa guinada à direita contou com a contribuição determinante da grande imprensa. Os jornais tradicionais e as emissoras de televisão se posicionavam contra as manifestações capitaneadas pelo MPL, particularmente quando a tática *black bloc* foi instituída em setores dos protestos: “vandalismo” foi a palavra-chave que a grande imprensa utilizou na tentativa de deslegitimar o movimento, no entanto, o volume das manifestações aumentava.

Portanto, sem muitas alternativas, a mídia tradicional interrompeu o enfrentamento e adequou o discurso das manifestações a seu favor. Tal

adequação se caracterizou pelo incentivo à ampliação das reivindicações, isto é, o estímulo à defesa das “bandeiras” generalizantes foi oriundo dos grandes veículos de mídia.

No decorrer do texto, notamos que a chamada imprensa tradicional exerce(u) preponderância no que tange à história política brasileira. O “Quarto Poder”, como é vulgarmente conhecida, foi determinante em diversos momentos políticos do país. Durante o processo do pré-golpe de Estado de 1964, bem como no próprio período ditatorial-militar, a grande imprensa foi um importante instrumento de apoio e legitimação da fraude autoritária a que o Brasil foi submetido por quase três décadas.

Assim, nos parece imprescindível o fortalecimento de uma imprensa alternativa. Uma imprensa que consiga realizar contraponto ao discurso dominante da grande imprensa conservadora. O *Lampião da Esquina*, mesmo não sendo o primeiro periódico homossexual criado durante a ditadura militar, ousou no sentido de contestar a política sexual dos governos militares. Apesar da curta duração do jornal, podemos afirmar que *Lampião* produziu uma ressignificação da imprensa homossexual no país.

# O CÂNCER NA LÍNGUA DELES:

## A MEMÓRIA PORNOGRÁFICA LGBT DA EPIDEMIA DE HIV/AIDS

**Remom Matheus Bortolozzi<sup>01</sup>**

**O primeiro impacto** da Aids no Brasil ocorreu sobretudo no imaginário social. Apresentada pela mídia como “peste gay”, “praga gay” e “câncer gay”, a epidemia de HIV/Aids acoplou a imagem já estigmatizada do homossexual masculino a um amplo conjunto de significações relacionadas a noções de marginalidade social, contaminação, contágio, perigo e morte<sup>02</sup>. A construção dessa imagem associou a comunidade LGBT à ideia de “grupo de risco”, que foi utilizada para infamar figuras públicas LGBT que faleceram em decorrência do vírus, além de levar a uma série de atos discriminatórios e outras violações de direitos. A ideia de “grupo de risco” ainda habita a mentalidade popular<sup>03</sup>, embora tenha perdido a legitimidade no discurso profissional e acadêmico. Ao mesmo tempo, a estigmatização ainda hoje é um desafio para as políticas de saúde de prevenção, considerando que a população LGBT ainda apresenta riscos elevados de soroconversão devido a questões

---

01 Doutorando em Medicina Preventiva (USP), Mestre em Educação (UNB), Especialista em Gênero e Sexualidade (UERJ) e graduado em Psicologia (UFPR). Membro do Acervo Bajubá. Email: remombortolozzi@gmail.com

02 DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. *AIDS, a terceira epidemia: ensaios e tentativas*. São Paulo: Iglu, 1991.

03 Desde 1988, o conceito de “grupo de risco” tem sido criticado tanto pelos grupos mais atingidos pela aids, como por profissionais da saúde e acadêmicos, pois se mostrou insuficiente para explicar as possibilidades de risco/infecção pelo HIV, além de promover estigmatização e discriminação das pessoas soropositivas. A partir dessa crítica, adotou-se o conceito de comportamentos de risco, com base na difusão de informações, modos de prevenção, distribuição de insumos e controle de banco de sangue. Mais adiante, a epidemiologia de risco perde o estatuto de principal mediador quando o quadro da vulnerabilidade e direitos humanos ganha legitimidade e hegemonia para compreender a epidemia brasileira.

comportamentais, culturais e sociais<sup>04</sup>.

Após três décadas da epidemia de HIV/Aids no Brasil, uma das principais populações com mais alta prevalência do vírus é a de jovens gays<sup>05</sup>. No município de São Paulo, a razão de sexo atribuído ao nascimento em casos notificados em 2011 foi de 3 homens para 1 mulher<sup>06</sup>. Conforme o estudo Sampa Centro realizado na região central da cidade, 15% dos homens que fazem sexo com homens (HSH) estão infectados com o HIV, além de 18% infectados com sífilis. Esse estudo também apontou uma taxa cerca de 50 vezes maior que a nacional, na faixa etária de 18 a 24 anos. Entre os jovens entrevistados de 18 a 19 anos, a taxa de infecção de 5% indicaria que teriam se contaminado nos dois primeiros anos de vida sexual<sup>07</sup>.

A crescente epidemia entre jovens homossexuais está vinculada a um cenário de valorização incorreta da “estabilização da epidemia”<sup>08</sup> ou propagandeamento do “fim da aids”<sup>09</sup>. Esses discursos de estabilização se sustentam em propostas de controle da infecção pelo HIV e da eficácia do tratamento das doenças associadas com essa infecção. É emblemático o plano defendido pela UNAIDS nomeado “90-90-90”, tendo como meta o fim da epidemia de HIV/AIDS, no qual os Estados têm como compromisso atingir números de 90% das pessoas vivendo com o vírus

04 Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS-SP (CRT/Aids) Programa Estadual DST/Aids-SP faz 30 anos. *BEPA*, Bol. epidemiol. paul. (Online), São Paulo, v. 10, n. 115, jul. 2013. Disponível em: <[http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-42722013000700004&lng=pt&nrm=iso](http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-42722013000700004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jan. 2016.

05 BRASIL. Boletim Epidemiológico AIDS e DST. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, *PN de DST e AIDS*, Ano III, n. 1, 27<sup>a</sup> à 52<sup>a</sup> semanas epidemiológicas, jul./dez. 2013. 1<sup>a</sup> à 26<sup>a</sup> semanas epidemiológicas, jan./jun. 2014.

06 SÃO PAULO. Boletim Epidemiológico de AIDS HIV/SDT e Hepatites B e C do Município de São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal de Saúde, *Coordenação do Programa Municipal de DST/AIDS*, Ano XV, n. 14, jun. 2011.

07 FIORAVANTI, Carlos. Aids ainda longe de controle. *Revista Pesquisa FAPESP*, ed. 200, out. 2012. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/10/11/aids-ainda-longo-do-controle/>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

08 FIORAVANTI, Carlos. Aids ainda longe de controle. *Revista Pesquisa FAPESP*, ed. 200, out. 2012. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/10/11/aids-ainda-longo-do-controle/>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

09 PARKER, Richard. *O fim da aids?* Rio de Janeiro: ABIA, 2015.

que conheçam seu estado sorológico, que destas pessoas vivendo com o HIV, 90% recebam terapia antirretroviral (ART) e que 90% das que estão em tratamento tenham supressão viral até 2020<sup>10</sup>. A aposta hegemônica nas novas respostas biomédicas ofusca o cenário que figura ao fundo. Partindo da premissa de que essas explicações não substituem a demanda por elucidações sociais e políticas, o cenário brasileiro não é nada promissor. Em meio à crise econômica e a um emergente recrudescimento de discursos conservadores pautados em fundamentalismos religiosos, que barram a conquista e garantia de direitos de setores sociais como os LGBT, vemos: cortes sucessivos de verbas em programas nacionais, estaduais e municipais de saúde; censuras sistemáticas a campanhas de prevenção (como à campanha de carnaval de 2012 e à campanha voltada para profissionais do sexo em 2013); impedimento da circulação de informações nas escolas (expresso na mobilização conservadora nos Planos Municipais de Educação em todo o país) e a enorme dificuldade de garantir o acesso a insumos de prevenção dentro das escolas. As políticas públicas brasileiras acabam por permanecerem nessa tensão entre um fazer viver pelas ações biomédicas e, ao mesmo tempo, um deixar morrer aonde permanecem, ou se intensificam, os estigmas e discriminações de diversas populações e comunidades<sup>11</sup>.

Nesse cenário de conservadorismo, as estratégias de prevenção enfrentam enormes barreiras para seus avanços. As modalidades de prevenção ao HIV hegemonicamente difundidas no país são ainda somente aquelas de décadas atrás, centradas no uso da camisinha e na redução de danos. Desde a segunda metade da década de 1990, diversos estudos já questionavam o preservativo como central para a prevenção e apontavam

---

10 GAVIGAN, Kevin; RAMIREZ, Ana; MILNOR, Jack; PEREZ\_BRUMER, Amaya; TERTO JR, Veriano; PARKER, Richard. *Pedagogia da Prevenção: Reinventando a prevenção do HIV no século XXI*. Rio de Janeiro: ABIA, 2015.

11 SEFFNER, Fernando; PARKER, Richard. Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids. *Interface* (Botucatu), Botucatu, v. 20, n. 57, p. 293-304, jun. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141432832016000200293&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832016000200293&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 jun. 2017.

para a necessidade de formas de prevenção que melhor se adequassem às práticas sexuais e estilos de vida<sup>12</sup>. Essas estratégias citadas ainda são muito importantes, mas não podem ser vistas mais como únicas, principalmente em tempos de novas tecnologias biomédicas entrando sistematicamente no cenário da prevenção como a Profilaxia Pós Exposição (PEP), a Terapia Antirretroviral (TARV) compreendendo o tratamento como prevenção e a PrEP (Profilaxia Pré-exposição). Pesquisas realizadas nesta última década têm comprovado a efetividade dessas novas tecnologias biomédicas.

Após um longo percurso de estratégias de atendimento e prevenção ao HIV/Aids<sup>13</sup>, a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), visando subsidiar a construção de novas estratégias de prevenção ao HIV no século XXI, propôs o conceito de *Pedagogia da Prevenção*<sup>14</sup>. Esse conceito, que busca visibilizar a importância das respostas sociais e políticas à epidemia, tem como base o reconhecimento dos saberes das comunidades mais afetadas pela epidemia, compreendendo que estratégias de prevenção não podem se reduzir aos saberes médicos e ao acesso a tecnologias<sup>15</sup>. Inspirada na concepção de pedagogia de Paulo Freire, a *Pedagogia da Prevenção* parte do reconhecimento da importância de prevenções combinadas, garantindo o acesso de pessoas e comunidades “a

12 TERTO JR., Veriano. Diferentes prevenções geram diferentes escolhas? Reflexões para a prevenção de HIV/AIDS em homens que fazem sexo com homens e outras populações vulneráveis. *Rev. bras. epidemiol.*, São Paulo, v. 18, supl. 1, p. 156-168, set. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2015000500156&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2015000500156&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 21 jun. 2017.

13 Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS-SP (CRT/Aids). Programa Estadual DST/Aids-SP faz 30 anos. *BEPA*, Bol. epidemiol. paul. (Online). São Paulo, v. 10, n. 115, jul. 2013. Disponível em: <[http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-42722013000700004&lng=pt&nrm=iso](http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-42722013000700004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jan. 2016.

14 GAVIGAN, Kevin; RAMIREZ, Ana; MILNOR, Jack; PEREZ\_BRUMER, Amaya; TERTO JR, Veriano; PARKER, Richard. *Pedagogia da Prevenção: Reinventando a prevenção do HIV no século XXI*. Rio de Janeiro: ABIA, 2015.

15 Esse conceito se baseia no conceito de Pedagogia do Tratamento, desenvolvido por ativistas de HIV/Aids no início da expansão do tratamento para o HIV. A Pedagogia do Tratamento teve como princípio a associação da medicina à política, aos direitos humanos, à igualdade e aos deveres do governo, situando o tratamento como dever do Estado e reivindicando aos cidadãos o acesso ao controle social. Assim, a Pedagogia do Tratamento visou ao empoderamento e à conquista dos meios para documentar a maneira pela qual os contextos sociais, a violência, e a própria doença afetam as pessoas vivendo com HIV, mas essas sempre compreendidas como agentes e donas de seu próprio tratamento.

informações sobre os métodos disponíveis, além da conscientização sobre os métodos potencialmente mais eficazes à luz de suas situações específicas e do empoderamento para tomar decisões sobre opções de prevenção que fazem sentido em suas vidas”<sup>16</sup>.

A *Pedagogia da Prevenção* reivindica a prevenção como parte integral do direito humano universal à saúde, compreendendo que ela não se resume ao acesso aos métodos preventivos, mas que precisa ser aliada à compreensão deles e ao direito de escolha consciente de qual método mais se adéqua à sua realidade pessoal e cultural. Partindo da centralidade dos direitos humanos, esta concepção compreende a saúde a partir do quadro da vulnerabilidade. Esse conceito tem como base uma perspectiva sociopolítica dos processos e determinantes da saúde. Através dele se designa um conjunto de aspectos pessoais e coletivos relacionados à maior suscetibilidade de pessoas e comunidades a um adoecimento ou agravo e, de modo inseparável, a menor disponibilidade de recursos para sua proteção. Esse conceito surge com força no campo da saúde pública brasileira no contexto da resposta à Aids que foi sincrônico à redemocratização. Sendo assim, estão no centro dessa formulação a concepção de “sujeito de direitos”, com base nas definições de cidadania e dignidade, e no direito humano à saúde como dever do Estado<sup>17</sup>. Dentro desse quadro, a vulnerabilidade em relação ao HIV tem diferentes dimensões – pessoal, social e programática – e essas estarão sempre inter-relacionadas pelos sujeitos implicados nesse processo e que buscam significá-lo.

Se, partindo da concepção de *Pedagogia da Prevenção*, compreendemos que o acesso aos saberes comunitários é parte fundamental do desenvolvimento de estratégias de prevenção combinadas, faz-se necessário também unir história e cultura com o resgate da memória da

---

16 GAVIGAN, Kevin; RAMIREZ, Ana; MILNOR, Jack; PEREZ\_BRUMER, Amaya; TERTO JR, Veriano; PARKER, Richard. *Pedagogia da Prevenção: Reinventando a prevenção do HIV no século XXI*. Rio de Janeiro: ABIA, 2015. p. 4.

17 AYRES, J. R.; PAIVA, V.; FRANÇA JR, I. Conceitos e práticas de prevenção: da história natural da doença ao quadro da vulnerabilidade e direitos humanos. In: PAIVA, V.; AYRES, J. R.; BUCHALLA, C. M. *Vulnerabilidade e direitos humanos – prevenção e promoção da saúde: da doença à cidadania – Livro 1*. Curitiba: Juruá, 2012.

epidemia e do ativismo cultural nas ações em resposta à epidemia do HIV/ Aids. Os jovens vivenciam hoje sua sexualidade após 30 anos do início da epidemia, sem acesso à memória do seu impacto nas comunidades LGBT brasileiras, bem como desconhecendo o protagonismo que as comunidades LGBT tiveram na construção da resposta brasileira à Aids<sup>18</sup>. A memória do protagonismo das comunidades LGBT na construção da resposta à epidemia também possibilita compreender os legados dessas comunidades, enfatizando a produção epistemológica e estética LGBT brasileira. Nesse processo, LGBT produziram novos conceitos e artes como a solidariedade, a invenção do sexo seguro, a arte do cuidar e o ativismo cultural como ato político<sup>19</sup>.

Ainda não foi garantido às comunidades LGBT brasileiras o reconhecimento dos danos simbólicos e psicossociais sofridos e nem a reparação da imagem dos LGBT que faleceram nos primeiros anos da epidemia. Esse reconhecimento e reparação são imprescindíveis para engendrar uma memória comunitária sobre a Aids no Brasil, permitindo que jovens LGBT conectem-se à sua história e que o acesso a essa memória<sup>20</sup> possa ser subsídio para estratégias de prevenção, para o enfrentamento comunitário ao atual cenário da epidemia brasileira. Esse esforço também se conecta a uma compreensão da necessidade de enfrentar o processo de desperdício da experiência das respostas à epidemia<sup>21</sup>.

---

18 ALTMAN, Dennis. *Poder e Comunidade: Respostas organizacionais e culturais à aids*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1995.

19 PARKER, Richard. A reinvenção da prevenção no século XXI: o poder do passado para reinventar o futuro. *Boletim ABIA*, n. 61, p.13-22, dez. 2016.

20 Os debates sobre a memória das comunidades LGBT são extremamente recentes. O debate sobre as relações entre memória e justiça ganhou força na última década com a abertura dos arquivos da ditadura militar brasileira, período marcante em violações de direitos humanos por parte do Estado, abrindo espaço para o debate sobre o direito à verdade e a uma justiça de transição. Uma transversalização desse debate com a questão das violações de direitos sofridas pelas comunidades LGBT durante esse período foi sistematizada em uma obra chamada *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*, organizada por James Green e Renan Quinalha (2014).

21 SEFFNER, Fernando; PARKER, Richard. Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids. *Interface* (Botucatu), Botucatu, v. 20, n. 57, p. 293-304, jun. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141432832016000200293&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832016000200293&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 jun. 2017.

O presente artigo tem como escopo elaborar um levantamento documental LGBT da epidemia de HIV/Aids afim de tecer uma visão panorâmica apontando possíveis itinerários de pesquisa e adensamento. Dentre o vasto celeiro de produções culturais LGBT, adentraremos aqui na imprensa homoerótica brasileira num esforço de construir a memorialização da resposta, em especial dos primeiros anos, desde a eclosão da epidemia, no início da década de 1980, até a metade da década de 1990, com a chegada dos antirretrovirais.

## Em meio à sacanagem, nossa memória...

As produções culturais das comunidades LGBT brasileiras têm expansão e mudança significativa a partir da década de 1960 e, em especial, após o desburocratização e a organização do movimento homossexual durante a década de 1970<sup>22</sup> <sup>23</sup>. Por diversas vias, seja estética e/ou mercadológica, nossa batalha cultural criando maneiras de ler, interpretar, viver a Vida no Mundo<sup>24</sup> se expressou nas mais diversas produções. Dentre elas, a imprensa gay ou LGBT no Brasil tem especial destaque, principalmente na produção e circulação dessas culturas dentro das comunidades. Desde o *Snob*, em 1963, inúmeras publicações criaram nosso imaginário, debateram e trouxeram diálogos sobre questões fundamentais para as pessoas LGBT<sup>25</sup>. Algumas tiveram especial destaque, como o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), que inovou em sua forma irônica e densa de crítica política que reivindicava a positividade da construção da identidade<sup>26</sup>, e a revista *Rose* (1979-1983), que trouxe de forma inédita a estética homoerótica do

---

22 TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

23 GREEN, James N. *Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (Trad. Cristina Fino e Cássio Arantes Leite). São Paulo: Editora UNESP, 2000.

24 CORRÊA, J. C. M. *O corpo imortal do poeta Luis*, 2007. Disponível em: <<http://www.teatroficina.com.br/posts/126>>. Acesso em: 15 dez. 2015.1

25 PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2012.

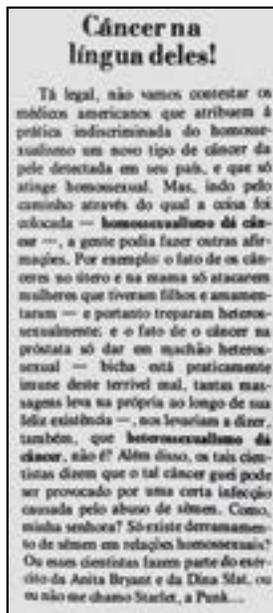
26 Ibidem.

nu masculino<sup>27</sup>. Nosso itinerário em busca da memória LGBT da epidemia de HIV/Aids, adentrando a pornografia homoerótica, encontra seu início em ecos dessas publicações. A primeira, em 1982, no jornal *Homo Pleigui*, anunciado por seu editor Aguinaldo Silva, na capa da primeira edição, como o filho do *Lampião*. Na terceira edição desse jornal, na Coluna “Entreguei”, de Scarlet Punk, a Aids, que só seria nominada e trazida ao grande público pela mídia no Brasil com a morte de Markito em 1983, é nomeada como o Câncer na língua deles (Figura 1). Criticando ironicamente a associação estigmatizadora entre doença e orientação sexual, a coluna questiona por que a ciência, calcada em comportamentos heterossexuais, não cria hipóteses como: “heterossexualismo dá(r) câncer”. As absurdas hipóteses de causas como “o abuso de sêmen”, já associando homossexualidade e promiscuidade, são “gongadas”, buscando-se esfumçar as barreiras tão estanques do que se consideram divisores de práticas e culturas sexuais: “Só existe derramamento de sêmen em relações homossexuais? Ou esses cientistas fazem parte do exército de Anita Bryant e da Dina Sfat?”<sup>28</sup>.

---

27 LOPES, Charles Roberto Ross. Masculinidade em Rose: gays e efeminados/homens discretos.: história & cultura – v. 10, n. 20, p. 165-184, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/989/1070>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

28 Anita Bryant é uma reacionária ativista antigay estadunidense e Dina Sfat é uma atriz brasileira que em 1981 criticou os gays e previu que o verão de 81 seria predominantemente hétero, sendo considerada a inimiga n.1 dos homossexuais e chamada de “Anita Bryant dos Pobres” (ROSE, n. 70, 1982, p. 5).



**Fig. 1** Coluna Entreguei – Scarlet Punk  
JORNAL DO HOMO PLEIGEI Ed. 3, 1982, p. 12.

Nesse mesmo ano, a edição 77 da revista *Rose*, na *Coluna Confidências* (Figura 2), trazia uma carta perguntando sobre “a doença misteriosa associada aos homossexuais”, questionando essa como uma estratégia ofensiva contra a liberação sexual e o Poder “guei”. Ainda com poucas informações, a sexóloga Nina Folk, responsável pela coluna, desmistifica o equívoco de associar essa doença apenas aos homossexuais, baseando-se nas pesquisas de Kinsey e afirmando que homossexuais não fazem sexo apenas entre si. Porém, nessa coluna, ainda havia hipóteses associadas à doença e promiscuidade, liberação sexual e sexo anal.

## Confidências



Haver nos seria para ficar... (text partially obscured)

**DOENÇA EXTRANHA EM LUMPELO COBERTO OS GUEIS?**

“A doença Guei, sobre que trata o artigo de nossa revista, não é uma doença recente, mas sim, conhecida há séculos. Ela é causada por um vírus que se transmite através de relações sexuais desprotegidas, especialmente entre homens homossexuais. Este vírus causa uma lesão na pele que inicialmente se manifesta como pequenas manchas vermelhas, que evoluem para úlceras doloridas. A doença é altamente contagiosa e pode ser fatal em alguns casos. É importante que os indivíduos afetados busquem tratamento médico imediato para evitar complicações graves. A prevenção é feita através do uso de preservativos e da prática de sexo seguro. Não se deve ter medo, pois a doença pode ser tratada e curada. A comunidade deve estar informada para evitar preconceitos e discriminação contra os portadores da doença. É fundamental que haja diálogo e compreensão mútua entre todos. A ciência e a medicina continuam avançando, trazendo novas descobertas e tratamentos para diversas doenças. A sociedade deve estar preparada para lidar com essas mudanças e promover um ambiente de respeito e apoio. A prevenção é a chave para controlar a propagação da doença. Todos devem ser responsáveis por suas ações e buscar informações confiáveis. A saúde pública é uma responsabilidade de todos. Vamos juntos combater essa doença e promover uma sociedade mais saudável e inclusiva.”

Dr. J. T. Tardelli Neto - São Paulo / SP.

Não se pode negar o fato de que a doença Guei, assim como outras doenças, é causada por um vírus que se transmite através de relações sexuais desprotegidas. A prevenção é feita através do uso de preservativos e da prática de sexo seguro. Não se deve ter medo, pois a doença pode ser tratada e curada. A comunidade deve estar informada para evitar preconceitos e discriminação contra os portadores da doença. É fundamental que haja diálogo e compreensão mútua entre todos. A ciência e a medicina continuam avançando, trazendo novas descobertas e tratamentos para diversas doenças. A sociedade deve estar preparada para lidar com essas mudanças e promover um ambiente de respeito e apoio. A prevenção é a chave para controlar a propagação da doença. Todos devem ser responsáveis por suas ações e buscar informações confiáveis. A saúde pública é uma responsabilidade de todos. Vamos juntos combater essa doença e promover uma sociedade mais saudável e inclusiva.”

Fig. 2 Revista ROSE, n. 77, 1982, p. 32-33.

Em 1983, a edição 80 da revista *Rose* anuncia na mesma coluna, agora nomeada *Onda da AIDS* (Figura 3), convocando as comunidades à discussão e à participação. A coluna traz três cartas pedindo maiores esclarecimentos sobre a propagandea da “Doença Guei” ou “Peste Guei”. Além disso, elas denunciam o sensacionalismo da imprensa brasileira numa campanha difamatória aos gueis. As cartas também apontam para o acompanhamento da comunidade guei brasileira. Dentre elas, uma relata as teorias de ativistas homossexuais estadunidenses nas quais dizem que a Aids seria uma forma de acabar com o poder homossexual, mostrando a circulação internacional de informações sobre a epidemia. Por fim, a última carta é de um médico homossexual que afirma a Aids como uma doença não tão nova assim, mas, ao passo que é classificada como “doença homossexual”, o preconceito se torna a “verdadeira peste”. A resposta



O importante a se destacar aqui é que ambas as publicações agem de forma a esclarecer, circular informação, debater e buscar posições de dentro das comunidades LGBT brasileiras. Além disso, vale salientar que as publicações pornográficas realizam esse diálogo de forma singular dentro das estéticas das culturas LGBT, como a “gongação” na *Pleigui* e a homoerotização na *Rose*, aonde a orientação sobre a Aids é acompanhada por fotos de homens nus e em práticas homoeróticas.

Diversos estudos, como o de Flávia Péret<sup>29</sup>, sobre a imprensa gay destacam que a epidemia de HIV/Aids mudou o modelo como essa imprensa vinha produzindo na década anterior, passando as comunidades a publicarem em boletins de ONGs que combatiam a epidemia, com exceção do jornal *ChanacomChana*, e um novo mercado editorial homossexual surge na segunda metade da década de 1990. Embora a eclosão dos boletins tenha tido especial relevância na história LGBT da epidemia, a imprensa gay, em especial a pornográfica, mesmo com circulação menor, continuou a produzir seus jornais e revistas. O apagamento dessa produção é expresso na carência de pesquisas sobre a pornografia homossexual desse período. Por meio de pesquisa documental em publicações como o *Jornal Marilyn Monroe* (1986), *Revista Narciso* (1987), *Revista Spartacus* (1987-1990), *Revista Anjo* (1991), *Revista Gato* (1993-1994) e *Revista Alone* (1991-1994), juntamente com o *Jornal Homo Pleigui* e a revista *Rose*, podemos perceber como a pornografia homoerótica<sup>30</sup>, que abarca de 1982 até 1994, também foi meio de circulação e debate das comunidades LGBT brasileiras e criação coletiva das respostas, trazendo singularidades de posições e estéticas LGBT. Procuo nessa lacuna de investigação novas possibilidades de uma historiografia LGBT da epidemia.

O atravessamento da Aids nos corpos, geografias, espaços, comunidades e culturas LGBT é inegável. Em 1987, a *Revista Narciso*

<sup>29</sup> PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2012.

<sup>30</sup> As edições dessas revistas e jornais são as disponíveis no acervo Bajubá: *Jornal Homo Pleigui* (1 e 3), *Revista Rose* (1 a 81), *Jornal Marilyn Monroe* (1 a 3), *Revista Narciso* (1 a 3), *Revista Spartacus* (1 a 17), *Revista Gato* (2, 5, 6, 8, 9, 10, 13), *Revista Alone* (1 a 30), *Revista Anjo* (4).

reflete sobre essas transformações nas práticas e culturas homossexuais no texto intitulado “O Gay hoje: O que mudou depois da aids?” (Figura 4). A reportagem traz pontos centrais para compreendermos os impactos do pânico ocasionado pela epidemia: nas condutas sexuais; nos espaços de sociabilidade homossexual; na coesão e vínculo das comunidades LGBT, e, por fim, no movimento homossexual.

# O GAY HOJE.

**O QUE MUDOU DEPOIS DA AIDS?**

O movimento de emancipação gay mundial tem uma data de partida: 27 de junho de 1969. Até então a polícia não via ninguém costumar invadir o Stonewall Inn, um bar frequentado por gays, a fim de explorá-los e agredi-los. Porém, naquela noite histórica, deu-se o inesperado. Os clientes do estabelecimento enfrentaram a polícia com garrafas, pedadas e quaisquer outras armas disponíveis. Depois saíram em passeata pelas ruas exigindo respeito e a observação de seus direitos.

Essa data marca o nascimento do movimento gay internacional. Revistas, livros e jornais foram publicados, peças de teatro e filmes trataram (bem ou mal) do assunto do homossexualismo. As boates e as saunas proliferaram, e os motéis e hotéis passaram a aceitar sem nenhuma restrição casais do mesmo sexo. Em todas as capitais do mundo fundaram-se estabelecimentos gays. A vida parecia feliz para eles, embora vez ou outra houvessem repressões policiais ou moralistas. Mas nada parecia deter a força sedutora do desenvolvimento.

**A VISITA FATAL**

Foi então que ela apareceu ou melhor, se manifestou. Sua primeira vítima data de 1980, nos Estados Unidos. Uma amiga desconhecida e invisível, contra a qual ninguém sabia lutar. Ninguém conseguia imaginar como seria controlá-la.

Então foi o pânico total, porque o inimigo era mortal. Em seu diagnóstico insistia a palavra “cura”. Os moralistas hipócritas atribuíram a moléstia a um castigo divino, pois os gays “contariam a natureza”. Mas as crianças e os heterossexuais também se contagiaram com a doença, que passou então a ser chamada de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

A moléstia manifestou-se primeiramente em New York, depois em Los Angeles e em San Francisco.

Então o medo e o instinto de auto-observação, conseguiram o que os moralistas, a repressão policial ou o repúdio social até então não haviam logrado: os gays se acovardaram e se recolheram, ausentando-se. Foi a catástrofe comercial do mundo gay. As boates, fecharam suas portas; muitas saunas faliram; os bares perderam seus frequentes; os michês vagueavam inutilmente à procura de parceiros.

O movimento gay que tanto cresceu e subiu numa década, murchou e caiu como balão de papel colando furado por uma pedra. Essa pedra era a AIDS.

**NOVA FORMA DE CONDUTA.**

Então houve uma mudança quase radical no comportamento do gay, aqueles que iam às saunas em fins de semana para transarem às dúzias, passaram a ser mais selváticos e a escolher melhor os seus parceiros. O sexo tomou-se mais profético, a higiene imperou, o uso de preservativos divulgou-se. O sexo veio a ser uma aventura mais familiar, isto é,

feito com conhecidos ou amigos. A conquista anônima, realizada num canto escuro de cinema, num banheiro de boate ou num banco de sauna, passou a ser considerada altamente arriscada.

Embora tenha produzido um resfriamento no movimento gay, o medo da doença trouxe suas vantagens: voltou-se à época romântica em que se procurava um parceiro fixo, em cujo resguardo sexual se possa confiar. Passou a haver mais diálogo anterior, pois um bom papo antes da transa já nos revela os hábitos sexuais do pretendente. Diminuiu o batalhão de michês que perambulavam pelas ruas, com seu implícito perigo de assalto e doenças.

**A REVALORIZAÇÃO DO AMOR**

Houve como uma seleção natural do amor, apenas os mais favorecidos foram eleitos, e os menos privilegiados tiveram que abandonar o campo. Hoje em dia, verifica-se, em todos os países do mundo, uma tendência maior à formação de casais gays estáveis, ou então amigos que marçalm amizade colada em grupo fechado.

Contudo, esperamos ardentemente que as autoridades certificadoras mundiais descubram logo a cura para esta enfermidade que, além de vir causando tantas vítimas, está nos tirando a alegria de viver, com sua ameaça de morte.

Não nos esqueçamos de que, embora nos prevenimos contra a doença, não podemos deixar nem de amar nem de viver, porque o amor é a base da vida.

NARCISO - página 20

Fig. 4 Revista Narciso, Ed. 2, 1987, p. 20.

Ao passo que a epidemia foi associada ao moralismo, emergiu o sentimento de “medo e o instinto de autopreservação”. O impacto do pânico nas pessoas LGBT levou a profundas mudanças em suas condutas sexuais. São apontados, aqui, novos processos de seleção da parceria sexual, em torno de um discurso de sexo seguro, “profilático”, “higiênico”, “com uso de camisinha” e de forma mais “familiar” ou “com conhecidos e amigos”, com diálogo prévio em oposição ao sexo anônimo, da “pegação” ou com michês. A Aids também trouxe metamorfoses no mercado sexual. Com o sexo explícito restrito a “alguns privilegiados”, a prática da masturbação aumentou nos banheiros, inclusive como prática que passa a ser mais procurada para serviço de michês. Ocorreram mudanças no mercado audiovisual pornográfico, com o uso progressivo de camisinha entre os atores, inicialmente apenas nas cenas homoeróticas, com críticas das comunidades LGBT (Figura 5). Também é apontada, em matéria de 1986, como mudança positiva desse período a “parceria sexual fixa” dentro de um discurso de revalorização do amor. Por outro lado, na edição 15 da *Spartacus* de 1989, uma matéria intitulada “As Relações da Nova Década” (Figura 6) apresentou novos modelos de negociação em relações abertas, selecionando o uso do preservativo ou da posição sexual conforme quem é seu parceiro.

\*\*\* BI-XATISFAÇÕES NO-  
TURNAS (Bi-Night,  
1989,EUA). Direção e pro-  
dução: The Savage. Com:  
Jim Bentley, Lyanne Le May,  
Paco, Sharon Kane, Charlie  
Stone, Vickie Blair e Cory  
Monroe. Uma bem humora-  
da sátira à entrega do "Os-  
car". Nesta fita a premiação  
chama-se "O Vibrador Dou-  
rado". Vale conferir: a histó-  
ria é engraçada e o elenco  
masculino nota 10. O his-  
pânico Paco, na cena da orgi-  
a, após penetrar duas  
mulheres acaba sendo "en-  
rabado" pelo bem-dotado  
Corey Monroe. O defeito do  
filme é ainda um certo pre-  
conceito em relação à Aids:  
todas as cenas heterossexu-  
ais são sem o uso do pre-  
servativo e a única  
penetração homossexual é  
feita na mais perfeita ordem  
do sexo-saudável. 85 min.  
Butt Home Video.

Fig. 5 Revista Alone, n. 4, 1991, p. 12.

# ♂ AS RELAÇÕES DA NOVA DÉCADA ♀

Elas moram em casas separadas. Casamento aberto. Um ganha muito mais que o outro... Estas e outras situações estão se tornando mais assumidas, e a presença de novos modelos nos relacionamentos entre homens. Veja como vivem estas quatro "casais" não convencionais.

**BRUNO E PAULO**

*"Moramos separados e não temos a chave da casa um do outro".*

*"Compromisso não se mede por metro quadrado", diz Bruno, 30 anos, arquiteto. Seu "caso" é hipótese eventual do seu apartamento, um ator de 32 anos, não só concorda como acha que encontrou a mulher perfeita. Moravam separados quando se conheceram há 5 anos, e assim continuaram. O motivo para ambos é claro: já viveram com outras pessoas, juntos e acharam que as relações desapareceram.*

*"Sou ex-namorado" conta Paulo. "Uso a casa tanto se fosse se este. Era 'espaço', minha. Eu não podia ter meu espaço, sou mais sério, comprometido".*

*"Estamos casados há seis anos e não temos sequer a chave da casa um do outro", diz Bruno. "É para que ter? Se ele não quer não me interessa entrar. É vice-versa".*

*Viver separado sempre dá a sensação de estar ou não com a pessoa amada. Nada é obrigatório. "Também precisamos constantemente conquistar o outro. A convivência diária, inevitável. Faz a gente se acomodar e não investigar o companheiro com a atenção necessária", revela Paulo.*

*Uso o banheiro em suas relações e Bruno estabelece o motivo. "Não nos conhecemos há 5*



*anos, a AIDS já era um terror em nossas vidas que até então era bem promíscua, logo tivemos que preservar nossa saúde, já que não temos coragem de fazer os testes".*

*"Algumas coisas minhas são espaladas ao vento", explica Bruno. "Tenho amigos íntimos e antigos com que adoro conversar, falar bobagens. Eles conhecem o Paulo, mas são meus*

*amigos. Temos histórias amorosas que não fazem parte do universo de Paulo e não me sinto à vontade para falar de coisas que não interessariam ao Paulo".*

**MARCO E EDUARDO**

*"Estamos juntos há 10 anos e temos os mesmos problemas que os outros casais".*

SPARTACUS 11

Fig. 6 Revista Spartacus, ed. 15, 1989, p. 13.



O impacto no imaginário social e de mudanças nas condutas e culturas sexuais trouxe uma “catástrofe comercial no mundo gay”. Progressivamente, espaços de sociabilidade, como boates, bares e saunas foram fechando suas portas e serviços de michê se tornaram menos procurados. Conforme a coluna sobre “pegação” no Rio e São Paulo, publicada no jornal *Marilyn Monroe* de 1986, a redução na frequência nos espaços de sociabilidade ocorreu não apenas pelo medo do contágio da Aids, mas também por uma onda de violência. Essa agressão contra homossexuais associada ao estigma do HIV volta a aparecer numa publicação da *Alone* em 1993, com um quadro que sintetiza a matéria: “Gay precisa de camisinha e colete à prova de faca” (Figura 8).



Fig. 8 Revista Alone, n. 15, 1993, p. 23.

Locais clássicos como a Avenida Ipiranga/São Luis, Cinelândia e Galeria Metrópole permaneciam mesmo nesse período como espaços de referência. Na edição posterior do jornal *Marilyn Monroe* (ed. 2, p. 16),   reforçada a notícia de que os estabelecimentos das comunidades homossexuais estavam fechando, com exceção daqueles que se especializaram em práticas sexuais seguras:

A promiscuidade era incrível e saneou-se um pouco o ambiente. Resistiram as mais saudáveis e sérias, ganhando com isto o público, que agora pode frequentar os ambientes com menor receio. Mas deve-se observar sempre, que todo o cuidado é pouco, pois os vírus e micróbios se escondem na penumbra. Nos bares, boates, hotéis e saunas, deve-se notar sempre se os copos ou panos estão devidamente esterilizados e deve-se exigir sempre a limpeza máxima. Não recomendamos que se frequentem hotéis ou saunas de baixa categoria, pois são um perigo!

A *Revista Gato* (n. 5, p. 27) lançou em 1993 uma matéria intitulada *A nova geração de homossexuais brasileiros*, trazendo sua concepção de quem seriam os gays do início da década de 1990, após uma década da epidemia de HIV/Aids:

Esta nova geração de gays dos anos 90 são mais comedidos, racionais, saudáveis e inteligentes. A maioria   linda, estudiosa, trabalhadora e frequentam os locais mais selecionados e inclusive os não-gays. Procuram relacionamentos estáveis e duradouros. São precavidos quanto a doenças e excessos, procurando cuidar do corpo como um templo. Já não mais dão bandeira como antigamente, pois o estigma da AIDS provocou profundas marcas na sociedade que rejeita o gay, influenciando em seu ambiente de trabalho familiar. A maioria tem consciência do que seja o espírito gay, mas preferem colocar a razão antes do que qualquer coisa. Já não buscam os prazeres puros e simplesmente, e preferem levar uma vida comum como qualquer pessoa.

O propagandeamento ostensivo dessa nova identidade gay está presente repetidamente em avisos presentes em diversas edições da *Revista Alone* na coluna de cartas *Comunique-Sex*: “AIDS: Uma sombra do mundo atual”; “CAMISINHA: O melhor amigo de seu bolso”; “AIDS: Quem dorme

com qualquer um, pode acabar numa cama qualquer”; “AIDS: Faça sexo seguro”; “AIDS MATA: Escolha bem seus parceiros”; “A única vacina contra AIDS é estar bem informado”; “A AIDS Pode ser evitada, só depende de você”.

Dentro de uma dimensão comunitária, a banalização das mortes também foi enfrentada pelo exercício de preservação e solidariedade no registro de perdas. Dentre as nossas perdas comunitárias, os nomes de pessoas que morrem em decorrência do vírus passam a aparecer nas colunas. A circulação de informações acerca das mortes inclusive internacionais, a redução da imagem de celebridades à sua orientação sexual e sua associação direta ao estigma da doença é notável. A morte de Rock Hudson gerou diversas opiniões dentro das comunidades. O sensacionalismo midiático relacionado à sexualidade e ao falecimento do ator ecoou em debates na imprensa homoerótica abordando sua saída do armário, disputa de lucros em biografia e estigmatização de sua homossexualidade por parte da imprensa (Figura 9). Outra figura pública que gerou debates dentro das revistas pornográficas foi Cazuzu (Figura 10). O armário de Cazuzu também é trazido à tona, porém, diferentemente de Rock Hudson, que foi criticado por ter saído, Cazuzu é reprovado por permanecer nele. A morte de Cazuzu também é motor para o debate sobre a situação da Aids no país.



Fig. 9 Jornal Marilyn Monroe, ed. 2, 1986, p. 16.



Fig. 10 Revista Spartacus, n. 17, 1990, p. 3.

A coesão comunitária também se intensifica na circulação tanto de notícias sobre inovações científicas e de tratamentos quanto em compartilhamento de informações de saúde e educação sexual, circulações das produções artísticas e culturais LGBT relacionadas à epidemia e na circulação de protestos e ativismo gay frente à sua estigmatização e de luta contra a Aids. A imprensa pornográfica gay tornou-se um espaço comunitário para a vivência coletiva do adoecimento. Diversas edições da *Revista Gato* trazem narrativas de trocas e informações de como viver e conviver com o HIV, desde a própria pessoa vivendo com o vírus (Figuras 11 e 12), a parceiros e amigos (Figuras 13 e 14).

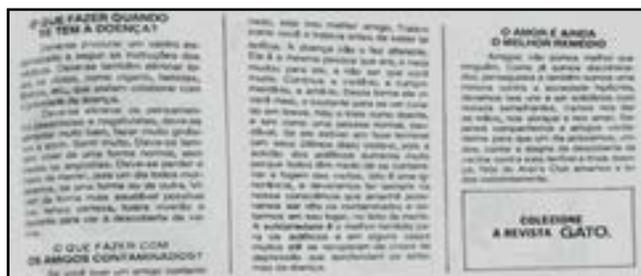


Fig. 11 Revista Gato, n. 5, 1993, p. 26.

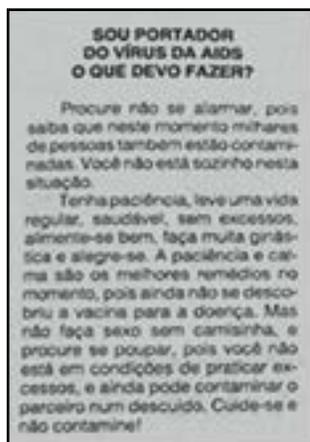


Fig. 12 Revista Gato, n. 10, 1993, p. 11.



COMPORTAMENTO



O ESPÍRITO DE SOLIDARIEDADE  
É A AIDS

Aplá-nos em forma e conteúdo das ações humanas em relação aos portadores de AIDS, buscando adotar este artigo e ter de conscientizarmos os pais sobre o que é ser um adulto.

O CHOQUE DA VERDADE

Quando se sabe que a Aids é está em seu corpo e que não poderá morrer a qualquer instante, o choque é tão grande que se tem vontade de sustentar e morrer antes do tempo, sem mais desamparo.

Mas, sustentar é a solução? Podemos responder que não.

O bacilo apenas ataca células infectadas, mas não leva a vida.

A Aids pode ser controlada através de um regime alimentar, muito saudável e pensamento positivo. Em quanto não existir vacina contra a doença, podemos prolongar a vida e evitar o surgimento de sintomas de Aids.

Existem muitas coisas de

seus desenvolvimento e angustias, por qualquer sistema educacional ou seu conhecimento. É ao invés e ignorar que estão contaminados.

O MEDO PODE SER NEGATIVO

Constatamos que as pessoas medrosas de se contaminar são as primeiras a apresentar os sintomas da doença. Devem, portanto, tomar cuidado, mas nunca chegar ao ponto de transformar a prevenção em uma obsessão. Pessoas que possuem angústias e medos não apresentam sintomas e não se contaminam com o vírus. Portanto, é uma boa estratégia. Tomar a prevenção.

O VIRUS DA AIDS  
DESTRUÍU O ESPÍRITO  
DE SOLIDARIEDADE

A humanidade já estava sendo atacada com o grave problema de saúde mundial, a peste muito mais, o surgimento de Aids.

As pessoas se tornaram mais agressivas, egoístas, menosprezadas e deslembadas de conflitos sociais.

A falta de informação faz com que todos tenham apreensões, em relação ao assunto Aids e Aids.

Para obter melhores dados, se sabemos explicar o que é o Aids e Aids, com cuidado.

1) A Aids é uma doença, por enquanto incurável, provocada por um vírus muito raro, muito fabricado nos laboratórios de CIA que está utilizado na guerra química.

2) Por ser um vírus artificial, criado por homens, não tem capacidade de se transmitir de uma pessoa para outra. Não é necessário conviver com a doença, e também muito cuidado para não morrerem em a descoberta do vírus artificial.

3) A Aids não se pega por contato com o sangue, nos transportes como ônibus e trem, nos banhos em piscinas, no banho, não se transmite no contato por cumprimento envolvendo os lábios no beijo.

Também não se pega através caracóis, e não tem que ser muito debilitado e deve ser muito saudável. Não se pega Aids de bebês.

4) Como se pega a Aids? A Aids é transmitida através do sexo sem proteção, do contato do sangue de contaminado com outras pessoas, e transmissão de mãe para filho durante a gravidez e também ao parto. Durante a amamentação todos os cuidados devem ser tomados com o sangue. 5) Em certos casos, deve-se pagar fora e não ser usado no momento.

6) Qual é o sintoma da doença? Não pode afirmar o aparecimento de um nódo no antebraço, no pescoço e no peito também. O surgimento de febre ou não, tosse, ou outros sintomas, apenas podem acompanhar de forma incompleta e grupo sintomático, em qualquer momento. Muitas vezes de 10 a 15 dias, passando para outros sintomas.

CONTINUA

Fig. 15 Revista Gato, n. 6, 1993, p. 26

# E É SER FELIZ!



Suzie Wong

Nestes tempos de cultura e da AIDS, de recessão e depressão, e mais importante mesmo, a SER FELIZ!

Não há dinheiro no mundo que pague esta agoniante sensação de buscar a alegria que é a felicidade.

A fim de abordar positivamente esta desagratável onda de baixa estão estamos editando este artigo e esperamos que todos participem das parcerias e sugestões por nós elaboradas.

## MILHARES DE GAYS NOS ESCREVEM REVELANDO SUAS ANGÚSTIAS, EM BUSCA DE ALGO QUE SE CHAMA FELICIDADE

Recebemos diariamente centenas de cartas de leitores que angustiosos e depressivos nos relatam seus problemas, suas tristezas, suas carências, esperando pelo menos uma resposta de suas aflições.

Nossa redação procura a medida de possível responder pessoalmente a todas as cartas que nos chegam para cada pessoa tem sentimentos diferenciados de outras pessoas. Não poderíamos responder na revista a carta de José para os Pedros e Carlos da vida. Cada um é cada um, e não sabemos disso.

## POR QUE AS PESSOAS

## ESTÃO TÃO SOLITÁRIAS, TRISTES E ANGUSTIADAS?

Concluímos que a maioria está nesta situação por causa de morte AIDS, e também por causa da gritante violência que está dominando nossa sociedade. A AIDS e a violência afetaram todos os níveis sociais, e faz com que todos se isolassem em seus casas como grilos em um mesmo. Todos fecharam-se em seus quartos, lacraram as janelas e eliminaram a claridade do céu ao impedindo a entrada do magnetron solar que ilumina todos os ambientes. As casas tornaram-se frias, tristes e sem alegria. As plantas, arvores vivazes e verdes, foram morteados aos poucos por falta de claridade solar, e o ambiente começou a esfriar e a morrer.

O clima de muita frios domina todos os ambientes fazendo com que as pessoas também estejam impregnadas com o odor desagratável das coisas mortas.

## AR! SOL! MUITO SOL! MAR! CÉU AZUL! PRECISAMOS RESPIRAR!

Se quisermos por fora a aparência-próspera comete por nós mesmos. Não afiança a forma e esperar que o mundo mude. Não que todos afianças por fora não problema de todos e angustia prósperamos. QUEREMOS? ENTÃO? RECONHEÇA: NÃO VAMOS TER O QUE QUEREMOS. Não as coisas boas e certas no fim, a jornada do ser. MUDO DE NOVO!

Vamos agir e criar a vida natural novamente!

Esperamos para todos amigos, promovam uma festa participem de grupos, sejam, compartilhem as suas histórias.

Temos fazer aqui a nossa vida a nossa casa. SER FELIZ!

De coração, compartilhamos, prezamos, desejamos para todos amigos. Compartilhem suas histórias em suas aflições e quem VIVAM ESTA BREVES VIDA COM MUITA ALEGRIA INTENSIDADE, POR O IMPORTANTE MESMO É SER FELIZ!



"A GENTE SEMPRE DESTINA ALGO QUE AMA"

Osvaldo Nóbrega

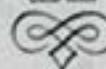


Fig. 16 Revista Gato, n. 8, 1993, p. 5

As mudanças nos espaços, corpos, condutas e coesões comunitárias também se expressaram em novas formas de organização política dos homossexuais. Algumas publicações, como a *Spartacus*, chegam a teorizar sobre as contradições entre moralismo e liberdade sexual e propor um manifesto pela estética como resposta à epidemia. Outra reportagem que expressa as transformações no ativismo homossexual e de combate à epidemia está presente na matéria “O Programa dos Presidenciáveis para a AIDS” (Figura 16). Nela é apresentada a entrevista feita pelo GAPA (Grupo de Apoio ao Portador de AIDS) aos candidatos à presidência das Eleições de 1989. A matéria é ilustrada de forma irreverente por meio de diversas marcas de preservativos, como alegoria da escolha daquele que mais se adapta às “demandas sexuais” dos eleitores.



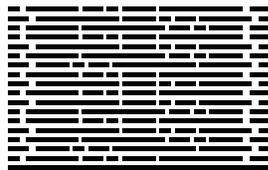
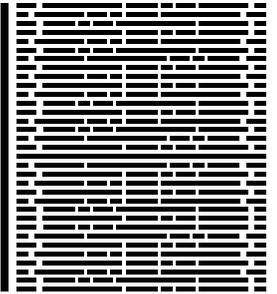
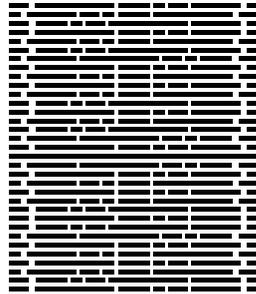
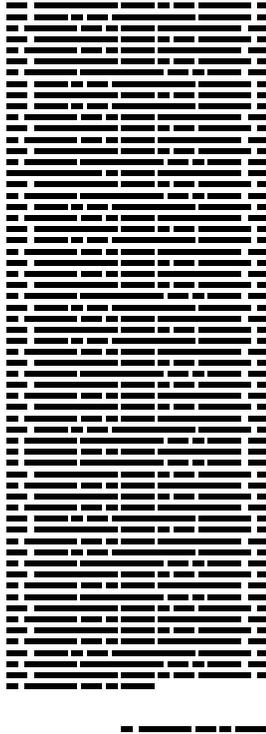
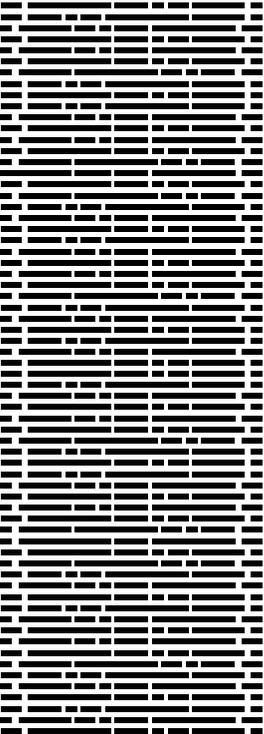
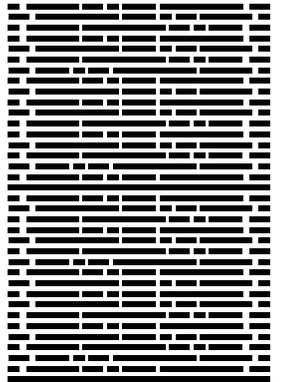
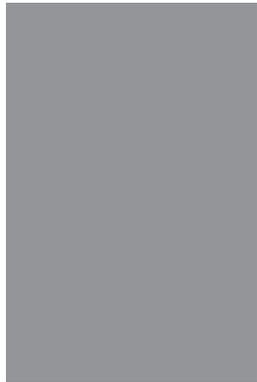
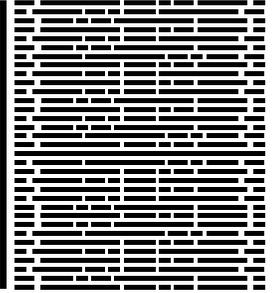
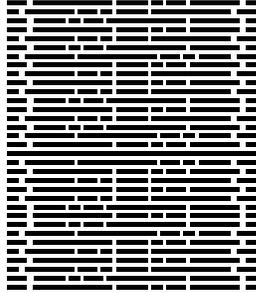
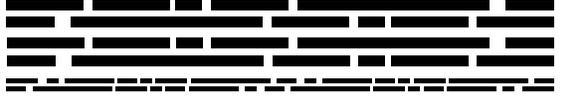
Fig. 17 Revista Spartacus, n. 13, 1989, p. 14.

Outra edição que traz nas páginas da publicação pornográfica questões políticas de gestão pública é a matéria “Telma de Souza: Prefeita de Santos”, trazendo uma entrevista com a então prefeita do município de Santos que adotou como controversa política de saúde a distribuição de camisinhas e seringas descartáveis. A participação do ativismo das comunidades LGBT também é apresentada na pornografia em citações de Organizações Não Governamentais (ONGs), como o GAPA, o GIV (Grupo de Incentivo à Vida) e o Grupo Gay da Bahia, e em lideranças não só gays, mas também travestis, como Brenda Lee.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dentre as inúmeras lacunas ainda não adentradas da memória LGBT, a pornografia homoerótica traz capítulos ainda pouco contados e a partir de uma posição singular. Dentro do entrelugar entre o político e o mercado, o conjunto documental possibilitou abrir um panorama de itinerários historiográficos da epidemia de HIV/Aids a partir dessa memória LGBT, desde os corpos, geografias, práticas, identidades, comunidades, culturas e políticas.

# NORMATIZAÇÕES



# OLHARES EX-CÊNTRICOS: IMPrensa BRASILEIRA E TRANSGENERIDADE (1930-1939)

**Luiz Morando<sup>01</sup>**

**Durante todo o mês** de abril de 1930, os maiores e/ou mais representativos jornais e revistas da imprensa brasileira se ocuparam de um relato que despertou muita atenção do público. Raul Luiz Suarez morrera em Buenos Aires e, durante a preparação de seu corpo, observou-se que seus órgãos genitais eram de indivíduo do sexo feminino. A partir desse ponto, como se fossem episódios de uma série, os jornais veicularam notícias diariamente, explorando a vida pregressa de Suarez conforme o caso ia ganhando mais detalhes e contorno sensacionalista. Soube-se, então, que, nascido no Uruguai, foi atribuído a Raul o registro civil como mulher com o nome de Rachel Suarez. Ainda jovem, ele conseguiu uma ‘carta de cidadania’ em Buenos Aires com sua identidade de gênero como Raul, casou-se com a jovem portenha Amelia Gomez, com quem viveu 20 anos, e foi funcionário no Ministério de Obras Públicas durante 23 anos!

Os jornais brasileiros não disfarçaram a curiosidade e exibiram manchetes apelativas à curiosidade popular: “D. Amelia Gomez era casada... com outra mulher” (*A Federação*, Curitiba, 1º/04/1930); “O ruidoso caso de Raul que era Rachel” (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03/04); “A mulher que foi marido...” (*Fon-fon!*, Rio, 05/04); “O sensacional caso da mulher-homem” (*A Noite*, Rio, 08/04); “Rebelladas contra as saias” (*Diário Carioca*, Rio, 09/04); “Mulheres de calças” (*A República*, Curitiba, 11/04); “A polícia argentina e o estranho caso da mulher homem” (*Diário Nacional*, São Paulo, 13/04); “O caso

---

01 Doutor em Literatura Comparada pela UFMG. Atualmente, desenvolve pesquisa sobre a memória das identidades LGBTQIA em Belo Horizonte. Autor de *Paraíso das Maravilhas: uma história do Crime do parque* (Fino Traço, 2008).

sensacional da mulher homem” (*O Imparcial*, São Luiz, 18/04). Verificam-se não apenas a abordagem espetacular (prenunciada nos títulos por meio dos termos ruidoso, estranho, sensacional, ou mesmo com o uso de reticências), como também uma discussão de gênero baseada no cômico e no estereótipo (indicado na recusa do uso de indumentária considerada adequada a determinado sexo e gênero) e ainda o emprego de termo designativo para a época da identidade transmasculina – mulher-homem.

De fato, a década de 1930 será recorrentemente atravessada por esses relatos. Não é que não tivessem ocorrido antes, mas a frequência e a reverberação desses casos serão reveladores de um interesse que ora pende para a intenção de corrigir comportamentos, ora pende para o tratamento exótico, sempre se abrindo ao campo medicalizador. Na sequência dos fatos narrados sobre Raul Suarez, logo no início de maio de 1930, o jornal paulistano *A Gazeta* publicou reportagem em que reuniu cinco casos de transexualidade, ainda que não utilize esse termo. O título da matéria era “Homens-mulheres e vice-versa...”, no qual eram apresentados quatro casos de homens trans naquele começo de século: o de Raul Suarez, o do britânico Evan Montague Burt e os dos estadunidenses Peter Straford e Victor Mayfield. Próximo de encerrar a década, em sua edição de agosto de 1938, a revista mensal *A Cigarra* reproduziu longa reportagem de nove páginas do jornalista Dugal O’Lian sobre o mesmo tema com o título “Sexos trocados”. Nesse texto, são mencionadas as mulheres trans Agnes Frost, Dolly Clayton, Frances Anderson, Angelina Buzzeli, Wilma Richeson, Gretna Bobb, ao lado dos homens trans Jack Garland, Tom Collins, Joe Coberly, Ivan Orloff, Eugene C. Perkins, além de Catharina Wing e Violette Morris, que adotaram a identidade transmasculina, mas mantiveram o nome do registro civil.

Até onde foi possível acompanhar, um levantamento na imprensa brasileira do decênio de 1930 revela 74 casos, apenas de transgeneridade, relatados, sejam em território brasileiro (31 casos), sejam no exterior (43 casos).<sup>02</sup> Ainda entre os casos brasileiros, 11 foram diagnosticados

---

<sup>02</sup> Todos os casos mencionados neste texto foram levantados por meio da leitura de jornais do período disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Pública Luiz de Bessa, em Belo Horizonte, e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (memoria.bn.br).

e descritos em Belo Horizonte. No entanto, nessa espécie de censo é necessário esclarecer o que estou tratando como transgeneridade.

Do ponto de vista de jornalistas e outros profissionais da época (médicos, médico-legistas, juristas, sexólogos, psiquiatras, psicólogos), esses casos são tratados com o termo genérico de ‘mudança de sexo’, com algumas ocorrências mais pontuais de termos como travestismo e transvestitismo<sup>03</sup>. É natural que não se deve esperar dessa época a discussão contemporânea sobre teoria de gênero, diversidade sexual, sexualidade. Aqueles profissionais brasileiros ainda não conheciam as primeiras tentativas cirúrgicas de adequar o corpo do indivíduo à sua identidade de gênero, que já começavam a ocorrer no norte europeu. Nesse sentido, entre os 11 casos registrados em Belo Horizonte, sete se referem a hipospádia<sup>04</sup> e os outros quatro a disforia de gênero.

Assim, para efeito deste texto, transgeneridade será pensada como um largo campo de experiência no qual um sujeito transiciona de uma identidade para outra, seja em função de uma disforia de gênero, seja devido à travestilidade, seja provocada por hipospádia ou por algum outro caso de ambiguidade especificamente genital que leve a algum engano na atribuição do sexo do recém-nascido.

Ainda é necessário explorar mais detidamente os motivos que levaram a imprensa brasileira a repercutir tão extensamente os diversos

---

03 Com este termo em particular, consulte a obra *Auto-acusação, homossexualismo e transvestitismo: contribuição à prática da criminologia psicanalítica*, de Gualter Adolpho Lutz (1939). O autor resgata a história de um crime ocorrido no Rio de Janeiro, em dezembro de 1935, em que o tenente italiano Ugo Barbiani foi assassinado em um apartamento de Copacabana. As investigações indicaram que o suposto criminoso era uma travesti.

04 “A hipospádia é uma condição congênita relativamente rara (de origem genética ou hormonal), na qual o indivíduo do sexo masculino apresenta a abertura da uretra não na extremidade da glândula, mas em algum ponto da face ventral do pênis. Há formas mais leves de manifestação, em que a uretra está mais próxima da extremidade da glândula, e formas mais graves, em que a porção final da uretra se encontra na bolsa escrotal ou no perineo. Dependendo da forma, é feita uma ou mais de uma cirurgia reconstrutiva. A hipospádia pode gerar ambiguidade e dúvida ao se estabelecer o sexo da criança nos casos de partos realizados no espaço doméstico com parteiras. Daí, diversas crianças do sexo masculino terem sido registradas com nome feminino e criadas como mulheres. A cirurgia é indicada para restaurar o bom fluxo da urina, permitir que o paciente urine em pé, para melhoria estética e para permitir função sexual considerada ‘normal’. Cf. MACEDO Jr., A.; SROUGI, M. Hipospádias. *Revista da Associação Médica Brasileira*. São Paulo, v. 44, n. 2, p. 141-145, abr.-jun. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-4230199800200013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-4230199800200013)>. Acesso em: 19 dez. 2018.

casos de transgeneridade, tanto nacionais quanto estrangeiros, ao longo dos anos de 1930. Algumas dessas referências atravessaram a década, outras tiveram expressão muito pontual. Todas ganharam a mesma abordagem: da curiosidade excessiva, da polêmica, do exotismo, da obscenidade. Este artigo tem a intenção apenas de ilustrar esse panorama por meio do resgate da história de dois homens trans brasileiros: o niteroiense Jorge Kleber Claudecy (1935) e o belo-horizontino Mário Marques da Silva (1938).

## Jorge Kleber Claudecy

Na mesma ocasião em que a história de Jorge Kleber Claudecy começou a ser ventilada na imprensa brasileira, jornais locais também divulgaram dois relatos fora do país. Na cidade francesa de Lille, a adolescente Alice Henriette Acces, de 16 anos, fora diagnosticada como intersexual. Em agosto de 1934, sua vida começou a ser reportada e sua transição ganhou a curiosidade do público. No dia 16 daquele mês, o cirurgião Robert Minne anunciou que, após uma série de 14 intervenções cirúrgicas, conseguira estabelecer o sexo masculino da paciente, que passou a adotar o nome Henri Acces. Ao mesmo tempo, em Kittaning, no estado da Pensilvânia (EUA), os cirurgiões Ivan Boyer e Donald Cameron operaram Claire Schreckengost, de 20 anos. Esse caso tem um contorno mais específico, uma vez que se divulgou pela imprensa que os médicos perguntaram à paciente: “Você quer ser homem ou mulher?”, ao que ela respondeu que queria ser homem, gerando uma espécie de fantasia em que determinado grau de ambiguidade se assemelha a uma encruzilhada, e na qual o indivíduo pode escolher o sexo que deseja assumir.

É nesse contexto que começa a ser divulgada a pequena saga vivida pela niteroiense Isabel Fernandes, 15 anos, apelidada Gauchinha. A partir daqui é necessário esclarecer que os jornais mencionam o sexo e o nome do sujeito conforme seu registro civil, ignorando ou deixando em segundo

plano o nome e o gênero desejado após a transição. Por isso, em alguns momentos deste texto, as duas formas nominais conviverão à medida que o relato for desenvolvido.

No dia 12 de setembro de 1934, o jornal carioca *A Noite* deu uma pequena manchete na página 2: “Diabinho de ... calças. A jovem vestiu-se de homem e fugiu”. Iniciava-se a crônica da primeira fuga daquele que assumirá a identidade de gênero masculina com o nome Jorge Kleber Claudecy. Sua mãe, Maria Augusta Fernandes, procurara a polícia, pois desde a manhã do dia 10 Jorge evadira de casa sem rumo conhecido. O jornal informa que, após questionamentos com vizinhos e amigos, Maria Augusta soubera que Jorge levava uma quantia de dinheiro consigo e que dias antes comprara roupas masculinas. Sua mãe então deduziu que a filha vestira-se de homem para fugir e viajar para Ponta Grossa, no Paraná, onde tinha parentes.

É possível que a polícia tenha seguido essa pista, uma vez que o jornal curitibano *Diário da Tarde*, de 17 de setembro, noticiou “Se a moda pega... Uma jovem que se vestindo de homem desapareceu de sua casa”. No entanto, a folha não acrescentou nenhuma informação.

Lançando mão de um procedimento muito comum à época, Maria Augusta escreveu uma carta e a deixou para a filha na redação do jornal *A Noite*. Esse hábito foi comum até os anos 1940: uma tentativa de estabelecer contato com alguém foragido. No dia 26 de outubro, o jornal divulgou um pequeno anúncio na página 5: “**Isabel Fernandes** tem carta neste jornal” (Grifo do jornal). Certamente, ela não se moveu do lugar onde estava. O tempo avançou; o Natal e o Ano Novo passaram sem novidades para Maria Augusta. Quase cinco meses depois, foi descoberto o paradeiro da adolescente. No dia 30 de janeiro de 1935, sete jornais cariocas e um de Niterói anunciaram sua localização. Observem os títulos e subtítulos das reportagens:

Não quiz mais ser mulher!...

A história de “Gauchinha” - De novo nas suas *toilettes* femininas, com *rouge* e pó de arroz...

Uma visita á casa de Isabel Fernandes - Impressões (A *Noite*. Rio de Janeiro, ano XXV, n. 8.728, p. 1).

Vestiu-se de homem para conhecer a vida

Como uma jovem viveu 4 mezes exercendo funcções masculinas (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, ano XXXIV, n. 12.328, p. 5).

“ - Sempre odiei, odeio e odiarei os homens!”

E vestiu-se de homem para evitar o assedio do sexo forte

A odysseá de uma joven que fugiu de casa - Usando roupas masculinas - Namorando a filha da senhoria - Nas garras da Policia - Outras notas (*Diário Carioca*. Rio de Janeiro, ano VIII, n. 2.001, p. 12).

Assediada pelo padrasto, uma joven de 18 annos fez-se homem...

Uma noite passada na escadaria do Palácio Guanabara - Trocando de sexo no “metro” da Praça Tiradentes...

Cinco mezes vivendo como se fosse homem, morando com marinheiros e indo ao banho de mar com um companheiro sem causar suspeitas - “Bellinha” em seu travesti de Jorge Claudice (*sic*) namorava as meninas da rua Camerino - De como tudo se descobriu (*Diário da Noite*. Rio de Janeiro, ano VII, n. 2.252, p. 3).

A Isabel não quer ser mulher!

Vestida de homem foi presa nesta Capital e levada para Nitheroy (*Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 2.493, 2ª Seção, p. 1).

Trocou os trajes de mulher pelos de homem

Como a Policia poz termo à aventura da joven Isabel Fernandes, transformada durante varios mezes em Jorge Kleber Claudeny (*sic*) (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 26, p. 13).

A mocinha tinha o habito de vestir-se de homem

E se empregára como caixeiro (*O Fluminense*. Niterói, ano LVII, n. 15.912, p. 1).

Inimiga dos homens e dos costumes

Por sua aversão ao “sexo-forte”, uma joven trabalhou cinco mezes em trajes masculinos

Ouvindo os principaes implicados na exquisita occurrencia - Na Policia Central - Outras notas (*O Jornal*. Rio de Janeiro, ano XVII, n. 4.693, p. 14).

Alguns elementos presentes nos títulos e subtítulos merecem ser destacados a fim de demarcar o que foi considerado “exquisita ocorrência”: a flutuação entre o registro civil feminino e a identidade de gênero identificada com o nome masculino, determinando a indistinção do indivíduo em questão; a discussão indireta sobre gênero como essência (“Vestiu-se de homem para conhecer a vida. Como uma jovem viveu 4 meses exercendo funções masculinas”, como se esse deslocamento fosse algo indesejado ou inapropriado); o destaque dado ao uso de roupas masculinas como forma de comprovação da prática de travesti, ampliando a indistinção mencionada; a disforia de gênero é transparecida não apenas no aspecto externo (uso de vestes masculinas e adoção de nome masculino), mas também na manifestação dos motivos para buscar uma vida independente (fugir ao assédio de homens); diversas reportagens colocaram lado a lado imagens de Isabel e Jorge, querendo demonstrar o estranhamento na atitude do rapaz...

Até por volta do dia 6 de fevereiro de 1935, os jornalistas se desdobraram para conhecer o cotidiano de Jorge Kleber durante seus quase cinco meses de vida no Rio de Janeiro. Jorge não se fez de rogado: ao lado da mãe em diversas daquelas reportagens, ele narrou como viveu: esclareceu que fugira e procurara assumir o que hoje tratamos como identidade de gênero “porque odiava os homens e queria fugir aos seus assédios”<sup>05</sup>. Logo após ter chegado, precisou procurar emprego e um lugar onde ficar. Nos primeiros dias, dormiu na rua, mas logo encontrou uma “habitação coletiva”, onde alugou um quarto e morou com dois marinheiros, que, segundo seu relato, não desconfiaram de nada. No começo, trabalhou durante uma semana como carregador de marmitas em uma pensão. Daí, passou a garçom em um hotel, onde ficou aproximadamente 15 dias. Acabou se fixando em uma terceira atividade: caixeiro em um armarinho, onde ficou até ser descoberto. Nessa função,

---

05 Gauchinha. A joven que viveu varios mezes em trajes masculinos. *A Noite Ilustrada*. Rio de Janeiro, ano V, n. 268, 06/02/1935, p. 24.

conquistou a confiança do dono do estabelecimento e se apaixonou por sua filha, de quem tentou se aproximar.

A explicação para sua localização é controversa. A imprensa alimentou duas versões. A revista *A Noite Ilustrada* mencionou que um freguês do armarinho desconfiou da aparência de Jorge e deu parte à polícia. Jorge foi levado à delegacia, onde confessou “o disfarce”, mudou suas vestimentas e voltou ao lar acompanhado da mãe, que havia sido chamada.<sup>06</sup> A segunda versão, aparentemente, parece ter sido separada em duas partes que circularam livremente: o jornal niteroiense *O Fluminense* registrou que “Isabel sempre teve mania de querer passar por homem, e assim usava frequentemente trajas masculinos.”<sup>07</sup> Durante o período em que esteve desaparecido, sua mãe ofereceu 150 réis como recompensa a quem fornecesse informações exatas. No entanto, José Aguiar, um vizinho de Maria Augusta, passara em frente ao armarinho e vira um caixeiro “cuja cara era a da dita menor, sem tirar nem pôr”. De volta a Niterói, Aguiar relatou a semelhança à polícia, que providenciou a apuração do caso. Após confirmação, a menor foi levada para Niterói. Porém, *O Radical* apresenta um relato que parece complementar a versão de *O Fluminense*. Sob o título “A ‘Gauchinha’ queria ser homem a força...”, o repórter esclarece que dois investigadores percorriam a rua do armarinho e desconfiaram do rapazinho empregado ali.

Detiveram o garoto e conduziram-no para a Delegacia de Segurança Pessoal, onde foi interrogado pelo comissário Sylvio Terra. Após uma longa narrativa, cheia de episódios interessantes, ‘Gauchinha’ concluiu por declarar á autoridade que agira dessa forma para poder gozar as liberdades do sexo forte.<sup>08</sup>

É possível que tudo não passe de uma mesma versão fracionada pela imprensa e relatada de forma apressada, sem o cuidado de conferir o fato,

---

<sup>06</sup> Gauchinha. A joven que viveu varios mezes em trajas masculinos. *A Noite Ilustrada*. Rio de Janeiro, ano V, n. 268, 06/02/1935, p. 24.

<sup>07</sup> A mocinha tinha o habito de vestir-se de homem. *O Fluminense*. Niterói, ano LVII, n. 15.912, 30/01/1935, p. 1.

<sup>08</sup> A Gauchinha queria ser homem a força... *O Radical*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 900, 31/01/1935, p. 5.

na tentativa de apresentar uma novidade. É bem possível também que José Aguiar fosse o tal freguês do armário, conforme está em *A Noite Ilustrada*, que identificou no caixeiro a filha da vizinha, informou à polícia, que, por sua vez, destacou dois investigadores para conferir a informação. Os policiais levaram Jorge à delegacia, e este revelou sua identidade conforme o registro civil.

Jorge não ficou detido. Após ter esclarecido as situações nas quais se envolvera nos últimos meses, ele foi liberado pela polícia para voltar para casa, em Niterói, na companhia de sua mãe, usando vestes femininas. Mas já no dia 31, ele é alvo de *bullying* e revida com a força. É o *Diário da Noite* de 31 de janeiro de 1935 que registra o fato:

Por toda a parte onde anda, [Isabel] desperta a curiosidade publica. Toda gente, vendo-a mettida de novo em trajes femininos, imagina como devia ter ella ficado vestida de homem, com chapéo de palha, á Chevalier, piscando o olho para as outras pequenas que procuravam um “flirt” tomando “bonde errado”.  
Deu-se isso hoje á tarde em Nictheroy.  
Isabel Fernandes saiu, em companhia de sua mãe, para fazer umas compras. Vieram as duas descendo a pé, a rua da conceição. O primeiro curioso que olhou identificou-a. Communicou a descoberta.  
A nova passou, assim, célere, de boca em boca e em breve um numeroso grupo de curiosos cercava as duas pacatas mulheres.  
[...]  
De repente, a mãe de Isabel dirigiu-se aos circunstantes, em linguagem vermelha. Com o escandalo, o numero de curiosos aumentou. E começaram os commentarios, os gracejos, as troças, aquillo a que vulgarmente se diz com justeza uma “afinação” em regra.  
Isabel Fernandes, o alvo da curiosidade, indignou-se também, e, lembrando-se de que já fora Jorge Claudecy, virou valente e “encostou” o “guarda-chuva” na testa do primeiro curioso que lhe passou ao alcance. Quis a sorte ou o azar que fosse um garoto o escolhido. Banhado em sangue, foi, após a reação, conduzido ao Hospital para ser medicado [...].<sup>09</sup>

---

<sup>09</sup> É mesmo inimiga dos homens... *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, ano VII, n. 2.253, 31/01/1935, p. 1.

No dia 2 de fevereiro, Rubem Braga, então com 22 anos, dedicou sua crônica do dia, no carioca *O Jornal*, à Gauchinha, atribuindo-lhe esse título. Há uma passagem no texto mais interessante:

[...]

Você desceu o guarda-chuva na cabeça de um sujeito que começou a caçoar de você em Nictheroy. A minha cabeça, menina, é uma velha e triste cabeça que vive curvada sobre os nojentos problemas da vida. Deixe o seu guarda-chuva socegado, sim? A minha cabeça vem apenas se curvar deante de você. Agora a minha mão vai apertar a sua. [...] Ai, Bellinha, gauchinha, Isabel, ai, ai, Jorge, rapazinho Jorge, não é uma vida igual a sua. Aos 16 anos você já foi rapazinho e mocinha, já andou na policia e nos jornaes, já amou donzellas e mancebos.

[...] Você, Gauchinha, se desintegrou. Que pena que Jorge não possa dar a mão a Isabel. Quando Jorge morre Isabel nasce, e quando Isabel morre Jorge nasce. Elles seriam os amantes ideaes; são gêmeos no espelho e incompatíveis no tempo. Você, Gauchinha, é o sol e a lua, e o seu sorriso que eu amo através da imprensa é o sorriso da luz fraca do sol entre raros pingos de chuva. [...]

O seu sorriso, oh donzella, oh mancebo, nem Deus e o diabo juntos entenderão jamais. Você é um delicioso monstro. Ai, perdão, perdão. Falei monstro assim de repente, sem querer. Não pega seu guarda chuva não, menina. Eu ando com a cabeça atrapalhada. Monstro sou eu. [...]<sup>10</sup>

Assumindo uma *persona* mais velha, Rubem Braga cria uma voz que tenta, dentro dos limites morais da época, compreender a natureza humana de Jorge. Daí chegar à compreensão do “delicioso monstro”, à maneira dos seres fantásticos da mitologia greco-romana, que portam em si uma natureza híbrida, neste caso, de homem e mulher, “gêmeos no espelho e incompatíveis no tempo”<sup>11</sup>.

Transcorrido um mês de silêncio, o vespertino *Diário da Noite* anunciou com estardalhaço em 7 de março: “Não gostei de voltar a ser mulher. Isabel, a mocinha que andou vestida de homem durante quatro meses, tentou contra a existência, em Nictheroy”. No interior da

---

10 Gauchinha. *O Jornal*. Rio de Janeiro, ano XVII, n. 4.696, 02/02/1935, p. 4.

11 Gauchinha. *O Jornal*. Rio de Janeiro, ano XVII, n. 4.696, 02/02/1935, p. 4.

reportagem, destaca-se o seguinte: “Hontem, ás ultimas horas da tarde, voltou Isabel ao noticiário dos jornaes. A pequena que não quer continuar a ser mulher, tentou, de faca em punho, retirar do seu corpo os atributos do seu verdadeiro sexo...”<sup>12</sup> No mesmo dia, o *Correio da Manhã* deu mais detalhes:

Com uma afiada faca de cozinha, a jovem tentou fazer a extirpação de um seio.

Pessoas amigas que a surpreenderam durante a pratica desse acto desvairado, conseguiram, a muito custo, fazel-a ir medicar-se ao Serviço de Prompto Socorro da capital fluminense. Após os necessários curativos, a jovem recolheu-se ao seu domicílio.<sup>13</sup>

Rapidamente, Jorge foi retirado de circulação. A atitude de afirmação da identidade é ao mesmo tempo dolorosa para ele e reveladora do grau de sofrimento provocado pela disforia de gênero. É compreensível que a mentalidade da época não tivesse conhecimento ou fosse ainda refratária a perceber a distinção entre sexo e gênero que Jorge demandava fosse feita e ensaiava evidenciar isso no próprio corpo.

Praticamente um ano depois de ter sido localizado após sua primeira fuga, já contando presumíveis 16 anos, Jorge Claudecy voltou à cena. O jornal *A Noite*, de 16 de janeiro de 1936, fez uma reportagem com o título “O falso Jorge Claudecy ou as aventuras de uma joven que se veste de homem”. Antes de apresentar a novidade que motivou a matéria, o jornalista fez um breve retrospecto dos fatos:

Quem não se recorda ainda da singular aventura daquela garota que, fugindo á vigilância materna, se vestiu de homem, e, nesse “travesti”, conviveu com malandros, foi carregador de marmitas, caixeiro de armarinho e se fez apaixonar por muitas mocinhas bonitas?

Usando desse artifício, Isabel Fernandes se transformou em Jorge Claudecy, conseguindo burlar a argucia até da policia que a procurava.

[...]

12 Não gostei de voltar a ser mulher. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, ano VII, n. 2.281, 07/03/1935, p. 5.

13 A moça que quer ser homem. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, ano XXXIV, n. 12.358, 07/03/1935, p. 8.

Em todo o interessante vaudeville, Isabel Fernandes, a “Gauchinha”, como é conhecida na intimidade, revelou extraordinária perspicácia e decisão para manter o seu disfarce. Passou momentos difíceis, sem que se lhe quebrantasse o animo, decidida que estava a trocar seu sexo. As saias lhe despertavam versão, ao passo que a indumentaria masculina a fascinara irresistivelmente.

[...]

Nunca se adaptou á vida que devia levar na sua condição de mulher. Nada de preocupações femininas. Vivia entre rapazes, jogando “football” e andando de bicycleta. Seus trajos eram o mais possível aproximados aos dos homens.<sup>14</sup>

Após a rememoração do caso, o jornalista introduziu a novidade: informou que em novembro de 1935, Jorge expusera à mãe que não poderia mais viver como Isabel, que desejava trabalhar e promover seu próprio sustento. O repórter esclareceu que a mãe concordara e que naquele mês Jorge, ainda vestido como mulher, voltou ao trabalho no mesmo armário onde já se empregara. Com seu primeiro salário, Jorge comprou suas primeiras roupas masculinas e festejou o Ano Novo em local desconhecido. Apreensiva, sua mãe foi ao armário nos primeiros dias de janeiro e, ao remexer nos pertences do filho, descobriu uma carta de amor entre Jorge e uma senhora de Niterói. Maria Augusta voltou a procurar a polícia pedindo auxílio na localização de Jorge. No dia 8 de janeiro Jorge foi detido com sua namorada, sobre quem o jornal menciona: “A senhora que por ele se apaixonou, mora em Nictheroy, no bairro da Engenhoca. Ama-a como se fora a um homem e gosta de vel-a envergando trajos masculinos! Assim, como um casal feliz, frequentam diversões, fazem alegres passeios até alta madrugada.”<sup>15</sup>

No entanto, no dia 9 ele desapareceu novamente, o que motivou, uma semana depois, a reportagem de *A Noite* como forma de apoiar a mãe na busca pelo filho.

---

14 O falso Jorge Claudecy ou as aventuras de uma jovem que se veste de homem. *A Noite*. Rio de Janeiro, ano XXV, n. 8.643, 16/01/1936, 17 horas, p. 1.

15 O falso Jorge Claudecy ou as aventuras de uma jovem que se veste de homem. *A Noite*. Rio de Janeiro, ano XXV, n. 8.643, 16/01/1936, p. 2.

Mas o episódio é icônico da competição estabelecida na mídia impressa da época sobre quem dá a notícia mais correta. No dia 17 de janeiro, o também carioca *Diário de Notícias* informou que, desde o dia 9, Jorge Claudecy havia sido internado, por ordem de um Juiz de Menores, na Escola Alfredo Pinto, no Alto da Boa Vista. Sua mãe não desmentiu a informação.

Mais uma vez, Jorge submerge aos olhos da imprensa para, pela última vez, emergir em novo escândalo doméstico. Em 29 de maio de 1936, o *Diário de Notícias* e outros dois jornais publicaram o espancamento que Jorge sofrera da própria mãe. Aquele jornal reproduziu uma fotografia em que Jorge está com o olho esquerdo um pouco inchado e um grande hematoma na face também esquerda. O *Diário da Noite* relatou que Jorge fora espancado a socos e pauladas no dia anterior. Gritando por socorro, foi acudido por um fiscal de trânsito, que deteve Maria Augusta e a autuou em flagrante. Jorge foi atendido em um hospital com várias escoriações. O motivo da briga não foi esclarecido, e mãe e filho desapareceram dos jornais.

## Mario Marques da Silva

O caso de Mario Marques da Silva repercutiu na imprensa local belo-horizontina e na nacional durante todo o mês de setembro de 1938, bem como chamou a atenção por determinados aspectos que serão explorados nesta seção. Tratou-se de um caso de diagnóstico de hipospádia em um indivíduo com 27 anos. Como já foi mencionado, podemos situá-lo entre os casos de transgeneridade por se tratar não de um relato de disforia de gênero, mas da transição de um sexo a outro em um indivíduo com identidade de gênero transfeminina já conformada e estabelecida para outra identidade indesejada. A primeira reportagem do jornal *Estado de Minas* fez um breve retrospecto de ocorrências de hipospádia em Belo Horizonte, antes de introduzir o caso de Mario Marques.

A nossa capital acaba de ser pro[ilegível] por uma jovem que, tendo passado grande parte de sua existência num sexo, vae ser transformada para outro, de vez que é vítima de uma anomalia não rara, a hypospádia.

Não é esse, entretanto, o primeiro caso que aqui surge para attrahir a curiosidade publica, pois taes acontecimentos já se registraram com certa frequência em Bello Horizonte como em nenhuma outra parte do paiz.

Há cerca de vinte anos, verificou-se o primeiro factó, que abriu a serie sensacional. Tratava-se de uma joven alumna da Escola Normal Modelo, de nome Emilia, assignalada pelas colegas e pelos conhecidos pelo brilho de sua inteligência e pela varonilidade do seu espírito. Indo a jovem, certa vez, ao consultorio do cirurgião David Rabello para uma consulta, este se impressionou a postura (*sic*) dela, pois sentava-se de preferência, a quina das mesas e cadeiras num desembaraço de causar suspeita. Examinando-a o medico constatou que a moça sofria da referida anomalia, dispondo-se então a realizar a intervenção cirúrgica, o que fez com êxito.

Destarte, ficou restabelecida a verdadeira identidade da jovem, que sahiu do consultório envergando um par de pantalonas por ter “passado” para o sexo masculino.

Depois desse caso, com espanto de todos, outros se succederam, e aquelle cirurgião foi sempre o mágico de todas essas espantosas transformações.<sup>16</sup>

Em outubro de 1917, Belo Horizonte ganhou projeção médico-científica nacional: o caso de David Soares, nascido com hipospádia em 1900 e registrado no cartório civil como Emília Soares, foi divulgado como mudança de sexo. Aos 17 anos, Emília foi levada ao médico, que diagnosticou sua situação e fez a intervenção cirúrgica para ‘corrigir’ seu sexo. Em homenagem ao médico David Rabello, Emília escolheu seu primeiro nome como novo registro civil.<sup>17</sup> Essa ocorrência deu grande e duradoura fama ao médico David Rabello. O cirurgião diagnosticou diversos outros casos em Belo Horizonte ou em pessoas do interior de Minas Gerais levadas à capital. O caso da Emília ‘transformada’ em David também impulsionou a capital mineira no anedotário nacional: quer mudar de sexo, vá a Belo Horizonte!

16 Maria Marques afirma que quer continuar sendo mulher. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, ano XI, n. 3.643, 02/09/1938, p. 10.

17 Um relato mais completo sobre este caso pode ser lido em MORANDO, Luiz. “Miloca que virou David”: intersexualidade em Belo Horizonte. *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*. Natal, v. 6, n. 8, p. 147-169, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/3356>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Além disso, inspirou o escritor Coelho Neto a produzir uma comédia teatral intitulada *O patinho torto*.<sup>18</sup>

Maria Marques da Silva residia na zona rural de Lagoa Santa, cidade situada nos arredores de Belo Horizonte (atualmente, compõe a região metropolitana). Com 27 anos, ela consultou o médico Lindouro de Avellar, naquela cidade, para fazer exames pré-nupciais, pois “tencionava casar-se com um primo”, mas “não sentia os phenomenos biológicos peculiares ao sexo feminino”, conforme é narrado na reportagem do *Estado de Minas*. Avellar diagnosticou hipospádia, esclareceu Maria sobre a necessidade de ‘corrigir’ sua genitália e a orientou a ser operada pelo médico David Rabello em Belo Horizonte. Não foram dados muitos detalhes sobre a forma de hipospádia de Maria, mas mais adiante veremos que ela teve necessidade de fazer duas cirurgias, o que significa que deveria ser caso mais próximo de uma forma grave de manifestação. Avellar fez as intermediações necessárias com a equipe médica belo-horizontina. Rabello, que estava doente (ele viria a falecer em fevereiro de 1939, aos 53 anos), indicou seu assistente, José Neves Júnior, para realizar a intervenção cirúrgica.

Os procedimentos pareciam se encaminhar de forma natural, sem objeções. Todavia, faltou combinar com Maria essa normalidade, pois seu desejo era outro. No dia 3 de setembro, o mesmo *Estado de Minas* publicou o impasse entre Maria e a equipe médica: ao que parece, ela concordara em se submeter à cirurgia imaginando que a intervenção seria feita apenas para que se conformasse sua genitália à sua identidade feminina, enquanto a equipe médica tentaria corrigir o que era tratado como um ‘erro da natureza’, ‘tornando-a homem’.

#### Erro da natureza

Referindo-se ao resultado do minucioso exame a que submeteu a jovem, durante a manhã, disse o nosso interpelado [Neves Júnior]:

- O caso se resume em uma anomalia determinada pela parada de desenvolvimento dos órgãos genitais. Isto é, estacionamento desses órgãos numa phase normal em

---

18 Cf. MORANDO, Luiz. Ecce homo! O engano do sexo em *O patinho torto*, de Coelho Neto. In: COSTA, Adriane Vidal; BARBO, Daniel (Org.). *História, literatura e homossexualidade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 85-106.

certo período da vida embrionaria, três meses, mais ou menos, quando os sexos começam a se definir.

O paciente chegou pois à idade adulta, sem sofrer a completa diferenciação sexual, constituindo o que se chama “pseudo-hermaphroditismo masculino”, caracterizado por hypospadias e cryptorchidia bilateral.

Os demais traços de Maria Marques da Silva são os peculiares ao sexo masculino. Contudo, a estatura baixa, um metro e quarenta e seis centímetros, o timbre de voz e falta de bigode em indivíduo que conserva longos cabelos e a indumentária feminina justificam o erro em que têm incidido todos quantos, até o presente, consideraram nosso observado como mulher.

Pretendemos, com nosso bisturi, corrigir, ao menos em parte, esse erro da natureza.

[...]

Não quer saber de calças

[...]

Contou que já havia sido examinada, porém, uma profunda e terrível angustia pesa-lhe sobre o espírito. É que, de forma alguma, consente em se deixar operar para ser transformada em homem. Não quer saber de calças, habituou-se á vida de mulher e não deseja viver de outra forma.

Ante a sua peremptoria resolução, procuramos convencer-a das vantagens que cercam o sexo forte, dizendo-lhe que, com a operação, tornar-se-á um rapaz atraente, podendo encontrar, com relativa facilidade, uma namorada e, quem sabe, uma noiva. Mas Maria Marques persiste em sua afirmativa, alegando:

- Si fôr para virar homem, não quero saber de operação. Essa é a minha vontade e, tenho a certeza, ninguém irá me contrariar.<sup>19</sup>

Observe-se o alinhamento de três discursos com que o jornal opera: o discurso médico-científico, por meio do qual Neves Júnior tenta esclarecer as origens da hipospádia e aponta o caso de Maria com uma forma mais grave de sua manifestação, acentuada pela ausência dos dois testículos na bolsa escrotal. Ao lado desse discurso, outro no campo das mentalidades, atribuindo aos indivíduos do sexo masculino uma superioridade de gênero (nas palavras do repórter, convencer das “vantagens que cercam o sexo forte”). Um terceiro discurso é sustentado pelo desejo manifesto por Maria de não ser contrariada

---

<sup>19</sup> “Si fôr para virar homem, não me deixarei operar”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, ano XI, n. 3.644, 03/09/1938, p. 10.

(não ter sua genitália alterada para o sexo oposto) e ter seus interesses respeitados. A própria ordem com que os discursos são seriados fala do lugar de subalternidade, violência e baixa reatividade de Maria: fica em terceiro lugar, é colocado no lugar do mais fraco, do inferior, daquele que precisa ser resgatado e reocupar o lugar de superioridade que o ‘erro da natureza’ lhe tirou. É importante caracterizar essa coexistência desequilibrada de discursos devido ao que se sucederá nos dias seguintes.

Tudo poderia ocorrer sem conhecimento do público, mas o próprio repórter do *Estado de Minas* se incumbiu de esclarecer, naquela primeira reportagem, que a equipe de redação recebera um telefonema de “prestigioso amigo de nossos jornaes” comunicando que chegaria no dia anterior uma mulher de Lagoa Santa para ser operada a fim de “se restabelecer o seu verdadeiro sexo”. Na hora indicada, o jornalista fez ponto no local informado e abordou Maria Marques ao descer do ônibus. Pouco tempo depois, Lindouro de Avellar se aproximava de automóvel para levá-la ao Hospital São Vicente de Paulo (atual Hospital das Clínicas/UFMG).

A nossa reportagem apurou que a moça não queria, de forma alguma, submeter-se á operação, pois seu maior desejo era continuar a viver como mulher, persistindo nessa resolução mesmo no momento em que era levada para a sala própria.

O Dr. Neves Júnior, reconhecendo ser bastante baixo o nível intelectual da paciente, aguardou que viesse a autorização do pae da mesma para proceder a intervenção, por um desencargo natural de consciência. Tal consentimento veio hontem, sendo portador o dr. Lindouro de Avellar, o primeiro a examinar a jovem. Apesar de não querer virar homem, Maria Marques já é Mario Marques, pois, desta forma ficou restabelecido o seu verdadeiro sexo e sanado um erro da natureza.<sup>20</sup>

É curioso que o jornalista insista no desejo que Maria expressa “de continuar a viver como mulher”, assim como é proporcionalmente cruel o modo como a equipe médica vai premindo a paciente a ser objeto de sua cirurgia. Os sinais de violência simbólica vão aumentando em uma

---

20 Maria Marques vae ter barbas e usar paletot. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, ano XI, n. 3.645, 04/09/1938, p. 12.

escalada surpreendente, desembocando na violência física. Para contornar a ausência de autorização de Maria Marques, a equipe médica ignora sua maioria legal (ela já contava 27 anos) e aguarda a autorização do pai.

Em seu primeiro contato com a imprensa, após uma semana da primeira cirurgia, o jornalista do *Estado de Minas* foi ao hospital entrevistar o então Mário. A fotografia que ilustra a reportagem é bastante significativa: posicionados em meia-lua, quatro homens altos rodeiam Mário, ao centro; este, visivelmente constrangido, usa um pijama muito largo, que sobra em todas as extremidades e o deixa mirrado em comparação a seus companheiros de foto. Dos quatro homens, três são facilmente identificados, embora a legenda da imagem não o faça: um enfermeiro, vestido de branco; o médico Neves Júnior e o jornalista. É muito possível que o quarto seja o médico Lindouro de Avellar. Ou seja, o alinhamento daqueles três discursos volta a se repetir agora, não apenas no texto, como também na imagem. E o jornalista ainda insiste em convencer Mário das vantagens de ter se tornado homem.

Tomando mais confiança com a reportagem, Mario disse que não obedeceram ao seu grande pedido, pois não queria de forma alguma submeter-se á operação. O seu maior desejo era continuar mesmo como mulher, de vez que assim vivera durante tão longos anos, tendo até se afeiçoado a um primo, de nome Estevão, com quem tinha promessa de casamento.

Contudo, “o mal já está feito”, conforme nos declarou, e agora resta-lhe conformar-se com a situação. Procuramos então convencer-o das vantagens de que os homens desfructam, citando, a proposito, vários exemplos.

Mas mesmo assim ele não se conformava, mostrando-se sem ânimo para enfrentar a sua nova existência.<sup>21</sup>

Essa reportagem do *Estado de Minas* tem um curioso paralelo com outra da revista carioca *A Noite Ilustrada*. Em sua edição de 13 de setembro, o semanário dedicou duas páginas a uma fotorreportagem que apresentava

---

21 A ex-Maria Marques já está usando uniformes masculinos. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, ano XI, n. 3.651, 11/09/1938, p. 12.

a transformação de Maria em Mario.<sup>22</sup> Para isso, o jornalista escolheu o momento simbólico em que Maria tem os longos cabelos cortados ao modo masculino e passa a trajar um terno, visivelmente desconfortável para Mario. Como se fosse um bíblico Sansão às avessas, a perda dos cabelos é compensada pela seriedade, virilidade e responsabilidade que o traje masculino representa.

Mas a escalada de violências sofridas por Maria/Mario atingiu seu auge na revelação que Mario fez, já instalado em seu povoado de origem, na zona rural de Lagoa Santa. Mais uma vez foi o *Estado de Minas* que produziu a notícia, em outra reportagem na qual se tentou mostrar o novo cotidiano de Mario. Ainda desajustado e se sentindo pouco à vontade entre seus amigos, conhecidos e familiares, Mario denunciou que fora submetido, à força, à intervenção médica na mesa de cirurgia:

Fazendo-a crer que não a tornaria em homem, o seu assistente conseguiu convencer-a a se submeter à intervenção cirúrgica, afirmando de que se tornasse uma mulher “igual” às outras, o que era a sua aspiração. Consentiu, sob promessa dos operadores em deixá-la continuar mulher. Todavia, no momento em que ia ser chloroformizada, ouvindo dizer que iriam torná-la homem, relutou em aceitar a máscara de chloro, sendo necessário que fosse segura por quatro acadêmicos e dois enfermeiros que assistiam à operação. A muito custo adormeceu e se fez a intervenção cirúrgica.

[...]

Já se conformava com o novo estado. Desejava que fosse evitada a publicidade em torno do seu caso, pois não mais à sua terra dada a vergonha de que se achava possuída. Os que ainda o ignoravam não viriam a dele tomar conhecimento e evitar-se-iam aborrecimentos.

Os repórteres prometeram-lhe que nada seria publicado. Não foi cumprida a promessa.<sup>23</sup>

Como Mario havia declarado em 11 de setembro, o mal já estava feito: seu desejo e interesse não foram respeitados em nenhum momento; aparentemente, ele fora enganado desde a consulta com Lindouro de

---

22 Maria... Mário... José. *A Noite Ilustrada*. Rio de Janeiro, 13/09/1938, n. 482, p. 1.

23 Agora é homem e já tem uma namorada. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, ano XI, n. 3.666, 29/09/1938, p. 10.

Avellar em Lagoa Santa, quando dera a entender que se submeteria a uma cirurgia que apenas reafirmasse sua identidade feminina autoatribuída; foi tratado com violência na mesa de cirurgia, sedado à força para ter ‘corrigido o erro de sua natureza’; retratado visivelmente constrangido pelas lentes de fotógrafos e jornalistas, além de desconfortável nas novas vestes.

Enfim, seu breve despontar para os olhares belo-horizontinos como curiosidade sensacionalista se encerrou com uma reportagem do carioca *Diário da Noite*, do dia 28, que relatou seu percurso ao longo de setembro e informou que ele já tinha uma namorada, mas que não se casaria tão cedo.

No entanto, ainda vale a pena observar o texto de dois cronistas da época, irmãos e longevos colaboradores da imprensa mineira em trajetória que se iniciou no começo da década de 1930 e se encerrou nos anos 1970. O poeta Djalma Andrade assinou, no curto período de existência da *Gazeta Mineira*, com o pseudônimo Guilherme Tell, dois espaços: um intitulado “Flagrantes”, de trovas humorísticas, na primeira página, e outro intitulado “Gazeta Social”, na página 5. Em 30 de setembro ele publicou a seguinte crônica:

Os jornais publicam o *cliché* de Mario Marques, ao chegar em sua terra natal, depois de transformado em homem. O photographo conseguiu um flagrante pittoresco: a ex-mulher conversava com o antigo noivo. Accodem a mente do leitor, que observa o *cliché*, vários pensamentos. Vê-se, pela figura desajeitada do mestiço, que a infeliz creatura ainda não se adaptou a sua nova condição. As dobras do paletot cahem-lhe sem elegancia no thorax mirrado. Mario Marques não sabe onde collocar as mãos. O chapéo, também, não cobre como devia a sua cabeça pequena e, certamente, sem miolos. Na fotografia, o ex-noivo está boquiaberto, a seu lado. Tem-se a impressão de que Mario lhe conta pormenores da operação complicada e transformadora. Esses golpes de cirurgia podem corrigir velhos enganos, mas collocam as creaturas por elles atingidos numa situação difficil. Criam um terceiro sexo... Os homens vêem com ironia pobres seres que tardavam a entrar para o seu grêmio, e as mulheres olham-n’os com justificada suspeição.

Seria bem melhor para Mario Marques que não se verificasse a transformação desfiguradora. Falando ao repórter, ele se queixou de sua sorte. O ex-noivo rejeita a sua amizade de homem e as amigas não querem sua companhia compromettedora... Mario Marques tornou-se a figura central do logarejo em que móra. Motivo de pilherias picantes. Assumpto para namorados que desejam alargar as fronteiras da intimidade...<sup>24</sup>

Djalma Andrade deu destaque ao deslocamento que Mario Marques sofreu em seu cotidiano no lugarejo rural: foi constrangido pelas roupas, às quais ainda não conseguiu se adequar; ocupou um entrelugar, pois era visto com ironia pelos homens e o ex-noivo rejeitou sua amizade, assim como foi olhado com suspeição pelas mulheres, que não queriam sua “companhia compromettedora”. Esse entrelugar, Andrade o associou claramente ao desajuste atribuído àqueles conformados ao estranhamento que o ‘terceiro sexo’ causava. Na ausência de mecanismos para questionar, relativizar e compreender tal situação, o termo-valise ‘terceiro sexo’ cumpre a função de abarcar o que não cabe na medida padrão da régua normativa sociocultural.

O cronista ainda foi mais adiante, dando razão à intenção inicial de a então Maria não se deixar operar para ter seu sexo ‘corrigido’: “Seria bem melhor para Mario Marques que não se verificasse a transformação desfiguradora.” É certo que as razões para essa opinião não são as mesmas que as de Maria/Mario, mas há um ponto em comum: a abordagem mostrada por Djalma Andrade e o temor de Maria pré-cirurgia apontam – para o cronista, descaracteriza a representação social do que é ser homem; para Maria, a desfiguração esfacela sua identidade, fragmenta sua autoimagem.

Já no *Estado de Minas*, o cronista e romancista Moacir Andrade assinava a coluna “Vida Social” com o pseudônimo José Clemente. Desde o início de setembro de 1938, a imprensa alardeou que seria necessária mais

---

24 O novo Mario. *Gazeta Mineira*. Belo Horizonte, ano I, n. 5, 30/09/1938, p. 5.

de uma cirurgia para ‘transformar’ Maria Marques em Mario. No final de outubro, o *Diário da Noite* anunciou a ida de Mario a Belo Horizonte para uma consulta e providências para sua segunda cirurgia. Por fim, em 1º de janeiro de 1939, o *Estado de Minas* publicou em uma discreta nota que Mario Marques retornaria à cidade para uma segunda cirurgia. Foi nesse contexto que José Clemente publicou a crônica que segue, em 11 de janeiro:

Marino ou Maria Marques. No Hospital de S. Vicente. Espero que os meus conselhos ainda encontrem você fora da mesa de operações, onde se effectuará a ultima phase de sua transformação em homem. Você já pensou no passo que vae dar? Não me interessa saber o que lhe diz o dr. Lindouro Avellar, o medico de Lagoa Santa, que entendeu de perturbar a sua vida tranqüila de mulher simples. Nesse assumpto, não se ouvem médicos, nem amigos. É a própria pessoa quem delibera. É assim como opinião publica, crença religiosa e casamento. Ninguém deve seguir opinião alheia. Cada qual é que sabe o que lhe convem. Eu não estou suggerindo a você cousa alguma, mas apenas desejo que você decida por conta própria, sem influencias estranhas, a respeito do seu novo estado, agora que se approxima a hora definitiva, emquanto o esterilizador não está em ebulição. Porque depois é tarde... Você quer mesmo, Maria Marques, de Lagoa Santa, virar homem?

Todos nós hoje em dia andamos mais ou menos na mesma situação em que você se encontra: não sabemos se somos Marino ou Maria...

O seu caso não representaria, portanto, escandalo algum. É banalíssimo.

Eu, no seu logar, fugiria pela janella do hospital e deixaria o dr. Lindouro de Avellar e os cirurgiões, internos e enfermeiros, com uma cara deste tamanho...<sup>25</sup>

O apelo de José Clemente foi a última manifestação da imprensa com relação a este caso. Nada mais foi publicado. Inevitável destacar a voz em tom de sussurro, ao pé do ouvido, que o cronista decidiu assumir para tentar agir sobre a decisão de Mario: “não estou suggerindo a você cousa alguma, mas apenas desejo que você decida por conta própria”. Foi também a única manifestação, embora atrasada, de apoio ao apelo que a

---

25 Marino ou Maria. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, ano XII, n. 3.755, 11/01/1939, p. 5.

própria Maria fizera no início de setembro, antes de ser engolfada pelo vórtice da imprensa, da vontade médica, das vantagens de ser homem anunciadas pelo jornalista, do afiado bisturi à mesa de operação.

## A roda do tempo

Os dois casos que relatei foram pinçados, como referido no início deste texto, entre diversos daqueles noticiados pela imprensa nos anos 1930. Vários deles foram ‘resolvidos’ conforme a normatividade imposta pelas decisões médicas. Alguns, no Brasil, tentaram sair pela tangente, na busca por manter uma identidade de gênero desejada. A maior parte, tão logo identificada (seja pelo diagnóstico de hipospádia, seja pela afirmação de outra identidade que não aquela atribuída no início de suas vidas), foi alvo de ações reorientadoras, com vários tipos de iniciativas corretivas.

Casos mais extremos, excepcionais mesmo, levaram pessoas a deitar-se com um sexo e levantar-se com outro, sem saber previamente da intervenção, e sem mesmo o médico ter previsto. Esta foi também uma ocorrência em Belo Horizonte, com a qual encerro este artigo.

Novamente uma Maria, desta vez Maria Ferreira, buscara um médico para averiguar as dores que sentia no abdômen. Diagnosticada uma apendicite e agendada a intervenção, na mesa de cirurgia o já famoso David Rabello percebeu estar diante de novo caso de hipospádia e aproveitou, por conta própria, com a paciente desacordada, para “corrigir” aquilo que a “natureza não fora capaz de fazer”. O caso foi retratado em diversos jornais. Utilizo a nota do carioca *Diário de Notícias*, de fevereiro de 1933:

Durante 20 anos, em Minas, um homem foi mulher, e só deixou de o ser por mera casualidade, porque, operado de apendicite, o medico verificou que o sexo estava... errado, e restabeleceu, com um golpe de bisturi, a legitimidade do órgão. Não se trata, porém, de um caso vulgar ou excepcional de mystificação; não, a “rapariga”,

com efeito, ignorou durante quatro lustros que fosse homem. E com que alegria soube que o era! Exultou de contentamento por se saber Adão! Até as falsas mulheres querem ser homens... Ninguém está contente com a sua sorte, que, no caso, são as calças ou as saias...<sup>26</sup>

Divina ciência médica, que não se deixa enganar pelas mistificações da natureza! Azar dos humanos mortais...

---

<sup>26</sup> O homem que era mulher. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 950, 01/02/1933, p. 3.

# VELHICE EM REVISTA: REFLEXÕES EM PRIMEIRA PESSOA

Fábio Ronaldo da Silva<sup>01</sup>

## G Magazine e a construção de corpos e prazeres

**Em abril de 1997,** as bancas de revistas de várias cidades do Brasil recebiam os 55 mil exemplares de uma publicação com nome cômico, *Bananaloca*, revista de circulação mensal, de conteúdo erótico, direcionada para o público gay e publicada pela Fractal Edições Ltda., que tinha como dirigentes a jornalista Ana Maria Fadigas<sup>02</sup> e o apresentador Otávio Mesquita. A publicação era a versão impressa de um site que deu nome à magazine e tinha como conselho editorial, além dos diretores da Fractal, os jornalistas e idealizadores do site, Sérgio Lhamas e Paulo Negrão.

Antes do lançamento da revista, foi feita uma pesquisa com consumidores gays no intuito de saber o que eles gostariam de ver em uma publicação dirigida para eles. Assuntos como cultura, turismo, entretenimento e ensaios com nu masculino foram os que mais se

---

01 Doutor em História pelo PPGH/UFPE. Professor substituto do curso de Jornalismo da UEPB, professor do curso de Publicidade e Propaganda da Cesrei. E-mail: fabiocg@gmail.com

02 Começou a trabalhar na editora Abril no ano de 1977 como editora da revista *Recreio*. Foi também editora das revistas *Contigo!* e *Boa Forma*. Em 1995 sai da Abril e em associação com o jornalista, apresentador e empresário Otávio Mesquita compram a revista *Sexy*, criando a editora Fractal para publicá-la. Em 1997 a editora passa a publicar a *G Magazine*. Dez anos depois, cria uma agência de viagem chamada GTravel que tinha como público o segmento LGBT. No ano seguinte vende a Fractal, sendo a edição de fevereiro de 2008 a última em que esteve como editora da revista.

destacaram na pesquisa. Percebendo essa lacuna e o desejo dos que participaram da pesquisa, a *Bananaloca* chegou às bancas trazendo em suas páginas homens desnudos em diferentes ângulos, inclusive o frontal e isso aconteceu em todas as edições e a proposta continuou quando a revista passou a se chamar *G Magazine*.

A *Bananaloca* esteve em circulação nas bancas do Brasil até a quarta edição, publicada em agosto de 1997. Devido a desentendimentos internos dos que faziam o conselho editorial, os responsáveis pelo site e os donos da Fractal acabaram com a divisão da equipe e com o nome da revista. Em sua última edição, os leitores da *Bananaloca* receberam um encarte com a capa do número zero da *G Magazine* que informava a mudança do nome.

A Fractal Edições Ltda. comunica que não publicará mais o título *Bananaloca* por motivos de força maior. A partir do próximo mês procure nas bancas a 1ª edição da sua revista *G Magazine*. O que muda é só o nome. Mas o nosso projeto é o mesmo<sup>03</sup>.

Assim, a quinta edição, publicada em setembro do mesmo ano, sai com o título *Bananaloca* apresenta *G Magazine*. Com a primeira edição da *G*, é reiniciada a contagem das edições, sendo a primeira edição datada de outubro de 1997. Apesar da mudança de nome, a publicação não sofreu alterações em relação à direção e ao projeto editorial.

O lançamento oficial do primeiro número da magazine ocorreu em São Paulo em uma boate chamada *Mad Queen*, na noite de 23 de outubro. Menos de um ano depois, a publicação já se firmava no mercado editorial como a revista voltada para o público gay e que desnudava artistas, esportistas, cantores, modelos e apresentava-os em nu frontal e com o falo ereto. De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC), a *G Magazine*, que começou a ser vendida por R\$ 4,90, chegou a alcançar tiragem de 180 mil exemplares por mês, fato até então inédito para as publicações do gênero no Brasil.

Desde a sua primeira capa, tanto a *Bananaloca* quanto a *G* já começavam a construir, no imaginário dos seus leitores, uma dada representação da masculinidade e da virilidade, o que faz supor que apenas os homens viris e másculos são desejados pelos homossexuais. As diversas capas da revista acabam por estigmatizar a imagem do homossexual afeminado. Sobre a proposta de mostrar o falo ereto, era uma ideia que vinha desde a primeira edição, mas que não obteve êxito como podemos observar nas informações existentes no site da revista e que aqui transcrevemos:

Não tínhamos plena certeza de que deveríamos publicar fotos de homens com o pênis ereto. Já apareciam, mas timidamente. Uma espécie de tabu interno a ser resolvido... Entretanto, diante dos inúmeros pedidos de leitores (que a partir de então pautariam todo o caminho da *G*), finalmente nos rendemos à ode ao falo "erectus". A ordem era que as fotos do modelo de capa da edição nº 1 da *G Magazine* já contemplassem a anatomia do pênis em todos os estágios... Mas, na última hora, Vitor Xavier acabou dando pra trás e não se deixou fotografar assim... Os primeiros a aparecerem com pênis eretos mesmo foram os modelos Johnny e Luciano Muller, que saíram na seção *Desejo* da primeira edição da *G*<sup>04</sup>.

É importante lembrar que a imprensa é um espaço bastante evidente de produção, circulação e recepção de discursos sejam estes visuais ou verbais. Mais ainda, a imprensa especializada é um modo de circulação por meio do qual certo grupo se constitui e se reconhece como uma comunidade discursiva. Não só no Brasil, mas em vários outros países, temos revistas voltadas para negros, homossexuais, mulheres, etc. Ao veicular diversas práticas discursivas, a imprensa proclama e dita normas de ser, de dizer e, portanto, de se apresentar no mundo e de pertencer a uma comunidade que partilha de interesses comuns. No discurso apresentado pela revista *G*, ser jovem e manter o corpo malhado e não enrugado é uma forma de se manter desejado. Logo, aqueles que estão se aproximando da velhice ou os que já estão velhos precisam consumir uma

---

04 Informações retiradas do site: <<http://gonline.uol.com.br/site/arquivos/estatico/memorias.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

infinidade de cosméticos para fazer sumir, ou deixar pouco perceptível, as marcas que o tempo deixa no corpo. Faz-se necessário ainda o abandono da vida sedentária, pois é preciso apresentar um corpo esculpido e potente para não se tornar uma mercadoria obsoleta no mercado do desejo. O corpo é a moeda nesse mercado e o que faz o sujeito nele permanecer.

No total, a revista que tinha como slogan “a revista do homem com G maiúsculo” circulou nas bancas de 1997 até junho de 2013, somando ao todo 176 edições. Nos primeiros anos foi sendo considerada por muitos como a “Playboy gay” por usar a mesma proposta da revista voltada para o público heterossexual, isto é, convidar pessoas famosas para se desnudar. Mensalmente, a *G Magazine* vendia entre 65 a 90 mil exemplares, mas quando uma personalidade muito famosa aparecia nua, a venda subia para 120 mil, como ocorreu na primeira vez que o ator Alexandre Frota<sup>05</sup> se desnudou para a magazine, na edição 49 publicada em outubro de 2001. Percebe-se então que o que move a vontade dos leitores em consumir a revista está no grau de fama da personalidade que será apresentada nua. Como lembra Trevisan, a revista se torna um sucesso de vendas quando começa a apresentar em suas páginas fotos de artistas, cantores, roqueiros e jogadores de futebol “não apenas nus, mas expondo suas medidas íntimas muito rígidas<sup>06</sup>”.

Ao longo dos seus 15 anos de publicação, encontramos 110 textos em que velhos aparecem ou que a questão da velhice é mencionada. Esse material pode ser dividido da seguinte forma: dois ensaios eróticos de nu masculino; 19 entrevistas com gays velhos; oito cartas de leitores opinando ou pedindo ensaios eróticos com homens com mais de 50 anos; 14 cartas publicadas na seção “Procurados”, que trazia mensagens e pequenas fotos de leitores que estavam em busca de amizades ou de um homem para chamar de seu; dois contos eróticos em que gays velhos são mencionados;

---

05 No total, o ator posou quatro vezes na *G Magazine*.

06 TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

três artigos em que a vida de homossexuais que chegaram à “terceira idade” é trazida para reflexão além de 63 matérias que abordam temas como saúde, beleza, religião e espiritualidade, política, arte e comportamento.

## João Silvério Trevisan e as narrativas sobre a velhice

No século XX, mesmo a imagem da velhice reclusa construída em décadas passadas, ainda fazendo parte do imaginário social no Brasil, explicitamente concorre com a nova imagem gestada no país da “velhice ativa” advinda com o discurso da “terceira idade”. Nos consultórios médicos, mas, sobretudo, através dos *media* as fórmulas do bem-viver, quando se chega aos 60 anos, foram se popularizando e sendo ratificadas pelos geriatras, gerontólogos, terapeutas, além dos próprios idosos “bem-sucedidos” que davam depoimentos falando sobre as possibilidades que a nova fase da vida trazia para eles. Essas duas imagens aparecerão em diferentes momentos na *G*.

O jornalista, romancista e ensaísta João Silvério Trevisan é ativista da causa LGBT e autor de obras como *Devassos no Paraíso* e *Ana em Veneza*. Foi um dos responsáveis pela criação do grupo Somos Pelo Direito dos Homossexuais, em 1978, e um dos fundadores do *Lampião da Esquina*. Desde o fim do *Lampião*, escreveu para algumas das principais publicações voltadas para o público gay, a exemplo das revistas *Sui Generis* e *Júnior*.

Na *G Magazine* era responsável pela coluna *Olho no Olho*, onde opinava sobre temas referentes a questões políticas, às diversas formas de preconceito e sobre a velhice. Será sobre esse último assunto que ele chamará os leitores para uma reflexão com o artigo “Velhice: o espelho que assusta”. O autor discute o desejo pelos corpos lisos e musculosos, padrão vendido “pela Globo e por Hollywood<sup>07</sup>” e também sobre o quanto

---

07 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, ed. 43, abril, p. 21, 2001. 98 páginas.

“dói” se perceber como velho e a crueldade dos homossexuais jovens para com os gays idosos. É importante perceber o espelho não apenas como o objeto em si, mas também como a identificação pela qual o sujeito se constitui em relação aos outros.

Na época, com 56 anos de idade, Trevisan relembra que por muito tempo se comportava com a falsa naturalidade de quem não sente o tempo passar, só passou a perceber que estava envelhecendo quando, no meio homossexual, foi percebendo os olhares que se desviavam dele e o desprezo e escárnio de muitos gays para com ele. Mas a “gota” que faltava foi quando, aos 40 e poucos anos, no ápice de uma relação sexual com um rapaz mais jovem, ouviu a frase “êta, véio gostoso”.

A “simples” frase dita, possivelmente sussurrada ao pé do ouvido do escritor, serviu para ele ter noção de algo não percebido até então: estava velho. Possuía um corpo esgarçado pelo tempo e a verdade, um produto da linguagem, uma invenção da história que se torna realidade em um período. A partir daquele momento de prazer, Trevisan passou a carregar consigo uma verdade que até então não percebia: a de que a velhice havia chegado e que se fazia presente em seu corpo. Ao ter certeza da verdade dita entre lençóis, foi em busca de saberes médicos para ajudá-lo a aceitar aquilo que, até então, não era visível aos seus olhos ou ele não queria enxergar. “Rolou muita água debaixo da ponte. Terapias, rejeições, novas constatações<sup>08</sup>”, afirma o escritor que só passou a acolher melhor aquela nova situação quando percebeu que, entre os gays, há aqueles que se interessam e desejam pessoas mais velhas. Contudo, para ele foi como ter que se assumir novamente, a primeira vez quando se percebeu como homossexual e agora que se via como um homossexual velho.

Aqui lembramos o que aponta Beauvoir<sup>09</sup> sobre a questão da velhice, quando nos lembra que, “como todas as situações humanas, ela

---

08 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, ed. 43, abril, p. 21, 2001. 98 páginas.

09 BEAUVOIR, Simone de. *A velhice* – I. A realidade Incômoda. Trad. Heloysa de Lima Dantas. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial, 1976. p. 15.

tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com a sua própria história”.

O artigo ainda fala sobre o preconceito que os gays sofrem por ser velhos e também sobre o preconceito que geralmente vivenciam aqueles que namoram pessoas mais velhas, sendo tal fato considerado por alguns como algo típico de pessoa com conflito psíquico e que não sabe vivenciar a vida de maneira prazerosa. Ao longo do texto, são narradas algumas experiências de preconceito que Trevisan e o namorado passaram. Destacaremos aqui aquela que ocorreu no Allegro, tradicional restaurante de São Paulo, quando no ambiente, o jovem namorado do escritor comentou que estava sendo paquerado insistentemente por um rapaz que estava em outra mesa perto do casal. Mesmo mudando de lugar, a tentativa de paquera continuava. “Expliquei-lhe o subtexto: para um cara desses, é fácil roubar meu namorado, que no seu entender, só está com uma bicha velha por causa das vantagens monetárias recebidas<sup>10</sup>”. Para o jovem paquerador, ali a relação que existia era de interesse, não amoroso ou sexual, mas financeiro, o que reforça a ideia de que, para muitos, a única forma de um gay velho, especificamente, se relacionar com alguém é pagando.

Antes de sair do restaurante, o casal se beijou e as pessoas que estavam na mesa com o rapaz paquerador tiveram uma crise de riso. A demonstração de afeto tornou-se para eles algo risível, cômico, pois, aparentemente, era algo impossível de acontecer. Quando se vê no cotidiano, no cinema ou em telenovelas pessoas jovens demonstrando carinho ou aparecendo em fotos sensuais ou eróticas não causa nenhuma estranheza. Mas quando os sujeitos dessas ações são pessoas da “terceira idade”, na maioria das vezes, há o preconceito dos mais jovens e isso tende a reprimir as expressões amorosas ou de sexualidade na velhice. Quem nunca ouviu ou falou expressões como “que velhinho saliente” ou “ali

não existe amor, eles estão juntos apenas por interesse financeiro (do mais jovem)”? Como se a capacidade de ter uma vida afetiva ou sexual fosse algo aberrante, um horror, algo para não se tornar público e não ser aceito. Aparentemente, muitos gays não conseguiram assimilar ainda a existência de uma grande quantidade de homens idosos desejando sociabilidade junto àqueles com os quais se identificam e com os quais não serão segregados por causa da idade ou aparência<sup>11</sup>.

Mas naquela noite, aqueles rapazes que estavam na outra mesa puderam perceber que o desejo não é uniformizado. Não são apenas os detentores de jovialidade, corpo magro e liso e com músculos rígidos que são amados e desejados, os que não se encaixam nesse padrão também são cobiçados. Ao final do artigo, Trevisan faz um alerta para os leitores da *G Magazine*: “Quem não consegue mirar-se na velhice dos outros, prepare-se: vai sofrer muito para enfrentar sua própria velhice<sup>12</sup>”.

Para o autor, a velhice é um espelho que assusta pois é como se o sujeito perdesse o seu lugar, o presente torna-se superdimensionado pelo desprazer e pela perda, como se, quem envelhece, tivesse sido trapaceado pelo tempo e a vida não tivesse sido vivida, estando a morte à espreita, esperando o momento certo para fazer aquela pessoa dar o último suspiro. Enquanto isso não acontece, torna-se necessário exercer o direito à existência, estar nos lugares públicos, vivenciar o amor e enfrentar a hostilidade dos que são jovens e esquecem que, um dia, também se tornarão velhos caso não ocorra nenhuma fatalidade.

Dois meses após a publicação do artigo de João Silvério Trevisan, encontraremos na edição 45 da *G* a carta de um leitor na seção *Recado*, que funciona como editorial da revista, expondo as impressões sobre o texto do escritor. Intitulada “Ode à maturidade”, a missiva publicada não informa o nome do remetente, ficamos sabendo apenas que ele tem 34 anos e afirma ter a sorte de vivenciar um amor tranquilo, com sabor de fruta mordida,

---

11 MOTA, Murilo Peixoto da. *Ao sair do armário, entrei na velhice...: homossexualidade masculina e o curso de vida*. Rio de Janeiro: Mobile, 2014.

12 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, ed. 43, abril p. 21, 2001. 98 páginas.

vivendo com um homem com 50 anos de idade. O responsável pela carta afirma que a diferença do tempo cronológico, até aquele momento, não era nenhum problema para ele.

A relação não se constituiu por interesses financeiros, mas pela vontade de estar com uma pessoa que tivesse uma vivência, um corpo com história que resultaria em “prazer na cama... prazer no papo sério... prazer no papo sacana e na conversa jogada fora... prazer no corpo experiente, prazer na ruga, prazer na flacidez da pele, prazer de ter o homem...<sup>13</sup>”. Em uma relação entre pessoas com idades nitidamente diferentes, a narração da relação afetiva é descrita em outro ritmo, outros códigos de prazer são inventados e vão além do sexo convencional entre dois homens. Estarão presentes na amizade e também no companheirismo.

Podemos perceber então que a vontade e o desejo de vivenciar relacionamentos amorosos com gays mais velhos, para o leitor e autor da carta, residia em estar com alguém com acúmulo de experiências, competência e estabilidade emocional para lidar com relações menos efêmeras e mais significativas, indo além da experimentação de sensações relativas às atividades sexuais. Além de amante, era também um companheiro. Para o casal, sonhar, desejar e viver um amor não há limite de idade.

Poder pensar em fazer projeto com um companheiro...  
Um caralho entre as pernas existe, e continuará a existir  
tantos e para todos os gostos. Precisamos de um homem  
[...] para encostar a cabeça no ombro e dormir. É difícil!!!  
Sou privilegiado.... Encontrei o meu... me encontrei. E  
espero que seja apenas meu.... Sem sentimento de posse.  
Mas de comunhão sem abrir mão!!<sup>14</sup>.

Sabe-se que o que cada um devolve ao próximo e, neste caso, ao companheiro, é um reflexo daquilo que nutre em si mesmo. Permitir-se ao amor que suporta a falta, liga-se à forma como cada um pode aguentar e gerir em si mesmo a ausência e a solidão inerentes à existência. Todo amor à completude pode encontrar pelo caminho as frustrações e o fracasso.

---

13 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, ed. 45, junho, p. 4, 2001. 98 páginas.

14 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, ed. 45, junho, p. 4, 2001, 98 páginas.

Mesmo afirmando ter encontrado o homem que o completava e se sentir privilegiado por tal fato, ele tem consciência sobre o preconceito dos outros. Mas, para o expedidor da missiva, “o preconceito surge da inveja... de quem não conhece o sabor de um beijo maduro... A saliva com história molhada e terna<sup>157</sup>”. Mesmo vivenciando uma relação marginalizada, em específico, os casais intergeracionais reinventam possibilidades diante da ordem social que lhes aflige. Não é negado assim que quem namora uma pessoa velha, e o próprio velho, sofre preconceito, existe a rejeição, muitas vezes das famílias, dos amigos e de grande parte da sociedade, para quem foge da norma subjetiva de que as relações amorosas e sexuais ocorrem entre pessoas jovens. Aos que não pertencem mais a esse grupo, os prazeres permitidos são outros e a única companheira amorosa é a solidão. Esquecem eles que o que alimenta a vida de um ser humano é a afeição, a ternura, o sonho, a presença de alguém que o escute, com quem partilhe a vida. Como já mencionado, a capacidade de amar não possui um limite cronológico, esse limite encontra-se no psicológico, no preconceito, seja esse em qual instância for e na intolerância social. Em síntese, os entraves não estão no real do corpo ou na capacidade de sonhar, de simbolizar, de viver a vida.

No final da carta, que se tornou editorial da edição, o leitor diz que a velhice (espelho) assusta, mas, assim como ele, João Silvério deve quebrar esse espelho, pois não traz azar. Mesmo na contemporaneidade na qual as subjetividades apontam o belo e a juventude eterna como referências para se seguir e mesmo sendo pego de assalto pela velhice, o mais importante e necessário é que o velho não se veja como uma pessoa a ser cuidada. Pelo contrário, é importante se perceber como um sujeito que, mesmo com algumas limitações advindas com o tempo, não se torna um inválido, um ser abjeto, mas alguém que pode vivenciar as possibilidades da vida, independentemente de uma possível proximidade da morte. A imagem envelhecida, na medida em que apresenta diferentes modificações, perdas

e desvalorizações sociais, pode se tornar uma imagem abominada pelo sujeito, cabendo ao velho o uso de estratégias e burlas para retardar o envelhecimento ou fazê-lo menos perceptível aos olhos dos outros.

Mesmo ao longo de sua história, publicando artigos sobre relacionamento entre gays mais jovens que se relacionam afetivamente com mais velhos, a solidão também será discutida por João Silvério Trevisan como veremos no exemplar 67, publicado em abril de 2003.

No Brasil, em específico, a solidão é um sentimento que ganhou maior ênfase nas discussões acadêmicas na segunda metade do século XX. Considerada por muitos como o “mal do século” e também uma forma de desespero por estar no mundo, o mais paradoxal é que a história do tempo presente é marcada por um *boom* populacional, científico e tecnológico, sendo produzida uma gama de objetos para a satisfação e o conforto do indivíduo. Mas, é justamente nesse período que se fala mais sobre solidão e depressão. Como pensar em solidão no mundo moderno com grande índice populacional e centenas de possibilidades e facilidades tecnológicas para se exprimir? Por mais que existam facilidades para nos comunicarmos, estamos cada vez mais nos tornando náufragos solitários, pessimistas e sem esperanças.

No artigo “Homossexual algum é uma ilha” o escritor menciona a ajuda oferecida a um amigo com mais de 80 anos de idade que havia quebrado o fêmur e encontrava-se imobilizado dentro de casa. Além da dificuldade de locomoção, ele também estava com problemas de visão e dificuldades financeiras. Todas essas intempéries contribuíram para que a depressão fizesse morada em seu lar, tornando-se, a contragosto, a sua companheira. O colega de Trevisan estava só, mas não desamparado. “Tenho tentado juntar uma pequena equipe que possa visitá-lo, ler-lhe livros e levar para passear. Está difícil<sup>16</sup>.”

Ao mesmo tempo em que fala sobre a solidão que o amigo estava passando, o escritor faz um grande desabafo acerca da não inserção de

grande parte da comunidade LGBT em questões de políticas públicas para o próprio grupo. “[...] os grupos de direitos homossexuais estão esvaziados, com uns quatro gatos-pingados lutando em nome de todos, enquanto boates e bares estão abarrotados de homossexuais fazendo de conta que são felizes<sup>17</sup>”. O modo de vida hedonista escolhido por muitos gays seria uma forma egoísta de pensar “nos pares” ou a escolha por um estilo de vida e de existência? Ser soberano de si e não “útil” aos outros seria uma outra forma de soberania? Fica aqui o questionamento.

De acordo com o autor, havia mais vitimismo do que empenho em questões políticas e para diminuição do preconceito. A solidariedade que marcou os homossexuais no país, nas décadas de 1980 e 1990, épocas em que o maior número de infectados com HIV/Aids eram gays, e a união de muitos deles para conscientizar os pares, no tocante à prevenção, perdeu a força com a virada do século. E essa ausência de empenho e solidariedade contribui para a solidão entre muitos gays, como lastima Trevisan.

É lamentável que, com tantas possibilidades abertas, ainda existam tantos homossexuais depauperados de tudo, como se a História não tivesse caminhado. Socialmente, somos vãos comunicantes. Ninguém ama ou desama sozinho. Se tantos fazem tão pouco por seu amor, não é de admirar que sejamos uma multidão de solitários<sup>18</sup>.

Ao final do artigo, o autor mostra que cada um é senhor do próprio destino, viver o tempo todo cultivando o sofrimento, repetindo estereótipos para ser aceito na família ou pela própria sociedade não mudará nada, são reclamações estéreis. A luta por mudanças e a solidariedade são instrumentos importantes para a coesão do grupo. “Quem sabe assim, quando vocês forem idosos/as, haverá homossexuais amorosamente disponíveis para lhes amparar<sup>19</sup>”.

Sabemos que, em muitas cidades do país, há pouca demanda de espaços e opções de entretenimento em que o público *gay* idoso possa

---

17 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, ed. 67, abril, p. 17, 2003. 82 páginas.

18 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, Ed. 67, abril, p. 17, 2003. 82 páginas.

19 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, Ed. 67, abril, p. 17, 2003. 82 páginas.

ter aceitação social ocasionando melhora na sua autoestima, o que faz aumentar o número de viagens, atividades culturais que são muitas vezes as possibilidades para se fazer novos amigos. Essas amizades, sejam curtas ou duradouras, em várias situações acabam se constituindo, de acordo com Eribon<sup>20</sup>, como “famílias de substituição”. Através dos laços de afeições, esses sujeitos se percebem reconhecidos em sua própria categoria e encontram espaço afetivo para a realização pessoal como homossexuais, o que muitas vezes não acontece com a família sanguínea e os laços com essa, muitas vezes, vão se desfazendo ou até se rompendo ao longo do tempo, quase sempre por causa do preconceito.

Esses laços de amizades que se formam entre os homossexuais fazem parte do que Foucault<sup>21</sup> nomeou de “estética da existência”, uma forma de viver esteticamente elaborada, um estilo de vivência particular em que se inventa uma nova forma de vivenciar as afinidades, sejam estas relacionais, afetivas e sexuais. O autor coloca entre o estilo de vida dos gays a questão da amizade, preconceituosamente banida pela sociedade ao longo da história no Ocidente por estar associada, de forma negativa, à homossexualidade, prática que ia de encontro à ordem de produção social. Essa estética da existência diz respeito ao desenvolvimento de outras relações consigo mesmo e com os outros. Foucault afirma ainda sobre os gays não apenas se defenderem, mas também se afirmarem no tocante à questão da identidade, enquanto força criativa. A (re)valorização da amizade masculina, o companheirismo e a solidariedade entre pessoas de classes econômicas, idade e etnias diferentes seria uma forma de construir novas relações sociais.

Por isso que Trevisan chama atenção para a questão da solidariedade entre os próprios gays, pois através dela, poderia surgir amizades que no futuro, quando a velhice chegasse, esse tecido afetivo ajudaria a enfrentar

---

20 ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

21 FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. *Verve* – Revista autogestionária do Nu-Sol, n. 5, 2004.

o isolamento<sup>22</sup> e, talvez, a solidão, algo difícil de carregar, como atenta Rilke<sup>23</sup>.

Há uma solidão só: é grande e difícil de carregar. Quase todos, em certas horas, gostariam de trocá-la por uma comunhão qualquer, por mais banal e barata que fosse; por uma aparência de acordo insignificante com quem quer que seja; com a pessoa mais indigna. [...].

Apesar de trazer consigo, de certa forma, a angústia, a solidão é uma das condições fundamentais de toda vida humana. Assim como a impotência e o temor, que são princípios antipolíticos e levam o homem a uma ação contrária à ação política, a solidão também representa uma situação antissocial e possui um princípio que pode destruir toda forma de vida humana em comum. É também um momento no qual reencontramos um mundo e memórias que se acreditavam esquecidas. Esse é um momento no qual o sujeito usa as “técnicas de si” para perceber como se relaciona consigo mesmo. Por isso, a solidão, esse exílio que nos faz sentir estrangeiros em nós mesmos, não pode ser vista apenas como uma experiência negativa. É um período de criação, de recordar várias vezes os acontecimentos que são inesquecíveis e isso contribuirá para que o sujeito possa se redesenhar<sup>24</sup>, reencontrando, assim, o amor próprio e a autoestima que muitas vezes são solapados pela sociedade heteronormativa.

O tempo de solidão corrobora para lembrar os relatos de amores fragmentados, do que poderia ter sido dito, mas, por medo de perder aquele amor que se dizia para sempre, foi silenciado. O tempo de solidão recorda calúnias e difamações ditas e ouvidas em brigas, mas que, no final, as pazes eram feitas entre os lençóis da cama em momentos de prazer.

---

22 Mesmo sendo muitas vezes usados como sinônimos, solidão e isolamento não são a mesma coisa. O isolamento refere-se ao terreno político da vida, enquanto que a solidão diz respeito à vida humana como um todo. Mais sobre o assunto ver: ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

23 RILKE, Rainer Maria. *Cartas a um jovem poeta*. Trad. Pedro Sussekind. São Paulo: Globo, 1994. p. 48.

24 FOUCAULT, Michel. A Escrita de Si. In: *O que é um autor*. Trad. Antônio Fernando Cascais, Eduardo Cordeiro. Rio de Janeiro: Vega, 1992.

Será nesse momento que o sujeito solitário poderá revisitar o passado, lembrando do que foi deixado para trás, dos amores clandestinos experimentados em quartos de motéis, às pressas, em um banheiro público ou dentro de um carro, enquanto não havia ninguém por perto. Relembrar dos corpos desejados secretamente e daqueles que pensou que tocaria e nunca foi possível. Não fisicamente, mas que em pensamento foram lambidos, mordidos, penetrados de várias formas e diversas vezes, tornando presente uma ausência.

Serão memórias que se tem à mão e é neste momento em que se sente sozinho, ilhado, que o sujeito poderá perceber o próprio corpo como um lugar de prazer imediato. Ao se compreender e se ver como uma pessoa potente poderá ser o passo inicial para deixar de ser um naufrago, abandonar a ilha e reatar os laços de amizade e solidariedade que foram guardados no armário quando a solidão e depressão passaram a ser as principais companheiras. Aprender a estar só e bem consigo não é uma tarefa fácil, essas sensações ou sentimentos não são algo que se tomam ou se deixam quando se quer. Poderão ser engavetados por algum tempo e continuarão ali, como um relógio silencioso e, mais cedo ou mais tarde, soará o alarme, fazendo-se presentes novamente.

O último artigo que analisaremos de Trevisan foi publicado no começo do ano de 2008 e encontra-se na edição 128, tendo como título “Construir uma velhice guei”. No texto, o escritor fala sobre a necessidade de inventar uma maneira de envelhecer com qualidade, aproveitando as peculiaridades da experiência homossexual e, a partir disso, construir uma terceira idade sem vergonha de assumir a experiência de vida.

Com uma fotografia que mostra homens velhos nus, com barriga saliente à mostra, totalmente fora dos padrões de beleza vendidos pela mídia e subjetivados todos os dias por todos nós, o escritor fala que além de saber viver exilado da família, que muitas vezes não aceita a orientação sexual do filho ou filha, outra missão cabe aos homossexuais: descobrir como ser e sobreviver homossexualmente na terceira idade.

Nessa redescoberta ou reinvenção de si quando velho, torna-se necessário desconstruir alguns estereótipos quanto à velhice. Para o autor, o primeiro preconceito que deve ser desconstruído é o de que, se é velho, é “brocha”, ou seja, não é mais detentor de virilidade.

Pensem no estereótipo idiota de que todo homossexual deve desmunhecar. Algo semelhante acontece no caso dos coroa<sup>25</sup>. Um amigo guei me contou que nunca tivera interesse especial por homens da terceira idade. Até que um dia transou com um, numa sauna. Na saída, ele deu carona ao coroa, que parecia ter uns 60 anos, mas com um vigor sexual de alguém muito mais jovem. Para sua surpresa, o homem contou que tinha 75 anos<sup>26</sup>.

Não é interessante apenas perceber que gays idosos continuam com vontade de manter práticas sexuais, mas também observar que a sauna, além de ser um lugar para se relaxar, é um local em que diferentes tipos de aproximações físicas e sexuais acontecem, mas é também um espaço de sociabilidade para muitos gays, tenham estes vida dupla ou não. Não fosse esse ambiente, provavelmente o amigo de Trevisan nunca teria se aproximado de um *tiozinho* para manter relações sexuais.

O vigor sexual também foi algo que causou espanto, visto que há a ideia de que quando se é velho o desejo se aposenta ou desaparece. Ledo engano, pois a realidade mostra-se muito mais imprevisível do que parece. A vida do idoso, aposentado ou não, estabelece outros modos potenciais de agir, ser e vivenciar as experiências. Não se pode negar aqui que, ao chegar aos 40 anos, por exemplo, a potência sexual sofre uma diminuição, mas não acaba. Fora que, na contemporaneidade, existe a indústria do prazer, que faz o falo ser mais potente, não sendo também a potência sexual o único motor do quadro libidinal, há outras formas de sentir e dar prazer.

---

25 Sabemos que a perspectiva sobre a velhice, além de mutável, é complexa. Normalmente, quando alguém é chamado ou se denomina “coroa” está se referindo, ou se vendo, como um sujeito maduro e de boa aparência, isto é, sente-se atraente e sensual. Simões (2004) enfatiza que se denominar coroa é uma forma de se distanciar do ser velho ou do que a velhice representa. SIMÕES, Júlio Assis. Homossexualidade Masculina e curso de vida: Pensando idades e identidades sexuais. In. *Sexualidades e saberes: Convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamod, 2004.

26 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, ed. 128, maio, p. 14, 2008. 98 páginas.

Outra questão que o autor sugere ser desconstruída é o projeto da “eterna juventude”. A proposta deve ser outra, afirma. Deve-se inaugurar um modo de ser gay na velhice, não esquecendo as experiências adquiridas quando jovem, os amores vivenciados ou frustrados, as alegrias e decepções, as aventuras e desventuras e, a partir dessas experiências, não se infantilizar, mas agir de forma consciente, madura.

É importante frisar que não são apenas as modificações no corpo os sinais, os indícios de envelhecimento, pois este não é um acontecimento puramente físico. O que será revelado no e pelo corpo é toda uma linguagem em que está imbricada o vigor simbólico dos princípios de força e ação. Nele estarão incorporadas a forma de falar, andar, raciocinar, sentir, as quais exibirão posições de gênero bem como as suas incoerências dentro de uma sociedade machista e heteronormativa. Ser um homossexual velho não implica voltar ao armário. Pelo contrário, é perceber-se como uma pessoa totalmente capaz e, ciente das limitações inscritas no corpo pelo tempo, questionar-se: “quais são os elementos de sedução exercidos por um coroa homossexual como eu?”, sugere Trevisan<sup>27</sup>.

Para muitos gays velhos, em específico, esse pode ser o maior desafio, perceber-se ainda capaz de se sentir desejado, visto que, e possivelmente, mais do que nunca, ser bonito e belo é sinônimo de jovialidade, virilidade, força, poder. Ser ou sentir-se velho é ter a cara da feiura, logo, é ser uma pessoa que não se deseja. Uma “carta fora do baralho”.

O escritor volta a destacar que, além de namorarem entre si, existem *tiozinhos* que namoram pessoas mais jovens e cita que, em alguns casos, esses amores intergeracionais são secretos pelo fato de um deles ser casado, sendo a pessoa mais velha, na maioria das vezes. Um deles tinha 14 anos quando seu amante de 51 anos morreu do coração<sup>28</sup>. Trevisan informa que, não apenas a relação entre esse casal era secreta, mas também a dor do mais jovem, pois, como a família do morto não sabia da vida extraconjugal que ele tinha com outro homem, o jovem viúvo não pôde sequer comparecer

---

27 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, ed. 128, maio, p. 15, 2008. 98 páginas.

28 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, ed. 128, maio, p. 15, 2008. 98 páginas.

ao enterro para dar adeus ao homem que amava. Provavelmente, se a liberdade, como diz Foucault<sup>29</sup> “da escolha sexual” dos homossexuais, algo que difere do ato sexual, fosse tida como algo tão natural quanto a dos heterossexuais, ou como o hábito de dormir ou fazer as necessidades fisiológicas, o jovem homossexual poderia chorar o morto e receber as condolências da família, pois a relação amorosa que o casal vivenciou não seria tida como um escândalo ou uma vergonha para a família. A busca pela liberdade da escolha sexual seria, de acordo com o filósofo, uma das maiores contribuições políticas que os homossexuais poderiam dar para a sociedade e, sobre o respeito a essa liberdade de escolha, ele afirma que “precisamos ser absolutamente intransigentes. Essa liberdade inclui a liberdade de expressão de escolha, quer dizer, torná-la pública ou não torná-la pública<sup>30</sup>”

Trevisan encerra o artigo reforçando que chegar à velhice não significa encerrar os ciclos de amor e erotismo, pois desejo não fecha para balanço, modificam-se apenas as qualidades e os parâmetros.

Apesar do que Debert<sup>31</sup> chamará de reinvenção da velhice, que acontece no Brasil, no início do novo século, passando a ser gestada a imagem de idosos ativos, que devem viver de forma prazerosa e satisfatória, é perceptível nos artigos analisados aqui o posicionamento de Trevisan reafirmando essa nova imagem advinda dos discursos dos geriatras e gerontólogos, que também desconstróem o discurso da velhice como sinônimo de perda, ausência de utilidade e como o lugar da solidão. Ao pensar esses artigos, é possível perceber que aqueles que estão envelhecendo, que são coroas, devem cuidar do corpo e buscar ter uma vida saudável. Para aqueles que já passaram dessa fase, não há muito que

---

29 FOUCAULT, Michel. Entrevista a James O'Higgins (1982). In: *Um diálogo sobre os prazeres do sexo*. Nietzsche, Freud e Marx. Theatrum Philosophicum. Trad. Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Landy Editora, 2005. p. 16.

30 FOUCAULT, Michel. Entrevista a James O'Higgins (1982). In: *Um diálogo sobre os prazeres do sexo*. Nietzsche, Freud e Marx. Theatrum Philosophicum. Trad. Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Landy Editora, 2005. p. 16.

31 DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2012.

se fazer, além de aproveitar o tempo que resta da forma que é possível.

Na *G Magazine* também temos a seção *Entrevistas* onde apenas personalidades de destaque dentro da área de atuação discorrerão sobre o espaço ou as produções feitas naquela área, dentre outros temas. Analisaremos a partir de agora, três entrevistas de *tiozinhos* que falarão, dentre outras questões, sobre a velhice.

## **“Eu não sou velho, não me sinto assim”**

Em junho de 2006, a *G* trouxe na capa, sendo este também o ensaio principal da publicação, Carlão, ex-participante de um *reality show*, programa de entretenimento transmitido pela Rede Globo. Após folhear várias páginas da revista com fofocas, reportagens e, sobretudo, homens nus em várias posições e com o falo ereto, os leitores encontraram, quase no final da edição, a seção *Entrevista* que trazia uma compilação dos principais assuntos da conversa que ocorreu entre o publicitário cearense Ronald Assumpção, que na época estava com 57 anos, e as entrevistadoras Ana Maria Fadigas, diretora da *G Magazine*, e Maria Célia Furtado, diretora da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER).

Com o título “Orgulhosamente apresentamos Ronald Assumpção – um assumido publicitário cinco estrelas”, a entrevista é distribuída em cinco laudas. A primeira é dedicada apenas a imagens do publicitário, que aparece em quatro fotos. Nas páginas seguintes, além das memórias do entrevistado, veremos uma foto dele com o companheiro Reginato, na época com quatro anos de relação; uma imagem da Maria Célia, que aparece sentada olhando para o lado. Há ainda a fotografia de Assumpção com Reginato e a legenda informa ao leitor que eles são amigos há muito tempo.

Apresentado como um dos publicitários mais importantes do país, ficamos sabendo que somente após muita insistência Assumpção resolveu abrir as portas de uma de suas casas para conceder a entrevista sobre as memórias da infância e de como se tornou um profissional reconhecido internacionalmente.

De acordo com o texto que apresenta o profissional, ele foi

presidente no Brasil e no México de uma das maiores agências do mundo, a *Ogilvy & Mather*. Depois, abriu em São Paulo sua própria agência, a *Calia & Assumpção*, que vendeu em 2004 com o intuito de se aposentar, já que estava há mais de 30 anos no mercado<sup>32</sup>.

É interessante perceber o quanto a aposentadoria é apenas pensada como o momento de “sair de cena”, de abandonar o cargo que, competentemente, ocupou por muitos anos. A “idade da aposentadoria” também pode ser vista como o lugar das faltas: de iniciativa, de criatividade, de capacidade para continuar gerenciando as atividades. Com menos de dois anos como aposentado, Assumpção recebeu um convite para assumir a direção da Alazraki, uma agência publicitária da Cidade do México.

A ideia da velhice como o lugar da memória também será percebida na fala dos *tiozinhos*<sup>33</sup> entrevistados para a *G Magazine*, como poderemos ver no trecho a seguir:

---

32 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, ed. 105, junho, p. 73, 2006. 98 páginas.

33 O antropólogo Carlos Henning (2014) faz um mapeamento de outros adjetivos, quase sempre depreciativos, que servirão para nomear e posicionar socialmente os gays velhos. É importante perceber que esses termos inventados entre os gays, para dizer aqueles que estão velhos, não se detêm apenas à idade cronológica, dizem também a velhice simbólica, que estará marcada no corpo, no rosto, nos cabelos que se mostrarão grisalhos, ralos ou quase inexistentes. Além de *bicha velha*, são utilizados termos como *tiozinho*, *tia*, *mariconna*, *cacura*, *daddy* e, cada um, corresponde à forma como o indivíduo trabalhou no corpo tal estágio de vida. Situações de solidão ou abandono, amargura, feminilização e desvalorização social são atribuídas às *tias*, às *mariconas*, às *bichas velhas* e às *cacuras* que não são eroticamente desejáveis por serem consideradas desleixadas com o corpo e com as vestimentas, enquanto que os termos *coroa*, *daddy*, *paizão* e *tiozão* simbolizarão homossexuais dotados de boa forma, valorização sexual, pessoas másculas, viris em quem as marcas do tempo não estão explicitamente visíveis no corpo. HENNING, Carlos Eduardo. *Paizões, tiozões, tias e cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo*. 422 fls. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, 2014.

Nasci em Fortaleza, no dia 14 de fevereiro de 1949. Fui batizado com o nome Ronald, que era super incomum, em homenagem ao Ronald de Carvalho, poeta brasileiro que meu pai e meu padrinho gostavam muito. Fortaleza tinha um cinema que passava filmes de arte. Iam as turmas das faculdades, eu ia junto, embora com 14, 15 anos... Era antenado, passava Godard e essas coisas que eu nem entendia nem gostava (risos), mas todo mundo falava. Lembro de uma cena num desses filmes, acho que em *Cidadão Kane*, onde aparece uma sala enorme com uma mesa de reunião imensa e as janelas mostrando aquele skyline de Nova York [...]. Achei aquilo tão bonito e pensei: um dia vou estar num lugar desses<sup>34</sup>.

É construída a imagem do “entrevistado herói” servindo como um exemplo, a referência para outros que desejam galgar um lugar igual ou parecido como o alcançado pelo publicitário. Foi por causa de uma prática que fazia para se sentir “antenado”, vendo filmes de arte, dos quais não gostava, que um desejo passou a ser gestado. A partir dessa passagem, a entrevista vai sendo montada para que os leitores percebam como ocorreu a “jornada do herói” que foi fazer intercâmbio para aprender inglês nos Estados Unidos, alguns anos depois fez faculdade na terra do Tio Sam e, em paralelo a isso, existia o desejo sexual que, mesmo sentindo atração por mulher, quando “via caras maravilhosos, me dava um negócio<sup>35</sup>”.

É válido destacar a importância dos que fazem a revista em mostrar Assumpção como uma pessoa que obteve êxito na carreira profissional e que é gay, desde o título da entrevista, em que foi usada a palavra “assumido”. Podemos ver que a G quis mostrar que não era apenas no mundo das artes que existiam gays, que em outras áreas também era possível encontrá-los. O sucesso profissional não era específico dos heterossexuais e que não se fazia mais necessário esconder, disfarçar a orientação sexual.

O publicitário afirma que, em nenhum momento, falou para os pais que era gay. “Meu irmão também nunca tinha contado que era *hétero*. Por que eu teria que contar que era gay? <sup>36</sup>”. Como não falava sobre a vida

---

34 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, ed. 105, junho, p. 73, 2006. 98 páginas.

35 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, ed. 105, junho, p. 73, 2006. 98 páginas.

36 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, ed. 105, junho, p. 76, 2006. 98 páginas.

pessoal na empresa, também nunca precisou falar sobre sua orientação sexual, mas afirma que os companheiros de trabalho, mesmo assim, sabiam que ele era casado com outro homem, embora apresentasse o companheiro como um “amigo” que morava com ele.

É válido destacar que, além de ser um homem astucioso e que saiu da capital do Ceará para ganhar o mundo, em nenhum momento Assumpção é mostrado como uma pessoa frágil. Com 57 anos de idade, a imagem apresentada é a de um homem que soube vencer na vida, participando, inclusive, de uma reunião em Manhattan em uma sala parecida com a mostrada em *Cidadão Kane*, filme que ele viu e não entendeu nada, apenas teve certeza que um dia queria estar em uma sala parecida.

A imagem da velhice como o lugar de uma fase pacata e da reclusão é totalmente refutada na entrevista. O tempo todo é mostrada a imagem de um homem viajado, experiente, que vivenciou alguns relacionamentos e esteve como diretor de importantes agências publicitárias e em contato com empresários de diferentes áreas de atuação. Essa imagem está em consonância com a ideia gestada de uma “terceira idade” ativa, positiva, de saberes, conhecimentos e vivências acumulados capazes de constituir relações vantajosas com o mundo dos mais jovens e o dos mais velhos.

Sabemos que Assumpção é um gay velho por causa da idade mencionada por ele no texto e também pelas imagens. Em nenhum momento, estas fotografias demonstram fragilidade. Mesmo aparecendo sentado em quase todas, aparece sorrindo, com olhar altivo, conversando, interagindo com outras pessoas que não aparecem na foto. Na que aparece com o companheiro, Assumpção também está sentado e Reginato o abraça por trás, passando a ideia de que o publicitário é a base, o que o faz ficar em pé. Ao falar sobre o esposo, ficamos tendo uma ideia de como o publicitário percebe a velhice, sendo essa concepção o reflexo de como se pensava a velhice no século XX. “O Reginato é quase 30 anos mais novo do que eu, mas sempre brinco com ele que tenho mais idade, mas ele é mais

velho, mais senhorial, mais careta<sup>37</sup>". Isto é, ser velho é ser retrógrado, sem graça, quase uma obra já finalizada e na qual não há mais nada a ser escrito. Ideia que não se distancia muito da que será mostrada pelo cantor Ney Matogrosso na entrevista feita por Marcos Mazzaro, publicada em outubro de 2004.

A conversa com Ney, que tem como manchete "Livre para buscar...", também vista na seção *Entrevista*, é apresentada em três laudas e com duas fotos. A primeira, que ocupa a metade da página, é uma foto posada e o cantor aparece sentado em um banco de madeira em formato de um animal com rosto de onça, mas com listra de zebra. Com o corpo um pouco inclinado para frente, passa-nos a ideia de que é uma pessoa forte, que "domina as feras". A segunda imagem é do show *Vagabundo*, com o grupo Pedro Luís e a Parede.

O texto de apresentação e as primeiras perguntas falam um pouco sobre o espetáculo que será apresentado em algumas cidades do Brasil e em Portugal e da participação do cantor no filme *Cartas do novo mundo*, do diretor Paulo Nascimento. Após as breves questões sobre a vida profissional, será a vida pessoal do cantor que ganhará destaque. A questão da relação que ele teve com Cazuza citada mais pelo fato de que no filme de Sandra Werneck, *Cazuza – o tempo não para*, adaptação do livro de Lucinha Lins, *Cazuza, só as mães são felizes*, a relação amorosa entre os dois não é mencionada. Ney afirma que se sente mais incomodado pela questão profissional não ter sido referida, do que o namoro entre eles, pois o Barão Vermelho, grupo do qual Cazuza fazia parte, tinha pouca inserção na programação musical das rádios e foi somente após a gravação da música *Pro dia nascer feliz*<sup>38</sup> (autoria de Cazuza e Frejat), que a banda passou a tocar mais. Ney lamenta ainda o silêncio no filme sobre a iluminação e direção feita por ele em *O tempo não para*, último show de Cazuza.

Sobre o namoro, afirma que a relação que teve com o cantor de *Codínome Beija-flor* nunca acabou, porque eles não se afastaram. Decidiram

---

37 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, ed. 105, junho, p. 76, 2006. 98 páginas.

38 Lançada em 1983 no disco *Pois é...*

que não eram mais namorados e continuaram como amigos. A relação, que antes era afetiva, se tornou fraternal. Ao chegar aos 60 anos, afirma que pensou em fazer terapia, pois essa idade é algo bastante emblemática. E acreditava que a partir de então teria que ser uma outra pessoa, ou seja, tinha que se comportar e se vestir com roupas próprias para pessoas idosas.

Mas parei para pensar e vi que não tinha porquê agir assim. Não vou me comportar como um ancião para as pessoas acharem que sou coerente. Sou coerente no que sinto. Eu não sou velho. Não me sinto assim<sup>39</sup>.

Quanto mais a velhice apavora, mais a juventude deixa o corpo com a vitalidade e energia de um adolescente. A tristeza e o desespero podem chegar juntos com a “terceira idade”, o que faz muitas vezes o sujeito buscar especialistas no intuito de ajuda para melhor aceitar tal condição. O que o cantor de *Telma, eu não sou gay* menciona sobre o envelhecer nos remete a Olievenstein<sup>40</sup> quando esse aponta que se entra na velhice refletindo sobre os problemas que essa idade traz e as possíveis formas de resolvê-los e não perceber a velhice como a falta de si mesmo.

Quando afirma “eu não sou velho”, além de negar a própria ideia de velhice, Ney está buscando dizer que não quer ser visto como um corpo deteriorado, como se já estivesse perto do fim, mas que, com suas experiências seja no campo profissional ou afetivo, está reinventando a relação com o mundo. Chegar aos 60 anos não significa a interrupção de projetos de vida. Para o cantor, e para muitos outros que chegam aos 50, 60, 70 anos, a alusão à idade é uma espécie de ofensa por identificá-los como idosos, algo monstruoso na contemporaneidade que cada vez mais cultua a beleza e a juventude. Negar a velhice é também negar todos os estereótipos sobre velhice ou “terceira idade” e a ideia das faltas calcadas na fragilidade do corpo.

---

39 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, ed. 85, outubro, p. 77-78, 2004. 82 páginas.

40 OLIEVENSTEIN, Claude. *O nascimento da velhice*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru - SP: EDUSC, 2001.

A última entrevista que analisaremos aqui foi publicada na seção *Perfil* da edição 150, de maio de 2010, e trouxe na capa os modelos gêmeos Diego e Dirceu Duarte que aparecem na capa junto com Dicésar, ex-participante do programa Big Brother Brasil.

Desta vez, o entrevistado não é uma pessoa nacionalmente conhecida. Elói Iglesias, 55 anos, é o responsável por um evento bastante conhecido na região Norte do Brasil, a Festa da Chiquita, e que acontece na mesma época da procissão do Círio de Nazaré, ou seja, no segundo domingo do mês de outubro em Belém do Pará. A entrevista foi feita por Rodrigo de Araújo e na única imagem, que ocupa uma página, Elói aparece em uma fotografia montada trajando um figurino dourado que lembra ouro.

Na entrevista, em nenhum momento fala sobre a questão da velhice, mas a idade do produtor cultural, que também é cantor, ator e performer é mencionada logo no início do texto, deixando os leitores cientes que é um *gay* velho que organiza a festa profana que foi criada no período da Ditadura Militar e que acontece logo após a procissão em um dos espaços públicos mais importantes da cidade: a Praça da República, atraindo um público de várias idades, orientações sexuais e localidades.

Durante a década de 1970, possivelmente por influência do que estava acontecendo nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, onde as minorias lutavam pela conquista e manutenção dos direitos, um grupo de homossexuais criou um bloco de carnaval chamado “As filhas da Chiquita”, referência explícita à música *A filha da Chiquita Bacana* de Caetano Veloso, fazendo, de forma transgressora e cômica, uma crítica à forma com que a sociedade trata os gays e lésbicas.

“Éramos um grupo pequeno de dez gays que saíam da frente do presídio de São José. As bichas iam jogando purpurina até a Praça da República<sup>41</sup>”, relembra Elói que, de participante do grupo fundador do bloco, passou a ser coordenador do evento em 1996. Nos primeiros anos, “As filhas da Chiquita” eram apenas gays, lésbicas e os boêmios, mas com

---

41 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, ed. 150, maio, p. 67, 2010. 82 páginas.

o passar dos anos a sociedade acabou incorporando a festa. O lado profano de uma festa que atrai milhares de pessoas de várias partes do país.

O turista quer ver as coisas que estão em torno do Círio, e a Chiquita é o grande lance. [...]. Tem gay que acompanha a procissão da santa de dia e, à noite, se monta e fica na Chiquita; quando são quatro horas da manhã, pega a corda e volta para o Círio de Nazaré<sup>42</sup>.

Para muitos, esse evento profano é uma espécie de lugar de descanso da festa da igreja, mas, possivelmente, é o momento que muitos homens casados encontram para poder conhecer e sentir outros homens, para que encontros aconteçam, podendo se transformar em um relacionamento amoroso, mas serve também para que, em breves momentos, flúidos sejam trocados e depois se peça perdão aos céus.

Considerada por muitos como uma festa profana, o que é importante perceber é que tal manifestação se torna uma microrrevolução que, mesmo ocorrendo apenas uma vez no ano, serve para incomodar os micropoderes. As revoluções são sutis e estão operando em quase todos os lugares, mas, geralmente não nos damos conta.

Esses gays velhos que apareceram nos textos aqui analisados são apenas alguns dos vários modelos de velhice que podemos encontrar no nosso cotidiano. Envelhecer tornou-se uma experiência e uma plasticidade distinta e plural. São pessoas ativas, produtivas, que amam, sofrem, viajam, se divertem e trabalham. São modelos que não se encaixam no padrão dos discursos produzidos na segunda metade do século XX pelos geriatras e gerontólogos, mas são modelos quase perfeitos para a denominada “terceira idade” no começo deste novo século no país.

Que a velhice não seja dita e vista apenas como o lugar das incertezas, das efemeridades e de sujeitos abjetos, mas que possam ser dadas condições de empoderamento e soberania a esses indivíduos. Se os velhos LGBTs, ou não, seguirem sendo tratados como pessoas decrépitas, não haverá

---

42 G MAGAZINE. Rio de Janeiro: Editora Fractal, ed. 150, maio, p. 67, 2010. 82 páginas.

sentido nas pesquisas desenvolvidas pela biopolítica que prometem aumentar a expectativa de vida das pessoas, sendo possível chegar aos 100 anos de idade com energia e saúde. Continuaremos vendo esses velhos e velhas sendo maltratados pela família e a sociedade que, mesmo com todo o discurso de inclusão, não sabem realmente conviver com aqueles que são diferentes. É urgente e também necessário aprendermos a dialogar e conviver com as diferenças, sejam estas de idade, gênero, social, econômica, etc., ou caminharemos juntos no cortejo fúnebre do nosso próprio enterro.

# “HÁ POSSIBILIDADE DE EU ME TRANSFORMAR EM HOMOSSEXUAL?”: A ESFERA PRIVADA DA INTERPELAÇÃO HOMOSSEXUAL NO BRASIL (1979-1981)

**Paulo Souto Maior<sup>01</sup>  
Joana Maria Pedro<sup>02</sup>**

**Não é novidade falar** de identidade homossexual, gay ou LGBTQI+<sup>03</sup>. Não discutiremos os limites e fronteiras desses conceitos, mas preferimos usar o termo homossexualidade por sua frequência no arquivo consultado<sup>04</sup>. Fala-se das condições de emergência, fala-se das relações com o movimento homossexual<sup>05</sup>, fala-se dos modelos veiculados em impressos<sup>06</sup> e, na mídia televisiva, fala-se, enfim, de identidades construídas, elaboradas em meio a uma miríade de disputas e tensas relações de poder.

Em meio a esses debates, pretendemos mostrar, neste texto, de que maneira indivíduos passavam a ser interpelados quanto aos

01 Doutor em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor da UFRN.

02 Professora titular do curso de graduação e pós-graduação em História da UFSC. Pesquisadora 1 A do CNPq.

03 A sigla refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersex.

04 Para alguns exemplos, ver: SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009; ALMEIRA, Gláucia; HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. *Gênero*. Niterói, UFF, v. 9, n. 1, p. 225-249, 2008; HEILBORN, Maria Luiza. *Ser ou estar homossexual: dilemas homossexuais*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

05 SIMÕES JÚNIOR, Almerindo Cardoso. *E havia um lampião na esquina: memórias, identidades e discursos homossexuais*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

06 SILVA, Fábio Ronaldo; MONTENEGRO, Rosilene Dias. *Sobre representação e homoerotismo: Uma leitura de capas da G Magazine*. Disponível em: <<http://www.fiponline.com.br/eventos/vinheta/textos/representacao%20e%20homoerotismo.pdf>>.

significados da homossexualidade, de que maneira aprendiam a se tornar homossexual, o que presumivelmente não foi feito na historiografia sobre as homossexualidades brasileiras. Reconhecer-se nessa identidade era vestir um conceito, preparar-se para uma encenação. Mostrar-se e aceitar-se homossexual, mesmo que para si mesmo, constituiu fator determinante a ponto de se elaborar uma formação discursiva<sup>07</sup>, gestada no fim da década de 1970, sobre esse assunto.

Foi nos anos 1970 que o conceito de homossexualidade passou por uma profunda mutação no Brasil. É sabido o papel decisivo que uma imprensa nanica como o jornal *Lampião da Esquina*<sup>08</sup> (1978-1983), as ações de grupos de militância homossexual como o *Somos*<sup>09</sup> (1978-1984) e o GGB<sup>10</sup> (Grupo Gay da Bahia) (1981) tiveram nesse processo. Em cada um desses canais firmou-se o objetivo de combater o discurso médico sobre a homossexualidade, vista como uma doença, e que predominava até então. Igualmente nessa década começava a se gestar uma identidade homossexual que deixaria os lugares da vergonha e deveria ser exibida com orgulho e felicidade.

Fato é que, no momento em que se elaborava o conceito de homossexualidade pelos próprios homossexuais, o termo homossexual não fazia parte do vocabulário da maioria dos brasileiros, tampouco era oportuno para explicar as diferentes maneiras de viver e praticar esse desejo em um país tão heterogêneo como o Brasil. Diferenças culturais, espaciais e de classe apimentavam o caldo. Foi Peter Fry quem nos alertou para tais perigos<sup>11</sup>. Em 1974, ao desenvolver uma pesquisa na periferia de Belém,

---

07 Utilizamos o conceito de acordo com as formulações de Michel Foucault. Ver: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

08 SOUTO MAIOR JR., Paulo R. *“Assumir-se” ou não “assumir-se”? O Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

09 MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Unicamp, 1990.

10 CARNEIRO, Ailton J. Salvador dos Homossexuais: Militância Homossexual e Homossociabilidade na Bahia nos Anos 1980. *Temporalidades*, v. 7, p. 9-30, 2016.

11 FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

percebeu uma divisão entre homens e bichas. Os primeiros se comportariam “de uma maneira ‘masculina’”, os segundos teriam um comportamento próximo ao gênero feminino. Ainda sobre o modelo: o primeiro penetra sexualmente o segundo. Conclui-se que não se poderia enquadrar a experiência como homossexual, mas sim de dominação e submissão. Se não havia homossexualidade, tampouco haveria heterossexualidade. Diferenciava-se, portanto, do modelo do entendido, característico das classes médias de algumas capitais brasileiras na década de 1970. Em vez de “homens másculos e homens efeminados”, existiam heterossexuais e homossexuais, respectivamente, homens e entendidos.

Entendido e entendida eram o equivalente ao gay americano da época; referia-se a pessoas que se relacionavam sexualmente com outras do mesmo sexo. A diferença estava em não aderir a uma performance “bicha” (atribuída aos “rapazes efeminados”) ou “sapatão” (concedido às “mulheres-macho”)<sup>12</sup>. O termo aparece na dissertação de Carmem Dora Guimarães, defendida em 1977. Realizando entrevistas com um grupo de homossexuais cariocas, Carmem observa o pertencimento à identidade homossexual vista como um estilo de vida. “Descobri-la” traria uma mudança “crucial” na vida de um homossexual, sobretudo em questões sociais e sexuais<sup>13</sup>.

Pesquisando o mesmo período, Richard Parker observou, nos anos 1970, novas maneiras de referenciar a orientação sexual, contando com o surgimento de conceitos como homossexualidade, bissexualidade e heterossexualidade. Até então homossexualidade (como forma de comportamento, classe de pessoas ou maneira de ser) não havia adentrado a “vida diária ou na cultura popular, ou desempenhar um papel importante nas vidas e experiências da grande maioria da população”<sup>14</sup>. Em pesquisa que realizou nos anos 1980, a maioria dos seus entrevistados não conhecia

---

12 FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

13 GUIMARÃES, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 60.

14 PARKER, Richard. *Abaixo do Equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2002. p. 66.

a categoria homossexual ou homossexualidade. Um deles, residente no Rio de Janeiro, disse: “a palavra homossexualidade ‘quase nunca é usada fora do circuito médico. Se você usar essa palavra quando estiver falando com alguém da classe trabalhadora, ele nem saberá do que você está falando’”<sup>15</sup>. A sua hipótese é de que essas palavras tenham se difundido na época da Aids, através dos meios de comunicação. Presumimos, entretanto, que essas palavras passaram a circular mais efetivamente entre os homossexuais já no final dos anos 1970, com a circulação da revista *Rose* (1979-1983), e teve como ponto determinante a interpelação dos leitores à homossexualidade.

Momentos históricos marcados por rupturas e mudanças nos costumes podem trazer maneiras conflituosas na relação dos indivíduos consigo mesmos. Eventualmente começam a aparecer novas maneiras e categorias de pertencimento que tentam seduzir adeptos, encontrando temerosos e resistentes no meio do caminho. Entra em cena uma negociação de posições a serem alcançadas. Eis o que parece ter se passado com os homossexuais. À medida que o conceito de homossexualidade se alastrava, pessoas iam se reconhecendo com o aparecimento de uma linguagem que lhes pudesse definir. Ora, certamente sabiam e temiam os riscos que aquele reconhecimento poderia lhes acarretar. Não se podia esperar que a revelação da homossexualidade ocorresse da noite para o dia. A constituição do sujeito é vagarosa, exige leituras e apropriações de sentidos, envolve o zelo da aproximação, o receio da dúvida, a ansiedade e o temor de autonomar-se.

Nesse sentido, dividimos este artigo em duas seções. A primeira delas irá tratar da fonte que possibilitou esta pesquisa, a revista *Rose*, com circulação nacional entre 1978-1981. Em seguida, analisamos algumas cartas de leitores presentes na seção *Confidências* e que contavam com a reposta de uma sexóloga fictícia no periódico, Nina Fock. É justamente

---

15 PARKER, Richard. *Abaixo do Equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2002. p. 66.

nesse movimento de cartas e respostas que vemos como os processos de reconhecer-se homossexual são normatizados por uma série de regras e normas proposta pela *Rose*.

## O lugar da *Rose* na imprensa gay brasileira

Uma personagem decisiva na história das sexualidades brasileiras foi a editora Grafipar. Quando lançada, em fins da década de 1960, parecia focar em títulos acadêmicos. Porém, o foco se modificou, passando a incorporar revistas, inclusive publicações sobre sexualidades femininas e masculinas. Um carro-chefe da editora eram histórias em quadrinhos (HQs), os gibis eróticos. A primeira delas chamava-se *Eros*, lançando mão de crítica social e de costumes. No número seis, *Eros* precisou mudar de nome porque uma editora paulista havia cunhado o registro anteriormente. Passou a ser conhecida por *Quadrinhos Eróticos*. O nome parece ter sido atrativo e, como resultado, as vendas aumentaram, chegando a 30 mil exemplares, o que se confirma na periodicidade quinzenal.

O sucesso das revistas produzidas pela Grafipar se deve, dentre outros fatores, à parceria com Nelson Faria Barros, jornalista de larga experiência no mercado de revistas paranaense. Para a sorte de Faruk El-Khatib, diretor da Grafipar, Nelson lia muito sobre sexologia. “Sabia escrever sobre preconceito sexual, machismo, movimentos feministas, homossexualismo, repressão”, pontuou Gonçalo Júnior<sup>16</sup>. Ambos desejavam uma revista que falasse sobre sexo, tema ainda tabu no Brasil. À *Peteca*, com nus femininos e endereçada ao público masculino, lançada em 1976, seguiram-se inúmeros títulos. Até então era inédito ver nas bancas uma revista masculina produzida fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo<sup>17</sup>.

16 JÚNIOR, Gonçalo. *Maria erótica e o clamor do sexo: imprensa, pornografia, comunismo e censura na ditadura militar (1964-1985)*. São Paulo: Activa; Peixe Grande, 2010.

17 JÚNIOR, Gonçalo. *Maria erótica e o clamor do sexo: imprensa, pornografia, comunismo e censura na ditadura militar (1964-1985)*. São Paulo: Activa; Peixe Grande, 2010.

Temas e cenas de sexo passavam a aparecer periodicamente na segunda metade dos anos 1970 em novelas<sup>18</sup>, filmes<sup>19</sup> e revistas<sup>20</sup>. Ao se aproximarem as festas de fim de ano de 1975, lojas de comércio presenteavam seus consumidores com pequenos calendários. A prática diferenciou-se naquele ano pelas fotos dessas propagandas: mulheres seminuas. Distribuídos ao sexo masculino e de maior idade, houve quem tomou como *hobby* colecioná-los<sup>21</sup>.

Interessante pensar como isso se deu em pleno Brasil da Ditadura Militar e, embora não seja esse o nosso foco, adiantamos que havia censura a essas publicações. Em 1977, Rogério Nunes, Diretor de Censura, assinou uma portaria estabelecendo proibições em fotografias de revistas masculinas, dentre as quais estavam atos sexuais, “nádegas” e seios totalmente à mostra, modelos em poses “lascivas”, relacionamento homossexual<sup>22</sup>. Nos veículos midiáticos a censura permaneceu até 1985, com o fim do período militar e fim da censura na produção artística, jornalística e televisiva<sup>23</sup>. Houve, porém, publicações que burlavam a censura.

Alguns jornalistas que integraram o famoso jornal *Lampião da Esquina*, lançado em abril de 1978, foram processados pela Lei de Imprensa então em vigor. As revistas da Grafipar, especialmente as de quadrinhos, por exemplo, antes de lançadas, iam para Brasília, retornando com um x em partes dos corpos das personagens<sup>24</sup>. Mesmo com a redução da censura, no

18 ALMEIDA, Heloísa Buarque de. Trocando em miúdos: gênero e sexualidade na TV a partir de Malu Mulher. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 27, p. 125-137, 2012.

19 RAMOS, José Mário Martins. *Cinema, televisão e publicidade: cultura popular e massa no Brasil nos anos 1970-1980*. São Paulo: Annablume, 2004.

20 NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

21 JÚNIOR, Gonçalo. *Maria erótica e o clamor do sexo: imprensa, pornografia, comunismo e censura na ditadura militar (1964-1985)*. São Paulo: Activa; Peixe Grande, 2010.

22 WINCKLER, Carlos Roberto. *Pornografia e sexualidade no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 72.

23 KLANOVICZ, Luciana Rosa Fornazari. *Erotismo na cultura dos anos 1980: censura e televisão na Revista Veja*. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008, p. 20.

24 DANTON, Gian. *Grafipar: a editora que saiu do eixo*. São Paulo: Kalaco, 2012.

final dos anos 1970, o que permitiu quadrinhos mais explícitos e fotos de mulheres e homens nus nas bancas de revista, alguns livros continuaram sofrendo intervenção. Um exemplo foi *Relatório Hite*<sup>25</sup>, da sexóloga Shere Hite, sucesso editorial, cujas vendas foram proibidas no Brasil em 1978. Coube à Polícia Federal confiscá-lo das estantes e prateleiras das livrarias. Foi editado e vendido apenas em 1982<sup>26</sup>, no clima de abertura democrática.

A emergência da revista *Rose*, embora pouco conhecida e estudada<sup>27</sup>, é um marco na imprensa gay brasileira por inaugurar a era do nu masculino, mesmo se dizendo inicialmente focada no público feminino. Antes de figurar na historiografia sobre as homossexualidades no Brasil, a revista foi uma aposta acertada da Grafipar, que estava em excelente momento editorial.

Dentre os colaboradores – podendo alguns ser pseudônimos devido à censura do período –, havia: Lígia Mendonça (diretora de redação); Alice Ruiz (mais tarde ficou famosa como poetisa); Lee Correa e Nina Fock, na realidade o pseudônimo de Nelson Farias (o trio comandava a redação); Ana Lúcia Rocha, Aramis Millarch, Vera Toledo, Marília Guasque, L. Rettamozo, Rogérios Dias (colaboradores); Dorides Cuin, Rosângela Pereira, Iara Regina (coordenação editorial); Luiz Antônio Stinghen (arte). A direção ficava a cargo de Faruk El-Khatib. Vale uma ressalva: nomes referentes a colaboradoras podiam se modificar entre uma e outra seção. Até o quinto exemplar<sup>28</sup>, havia representantes da publicação em São Paulo e no Rio de Janeiro, o que desaparece no sexto número<sup>29</sup>. Por integrar um projeto maior em relação às demais publicações da Grafipar,

25 HITE, Shere. *O relatório Hite: um profundo estudo sobre a sexualidade feminina*. São Paulo, Difel.  
 26 Seminário Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder, 2008, Florianópolis. SENA, Tito. Os relatórios Shere Hite: Sexualidades, Gênero e os Discursos Confessionais. Anais eletrônicos [...] Florianópolis, SC, 2008. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST33/Tito\\_Sena\\_33.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST33/Tito_Sena_33.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2016.

27 LOPES, Charles Roberto Ross. *Seja gay... mas não esqueça de ser discreto: produção de masculinidades na revista Rose (Brasil, 1979-1983)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

28 Segundo informações da própria publicação. Ver: *Rose*, n. 5, Curitiba, Grafipar, p. 3, 1979.

29 No sétimo número não constam endereços de representantes nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Ver: *Rose*, n. 7, Curitiba, Grafipar, p. 3, 1979.

*Rose* contou com composição, impressão e acabamento em oficinas próprias. Eis um fato decisivo para veículos impressos.

O esqueleto da *Rose* adotava dimensões de 20cm de altura por 13,5cm de largura. A revista tinha cerca de 30 a 43 páginas, deixando claro o vínculo com um padrão de circulação da Grafipar, uma vez que outras de suas revistas, a exemplo da *Peteca*, contavam com o mesmo tamanho. Não seria exagero pensar que essa estrutura tenha levado leitores a perceber que se tratava de publicação erótica, mas com destinatário diferente do predominantemente masculino.

Não se pode perder de vista o ineditismo da publicação. Ao apresentar uma conotação sexual e se destinar, a princípio, exclusivamente ao público feminino, *Rose* faz uma intervenção no espaço público, pois trata de temas inéditos até os anos 1970, o prazer e desejo das mulheres. Via-se nas bancas uma revista erótica destinada ao público feminino decerto incomum, até mesmo impensável. Era comum *Rose* convidar suas leitoras a tirar a roupa, enviando fotos peladas para o concurso anual da “Garota Peteca”. A vencedora era chamada a “Saia do anonimato e fature essa grana” e, no caso de vencer, levaria o prêmio de Cr\$ 15.000,00.

A circulação de *Rose* crescia em todo o país. Foi quando, percebendo os remetentes das cartas que chegavam na caixa postal da editora Grafipar, Faruk encomendou um questionário junto aos leitores e descobriu que cerca de 90% do público era homossexual<sup>30</sup>. Decidiu entregar o projeto a Nelson Faria e as mulheres da redação foram realocadas ou dispensadas<sup>31</sup>. Curiosamente, na nona edição, Carlos A. S., leitor de Salvador, reclamava da ausência de relatos escritos por homossexuais na seção “Confidências”: “Gostaria de saber se a revista *Rose* não vai dar espaço nesta seção para os homossexuais. [...]. Nós apreciamos a revista e também precisamos de esclarecimentos...”<sup>32</sup>. A revista respondeu: “Realmente temos recebido

---

30 JÚNIOR, Gonçalo. *Maria erótica e o clamor do sexo: imprensa, pornografia, comunismo e censura na ditadura militar (1964-1985)*. São Paulo: Activa; Peixe Grande, p. 345, 2010..

31 Esta informação foi-me confirmada pela escritora Alice Ruiz, em e-mail respondido em 15 de maio de 2016.

32 S. A., Carlos. Os homossexuais reclamam. *Rose*. Curitiba, Grafipar, n. 9, p. 35, 1979.

muitas consultas do pessoal gay, mas infelizmente nosso espaço tem sido pequeno para dar a atenção exigida pelos leitores homossexuais. É claro que *Rose* não deseja discriminar ninguém, mas nossa proposta é falar mais das mulheres”<sup>33</sup>.

No número 50, conforme se percebe em seu editorial<sup>34</sup>, *Rose* já era predominantemente homossexual, mas o público feminino não foi explicitamente excluído. Para selar a mudança, o slogan “A revista que informa as mulheres e tira a roupa dos homens” estampado na capa foi suprimido.

Dentre as seções da *Rose*, havia “Confidências”, assinada pela sexóloga Nina Fock. Nela, constavam cartas de leitores respondidas por Nina. Esse canal seria decisivo na constituição de si de homossexuais brasileiros.

## Identificar-se

Quando se trata de publicização das homossexualidades, os impressos produzidos pelo movimento homossexual investiram na corrente da fala pública, isso é, incentivaram seus adeptos e leitores a gritarem ao mundo que se era homossexual, mas não para ser punido, vociferava-se com orgulho. Pelo menos foi o que aconteceu no dia 28 de junho de 1981, Dia Internacional do Orgulho Gay, quando o Grupo Gay da Bahia (GGB), grupo fundado por Luiz Mott em fevereiro de 1980, organizou o show “Cheguei, sou Gay” para mais de 300 participantes, no Teatro Gregório de Matos, em Salvador. No boletim que produzia, constava a referência à data, um dia de luta contra a opressão e pela “nossa libertação”, presumindo, portanto, que havia algo preso dentro do indivíduo desejando se libertar; uma visão essencialista da homossexualidade.

O discurso acionava maneiras diversas de falar do “assumir-se”. Os militantes do “GGB” partilharam com o público a expressão “Saia da

33 S. A., Carlos. Os homossexuais reclamam. *Rose*. Curitiba, Grafipar, n. 9, p. 35, 1979.

34 Editorial. *Rose*. Curitiba, Grafipar, n. 50, p. 3, [s.d].

gaveta” – importante ressaltar que não era “saia do armário” –, dizendo se tratar da palavra de ordem do movimento gay “universal”. Executar esse ato era revelar para o mundo que se era gay e, outro desafio, que se gostava de ser. O grupo presumia a dificuldade de o público seguir a dica e aconselhava a ir saindo aos poucos. Chegaria o dia em que se mostrariam por inteiro: “Somos muitos. Estamos em toda parte e estamos dispostos a lutar porque necessitamos e vamos conseguir um lugar ao sol. Cheguei, sou Gay!”.<sup>35</sup>

Este discurso foi apresentado no boletim de número 1, o primeiro produzido pelo grupo.<sup>36</sup> A função da primeira edição de um boletim geralmente é divulgar de maneira clara e convincente os seus principais propósitos, o que explica a presença desse texto. Dado importante foi mencionar a presença de mais de 300 pessoas na festa no Gregório de Matos. A ordem das centenas destaca não só um número que não deveria ser ignorado, mas, também, associando-se com o conteúdo do discurso, vem dizer que aquele movimento já contava com uma quantidade suficiente de adeptos. O teor do assumir-se nos grupos de militância possuía um vetor político. Presumivelmente, não houve uma preocupação com o foro íntimo dos que se identificavam como homossexuais. Na forma expressa pela militância, a homossexualidade era algo público e já naturalizado para ir a público.

Exemplos? O “GGB”, desde o boletim de número 1, expressava o foco na publicização das homossexualidades. Lá constava: “Saia da gaveta! Quer dizer: saia à luz, chega de nos ocultar [...]. Vamos sair da gaveta e revelar para todo mundo que somos gays, que gostamos de ser”.<sup>37</sup> Aos que tivessem medo de seguir a dica, lhes era aconselhado a dizer aos poucos,

---

35 “28 de junho: Dia Internacional do Orgulho Gay”. *Boletim Grupo Gay da Bahia*, Salvador, n. 1, p. 18, ago. 1981.

36 CARNEIRO, Ailton José dos Santos. *Homossexuais em Trânsito: Representações, Militância e Organização Política Homossexual na Bahia, 1974-1988*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

37 CARNEIRO, Ailton José dos Santos. *Homossexuais em Trânsito: Representações, Militância e Organização Política Homossexual na Bahia, 1974-1988*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017, p. 20.

evitando represálias em casa, na escola, no trabalho. No carnaval de 1982, os “gegebetes” (maneira como os integrantes do GGB se autorreferiam) distribuíram panfletos, sugerindo: “Se assuma gay o ano inteiro. Só no carnaval é muito pouco. É legal ser homossexual”.<sup>38</sup> É o assumir-se implícito aí que pode habitar nos leitores, modificando-lhes na relação consigo mesmos, subjetivando-se em meio àqueles imperativos.<sup>39</sup>

Oportuno lembrar, na ampla discussão sobre identidade homossexual, algumas observações do antropólogo Néstor Perlongher. Para ele, a elaboração dessa identidade atingiu máxima amplitude quando os homossexuais foram convidados a sair da clandestinidade, conforme bandeira assoalhada pelo movimento homossexual. Nesse campo moveção, a identidade homossexual se modela visando à integração na sociedade heteronormativa. Tal iniciativa exigiria “apresentar um bloco homogeneizado na representação perante o poder, na procura de uma legitimação que reconheça uma igualdade de status para o setor”<sup>40</sup>. Haveria mesmo uma incitação à identidade, diz o antropólogo, que utiliza no texto a expressão “out of closets”, sem, no entanto, traduzi-la. Pelo visto, tomando a literatura sobre o tema e pesquisas realizadas na imprensa homossexual da época, não estiveram na prioridade da militância questões relacionadas aos indivíduos que passavam a se perceber homossexuais no espaço privado.

Oferecemos como contraponto essas breves linhas relacionadas ao movimento homossexual para delinear o eixo que a *Rose* faz pensar, a esfera privada da publicização da homossexualidade. Nesse sentido, a seção “Confidências” teve papel basilar, pois sua discursividade psicologizante recorre a um lugar de enunciação que conspira para o aceitar-se e daí assumir-se a partir do que se é, não simplesmente do que se faz; ou, mais

---

38 “A praça Castro Alves é das bichas?????????”. *Boletim Grupo Gay da Bahia*. Salvador, n. 3, p. 45, 1982.

39 Inspiro-me na reflexão de Deleuze e Guattari: “Não existe significância independente das significações dominantes nem subjetivação independente de uma ordem estabelecida de sujeição. Ambas dependem da natureza e da transmissão de palavras de ordem em um campo social dado”. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. São Paulo: Editora 34, p. 18, 2011.

40 PERLONGHER, Néstor. O michê é homossexual? In: TRONCA, Ítalo A. (Org.). *Foucault vivo*. Campinas: Pontes, p. 76, 1987.

precisamente, tornar o ato de desejo como vetor de uma confissão que não é renúncia de si, mas afirmação.

A confissão tinha um papel considerável na sociedade brasileira dos anos 1970. Guido Mantega a explicava na época ressaltando seu papel em libertar as pessoas dos pecados e medos que as assolavam. Importante instrumento de controle e vigilância, a confissão deve ter encontrado, na profusão discursiva sobre as sexualidades, um importante vetor para se estabelecer. Percorrendo esferas do pecado e devassidão, o se assumir homossexual permitiu cartografar práticas de pessoas unidas pelo desejo. A epistolografia do nosso arquivo instaura e registra o lugar em que sentimentos, dores, temores e sonhos referentes ao assumir-se ganhavam forma. O economista Guido Mantega escreveu: “Geralmente, a confissão conta com um interlocutor que nos ouve atentamente, avalia, julga, condena, perdoa, consola ou pune, dependendo das circunstâncias”<sup>41</sup>. Os que ouvem, leem, recebem o segredo, a imprensa, por exemplo, “estão investidos de uma ascendência, de uma superioridade, enfim, de uma autoridade que nos exige reverência”<sup>42</sup>.

Os/as homossexuais encontravam em publicações como *Rose* uma maneira de se tornarem sujeitos por meio de um processo de aceitação da sexualidade que se dava especialmente por meio da escrita de cartas. Quem escreve cartas quer ser lido, ainda que por si mesmo, ainda que tentando compreender-se, ainda que tentando afugentar seus medos, mas comumente se elaborando, contornando-se e grafando a existência com conceitos, desejos, dúvidas, desabafos. Michelle Perrot alerta: “Não há nada menos espontâneo do que uma carta”<sup>43</sup>.

A princípio criadas para propiciar a interação periódico-leitor, cartas em impressos manifestam maneiras diferentes de ler o que é ofertado na imprensa. As cartas de “Confidências”, analiticamente compreendidas

---

41 MANTEGA, Guido. Sexo e modernas sociedades autoritárias: a face erótica da dominação. In: MANTEGA, Guido (Org.). *Sexo e poder*. São Paulo: Círculo do Livro, 1979, p. 22.

42 MANTEGA, Guido. Sexo e modernas sociedades autoritárias: a face erótica da dominação. In: MANTEGA, Guido (Org.). *Sexo e poder*. São Paulo: Círculo do Livro, 1979, p. 23.

43 PERROT, Michele. Introdução. In: PERROT, Michele (Org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 10, 2009.

como cartas do leitor, apontam para uma destacável sensibilidade das homossexualidades: a necessidade de anonimato. Em função de uma política impressa, periódicos selecionam cartas ou pedaços delas que coadunam com seus objetivos editoriais. Por sua vez, os fragmentos publicados são carregados de intencionalidades, descrições, pedidos de ajuda, informações de si, que podem estar distantes do seu objetivo primeiro, quando postados nos correios, mas que ganham outra conotação quando selecionados para publicação<sup>44</sup>.

As cartas de “Confidências” possibilitam uma história de como os indivíduos passaram a se reconhecer homossexuais. O assumir, naquelas páginas, forma um sujeito homossexual que só existe a partir do momento em que enuncia e encena o seu desejo. Não há identidade homossexual sem encenação.

E encenação, sobretudo dos “grupos minoritários”, foi o que não faltou no Brasil naquela época. O país fervilhava em descontentamento com o regime civil-militar que a cada dia deixava mais à mostra suas rachaduras. Na segunda metade da década de 1970, a ditadura militar se enfraquecia e os exilados voltavam ao Brasil após conhecerem um profundo processo de transformação sociocultural nos costumes relacionados à sexualidade, em especial, o fortalecimento dos movimentos de contestação feminista, dos negros e gays que estavam em andamento notadamente em países da Europa e nos EUA. Entre os muitos fatos que poderiam aqui ser citados, estão o famoso Maio de 68, em Paris<sup>45</sup>, e o Festival de Woodstock, ocorrido no Estado de Nova York, nos Estados Unidos, em agosto de 1969.<sup>46</sup>

Crescia em muitos países do Ocidente maneiras de falar de si ocupando a posição de sujeitos excluídos e estigmatizados. Essas vozes,

---

44 CORRÊA, Zulmar Teresinha Barbosa. A carta do leitor. In: BONINI, Adair et al. (Org.). *Os gêneros do jornal*. Florianópolis: Insular, 2014.

45 Os movimentos de 1968 não se restringiram a Paris. Esta sublevação ocorreu simultaneamente em 40 países. WEBER, Henri. Um balanço de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org.). *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/França/Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 21, 1999.

46 HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

muitas vezes dissonantes, atravessaram e desceram o Atlântico chegando por aqui, notadamente a partir da mídia e, de modo mais ilustrativo, na imprensa especializada. Como efeito direto dessas mudanças estava o próprio ato de se assumir homossexual.

À medida que o conceito de homossexualidade se alastrava nas páginas da *Rose*, leitores iam se reconhecendo com o aparecimento de uma linguagem que lhes pudesse definir. Ora, dado o descrédito que a homossexualidade ainda experimentava na época, presume-se que leitores sabiam e temiam os riscos de se reconhecer homossexual, processo que não ocorria da noite para o dia. A constituição do sujeito homossexual ocorria vagarosamente, exigia leituras e apropriações de sentidos, envolvia o zelo da aproximação, o receio da dúvida, a ansiedade de autonear-se.

O ato de se reconhecer homossexual tem uma historicidade particular. Trata-se de selecionar artifícios para traduzir a um si mesmo fictício. Giorgio Agamben observou que a constituição do indivíduo no Ocidente como pessoa ocorre através do reconhecimento do outro. O processo de reconhecimento se dá com uma *persona*<sup>47</sup> – máscara – que aparece como uma identidade social. Para existir social e juridicamente é preciso ser reconhecido por um outro, amigos, inimigos, terapeutas, revistas, jornais. Tal meta não se dá no vazio; efetiva-se por meio de um conjunto de símbolos e gestos. Inspirado nessas reflexões, se verá como a reconhecibilidade, que é normatizada, foi decisiva para a aceitação da identidade homossexual.

Um dos relevantes registros de constituição do sujeito homossexual ocorria nas cartas. Nelas, o privado era desvelado, analisado, tal qual num consultório terapêutico e exposto a todos os que desejassem sabê-lo. Um

---

47 De acordo com Agamben, *persona* designa a máscara do indivíduo por ocasião de uma identidade social. “Assim, em Roma, cada indivíduo era identificado por um nome que manifestava o seu pertencimento a uma gens, a uma estirpe, mas esta era, por sua vez, definida pela máscara de cera do antepassado que toda família patrícia custodiava no átrio de sua casa. Daí fazer da *persona* a ‘personalidade’ que define o lugar do indivíduo nos dramas e nos ritos da vida social; o passo é breve e *persona* acabou por significar a capacidade jurídica e a dignidade política do homem livre. Quanto ao escravo, como não tinha nem antepassados, nem máscara, nem nome, não podia ter nem mesmo uma ‘*persona*’, uma capacidade jurídica”. Ver AGAMBEN, Giorgio. *Nudez*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 77.

divã em público, esperando os interessados em lê-lo, reconhecendo em certas passagens trechos de suas próprias trajetórias, lendo as missivas de “Correspondências” e vendo a si mesmos, modificando-se por meio da interpelação de *Rose*. Constituir-se homossexual passava por uma dupla encruzilhada: reconhecer-se no conceito de homossexualidade e vestir essa máscara que lhe era oferecida, aceitá-la, chamá-la de sua. Como ensina Judith Butler<sup>48</sup>, o reconhecimento é uma relação intersubjetiva, efetiva-se na interpelação com o outro, isso é, ocorre quando o indivíduo encontra campos de inteligibilidade, que é o que dá sentido ao gênero, a exemplo da linguagem e das instituições.

As publicações homossexuais do final dos anos 1970 elaboraram mecanismos de interpelação da homossexualidade e, em simultâneo, questionavam visões preconceituosas e estereotipadas relacionadas aos homossexuais; ressignificava-se esse conceito, tentando retirá-lo das arestas científicas. Ser homossexual não era vergonha. Naquele momento, como disse Guacira Lopes Louro, “reconhecer-se nessa identidade é questão pessoal e política”<sup>49</sup>. Binarismos emergiam: pessoal *versus* político; privado *versus* público; aceitar-se *versus* negar-se; enrustir-se *versus* assumir-se.

Para existir fora da tristeza, da solidão que foram fabricadas como o lugar do homossexual enrustido, era preciso se assumir. Antes disso, entretanto, indivíduos precisam se identificar, aceitar-se para, em seguida, se assumir publicamente. Aceitar-se e assumir-se foram fatores decisivos na subjetividade da experiência homossexual no final dos anos 1970. Essa identidade se formulava inerte e excludente. A identidade homossexual, do mesmo modo que veio tentar demolir os muros que separavam os

---

48 Butler, dialogando com a obra da psicanalista Jessica Benjamin, faz uma profunda reflexão filosófica sobre o reconhecimento. BUTLER, Judith. El anhelo de reconocimiento. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006. Sobre essa discussão, ver também: BUTLER, Judith; KNUDSEN, Patrícia Porchat Pereira da Silva. Conversando sobre psicanálise: uma entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 161-170, 2010.

49 LOURO, Guacira Lopes. Uma política pós-identitária para a Educação. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 32, 2004.

homossexuais do restante da sociedade, acabou por criar outros muros entre os que se reconhecem ou não homossexuais, se assumem ou não.

A porta aberta por “Confidências” impunha novos sentidos para as homossexualidades. Elza, uma leitora de Manaus, ressaltou a relação amigável com a revista: “Sempre que compro a Rose, vou direto à seção ‘Confidências’, pois esta nos traz muitas respostas de grande valor”. Um pouco adiante, justifica: “Pois, através da revista Rose, hoje tenho outra maneira de pensar sobre sexo e, principalmente, homossexualismo. Continuem em frente”<sup>50</sup>.

O conceito de homossexualidade circulava no Brasil convidando os indivíduos a desfrutá-lo, avaliá-lo, tragá-lo, fazendo dele parte de si, ou, simplesmente, inquietos em conhecê-lo e temerosos de encená-lo. F.A.S., um rapaz de Sobral, no Ceará, parece ter vivido uma situação semelhante:

Se possível gostaria de saber a causa que me levou à masturbação quatro a cinco vezes por dia. Despido na frente do espelho sinto tanto prazer que chego ao orgasmo. Já tive relações sexuais com uma jovem e atualmente estou sentindo uma extraordinária atração sexual por um amigo de trabalho. Há possibilidade de eu me transformar em homossexual? Isso eu não pretendo, pois ocupo um cargo elevado e tenho medo da reprovação social<sup>51</sup>.

Relacionar-se com um jovem ganha, na missiva acima, um nome, uma classificação: homossexual. F.A.S. teme ser homossexual. Uma das razões de ser das cartas desde que o gênero epistolar se popularizou, no final do século XIX, é parabenizar, reclamar, sugerir, agradecer e solicitar ajuda<sup>52</sup>. No caso de “Confidências”, a maioria emerge solicitando

50 S.T., Elza. As confidências de Rose. *Rose*. Curitiba, Grafipar, n. 54, p. 42, 1980.

51 F.A.S. Confidências. *Rose*. Curitiba, Grafipar, n. 20, p. 33, 1980.

52 A historiografia, não é de hoje, tem se preocupado com as cartas como fonte de reflexão. Alguns estudos têm focado na questão da vida privada a partir dos vestígios de correspondências. Há ainda outros trabalhos que lançam mão de correspondências compreendendo-as como espaço privilegiado de políticas de identidade, de formas como os sujeitos se colocam, desnudam-se e se dão a perceber. Ver: LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 43, 2002; COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema*. Porto Alegre: EdURGS, 2000.

um conselho, em uma discursividade tecida em tom de conversa e de fácil compreensão. Escrevia-se para um canal em que era possível falar pragmaticamente. Sobretudo, a escrita permite um desvelar de si mesmo, característico da ausência da presença física ou da voz no telefone – mesmo porque, na época, ter aparelhos telefônicos custava caro –, evitando qualquer interrupção diante do que se pretendia dizer.

O conjunto de correspondências se aproxima do que Michel Foucault chamou de técnicas de si. Uma passagem usada pelo filósofo com relação à sua pesquisa pode ser acionada na reflexão realizada aqui. Ele diz: “Procurei saber como o sujeito humano entrava nos jogos de verdade, tivessem eles a forma de uma ciência ou se referissem a um modelo científico, ou fossem como encontrados nas instituições ou nas práticas de controle”<sup>53</sup>. As técnicas de si desempenham importante papel na nossa sociedade desde a era greco-romana, quando contavam com relativa autonomia se comparada às influências que passou a sofrer posteriormente, notadamente na modernidade, por saberes médicos, psicanalistas, psiquiátricos, religiosos, pedagógicos. Recorremos a essa formulação porque a imprensa homossexual do fim dos anos 1970 elaborou técnicas úteis à constituição de leitores em sujeitos homossexuais.

A presença da carta de F.A.S., por exemplo, se deu não por causa do tema da masturbação, mas pela homossexualidade. O que confere destaque ao caráter também terapêutico da seção é a pergunta: “há possibilidade de eu me transformar em homossexual?”. Nina interpretou os acontecimentos narrados afirmando que uma (ou algumas) experiência(s) poderia(m) “apenas confirmar algo que já esteja dentro de você e que talvez você não queira aceitar por medo das normas sociais”. Diante dos conflitos entre leitores sobre se reconhecer ou não homossexual, Nina coloca afirmações fabricando normas sociais que precisavam ser trabalhadas, discutidas e reelaboradas no desafio de se identificar, se aceitar e se assumir homossexual.

---

53 FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017. Sobre essa questão, consultar também, no mesmo volume, o texto “A tecnologia política dos indivíduos”.

Talvez, pensando nessa ótica, o primeiro número do jornal do grupo AUÊ, localizado na cidade do Rio de Janeiro e fundado pela poetisa Leila Mícolis, trouxe um artigo para lá de provocativo. Era “Sentimento de culpa e homossexualismo”, uma aposta não gratuita para um número pioneiro. De acordo com o texto, os homossexuais sofriam com as regras da sociedade judaico-cristã, com o preconceito das instituições sociais, dos “coleguinhas de escola”, da família e “parte dessas pressões é introjetada pela vítima, que passa então a vivenciar sentimentos de culpa associados a seus ‘condenáveis’ desejos sexuais”<sup>54</sup>. Em decorrência desse processo, haveria duas reações. A primeira seria a “negação do desejo”, que ocorre quando os indivíduos fingem não ter mais “tesão” por pessoas do mesmo sexo, “sofrendo frustração e sem conseguir fugir de sua carga de culpa”. A segunda seria “assumir o estereótipo”, aonde se reconhece momentos de crise de identidade, a exemplo de adolescentes que, sentindo atração por pessoas do mesmo sexo, perceberiam “que não se encaixam nem na definição do que seja ‘homem’ nem do que seja ‘mulher’, podendo ‘adotar uma estereotipia efeminada’ (ou masculinizada, dependendo do caso)”<sup>55</sup>.

Ao descrever sentimentos vividos por homossexuais, o *AUÊ, Jornal da Sexualidade*, se esforça em marcar vidas que antes não gozavam do privilégio de ter uma publicação voltada para as suas questões. Contudo, é preciso acrescentar, esse processo se dá em meio a relações de poder que delimitarão quais homossexuais, seguindo normas de conduta disponíveis, têm direito à existência. Um dos resultados foram leitores aprisionados em conceitos que supostamente antes nem existiam.

*Rose*, particularmente, era uma publicação de circulação nacional, com baixos custos, relevante em momento de profunda crise econômica no país. Pode-se arriscar que foi no misterioso e silencioso ato da leitura, da assimilação de uma linguagem produzida por pessoas que tinham a coragem de se afirmar publicamente como homossexuais, muitas delas sob a forma de pseudônimos, que passou a circular a preocupação de se vestir a identidade homossexual.

---

54 Marcelo. *AUÊ Jornal da Sexualidade*. Rio de Janeiro, n. 0, p. 5, maio-junho 1981

55 Marcelo. *AUÊ Jornal da Sexualidade*. Rio de Janeiro, n. 0, p. 5, maio-junho 1981.

Se se pode dizer que a revolução da imprensa trouxe ampla circulação de textos, multiplicando objetos e conceitos pouco conhecidos na era do manuscrito<sup>56</sup>, na década de 1970 a disseminação de uma rarefeita imprensa homossexual foi fundamental para articular a mutação da homossexualidade, do campo médico, para a área da cultura e da sociedade. As palavras daquelas publicações não existiam apenas para informar, mas também para habitar e produzir subjetividades. As vidas sem sonhos, sem direito a pensar diferentemente a existência, tolhidas de preconceito de diversas ordens, encontravam salvação nas palavras. As narrativas vêm rodeadas de conceitos, de normas e aí se produz uma brecha para a existência. Daí que recolher uma dessas revistas nas bancas de revistas trazia uma sensação que é gostosa de se observar:

Assim [que] tomei conhecimento de que mais uma revista homossexual havia sido dada à luz, saí de casa correndo e com chuva e tudo, percorri várias bancas, encontrando, finalmente, o PLEIGUEI. Fiquei entusiasmado, logo de início, com a capa e as matérias anunciadas, apesar de ler mais abaixo que a revista era “o filho do Lampião”.<sup>57</sup>

Reconhecer-se pertencente àquele mundo de leituras era reconhecer-se homossexual, modificar-se pelo conceito. Os diálogos teóricos desenvolvidos aqui refletem sobre o fato de que a linguagem forma os sujeitos. Não há sujeito pré-discursivo. Ele se estabelece em meio ao conjunto de signos com que entra em contato. A partir do conceito vem o reconhecimento<sup>58</sup>.

---

56 CHARTIER, Roger. Os poderes da impressão. In: CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: EdUNESP, 2014.

57 SANTOS, Joaquim. Dina Sfat. *Pleiguei: Jornal do Homo*. Rio de Janeiro, n. 2, p. 30, 1981.

58 Recorremos a Michel Foucault nessa chave de leitura. Em entrevista à revista *Masques*, Michel Foucault é questionado sobre o livro *Homossexualidade grega*, de K. J. Dover. O filósofo, dentre outras reflexões, destaca que nossas concepções de homossexualidade e heterossexualidade não podem ser aplicadas aos gregos e romanos porque “eles não tinham noção disso, não tinham o conceito, e, por outro lado, eles não tinham essa experiência. Uma pessoa que se deitava com outra do mesmo sexo não se reconhecia como homossexual. Isso me parece fundamental”. Ver: FOUCAULT, Michel. Entrevista com M. Foucault. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos, volume VI: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 141, 2014. Da mesma forma, inspiramo-nos na filósofa Judith Butler, notadamente em suas considerações sobre a performatividade. Ver: BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Tensões entre os novos significados atribuídos à homossexualidade e a vontade de aceitá-la como parte de si levaram a questionamentos sobre a posição da revista *Rose*.

A revista é homo ou hétero?  
a revista é para homossexuais ou não? Pelo menos é apresentada como sendo, lindos garotos [...] Mas quem lê atentamente, isto é, o homossexual para quem é destinada, fica frustrado. Não pelo que ela contém sobre homossexualismo. Todas as matérias são boas e agradáveis. Mas pelo que colocam e que nada tem a ver com homossexualismo. Parece que a mentalidade é de que ‘fazemos uma revista para vocês, os homossexuais, mostramos os belos garotos, mas isso é uma colher de chá, pois a verdade é que não é normal’. Vocês misturam as duas coisas: homossexual e heterossexual. [...] No ‘currículo’ de muitos dos garotos apresentados na revista, diz que eles são vidrados em gatinhas e mulheres. E dá a entender que estão fazendo um favor se expondo assim aos homossexuais. Homossexual não compra revistas de garotos nus para saber que eles são vidrados em mulheres e gatinhas [...]. (Cláudio - Rio de Janeiro/RJ)<sup>59</sup>.

Estamos diante de um questionamento identitário, de um receio com a identificação colocado no ato de comprar a *Rose*. Cláudio sentiu um desconforto com o que é dito sobre os indícios de heterossexualidade dos modelos da revista: “vidrados em gatinhas e mulheres”. Quando a *Rose* traz esses modelos, comenta suas preferências sexuais, parece “que está fazendo um favor expondo assim os homossexuais”.

No entanto, a pergunta de Cláudio demarca um importante aspecto que emergia naquele momento, o de se reconhecer na identidade homossexual. Ao perguntar “a revista é para homossexuais ou não?”, Cláudio não está somente em dúvida com o segmento editorial de *Rose*, estava delineando uma fronteira inerte para as homossexualidades. A presença de características elaboradas como pertencentes a um modelo heterossexual poderia causar confronto com as lições trazidas por essas publicações: o que é ser homossexual e como se reconhecer nesse conceito.

---

59 Cláudio. A revista é homo ou hétero? *Rose*. Curitiba, Grafipar, n. 62, p. 30.

Cláudio parece reivindicar um manual de conduta com conselhos sobre o que seria ser homossexual e heterossexual, os produtos e textos destinados a homossexuais, os quais não poderiam trazer aspectos que colocassem em dúvida uma maneira de vivência da homossexualidade que, no momento, saía da clandestinidade.

A carta põe em questão uma tensão modeladora das subjetividades homossexuais, a identidade, uma elaboração só existente no reconhecimento de si.

Passemos à resposta de Nina:

O radicalismo do leitor, como todo radicalismo, é a nuance que conduz todo extremismo ao confinamento, ao maior dos preconceitos. É justamente essa ótima esteira, essa visão curta de um grande universo humano, que leva aos guetos e a uma discriminação cada vez maior. A carta é longa e o leitor vai além, condenando a mulher e o heterossexual com sua sanha voraz. Da mesma forma, como o heterossexual não resolvido – aquele que tem dúvidas com relação à sua identidade –, a insegurança do homossexual se manifesta no preconceito. Intolerância gera intolerância.

No entanto, veja bem, o heterossexual edipianamente bem solucionado (as pesquisas comprovam isso e, na prática, todo homossexual também sabe disso) é aquele que aceita e compreende o homossexualismo. Sem preconceitos. A recíproca é verdadeira: o homossexual que se aceita sem conflitos também aceita o heterossexual, por mais exclusivo e hétero que ele seja. Em tudo isso há uma linha paralela, sem novidade para ninguém: homossexual não tolera ter como parceiro para o sexo outro homossexual. Evidentemente ele aprecia o heterossexual. O heterossexual gosta de mulher, assim como o homossexual bem ajustado à sua condição sexual que procura ter nas mulheres suas melhores amigas. Afinal, o nível de sensibilidade da mulher e do homossexual tem muito em comum, pelo grau de profundidade.

O homossexual só não aceita fazer sexo com a mulher, pois isso teria um gosto de amor incestuoso, como se estivesse com sua própria irmã. Evidentemente, o assunto é longo demais para ser discutido. Mas tachar ROSE de preconceituosa é demais. O leitor certamente não está prestando atenção na revista. O ser humano não tem, por natureza, essa divisão dentro de si. Por que, então, criar, incrementar essa discriminação?<sup>60</sup>

---

60 Cláudio. A revista é homo ou hétero? *Rose*. Curitiba, Grafipar, n. 62, p. 30.

A crise de identidade ganhava um norte, um rumo, um eixo. Os pensamentos de contradição, as queixas, os questionamentos de Cláudio se ajustam, são colocados numa moldura. Elaborar-se uma ordenação do seu dizer para cessar o seu questionamento. Mas que identidade é essa que não pode ter dúvidas, que não pode ser colocada em suspeição? Quem é esculpido nessa elaboração?

Novamente a identidade, novamente a identidade homossexual, mas acompanhada da novidade de se reconhecer nessa identidade. A presença constante desse tema nas publicações da época, nas mesas-redondas de eventos militantes, nas músicas do movimento homossexual<sup>61</sup>, sua recitação e presença inquietante têm por função estagnar e cristalizar a percepção do tema do qual se fala.

Na carta de Cláudio, a homossexualidade precisava ser elaborada longe da heterossexualidade, sem quaisquer influências ou conexões. De um lado, os homossexuais, do outro, os heterossexuais. Em *Rose*, de um lado, os homossexuais que se reconhecem na identidade “psicossexual”, do outro, os que a negam. No espaço de um não caberia o outro. Nessa lógica, os indivíduos prendiam os seus corpos a categorias fixas. A partir disso, delineava-se o exigido e o necessário para ser homossexual.

Tratava-se de fixar ficções, invenções elaboradas para pedagogizar os indivíduos. O texto de Nina aproveita a cisão entre homossexual e heterossexual feita por Cláudio e reafirma que o homossexual “edipianamente bem solucionado” aceita os heterossexuais. Um pouco adiante aloca o homossexual no canteiro da prática sexual. Ele não poderia transar com mulheres, “pois isso teria um gosto de amor incestuoso, como se estivesse com sua própria irmã”. A mensagem é clara: para ser homossexual não se deve ter relações sexuais com mulheres. Outra hierarquia afetiva se estabelece: homossexuais “bem ajustados à sua condição sexual” desenvolveriam suas melhores amizades com as mulheres, pois a sensibilidade de ambos teria pontos em comum.

---

61 Conforme se vê no estudo de SOUTO MAIOR JR., Paulo R. O “assumir” na emergência do movimento homossexual brasileiro: os casos do Somos (SP), Grupo Gay da Bahia (BA) e Dialogay (SE). *Revista de História Regional*, v. 22, p. 171-197, 2017.

A opinião expressa por Nina se singulariza pelo impresso se destinar a homossexuais, bem como está localizada no espaço de discussão de questões íntimas, confusas e afetivas que envolveriam os homossexuais. Nina é a voz de *Rose*, é a sexóloga, é a conselheira dos homossexuais, é aquela cujas palavras não devem ser ignoradas, mas lidas, relidas, meditadas, de modo a influenciar na constituição dos sujeitos, podendo ainda levá-los a escrever suas dúvidas, elogios, queixas à revista.

A resposta se torna uma verdade sobre o desejo do missivista. Por meio de uma conversão dessa verdade, o/a leitor/a se torna sujeito, elaborando o enunciado de si para consigo<sup>62</sup>. De mais a mais, a queixa enviada à *Rose* e colocada em circulação sinaliza um elemento importante em formações discursivas: a contradição, um desacordo tácito, posto que é colocado para reafirmar posições advogadas pela publicação.

Convém destacar que nos anos setenta também emergiu a popularização da psicanálise.<sup>63</sup> A descoberta do “eu”, de tentar se descobrir, de observar seus próprios medos, de se aceitar, aparecia em livros, alguns de autoajuda e, especialmente, nas revistas voltadas às mulheres.

Criticamente o movimento de respostas de Nina sinaliza para uma pedagogia da sexualidade, pois as técnicas que levam indivíduos a se reconhecerem em identidades se dão acompanhadas de ordenamentos, hierarquias, desigualdades ligadas a relações de poder das quais a imprensa gay era partícipe, sobretudo ao destinar um lugar privilegiado aos homossexuais em processo de aceitação. O argumento a seguir, de Guacira Louro, assinala o que propomos. Se nele pudermos substituir a palavra sociedade por imprensa fica mais visível como discursos tramam o que nos tornamos: “Ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar identidades”.<sup>64</sup>

Entre tantos números vendidos, havia uma preocupação em compreender e entender o universo cultural dos seus leitores, recorrendo

---

62 FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

63 FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. *Freud e a difusão da psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

64 LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 15.

a desejos, expectativas e limites de abordagem. Como disse Maria Celeste Mira, referindo-se aos editores de revistas, “eles sabem a quem se dirigem, ou melhor dizendo, falam com seu público a mesma ‘linguagem proibida’ e conhecem seus códigos de deciframento”<sup>65</sup>. E conhecem mesmo! “Decabo-a-rabo”, uma das seções de *Rose*, passou a ser assinada por Celso Curi, conhecido autor da Coluna do Meio, do jornal *Última hora*, que divulgava informações sobre homossexualidade em 1976. Graças à coluna, o jornalista foi processado pela Lei da Imprensa vigente.

Com os baixos custos, as novas concepções de sexualidade se estendiam a um público amplo. A correspondência enviada à editora mostra a busca por ajuda de alguns profissionais para solucioná-las, a exemplo de médicos, além de assinar um convênio com uma revista norte-americana de informação sexual, a *Sexology*<sup>66</sup>. Não é por acaso o destaque conferido a informações relacionadas aos debates sobre homossexualidades nos Estados Unidos. Pode ficar a dúvida se quem respondia às missivas de “Confidências” era realmente Nina Fock, médicos ou trechos traduzidos de *Sexology*. Apoiamo-nos no que disse Gonçalo Júnior, mencionando Nina como sinônimo de Nelson Faria que, de fato, fez parte da publicação. Além do mais, o estilo de escrita das respostas, a estrutura da narrativa, o modo como trata as respostas e os artifícios utilizados na elaboração dos argumentos parecem indicar que se trata de um único autor.

Nessa sintonia, cartas passavam a ser escritas a partir dos discursos e anúncios veiculados em *Rose*, notadamente relacionada ao grupo *Somos*. As correspondências desse grupo estão presentes no Arquivo Edgar Leuenroth. Em meio ao amplo volume de pastas com missivas há algumas que mencionam diretamente a *Rose* como espaço que divulgava notícias relacionadas ao público homossexual, a exemplo de certo José Braz, que escrevia de São Paulo a 10 de julho de 1980.

---

65 MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água; FAPESP, p. 115, 2013.

66 WICKLER, Carlos Alberto. *Pornografia e sexualidade brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 86, 1983.

Fry e MacRae, sinalizando o avanço da questão homossexual no começo dos anos 1980, sobretudo em decorrência do movimento homossexual no Ocidente, alertam para o estabelecimento de normas de conduta da sexualidade. Havia pessoas, por exemplo, que resistiam em se enquadrar em “categorias sociais que tendem a empurrá-lo para guetos estanques”. Por outro lado, houve aqueles cuja identidade homossexual “representa um modo de dar ordem às suas vidas, cheio de possibilidade de gratificação e muitas vezes ‘assumindo’ a duras penas”<sup>67</sup>.

Os homossexuais existiam quando venciam os conflitos que os impediam de vestir as normas de ser homossexual. Porém, o debate em torno das identidades tem mostrado suas fraturas. Identidades ganham força em processos de narrativização, quando os indivíduos as tomam para si, vestem-nas, migrando assim para determinado lugar de sujeito. Não por acaso, muitas publicações homossexuais reservam espaço para cartas de leitores, desabafo e críticas que, mais do que uma característica peculiar do impresso, adquire outra conotação: mostrar um conjunto de adeptos às suas ideias, aproximando-os da formação discursiva que intencionalmente ou não ajudam a criar.

Grafipar organizou em 1980<sup>68</sup> o livro *Homossexualismo em questão*, compilação de artigos publicados em *Confissões íntimas*, revista da editora surgida em 1977 e voltada preferencialmente ao público heterossexual, apresentando, contudo, artigos sobre homossexuais. A diferença dela para a *Rose* é que o seu projeto editorial aparentemente não se alterou. Na apresentação do livro, Nina aparece como aquela que tem se dedicado profundamente à homossexualidade, razão pela qual receberia uma “avalanche” de cartas. O sumário traz os seguintes títulos: Ser ou não ser, eis a questão; A iniciação sexual; A fase da identificação; Ativo ou passivo; Sonhos eróticos indicam tendência?; O mito da sedução; A dúvida da classificação;

---

67 FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, p. 120, 1983.

68 É possível presumir o ano de 1980, diante de informações reunidas na apresentação: “Desde 1975, nas bancas do Brasil inteiro, os artigos de Nina Fock focalizando a informação sexual [...]. Aí está a condensação do melhor nestes cinco anos”.

Causas do homossexualismo em questão; O homossexualismo é aprendido?; A bissexualidade em foco; Assumir não é agredir; A prostituição masculina; O conflito do homossexual diante dos pais.

Aos 21 anos, Homem de Plástico escrevia a Nina, de São Paulo. Relatou seu relacionamento com mulheres, chegou a ser noivo de uma delas. Também se relacionou com um rapaz que conheceu na seção “Ponto de Encontro”, de *Confissões íntimas*, o qual passou a ameaçar falar da relação dos dois para a sua família. Uma das perguntas feitas a Nina era se todo aquele relato indicava que ele era homossexual. Na resposta:

Há milhares de rapazes que estão exatamente no seu caso, há centenas de cartas no mesmo sentido. É, enfim, a grande encruzilhada do fim da adolescência, quando se está para atingir a idade adulta. É a fase da definição, da decisão final: quem sou eu, como sou, o que sou e para onde vou. Por isso, entre muitas, sua carta foi escolhida para posicionar bem a questão.

A grande maioria dos jovens, mesmo aqueles acreditadamente heterossexuais, passa, nessa fase, por esta dúvida: sou ou não sou homossexual? Infelizmente, só existe uma pessoa que pode responder essa pergunta: é o próprio jovem que a formula. Como fazer para descobrir? Muito simples. Em primeiro lugar, não deixe o tempo passar, embora o tempo seja justamente o que irá colaborar para desfazer as dúvidas. Não se pode definir-se por um assunto sem antes ter estudado e pesquisado profundamente os dois lados da questão [...].

E você não tem culpa de ser o que é; simplesmente você é. O problema é agir com energia no sentido de descobrir exatamente o que você é. E depois disso, só resta uma coisa: assumir sua verdadeira identidade, doa a quem doer. De nada vale continuar mentindo aos outros e, principalmente, a você mesmo. Assumir não significa agredir. Assumir é, acima de tudo, a auto-aceitação, a auto-apreciação. Gostar de si mesmo é um passo muito importante na formação da personalidade, seja qual for a preferência (ou grau de preferência) sexual. [...]

Todos os meios serão válidos, quando houver uma real disposição desse profundo mergulho ao encontro da própria identidade, no sentido de busca, de encontrar-se e realizar-se por inteiro<sup>69</sup>.

---

69 FOCK, Nina. *Eu sou ou não sou*. Homossexualismo em questão. Curitiba: Grafipar, p. 17, 1980.

Diante do conflito do rapaz em se perceber ou não homossexual, em atribuir um nome para as suas experiências, a resposta de Nina sinaliza a necessidade e a importância de procurar saber o que se é, do ponto de vista da sexualidade. A resposta é dada ao missivista e a autores de várias outras cartas recebidas pela sexóloga que tocam nessa questão: a busca de um lugar no mundo, um lugar comum, compartilhado, permeado de certezas, sem espaço para dúvidas. A resposta poderia ser alcançada com relações sexuais com homens e mulheres e com a instrução, o estudo, o conhecimento do que seria a homossexualidade, questões debatidas nas publicações da Grafipar. Na busca pela identidade, Nina, entretanto, se contradiz. Se por um lado ressalta que só Homem de Plástico pode responder à pergunta se é ou não homossexual, por outro lado já traz indícios que sinalizam a resposta da sexóloga: você não tem culpa de ser o que é; deve assumir sua verdadeira identidade, doa a quem doer. Essas frases se referem a indivíduos que vivenciam uma sexualidade fora da norma. Com isso, Nina não desconfia nem especula a identidade do missivista, ela estabelece, dita, fornece uma conclusão prévia para o que ele encontraria ao buscá-la.

O movimento carta-resposta daria aos leitores possibilidades de administrarem modos de se referir a si como pessoas que fazem sexo ou sentem atração por outras do mesmo sexo. Tratava-se de alocar-se num processo de identificação para encontrar maneiras de dizer a si mesmo 'afirmando-se', não 'negando-se'. Assim, diferenciando-se do foco acionado pela militância homossexual, *Rose* promovia a enunciação homossexual pelos próprios homossexuais.

Veículo importante na modificação de costumes nos anos 1970-1980, a televisão não deixou de lado tramas da sexualidade. E não foram só nas novelas que logo viraram carro-chefe de exportação para emissoras estrangeiras. As curiosidades moviam os programas de auditório, com destaque para o programa *TV Mulher*, exibido nas manhãs de segunda a sexta-feira, ouvindo e compartilhando dúvidas pessoais que afligiam

brasileiras e brasileiros dos diferentes rincões do país. Alguns de seus apresentadores foram o estilista Clodovil Hernandez, a jornalista Marília Gabriela e a sexóloga Marta Suplicy, que ficava encarregada do quadro “Comportamento Sexual” e, semelhante à nossa Nina Fock, também recebia diversas cartas. Tal documentação ficava no seu fichário de correspondências e inspirou a criação do livro *Conversando sobre sexo*, lançado em 1983 e que, quatro anos depois, estava na 17ª edição.

A obra trazia cartas escritas por seus leitores, talvez influenciada pelo sucesso de Nina na Grafipar, mas, com certeza, tendo em mente o caráter intimista, privado, sigiloso que uma missiva desperta. Falar de sexualidade por meio de cartas causava um efeito de realidade supostamente inexistente se o livro tivesse apenas um texto didático.

No vasto sumário está presente o capítulo “Homossexualidade” e, no começo, havia uma carta escrita por um rapaz cujo pseudônimo é La Belle Fleur. A 5 de junho de 1982, escrevendo de Olinda, menciona um problema sério que poderia desencadear o suicídio. Quando criança, sofria homofobia na escola. Na adolescência, “eu vi (sic) saber o que era homossexual”. Tentou tirar a vida. Não deu certo. Os pais lhe perguntaram o motivo. Preferiu calar. Procurou um médico para engrossar a voz “pois não admitia o homossexualismo em mim”. Decidiu ir a um psicólogo que lhe aconselhou a se assumir. Incomodado, não retornou à terapia. Não deseja ser homossexual. Questionou se há cura. Ao final, sentencia: “O homossexual ele não se fez! Ele trouxe a doença no sangue”.<sup>70</sup>

Inúmeras questões advêm da missiva assinada por La Belle Fleur. Homofobia na escola e no trabalho, uma situação adversa na própria casa e a tentativa de suicídio diz dos entraves vividos pelo jovem. Algumas expressões sinalizam para a descoberta de um nome indicativo do que sentia e a negação o levou a admitir o “homossexualismo em mim”. Discursos circularam levando o rapaz a se reconhecer no conceito de

---

70 FLEUR, La belle. Olinda, 5 de junho de 1982. In: SUPPLICY, Marta. *Conversando sobre sexo*. Petrópolis: Editora do Autor, p. 259-260, 1987.

*homossexualismo*, com o *ismo* mesmo, como ele insiste em escrever. A negação do desejo o leva a perguntar se existe uma cura e, escrito adentro, há indícios da sua concepção biológica da homossexualidade. Seja como for, a escrita da carta aponta para a circulação do termo e significado homossexual e da vontade, dúvida, medo, negação de indivíduos de se perceberem vestindo o conceito.

Passemos à resposta da psicóloga:

Prezado Amigo La Belle Fleur,  
[...]. Penso que para a compreensão do homossexualismo você pode contribuir mais, vivo. Principalmente, se arrumar coragem para se assumir nem que seja para você mesmo. Você fala de preconceito contra o homossexualismo. Ele existe. Mas no seu caso, começa com você. No momento em que você não se aceita como gente, do jeito que você é, não dá para se sentir bem e querer que os outros o aceitem. A primeira coisa é você se aceitar como pessoa e não como doente. Não existe essa “doença no sangue”. [...]. Esta é uma batalha dura, que você vai ter que travar primeiro com você mesmo, e, depois com a sociedade.  
Coragem!<sup>71</sup>

Com esses conselhos, Marta Suplicy escreve uma resposta curta e direta. Ela coloca em questão o assumir como aceitação de si. Mais que um conselho para aliviar os tormentos do missivista, Suplicy segue o que Nina já fazia há alguns anos na Grafipar e acredita ser o melhor: aceitar-se, com o destaque que venho dando ao “se”, indicativo de “para consigo mesmo”. Essa seria talvez a etapa mais decisiva. Sem aceitar a si mesmo, não haveria publicização da homossexualidade, dificultando a forma escolhida pelos homossexuais para aparecerem em praça pública e se inscreverem na história: assumindo.

O assumir que aparentemente começou dentro do meio homossexual se horizontalizava pela sociedade brasileira. Note-se que o artifício utilizado por Marta no aconselhamento de La Belle Fleur se assemelha ao que era

---

71 SUP LICY, Marta. *Conversando sobre sexo*. Petrópolis: Editora do Autor, p. 260-261, 1987.

colocado nas respostas dadas por Nina, sobretudo na *Rose*, conselhos úteis a guiar a vida de missivistas ansiosos em decifrar e fabricar um pouco de si.

Desse modo, o movimento epistolar desenhado na *Rose* é um espaço para a enunciação de si. Um rapaz chamado W.C. parece ter navegado nessa maré. Ele escrevia de Imperatriz, cidade do interior do Maranhão. Da sua vida, sabe-se apenas três parágrafos. Aos quatro anos de idade, o pai o abandonou, restou-lhe a mãe. Seguiram juntos. Passado um tempo, sua mãe casou de novo. W.C. foi morar com os avós. A vida, que já não lhe parecia fácil, ganhou novos desdobramentos, quem sabe pelo contato com essas publicações. Sexualmente, o rapaz nutria desejos por homens; com as mulheres “não sentia nada”<sup>72</sup>. Chegou aos finalmentes com uma moça, mas “não tive reação alguma”. Perto dos rapazes era exatamente o contrário, um simples toque lhe despertava desejo. O rapaz vacilava nos conceitos: “não sei se sou homossexual ou heterossexual”.

Ainda sem saber nomear com exatidão o que sentia, sabia que a homossexualidade fazia parte de um mundo errado, perigoso, impróprio aos homens que, como ele, desejavam “casar, ter filhos, mas isso não é possível porque sou diferente de todos os homens”. Em meio aos imbróglios da vida, apelou para as drogas.

Apesar de ter tido acesso à seleção e recorte efetuado pela *Rose*, somos levados a crer que a sexualidade o atormentava com frequência: “Nina, já tive até vontade de morrer, porque eu não queria ser assim”. O “assim” permite pensar em algo que foi aprendido e tramado; gramaticalmente é elemento conclusivo, finaliza uma ideia. No plano da vida é reconhecer-se num conceito, num modo de vida. Jeffrey Wikes fez esclarecimentos sobre os movimentos de identificação: “Os processos de categorização e autocategorização (isto é, o processo de formação da identidade) podem controlar, restringir e inibir, mas simultaneamente oferecem conforto, segurança e confiança”.<sup>73</sup>

---

72 W.C. Aderi às drogas para aceitar o homossexualismo. *Rose*. Curitiba, n. 57, p. 30.

73 WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 70, 2012.

A missiva do rapaz traz elementos identitários que qualificam alguém com desejos sexuais por pessoas do mesmo sexo, tal como o temor de se reconhecer nesse território. A identidade se elabora não somente no reconhecimento. Duvidar, negar, fugir deixa claro que algo ocorreu, algo foi aprendido e aí se formou uma relação de aproximação, negação ou afastamento.

Nina não poupou esforços em mostrar ao rapaz o mapa que o levaria ao deciframento de si no “labirinto” da homossexualidade:

O preconceito mais daninho é aquele que se instala contra si mesmo. Independente da condição ou preferência sexual, há um grande número de seres humanos que desperdiçam os melhores anos de suas vidas travando uma luta que, embora necessária, poderia ser muito mais rápida e eficaz. Uma grande maioria de homossexuais, infelizmente, atribui à sua preferência por pessoas do mesmo sexo todas as deficiências imagináveis. Já falamos muito dessa terrível “síndrome do crucificado” que persegue muitos homossexuais. Eles se acham vítimas de uma doença, uma desgraça, e passam a viver um estado permanente de autoflagelo e autocomiseração. Maltratam-se e, ao mesmo tempo, sentem uma profunda pena de si mesmos.

Ora, já é sabido que o homossexualismo não constitui uma doença. Portanto, ao descobrir-se a própria identidade psicosssexual, no caso voltada para pessoas do mesmo sexo, a única receita é assumir essa condição de cabeça erguida. Não há nada a temer e muito menos do que se envergonhar. Muitas pessoas sérias fazem valer seus valores mais positivos e assumem publicamente sua condição homossexual, o que passa a valer também como um de seus mais positivos valores. É a afirmação de uma possibilidade.

É preciso que não se coloque a identidade sexual como valor único e exclusivo. Há que se viver uma vida por inteiro, em todas as suas facetas. Fazendo prevalecer a força interior da auto-aceitação e projetando essa força no sentido de que as demais pessoas o aceitem exatamente como tal. Não se acovarde diante da pressão do meio social e nem mesmo no quadro familiar. Assumir sem agredir, ocupar seu lugar ao sol, um lugar que é todo seu. Saia dessa penumbra cinzenta que é o lugar dos derrotados<sup>74</sup>.

---

74 FOCK, Nina. *Confidências*. Rose. Curitiba, n. 57, p. 30, 1980.

Nina fez o que geralmente fazia: solidifica a fluidez das sexualidades. Suas respostas definem fronteiras, pintam muros, separam mundos no movediço terreno das homossexualidades. Vai se contornando como a normatividade da identidade, se elabora, principalmente nas cartas e respostas de “Confidências”. A leitura traz modificações no seu público: aos poucos ler é ser, é ver(-se), é deixar(-se), é habitar(-se) onde vidas nascem, morrem, reinventam-se no mundo misterioso em que palavras são embaralhadas colocando à vista possibilidades de existência enquanto homossexual.

Conhecer o que os leitores sentem, de que maneira interagem com o mundo à sua volta configura-se como ferramenta oportuna na produção de sentidos em um periódico. O seu “quê” atrativo está justamente em capturar leitores, tocando em assuntos que de antemão sabemos que lhes são caros. É o que ocorre quando menciona o termo “síndrome dos crucificados”. Ora, o autor entende que escreve para um público receoso em se perceber e se aceitar homossexual; pesam nesse processo os estereótipos de “doença” e “desgraça”.

“Já sabemos que o homossexualismo não constitui uma doença” foi uma das frases recorrentes na trajetória das publicações homossexuais naquela época. A repetição sinaliza o esforço reunido para dissipar tal concepção. Para isso, acionaram sem cessar o relatório Kinsey, usado para duvidar da exclusividade da heterossexualidade e embasar que há um número, uma porcentagem sobre as relações homossexuais que possibilitam a sua existência dentro da sociedade.

A normatividade se elaborava recorrendo a uma origem da homossexualidade. A identidade “psicossexual” estaria dentro de si, devendo ser buscada e assumida. Além do mais, tal esforço não se estendia aos heterossexuais, uma vez que era “voltada para pessoas do mesmo sexo”. Atentemos para duas relações de sentido. Primeira, valendo-nos do fragmento anterior, competia à homossexualidade olhar para si e buscar

uma origem do seu desejo. Feito isso, esforçar-se para se desprender de preconceitos sociais, identificando-se, aceitando-a, assumindo-a para si mesmo, e, finalmente, fazendo da vida uma arte normatizada por esses discursos. Segunda, o homossexual continua vigiado não apenas pela sua homossexualidade, mas também, nessa mesma esfera, por não verbalizar o seu desejo.

Percebemos que o reconhecimento da identidade envolveu relações de poder dadas a ver por meio dessas publicações. Tais relações operam por condutas e probabilidades, isso é, conduzir os indivíduos a um terreno em que possam se tornar sujeitos.

No momento em que finalizamos este texto, 2018, comemora-se quarenta anos do movimento homossexual brasileiro, que seria caracterizado pela emergência do jornal *Lampião da Esquina* e do grupo *Somos*, tornando o eixo Rio-São Paulo como porta-voz de uma tomada de consciência de si cujo resultado seria, dentre outros, conquistar o espaço público.

Aqui procuramos mostrar uma outra aresta da história dos desejos entre pessoas do mesmo sexo, o do espaço privado, de como, por meio de quais acionamentos, de que tipo de interpelação, atravessados por quais relações de saber e poder indivíduos aprendiam no exercício da leitura, possivelmente quando estivessem sozinhos em casa, ou já tarde da noite, enquanto os parentes dormiam, a se tornar homossexuais, a responder a um imperativo discursivo que passava a se intensificar em diferentes canteiros do país. O que sentiam tinha um nome, uma significação, um sentido, era-se homossexual, uma identidade que, nas fontes em questão, foi petrificada, solidificada, sedimentada como “inerente” à vida dos indivíduos.



Os artigos aqui apresentados são de inteira responsabilidade de seus autores, cabendo à editora o comprometimento com a revisão dos mesmos.

Todas as imagens aqui inseridas têm por objetivo ilustrar os artigos a fim de homenagear as publicações referidas. Tratando-se de uma publicação financiada pelo Museu da Diversidade Sexual de São Paulo, não temos propósito de lucro com a exposição das mesmas. Assim sendo, sempre que foi possível, os créditos foram dados adequadamente. Pelo fato de diversas publicações citadas já terem sido extintas nos dias atuais, assim como suas editoras, algumas informações, como autoria de fotografia ou do design, não nos foi possível contemplar. De antemão, pedimos desculpas caso algum autor de alguma imagem possa se sentir não creditado e solicitamos, caso haja alguma autoria a ser reivindicada, que seja enviada à editora o quanto antes para que o erro possa ser corrigido.

Lembramos que as imagens foram selecionadas pelos autores de cada artigo, sendo de responsabilidade dos próprios a qualidade em que se encontram as mesmas, assim como a reivindicação de autoria não contemplada.

Nós da *Amigxs da Arte*, Organização Social de Cultura que, em parceria com a *Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo*, realiza a gestão do *Museu da Diversidade Sexual* acreditamos que a cultura é um agente fundamental de transformação e mudança da sociedade, capaz de sensibilizar, conscientizar e transformar o mundo em que vivemos, incluindo grupos outrora discriminados.

A imprensa, desde os seus primórdios, foi um instrumento essencial para a disputa de consciência de nosso corpo social. Grupos que, historicamente, eram visíveis apenas nas seções médicas e legais, hoje são retratados com orgulho, como agentes transformadores da sociedade.

Temos o prazer em apresentar estas ***Páginas de Transgressão***, uma obra que demonstra a relevância da imprensa LGBT+ na disputa por uma sociedade mais justa e igualitária, em que preze o respeito e a garantia dos direitos dessa comunidade, e por isso o nosso orgulho em realizar esta iniciativa.

Desejamos que os leitores degustem o que está por vir e que o conteúdo suscite boas reflexões.

Danielle Nigromonte  
*Diretora Geral*

José Gregori  
*Presidente do Conselho de Administração*



produção



gestão e produção

**amigxs da arte**

realização



| Secretaria de Cultura e Economia Criativa

---

Este livro foi produzido nas famílias tipográficas  
Crimson Text e Arial Black, impresso em papel Avena  
90gr e capa em Cartão Triplex 300gr.

---

